

PLANO PLURIANUAL

2016-2019

*O contexto Socioeconômico
e as Estratégias de Desenvolvimento*

*Cuidando das pessoas,
cuidando do futuro!*





João Raimundo Colombo
GOVERNADOR DO ESTADO

Eduardo Pinho Moreira
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Antonio Marcos Gavazzoni
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Almir José Gorges
SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

Romualdo Goulart
DIRETOR DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

INFORMAÇÕES

Gerência de Elaboração e Acompanhamento do
PPA

gepla@sef.sc.gov.br

**Secretaria
de Estado da
Fazenda**

Diretoria de
Planejamento
Orçamentário



Centro Administrativo do Governo - Rodovia SC 401 –
Km 5, nº 4.600 - Saco Grande II – Florianópolis – SC



SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	4
1.1	METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PPA	5
2	CAPÍTULO I – CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	7
2.1	PERFIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	7
2.2	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	8
2.2.1	POPULAÇÃO	8
2.2.2	ESTRUTURA POPULACIONAL POR SEXO E IDADE.....	9
2.2.3	ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO.....	9
2.2.4	ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL	10
2.2.5	DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO	12
2.2.6	NÍVEL DE INSTRUÇÃO.....	13
2.3	INFRAESTRUTURA SOCIAL	14
2.3.1	FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS.....	14
3	CONTEXTO ECONÔMICO DE SANTA CATARINA.....	15
3.1	PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB	15
3.1.1	SETOR AGROPECUÁRIO.....	19
3.1.2	SETOR INDUSTRIAL	21
3.1.3	SETOR DE SERVIÇOS.....	24
3.2	BALANÇA COMERCIAL.....	27
3.2.1	EXPORTAÇÕES.....	27
3.2.2	IMPORTAÇÕES	28
3.3	EMPRESAS E EMPREGO.....	29
4	CAPÍTULO II – A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO	32
4.1	IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DO GOVERNO.....	33
4.2	ESTRUTURA DO PLANO PLURIANUAL 2016-2019	35
4.3	EIXO 1 – QUALIDADE SOCIAL.....	36
4.3.1	EDUCAÇÃO.....	37
4.3.2	SAÚDE	51
4.3.3	ASSISTÊNCIA SOCIAL	68
4.3.4	HABITAÇÃO	73
4.3.5	CULTURA	75
4.3.6	ESPORTES.....	77
4.3.7	JUSTIÇA E CIDADANIA	79
4.3.8	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	83
4.3.9	SEGURANÇA PÚBLICA	85
4.4	EIXO 2 - ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO.....	91
4.4.1	AGROPECUÁRIA	92
4.4.2	EMPRESAS E EMPREGOS.....	102



4.4.3	TURISMO	105
4.5	EIXO 3 - TERRITÓRIO INTEGRADO	107
4.5.1	TRANSPORTES	108
4.5.2	MOBILIDADE URBANA	122
4.5.3	ENERGIA	124
4.6	EIXO 4 – CIÊNCIAS E TECNOLOGIA	129
4.6.1	PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	130
4.6.2	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	131
4.6.3	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	133
4.6.4	EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	134
4.7	EIXO 5 - QUALIDADE AMBIENTAL.....	137
4.7.1	GESTÃO AMBIENTAL	138
4.7.2	CONTROLE DE DESASTRES	142
4.7.3	SANEAMENTO BÁSICO	146
4.8	EIXO 6 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	148
4.8.1	SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	149
4.8.2	COMUNICAÇÃO.....	153
4.8.3	GESTÃO FISCAL	154
4.8.4	GESTÃO DE PESSOAS.....	155
4.8.5	GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	158
5	CAPÍTULO III - OS DEMAIS PODERES	160
5.1	LEGISLATIVO	160
5.1.1	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	160
5.1.2	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	160
5.2	JUDICIÁRIO	160
5.3	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	161
6	CAPÍTULO IV – O FINANCIAMENTO DO PPA	165
6.1	PREVISÃO DE FONTES DE FINANCIAMENTO DO PPA 2016-2019.....	165
7	CAPÍTULO V – O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	167
7.1	O PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPA	167
8	CAPÍTULO VI - CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	170
8.1	FINALIDADE DA CARTA DE SERVIÇOS	170
8.2	BENEFÍCIOS DA CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	170
8.3	PÚBLICO-ALVO DA CARTA DE SERVIÇOS	170
8.4	PRINCIPAIS SERVIÇOS	171

1 APRESENTAÇÃO

Os objetivos estratégicos das políticas públicas do estado de Santa Catarina consistem em reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população.

A despeito do desenvolvimento econômico do estado de Santa Catarina, as condições sociais de sua população ainda apresentam disparidades: enquanto uma parcela apresenta condições socioeconômicas equiparáveis às de países desenvolvidos, há grupos vulneráveis em termos econômicos e sociais. A superação dessas disparidades demanda que o Estado trabalhe na busca da equidade e da ampliação das oportunidades, como se expressa nos programas e ações do PPA 2016-2019. Neste sentido, os programas governamentais visam:



Assegurar a oferta dos serviços públicos de qualidade para todas as pessoas.



Criar as condições para a formação, atração e consolidação das empresas no território catarinense.



Assegurar uma infraestrutura suficiente, de qualidade e adequada às necessidades do Estado.



Fortalecer a capacidade científica e a inovação tecnológica.



Preservar e proteger o ambiente, e promover a utilização eficiente dos recursos.



Ampliar a capacidade do setor público de ofertar mais e melhores serviços à sociedade catarinense.

Estes são os grandes desafios que o governo do estado de Santa Catarina se propõe a enfrentar no quadriênio de 2016 a 2019, contemplado por este Plano Plurianual.

Para alcançar estes objetivos prioritários e complementares, o PPA 2016-2019 se baseia numa visão de futuro de desenvolvimento econômico e social do estado de Santa Catarina. Projetando sua atuação em 6 eixos de desenvolvimento, com maior ênfase para o eixo social, representado pela área da educação em seus 3 níveis e pelo ensino técnico de qualidade; pela área da saúde, cujo mote é ampliar o acesso da população aos serviços prestados, promovendo a qualidade, integralidade, equidade e humanização; pela área da segurança pública, com vistas a proporcionar condições de proteção à vida. O eixo social é complementado ainda pelas áreas da justiça e cidadania, esporte, cultura, habitação e assistência e desenvolvimento social. Áreas necessárias para atender à crescente demanda por serviços típicos das modernas economias e sociedades da informação.

Já o eixo de desenvolvimento econômico é representado por diversas áreas de resultado. A área da agricultura visa incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos das cadeias produtivas do agronegócio catarinense e o desenvolvimento da agricultura familiar. Outra área de resultado é a área da indústria e comércio, com o objetivo de melhorar o padrão tecnológico da produção de bens e serviços catarinenses, com base na tecnologia e inovação, seguido ainda pelas áreas de resultado de emprego e renda e turismo. Áreas consideradas estratégicas e de suma importância para ampliar a competitividade da economia catarinense diante do mercado nacional e internacional.

Quanto ao eixo território integrado, as áreas de resultados são: logística de transportes, com a finalidade de conservar e modernizar os sistemas modais de transporte rodoviário, aéreo, marítimo e ferroviário; a área de infraestrutura de mobilidade visa integrar os diversos modos de transporte, levando-se em consideração as características e as potencialidades regionais.

Esse eixo contempla ainda as áreas de resultado do saneamento básico, energia e infraestrutura de telecomunicações, áreas determinantes para o desenvolvimento econômico e para a manutenção e melhoria da qualidade de vida.

O eixo ciências, tecnologia e inovação é representado pela área de resultado de ciência, tecnologia e inovação, cujo mote é propiciar a integração entre universidades e empresas, aliando os princípios da cooperação e da inovação por meio de incubadoras de base tecnológica, com o intuito de gerar condições favoráveis de acesso da economia catarinense ao cenário econômico global.

O eixo qualidade ambiental, representado pela área de resultado de gestão ambiental que visa garantir o equilíbrio ambiental no processo de desenvolvimento social e econômico. A integração de políticas visa fortalecer a qualidade dos recursos hídricos, do solo, do ar e das florestas através da integração setorial (ciências, tecnologia, infraestrutura, educação, agricultura e meio ambiente) com a gestão ambiental. Outra área de resultado inerente ao eixo é o de controle de desastres que visa prevenir e minimizar seus efeitos através da análise de risco, de implementação de medidas estruturais e não estruturais, como o sistema de monitoramento, alerta e alarme, otimizando as ações preventivas.

Enfim, o último eixo de atuação refere-se à governança e ao desenvolvimento institucional, representado pela área de resultado de planejamento e gestão com a finalidade de modernizar a administração pública por meio da integração das funções de planejamento, orçamento e gestão. Outra área de resultado é a de governo eletrônico, com o objetivo de facilitar a comunicação entre os níveis de Governo, permitindo a integração de sistemas e bases de dados, possibilitando a prestação de melhores serviços e informações à sociedade; esse eixo ainda contempla as áreas de resultado de gestão de pessoas e gestão fiscal.

Ações previstas no PPA 2016-2019 visam também mapear empreendedores do Estado e estimular o pleno aproveitamento de suas potencialidades. As ações prioritárias se concentrarão em: investir nos sistemas modais rodoviário, aquaviário e aeroviário; estimular a tecnologia e inovação nos Arranjos Produtivos Locais, nas micro e pequenas empresas, nos Parques Tecnológicos e na formação de mão de obra; e ampliar e aprimorar a rede de Escolas Profissionalizantes - Centros de Educação Profissional – CEDUPs e a interiorização da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, de acordo com as vocações regionais e as peculiaridades dos Arranjos Produtivos Locais.

A elaboração do PPA 2016-2019 teve por base dados e informações atualizados e as tendências observadas em Santa Catarina. Buscou-se assim, uma visão integrada das mudanças recentes na economia e na sociedade.

Também se apropriou do conhecimento acumulado por centenas de gestores públicos, técnicos e especialistas que participaram da elaboração deste PPA, assim como das contribuições recebidas dos mais diversos setores da sociedade catarinense que participaram das 36 (trinta e seis) audiências públicas realizadas para colher subsídios para a elaboração dos programas e subações do PPA.

O PPA 2016-2019 apresenta em seus 6 eixos e 27 áreas, 87 programas e 2.224 subações.

Sendo assim, a estrutura deste documento apresenta-se em capítulos conforme segue abaixo:

Capítulo I: Apresenta, em linhas gerais, o estado de Santa Catarina e o contexto socioeconômico.

Capítulo II: Detalha as estratégias de desenvolvimento do Estado em missão, visão, valores, eixos de atuação e explicita as áreas de resultado, os desafios a serem superados nos vários campos de atuação do Estado, e detalha ainda, as diretrizes setoriais e os programas de governo.

Capítulo III – Apresenta o PPA dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Capítulo IV – O financiamento do PPA 2016-2019.

Capítulo V – O Sistema de Acompanhamento e Avaliação.

Capítulo VI – A Carta de Serviços ao Cidadão: a relação dos principais serviços prestados pelos Órgãos Públicos do estado de Santa Catarina.

1.1 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PPA

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento legal de planejamento das ações de Governo no médio prazo (alcance de quatro anos), o qual estabelece, de forma regionalizada e organizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Estadual. Trata-se de um norte para orientar as ações que o governo deverá executar.

O PPA é um importante instrumento de planejamento da ação de governo, pois:

- Expressa o compromisso entre o Governo e a sociedade.
- Exige o exercício da escolha: na sua construção, o Governo tem oportunidade de analisar a realidade, identificar os maiores desafios e escolher as melhores alternativas de alocação dos recursos públicos.
- Explicita o modo como o Governo interpreta a realidade e procura construir as alternativas para o desenvolvimento.

O PPA de Santa Catarina para o quadriênio 2016-2019 foi elaborado visando atender plenamente os seguintes requisitos:

- Ser orientado pela demanda, estruturado a partir dos desafios e problemas da sociedade.
- Ser participativo, com ampla mobilização da sociedade e dos poderes públicos.
- Ser seletivo, concentrando os principais esforços no que fará a diferença e no que é mais importante para a sociedade.
- Ser integrado, com iniciativas alinhadas entre as secretarias.
- Ser monitorado, com avaliação e correção de rumos.
- Ser comunicável e compreendido pela população com prestação de contas para a sociedade.

PROCESSO DE FORMULAÇÃO

O processo de formulação do PPA 2016-2019 envolve cinco fases distintas: 1) fase preparatória; 2) discussão e sistematização das orientações estratégicas setoriais; 3) realização de seminários regionais de levantamento de demandas; 4) elaboração dos programas e ações; e, 5) sistematização e consolidação do Plano.

Fase Preparatória

Realização de oficinas internas na Diretoria de Planejamento Orçamentário, por área de resultado (Saúde, Educação, Assistência Social, Infraestrutura, Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Segurança Pública e outras), nas quais foram discutidas as etapas de elaboração.

Realização de reunião com os dirigentes dos órgãos do executivo estadual para iniciar o processo de organização das equipes setoriais para a elaboração do PPA.

Fase de Elaboração

Reunião com as equipes técnicas de todos os órgãos e instituições estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para apresentação da metodologia de elaboração do PPA 2016-2019. Nesta fase foram executadas as seguintes atividades: treinamento das equipes setoriais; elaboração do diagnóstico setorial; elaboração da orientação estratégica setorial.

Fase de Consulta à Sociedade

Com o objetivo de identificar prioridades dentro das regionais foram realizados 34 seminários, onde estiveram presentes diversos segmentos da sociedade e do Poder Público local, os quais forneceram importantes insumos para a formulação do Plano, possibilitando o desenvolvimento mais equilibrado e sustentável das regiões.

Os Seminários Regionais de levantamento de demandas foi a estratégia usada pelo Governo para ouvir o que a sociedade tinha a dizer, quais as suas necessidades, prioridades e sugestões que subsidiaram a elaboração do Plano Plurianual para o quadriênio de 2016-2019. Foi coordenado pela Secretaria de Estado da Fazenda, através da Diretoria de Planejamento Orçamentário e executado pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Os seminários foram realizados nas seguintes regiões: SDR de Campos Novos (20 de maio); SDR de Laguna (20 de maio); SDR de Dionísio Cerqueira (21 de maio); SDR de Ibirama (21 de maio); SDR de São Miguel do Oeste (21 de maio); SDR de Ituporanga (21 de maio); SDR de Xanxerê (21 e 22 de maio); SDR de Mafra (22 de maio); SDR de São Joaquim (25 de maio); SDR de Blumenau (26 de maio); SDR de Jaraguá do Sul (26 de maio); SDR de Joinville (26 de maio); SDR de Taió (27 de maio); SDR de Florianópolis (27 de maio); SDR de São Lourenço do Oeste (28 de maio); SDR de Lages (27 de maio); SDR de Seara (27 de maio); SDR de Itajaí (28 de maio); SDR de Braço do Norte (28 de maio); SDR de Quilombo (28 de maio); SDR de Caçador (28 de maio); SDR de Timbó (29 de maio); SDR de Videira (29 de maio); SDR de Canoinhas (29 de maio); SDR de Joaçaba (29 de maio); SDR de Maravilha (29 de maio); SDR de Criciúma (1 de junho); SDR de Concórdia (1 de junho); SDR de Palmitos (2 de junho); SDR de Itapiranga (2 de junho); SDR de Tubarão (2 de junho); SDR de Rio do Sul (3 de junho); SDR de Chapecó (3 de junho) e SDR de Araranguá (8 de junho). Nas regionais de Curitiba e Brusque não foram realizados os seminários de levantamento de demandas.

Fase de elaboração dos programas e ações

Nesta fase foram executadas as seguintes atividades: treinamento para elaboração dos programas; elaboração do inventário de ações; elaboração dos programas e entrada dos dados no Sigef.

Fase de consolidação do Plano

Reunião com os órgãos e instituições estaduais do Poder Executivo para consolidação da versão final do PPA. Elaboração da minuta do projeto de lei e encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2 CAPÍTULO I – CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

2.1 PERFIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA



SANTA CATARINA



Florianópolis - Capital
95.736 km ² - Área territorial
6.727.148 - População (2014)
70,3 hab/km ² - Densidade demográfica
295 - Municípios

INDICADORES SOCIAIS

Expectativa de vida (anos)	81,1 mulheres e 74,1 homens
Índice de Desenvolvimento Humano	0,774 (3º no ranking dos estados e do DF)
Índice de Desigualdade (Gini)	0,436 (27º no ranking)

Taxa de Fecundidade (2014)	1,57 filhos por mulher
----------------------------	------------------------

SANEAMENTO BÁSICO

Água encanada	82,4% dos domicílios
Rede de esgoto	22,5% dos domicílios
Coleta de lixo	89,6% dos domicílios
Energia elétrica	99,4% dos domicílios

EDUCAÇÃO

Taxa de analfabetismo	3,5%
Escolaridade média 2013	8,5 anos
Pisa 2012 - pontos	Matemática: 415 (2º colocado); Leitura: 428 (2º colocado) e Ciências: 418 (5º colocado)

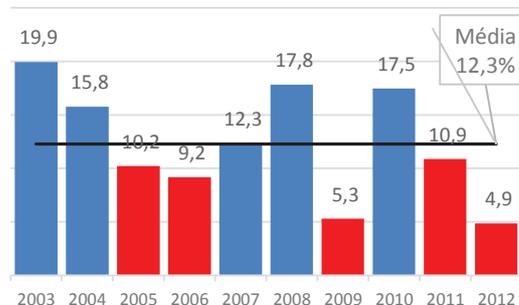
Ensino Superior Completo

SAÚDE

Mortalidade infantil	10,0 por mil nascidos vivos
----------------------	-----------------------------

ECONOMIA

Taxa de crescimento nominal do PIB (2003-2012)



Fonte: IBGE - Contas Regionais

PIB 2012 177,3 bilhões R\$

PIB per capita 2012 R\$ 27.772 (5º maior do país)

População economicamente ativa 2013 73,8%

SEGURANÇA PÚBLICA

Taxa de homicídios 12,2 (por 100 mil habitantes)

Assassinatos 2014 816 pessoas

ESTILO DE VIDA

Tinham computador	61,4% dos domicílios
Tinham acesso à internet	5,2% dos domicílios
Telefone	94,3% dos domicílios

MERCADO DE TRABALHO

Total de empregos formais	2.210.927
Empregados com curso superior 2013	16,5%

Salário médio dos assalariados 2013 R\$ 2.083,94
(11º entre os estados e o DF)

Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente 2014 R\$ 1.245,00

FROTA DE VEÍCULOS

4.445.951 Veículos

Nesta seção estão apresentados dados populacionais de Santa Catarina com recortes para a evolução populacional, taxa média de crescimento, densidade demográfica e sua distribuição segundo gênero, localização e faixa etária.

Santa Catarina tem um território rico, generoso e diversificado na sua geografia, história, cultura e nas suas atividades econômicas. A riqueza e a diversidade estão presentes no seu povo e nas suas cidades.

Em Santa Catarina não há uma maneira única de viver, sentir, criar e trabalhar. Através do nosso território heterogêneo, encontramos marcas da diferença, tanto nas atividades econômicas como na origem de seus habitantes, construindo um Estado com várias raízes e passados, que convergem para uma mesma visão de futuro.

A colonização de Santa Catarina foi largamente efetuada por imigrantes europeus: os portugueses açorianos colonizaram o litoral no século XVIII; os alemães colonizaram o Vale do Itajaí, parte da região sul e o norte catarinense em meados do século XIX; e os italianos colonizaram o sul do Estado no final do mesmo século. O oeste catarinense foi colonizado principalmente por descendentes de italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX.

Este processo de colonização construiu uma identidade, um conhecimento e um estilo de vida que legitima os seus povos originários e estabeleceu os ingredientes de uma cultura de trabalho e de empreendedorismo.

Localizado na zona temperada meridional do planeta (inteiramente ao sul do trópico de Capricórnio), o Estado possui clima subtropical. Estas condições variam de acordo com o relevo regional, sendo que no oeste e planalto serrano é relativamente comum a ocorrência de geadas e neve, enquanto no litoral o clima é mais quente podendo atingir altas temperaturas durante o verão.

2.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

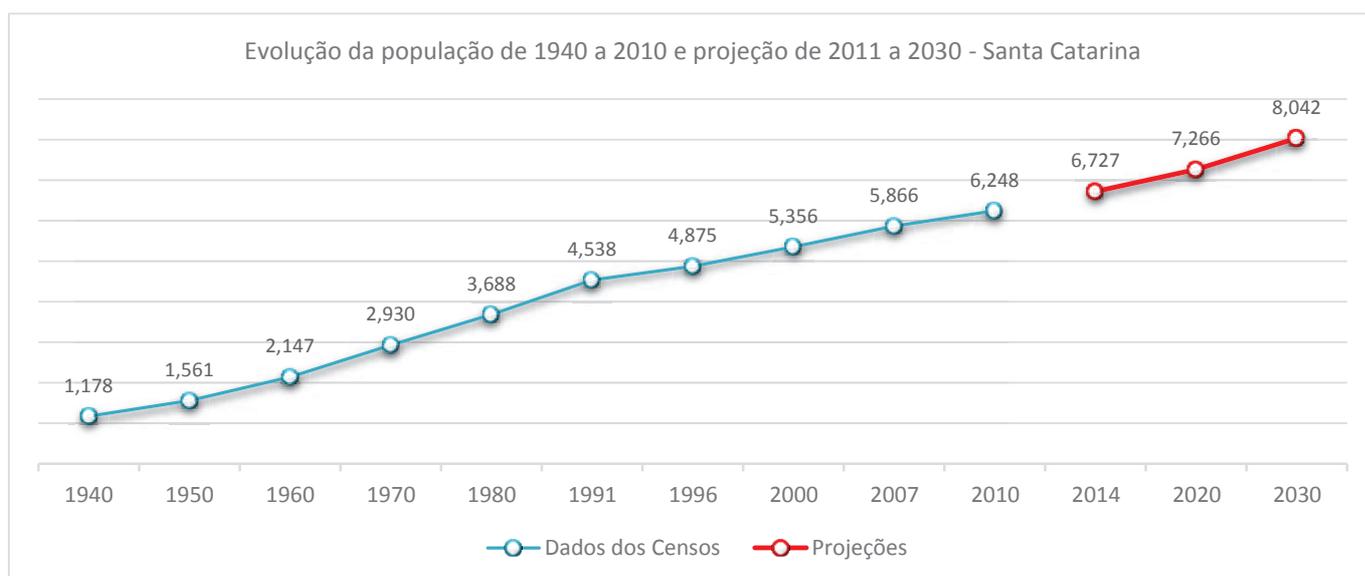
2.2.1 POPULAÇÃO

Os dados populacionais apresentados trazem um perfil das mudanças demográficas e de ocupação do território estadual e permitem inferir sobre as possíveis mudanças e adaptações das políticas e estratégias que precisarão ser adotadas nos próximos anos.

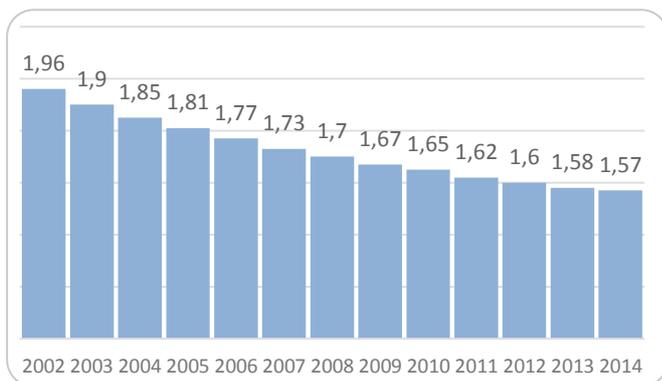
De acordo com o IBGE, o crescimento demográfico médio anual em Santa Catarina foi o maior do Sul do País, estimado em 1,64% no período de 2000 a 2014. Nos anos 60, era de 2,89%. A taxa de crescimento da população do Estado deve continuar a crescer por mais duas décadas, depois, estacionar ou até diminuir. O número médio de filhos por mulher, no Estado, vem caindo anualmente, passando de 2,02, em 2000, para 1,63, em 2012. A taxa de natalidade (número de nascidos vivos por mil habitantes) também vem caindo.

- A população catarinense é de 6,727 milhões de habitantes
- 1,64% foi a taxa de crescimento médio anual no período de 2000 a 2014
- 1,57 é o número médio de filhos por mulher em 2014
- A taxa de natalidade em 2014 foi 13,4‰

Evolução da população de 1940 a 2010 e projeção de 2011 a 2030 - Santa Catarina

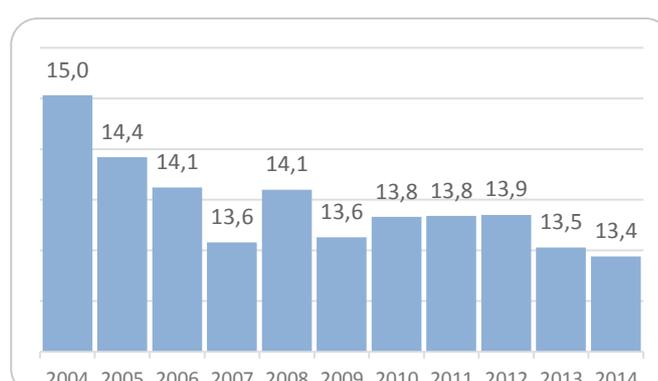


Taxa de fecundidade total - Santa Catarina - 2002 a 2014



Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil, por Sexo e Idade, para o Período 2000/2060, Revisão 2013.

Taxa de natalidade – Santa Catarina – 2004 a 2014



Fonte: SES/SC: RIPSA

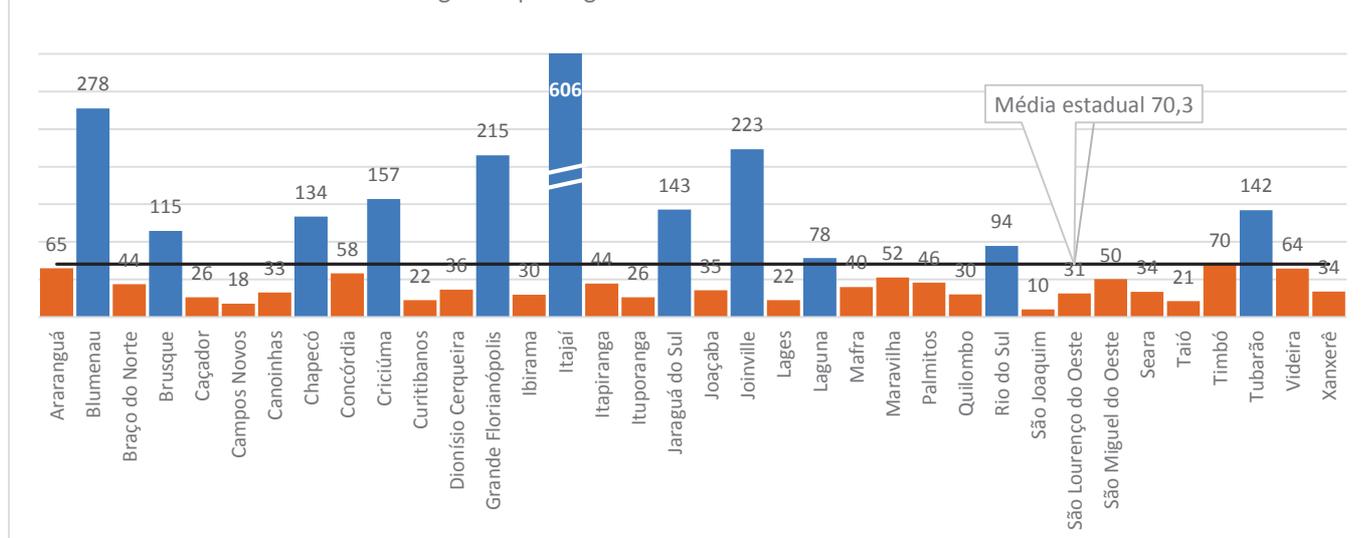
DENSIDADE DEMOGRÁFICA

A densidade populacional é de 70,3 habitantes/km². Este valor médio esconde grandes diferenças regionais. Assim, 25 regiões têm uma densidade muito mais baixa do que a média estadual, destacando-se as regiões de São Joaquim (10 hab/Km²), Campos Novos (18), Taió (21), Lages e Curitibaanos com 22 habitantes/ Km².

70,3 habitantes/km²

■ É a densidade demográfica de Santa Catarina – 2014

Densidade demográfica por região administrativa - Santa Catarina - 2014



2.2.2 ESTRUTURA POPULACIONAL POR SEXO E IDADE

A relação de masculinidade, apurada através dos Censos, acentuou o predomínio do número de mulheres face ao de homens. Em 2012, a relação de masculinidade era 98,5 homens por 100 mulheres, enquanto o indicador era, em 1970, de 101,7 homens por 100 mulheres.

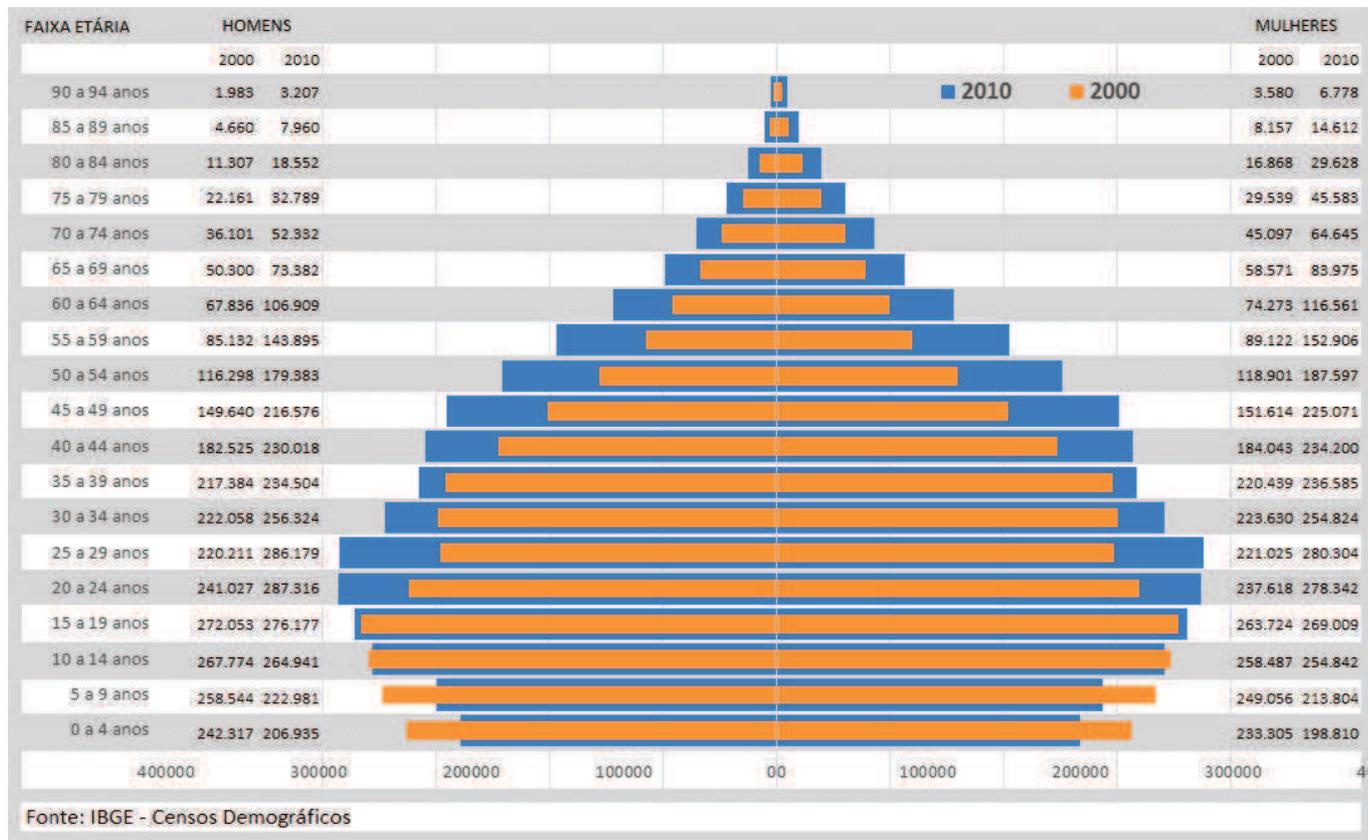
A preponderância da população feminina é maior à medida que a idade avança. Em 2010, a relação de masculinidade da população com 65 ou mais anos de idade desce para 76,7, isto é, 76,7 homens por 100 mulheres.

■ A idade e o sexo são as características mais básicas de uma população. Cada população tem uma composição diferente por idade e sexo, e esta estrutura pode surtir um efeito considerável sobre seu comportamento demográfico e socioeconômico

2.2.3 ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

A análise dos dados populacionais permite uma leitura das principais alterações ocorridas na composição da população por idade e sexo, variáveis básicas e determinantes para compreender e projetar as alterações demográficas.

Nos últimos anos o Estado vem apresentando um novo padrão demográfico que se caracteriza pela redução da taxa de crescimento populacional e por transformações profundas na composição de sua estrutura etária com crescimento mais lento do número de crianças e adolescentes e um aumento da população em idade ativa e de pessoas idosas. Estas transformações correspondem a uma das mais importantes modificações estruturais verificadas na sociedade e deverão produzir alterações significativas sobre as políticas sociais destinadas às crianças, aos jovens e aos idosos. Tais mudanças estruturais da população podem ser observadas na pirâmide populacional de 2000 e 2010, apresentada a seguir.



O fenômeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem continua aumentando nos resultados do Censo 2010 e das projeções da população. Há 30 anos, em 1980, cerca de 37,7% da população pertencia ao grupo etário mais jovem (0-14 anos), e apenas 3,5% estava incluída no grupo etário dos mais idosos (com 65 ou mais anos). Em 2012, Santa Catarina apresenta cerca de 19,6% da população no grupo etário mais jovem (0-14 anos) e cerca de 9,4% da população tem 65 ou mais anos de idade.

- 19,6% da população está na faixa etária de 0 a 14 anos de idade
- 9,4% têm mais de 64 anos de idade
- 71,0% está na faixa de 15 a 64 anos de idade

2.2.4 ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL

Observa-se que o número de pessoas com idades potencialmente ativas está em pleno processo de ascensão, e a razão de dependência total da população vem declinando em consequência da diminuição da participação das crianças de 0 a 14 anos sobre a população de 15 a 64 anos de idade. Além disso, a população com idades de ingresso no mercado de trabalho (15 a 24 anos) tende a diminuir nos próximos anos.

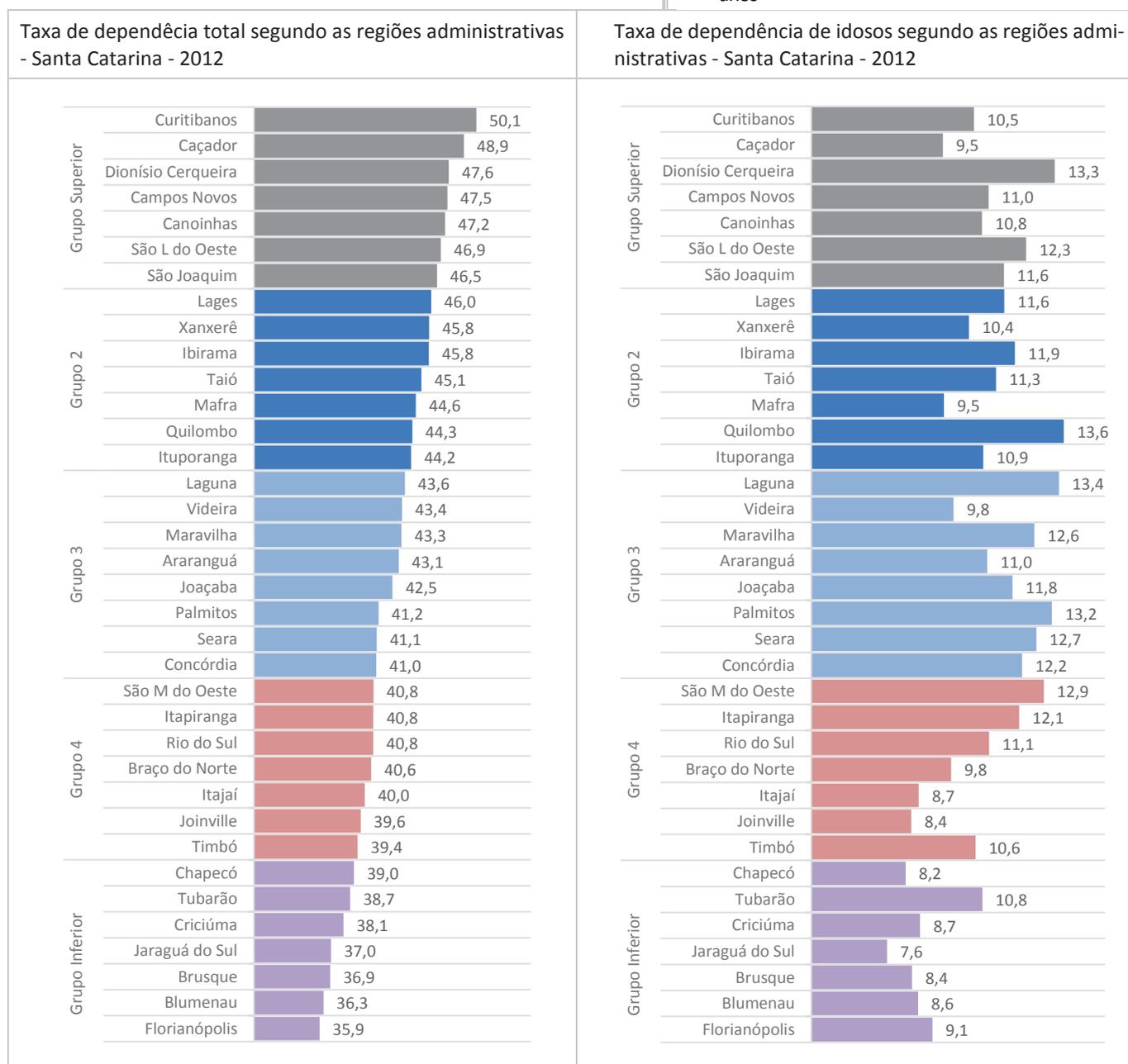
Geograficamente, as regiões com uma estrutura etária da população mais equilibrada são aquelas que também apresentam índices de dependência mais favoráveis. Já, Caçador e Curitiba aparecem no topo com o valor mais elevado - 50 pessoas em idade não ativa por 100 em idade ativa, seguidos pelos municípios de Campos Novos, Canoinhas, Dionísio Cerqueira, São Joaquim e São Lourenço do Oeste, variando de 47 a 49.

O índice de dependência total é um indicador que permite uma percepção sobre o esforço que a sociedade exerce sobre a população ativa.

O Censo 2010 revela que, nos últimos 30 anos, o índice de dependência total reduziu de 69,9 em 1980 para 40,3 em 2010. A redução do índice de dependência total é resultado da redução do índice de dependência de jovens, que reduziu de 64,0 para 30,6 no período. O índice de dependência de idoso teve, no mesmo período, um comportamento contrário, assinalando um aumento de 5,9 para 9,7.

Estes resultados refletem o perfil demográfico do Estado, caracterizado por um aumento da população mais idosa e pela diminuição da população mais jovem, motivado sobretudo pela diminuição da natalidade.

- **Índice de dependência total** - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa. Definido habitualmente como a relação entre a população com 0 - 14 anos conjuntamente com a população com 65 ou mais anos e a população com 15 - 64 anos
- **Índice de dependência de idosos** - Relação entre o número de idosos e a população em idade ativa. Definido habitualmente como a relação entre a população com 65 ou mais anos e a população com 15 - 64 anos
- **Índice de dependência de jovens** - Relação entre o número de jovens e a população em idade ativa. Definido habitualmente como a relação entre a população com 0 - 14 anos e a população com 15 - 64 anos



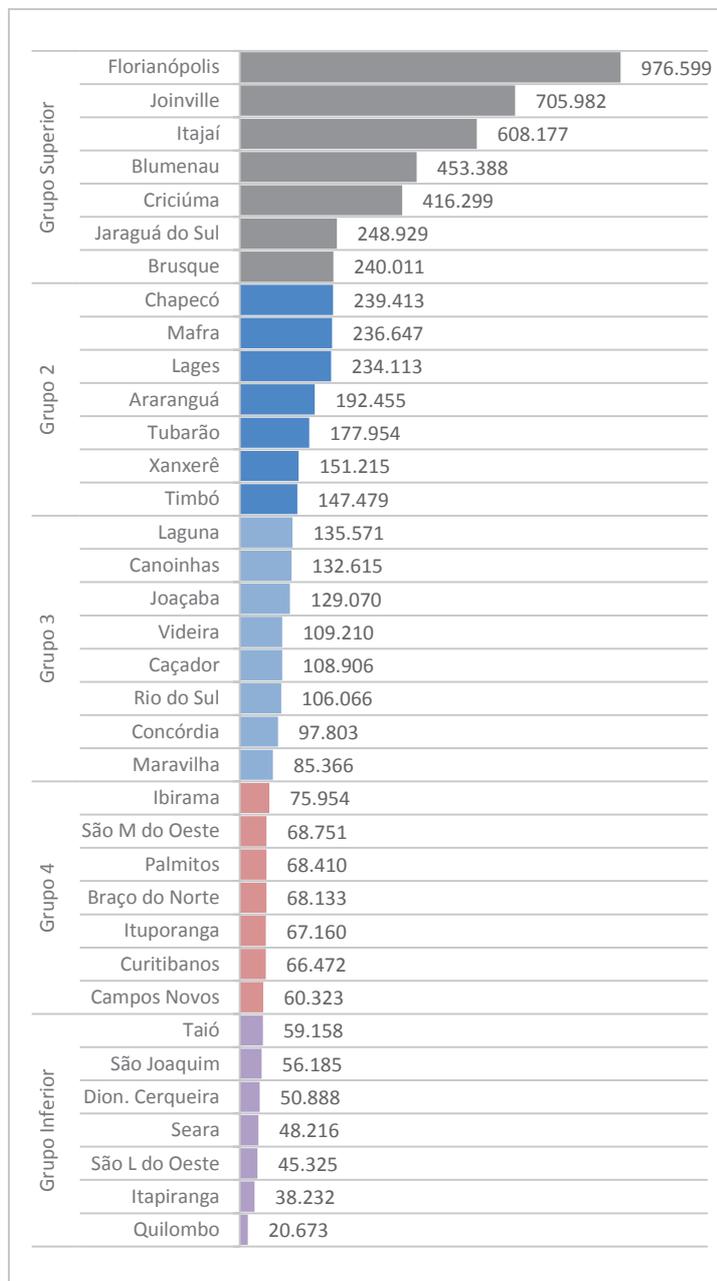
Fonte: IBGE – Projeções da população do Brasil por sexo e idade

2.2.5 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO

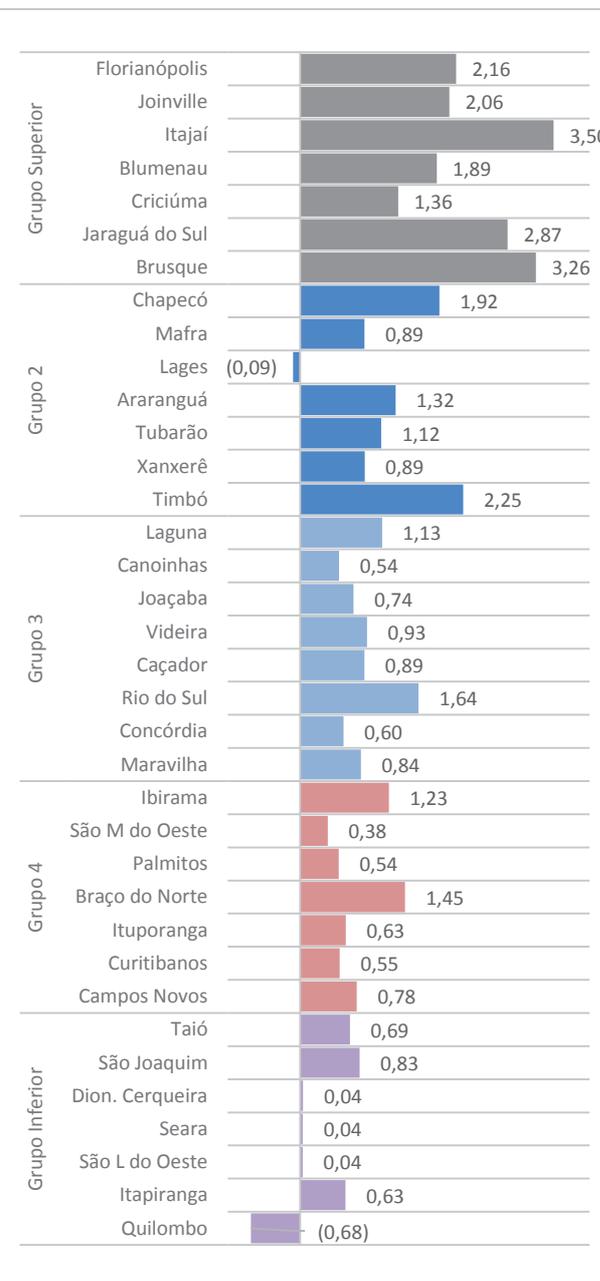
A desertificação alastra-se a uma parte significativa do território catarinense, contrastando com o aumento da densidade populacional verificado em algumas regiões. Agravou-se o desequilíbrio na distribuição da população pelo território. Os municípios do litoral registram uma taxa de crescimento populacional mais elevada que os municípios do interior. Este padrão de litoralização do Estado reforçou-se na última década também acentuado-se a tendência para a concentração da população junto às cidades do litoral, tais como: Itajaí, Blumenau, Joinville, Florianópolis, Criciúma e Tubarão; no interior apenas Chapecó, Rio do Sul e Timbó tiveram taxa de crescimento populacional acima da média estadual.

- 48,2% do aumento da população catarinense entre 2000 e 2014 ocorreu em 3 regiões administrativas: Florianópolis, Joinville e Itajaí
- 20 regiões administrativas foram responsáveis por apenas 8,2% do aumento da população catarinense entre 2000 e 2014

Distribuição da população segundo as regiões administrativas - Santa Catarina - 2014



Taxa de crescimento média anual da população segundo as regiões administrativas - Santa Catarina - 2000 - 2014

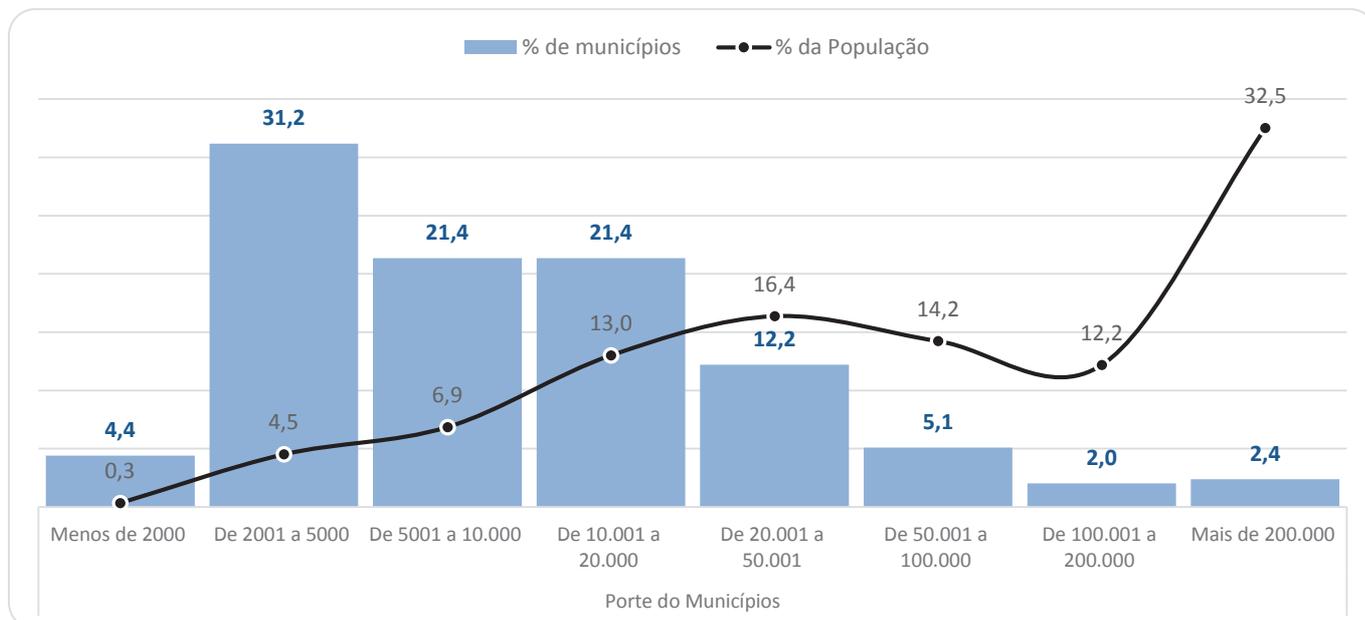


Fonte: IBGE - Censo 2010 e 2014 e Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais

Porte populacional dos municípios

Dos 295 municípios catarinenses, 57,0% tinham população menor que 10.000 habitantes, os quais acumulavam 11,7% da população estadual. Somente 13 deles contavam com mais de 100.000 habitantes, concentrando 44,7% da população do Estado. Destes, apenas 7 tinham mais de 200.000 habitantes e concentravam 32,5% da população.

Distribuição dos municípios e da população segundo o porte dos municípios - Santa Catarina - 2014



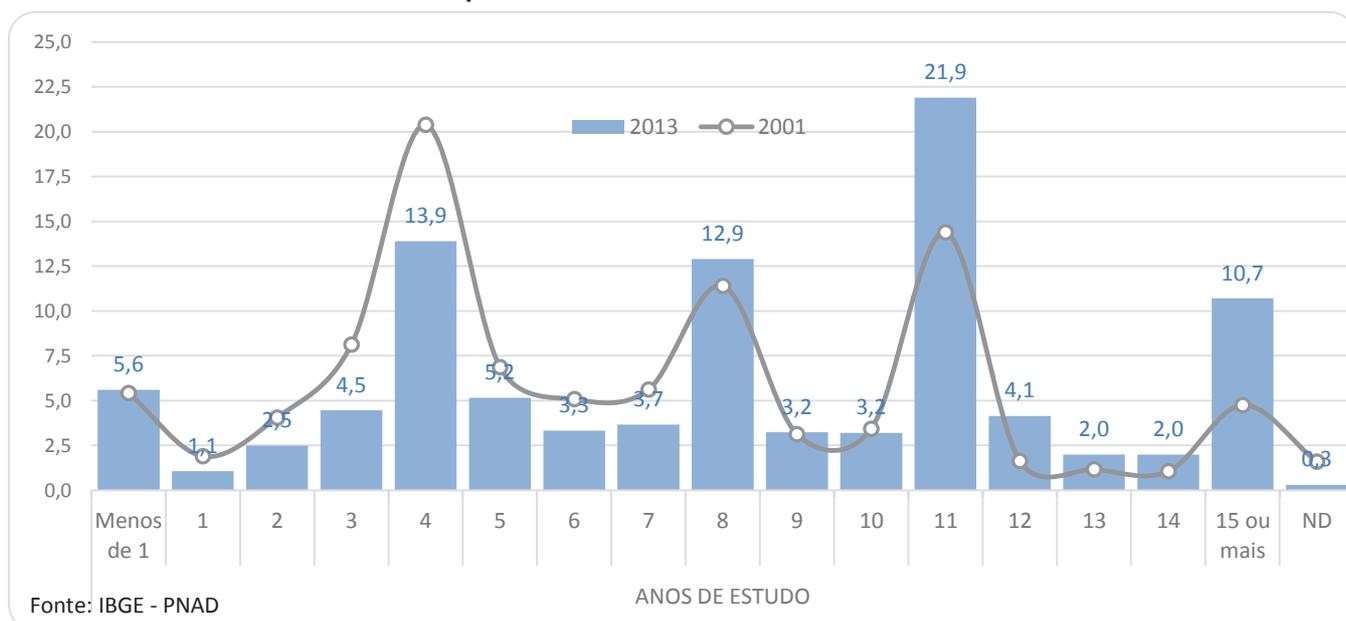
2.2.6 NÍVEL DE INSTRUÇÃO

A educação é uma prioridade fundamental para Santa Catarina. O fortalecimento de um sistema educacional adequado e eficiente, que atenda às exigências da economia global é uma condição sem a qual o Estado não poderá manter seu padrão de desenvolvimento social, nem manter-se economicamente competitivo, tanto em âmbito nacional como internacional.

- A população estimada na PNAD 2013, que possui 10 ou mais anos de estudo, passou de 1.224 mil pessoas para 2.565 - mais que duplicou nos últimos 12 anos

O nível de instrução atingido pela população de Santa Catarina progrediu muito na última década. Observa-se um recuo da população com níveis de instrução mais reduzidos, especialmente até o ensino fundamental e um aumento dos níveis de qualificação superiores.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade por anos de estudo - Santa Catarina - 2001 e 2013



Fonte: IBGE - PNAD

2.3 INFRAESTRUTURA SOCIAL

Nesta seção apresenta-se uma visão geral do estado de Santa Catarina no que se refere a indicadores do bem-estar, como o abastecimento de água, saneamento básico, acesso à energia elétrica e às telecomunicações. Também traz informações sobre o sistema viário e suas principais características.

2.3.1 FAMÍLIAS E DOMICÍLIOS

Domicílios

Domicílio é considerado um local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, podendo ser particular ou coletivo.

2.279 mil

É o número de domicílios particulares permanentes existentes - Santa Catarina - 2013

Famílias

Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residentes na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar.

2.376 mil

É o número de famílias existentes em Santa Catarina - 2013

Domicílios particulares permanentes: características de bem-estar - Santa Catarina - 2002, 2009 e 2013

ESPECIFICAÇÃO	2002	2009	2013	Taxa de Crescimento (%) 2013 /2009	Taxa de Cobertura (%)
Domicílios particulares permanentes	1.653	2.010	2.279	13,4	100,0
Água - com canalização interna	1.631	1.989	2.244	12,8	98,5
Água - com canalização interna - com rede geral	1.264	1.591	1.877	18,0	82,4
Banheiro - tinham	1.637	1.999	2.255	12,8	98,9
Computador e internet - microcomputador - tinham		952	1.399	47,0	61,4
Computador e internet - microcomputador - tinham - com acesso à internet		733	1.213	65,5	53,2
Telefone - tinham		1.820	2.150	18,1	94,3
Telefone - tinham - celular e fixo convencional		901	938	4,1	41,2
Telefone - tinham - somente celular		774	1.102	42,4	48,4
Telefone - tinham - somente fixo convencional		145	110	4,8	4,8
Destino do lixo - coletado diretamente	1.344	1.764	2.042	15,8	89,6
Energia elétrica - tinham	1.642	2.006	2.265	12,9	99,4
Esgotamento Sanitário - tinham - fossa séptica ligada à rede coletora	0	641	608	5,1	26,7
Esgotamento Sanitário - tinham - fossa séptica não ligada à rede coletora	0	552	760	37,7	33,3
Esgotamento Sanitário - tinham - rede coletora	165	497	513	3,2	22,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

3 CONTEXTO ECONÔMICO DE SANTA CATARINA

Nesta seção é apresentada uma visão geral de Santa Catarina sob o ponto de vista de seu desempenho econômico nos últimos anos. Deste modo, foram observados aspectos como Produto Interno Bruto – PIB -, balança comercial, volume de empresas e empregos, renda da população, finanças públicas e movimentações realizadas pelo setor primário.

3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB

O PIB representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos num determinado país, estado ou região, durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc).

177,3 bilhões R\$

Foi o PIB de Santa Catarina em 2012. O 6º maior PIB do País.

4,1%

Foi a participação de Santa Catarina no PIB nacional em 2012.

0,3 ponto percentual

Foi o ganho na participação de Santa Catarina no PIB nacional entre 2002 e 2012.

12,3%

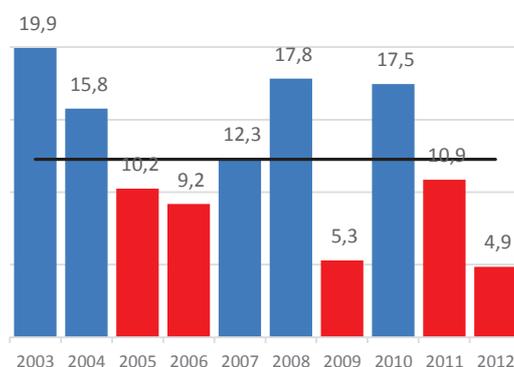
Foi a taxa média de crescimento nominal no período de 2002 a 2012.

6ª posição

É a posição ocupada por Santa Catarina entre os 26 estados e o Distrito Federal

- O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica de uma região, estado ou país

Taxa de crescimento nominal do PIB - Santa Catarina - 2003 - 2012

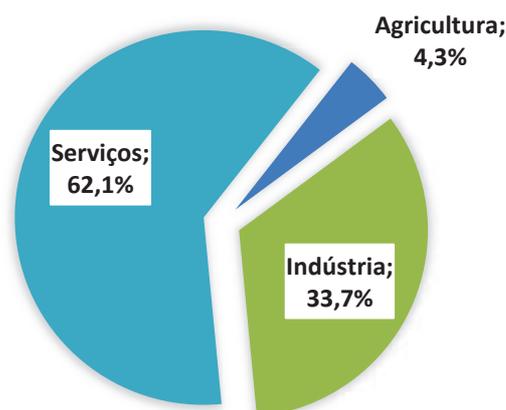


■ Fonte: IBGE - Contas Regionais

ESTRUTURA DA ECONOMIA

A estrutura da economia catarinense, nas últimas décadas, é caracterizada por elevado peso do setor dos serviços, semelhante aos demais estados brasileiros e aos países desenvolvidos, que contribuiu com 62,1% do Valor Adicionado Bruto - VAB. A agricultura, silvicultura e pesca representaram apenas 4,3% do VAB (contra 9,3% em 2002), enquanto o setor industrial contribuiu com 33,6% do VAB.

PARTICIPAÇÃO (%) DOS SETORES NO VAB



A ECONOMIA CATARINENSE NO PANORAMA NACIONAL

O PIB a preços de mercado de Santa Catarina cresceu a uma taxa média de 12,3% ao ano entre 2002 e 2012, acumulando crescimento de 318,2% nesse período. Esse foi tão somente o 21º maior crescimento entre as Unidades da Federação. Todavia, deve-se levar em conta que, em geral, no período retratado, os estados com as maiores economias foram os que apresentaram as menores taxas de crescimento médio.

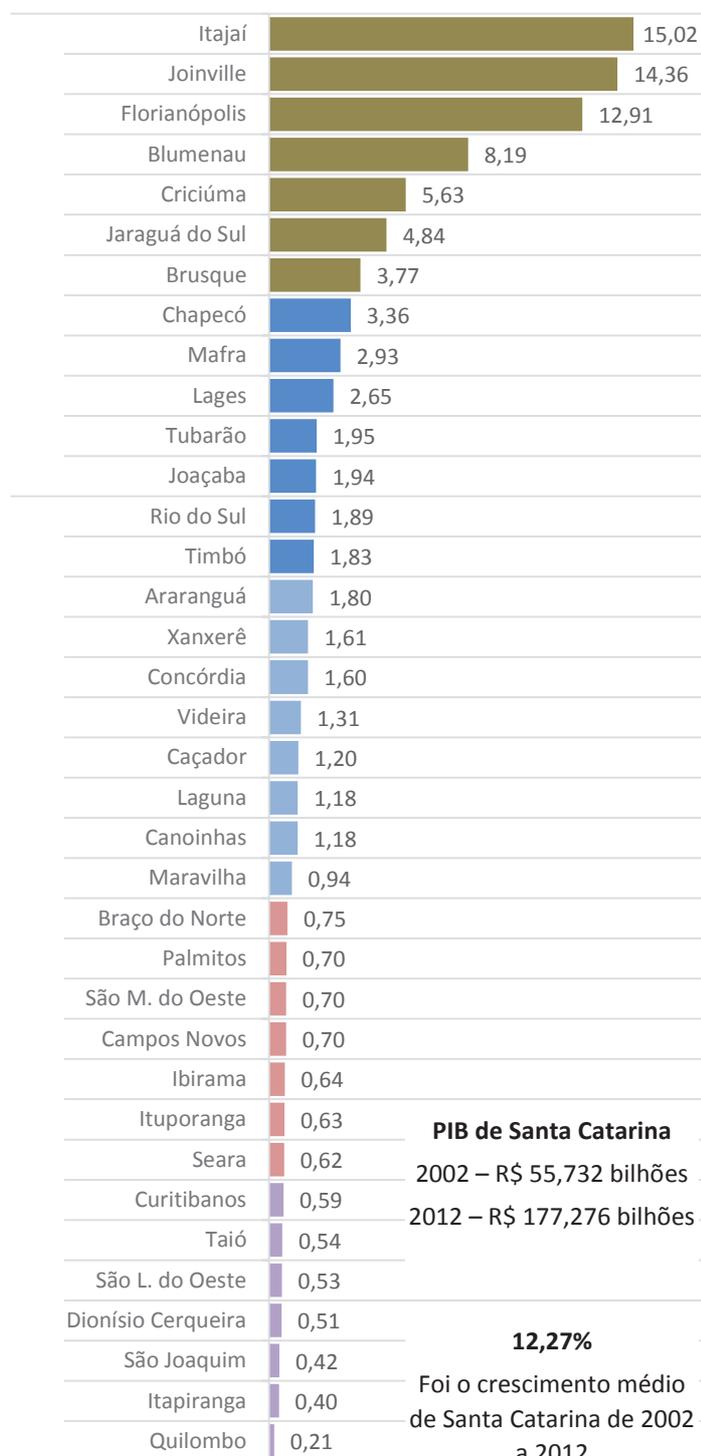
Participação dos estados e do Distrito Federal na formação do PIB - 2012		Taxa de crescimento nominal médio do PIB dos estados e do Distrito Federal no período de 2002 - 2012	
Grupo Superior	São Paulo	32,08	10,66
	Rio de Janeiro	11,48	11,40
	Minas Gerais	9,19	12,19
	Rio Grande do Sul	6,32	10,16
	Paraná	5,83	11,21
Grupo 2	Santa Catarina	4,04	12,27
	Distrito Federal	3,90	11,80
	Bahia	3,82	10,70
	Goiás	2,82	12,72
	Pernambuco	2,67	12,78
Grupo 3	Espírito Santo	2,44	14,90
	Pará	2,07	13,50
	Ceará	2,05	12,05
	Mato Grosso	1,84	14,46
	Amazonas	1,46	11,40
Grupo 4	Maranhão	1,34	14,30
	Mato Grosso do Sul	1,24	13,65
	Rio Grande do Norte	0,90	12,48
	Paraíba	0,88	12,03
	Alagoas	0,67	11,65
Grupo Inferior	Rondônia	0,67	14,20
	Sergipe	0,63	11,40
	Piauí	0,59	13,23
	Tocantins	0,44	13,29
	Amapá	0,24	12,21
	Acre	0,22	12,87
	Roraima	0,17	12,20

Fonte: IBGE - Contas Regionais

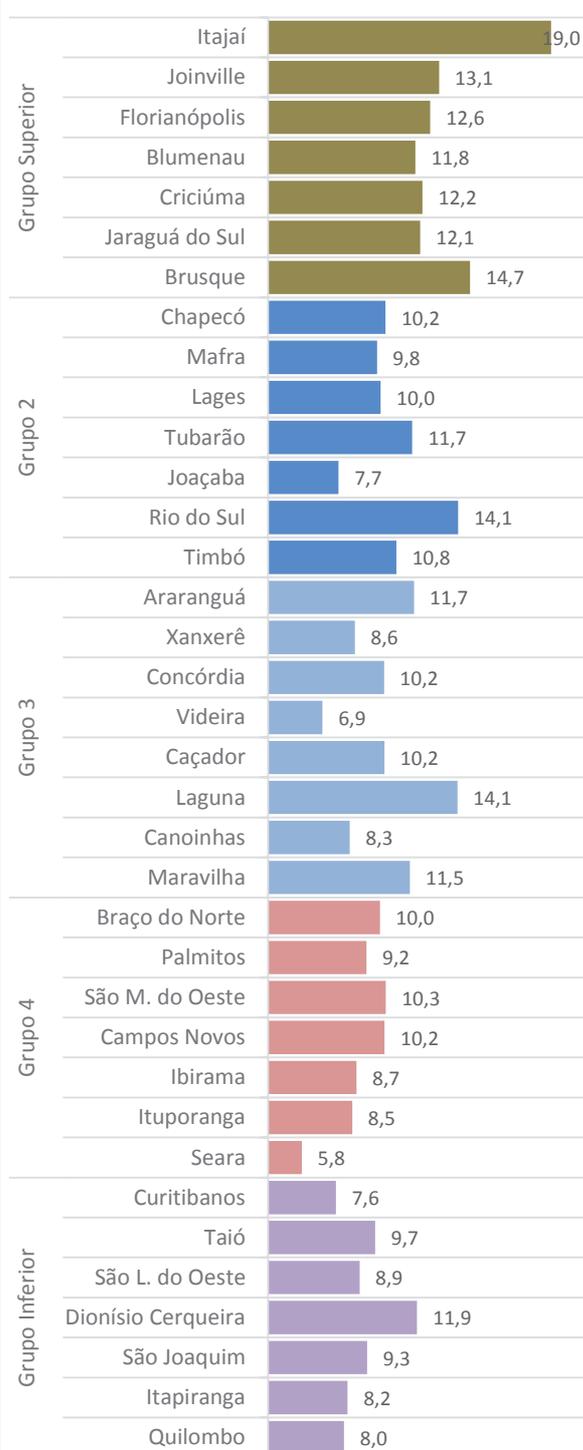
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO PIB DE SANTA CATARINA

No âmbito das regiões administrativas do Estado destaca-se a importância das regiões do litoral na formação do PIB estadual. Assim, as 7 maiores regiões estão localizadas na faixa litorânea; produziram 64,71% do PIB estadual e abrigavam 53,47% da população estadual.

Distribuição espacial do PIB (%), segundo as regiões administrativas - Santa Catarina - 2012



Taxa de crescimento médio do PIB, segundo as regiões administrativas - Santa Catarina - 2002 - 2012



Fonte: IBGE - Contas Regionais



PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA

O PIB per capita de Santa Catarina, em 2012, de R\$ 27.772, era o 5º maior do País, atrás do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O PIB per capita nacional era de R\$ 22.646.

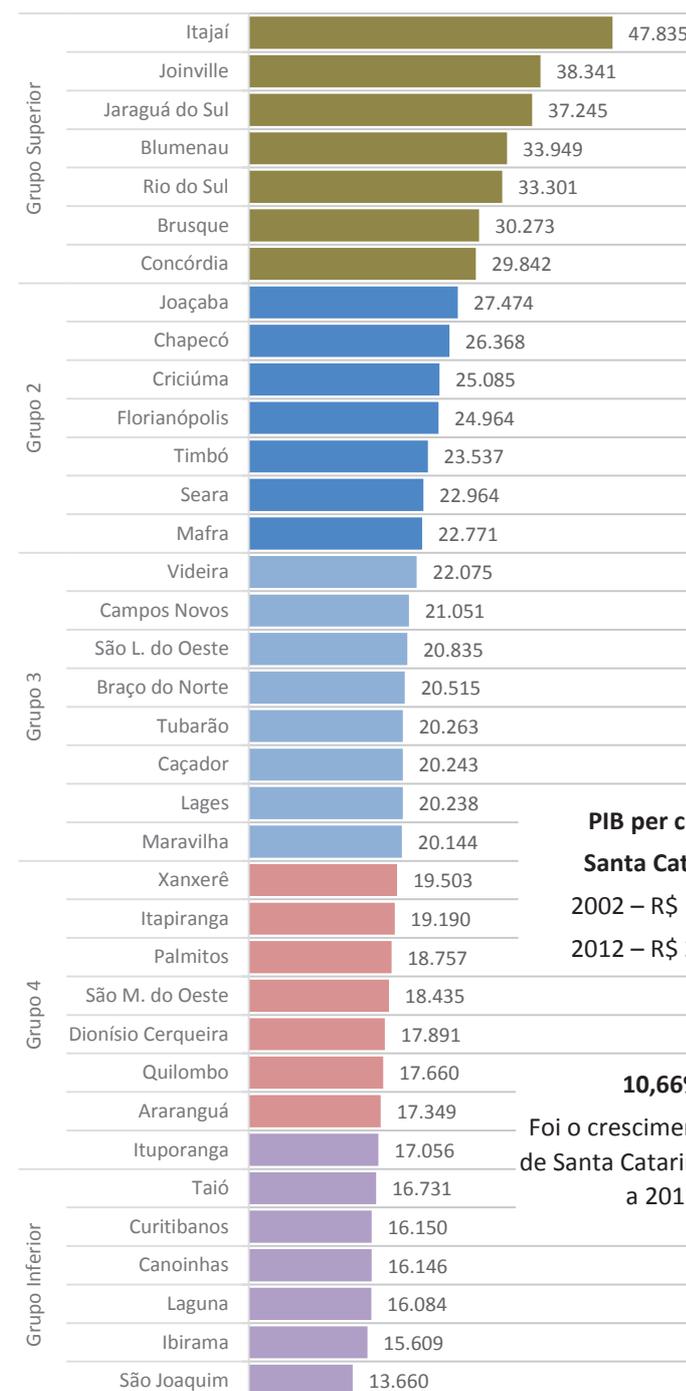
No período 2002 a 2012, o PIB per capita de Santa Catarina cresceu 10,7% acima da média, tanto nacional como na média da Região Sul. Em 2002, o Estado ocupava a 5ª posição neste indicador.

■ R\$ 27.772

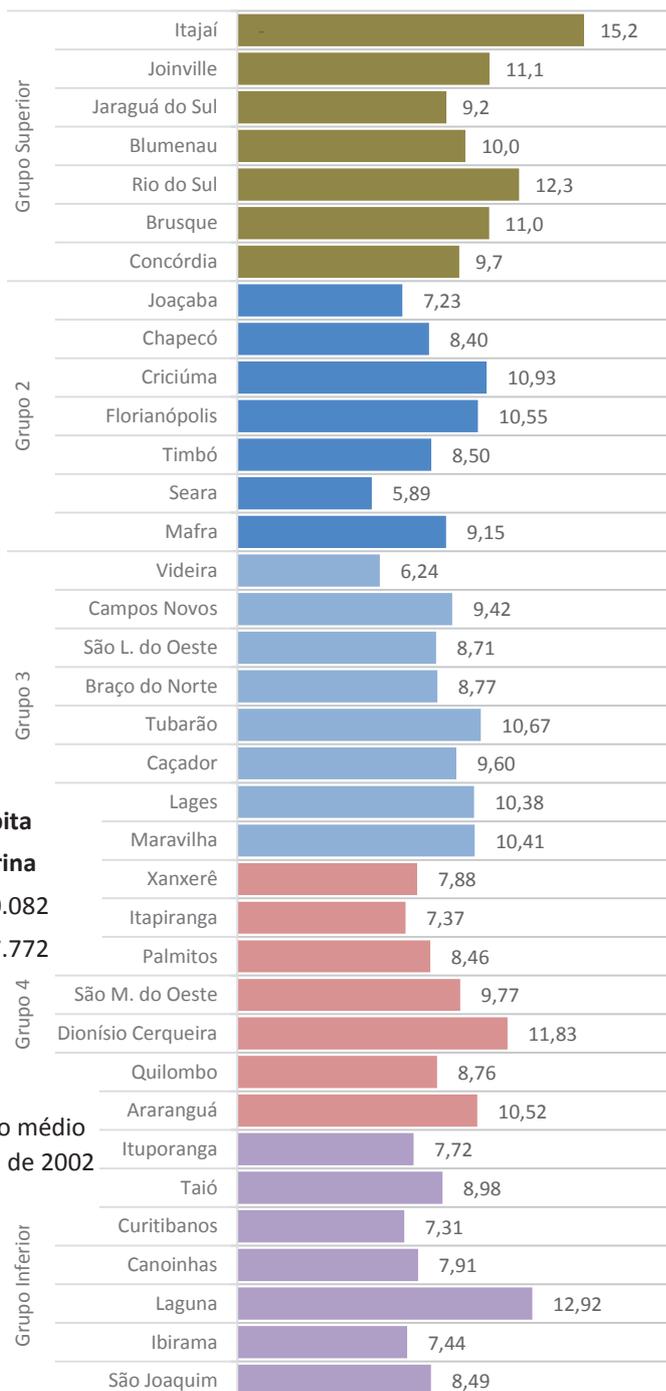
Foi o PIB per capita de Santa Catarina - ocupa a 5ª posição entre os 26 estados e o Distrito Federal

PIB PER CAPITA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE SANTA CATARINA

PIB per capita, segundo as regiões administrativas - Santa Catarina - 2012



Taxa de crescimento médio do PIB per capita, segundo as regiões administrativas - Santa Catarina - 2002 - 2012



PIB per capita
Santa Catarina
 2002 – R\$ 10.082
 2012 – R\$ 27.772

10,66%
 Foi o crescimento médio
 de Santa Catarina de 2002
 a 2012

Fonte: IBGE – Contas Municipais

3.1.1 SETOR AGROPECUÁRIO

A agropecuária consiste no conjunto de atividades primárias, estando diretamente associada ao cultivo de plantas (agricultura) e à criação de animais (pecuária) para o consumo humano ou para o fornecimento de matérias-primas na fabricação de roupas, medicamentos, biocombustíveis, produtos de beleza, entre outros. Esse segmento da economia é um dos elementos que compõem o Produto Interno Bruto (PIB) de um determinado lugar.

O setor agropecuário consiste na agregação das atividades da:

- Agricultura, silvicultura e exploração florestal, pecuária e pesca

VALOR ADICIONADO BRUTO DA AGROPECUÁRIA - 2012

6,39 bilhões de R\$

Foi o Valor Agregado Bruto (VAB) da agropecuária de Santa Catarina em 2012. O 10º maior VAB agropecuário do País.

3,77%

Foi a taxa de crescimento nominal médio do VAB agropecuário do Estado no período de 2002 a 2012. Neste mesmo período o Brasil cresceu 8,9%.

2,1 pontos percentuais

Foi o perda na participação de Santa Catarina no VAB agropecuário nacional entre 2002 e 2012.

4,3%

Foi a participação da agricultura no total VAB do Estado em 2012.

4,7 pontos percentuais

Foi a perda de participação da agricultura no total do VAB do Estado entre 2002 e 2012. No Brasil, a agricultura perdeu 1,3 ponto percentual de participação no VAB no mesmo período.

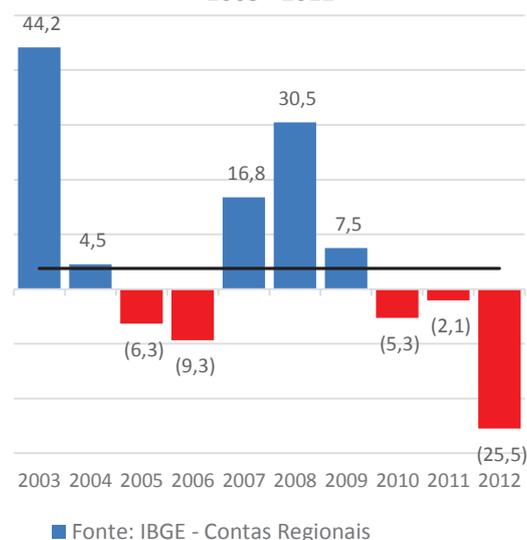
Portanto, no período observado, a agropecuária estadual cresceu num ritmo inferior ao da agropecuária nacional. A indústria e o setor de serviços, ao contrário, cresceram mais rapidamente.

Apesar dessa retração, observa-se uma maior importância relativa da agropecuária catarinense em relação a nacional, já que a participação da agricultura no PIB de Santa Catarina é maior do que a participação da agricultura no PIB nacional.

O grupo de atividades que mais vem adicionando valor dentro da agropecuária é o da “criação de bovinos e outros animais”, onde o leite é o produto principal. Essa atividade está em franca expansão no Estado. O segundo grupo em tamanho é composto pelos “outros produtos da lavoura temporária” onde se destaca a produção de fumo, cebola, feijão e tomate. Depois desses, seguem na ordem de importância os grupos de cereais (principalmente o milho); da silvicultura (madeiras em toras para celulose); da suinocultura; além do de “outros produtos da lavoura permanente” (maçã e banana), o grupo da soja e derivados, da pesca e o da criação de aves.

A diversidade produtiva, a topografia, bem como as características da ocupação urbana trazem também preocupação frente aos possíveis impactos ocasionados pelas mudanças climáticas. A necessidade de adaptação de espécies e culturas se soma aos prejuízos recorrentes causados pelos extremos do clima.

Taxa de crescimento nominal do VAB da Agropecuária - Santa Catarina - 2003 - 2012



Principais produtos da agropecuária catarinense

- Carne de frango
- Leite
- Carne suína
- Fumo
- Soja
- Milho em grão
- Madeira em tora
- Carne bovina
- Arroz

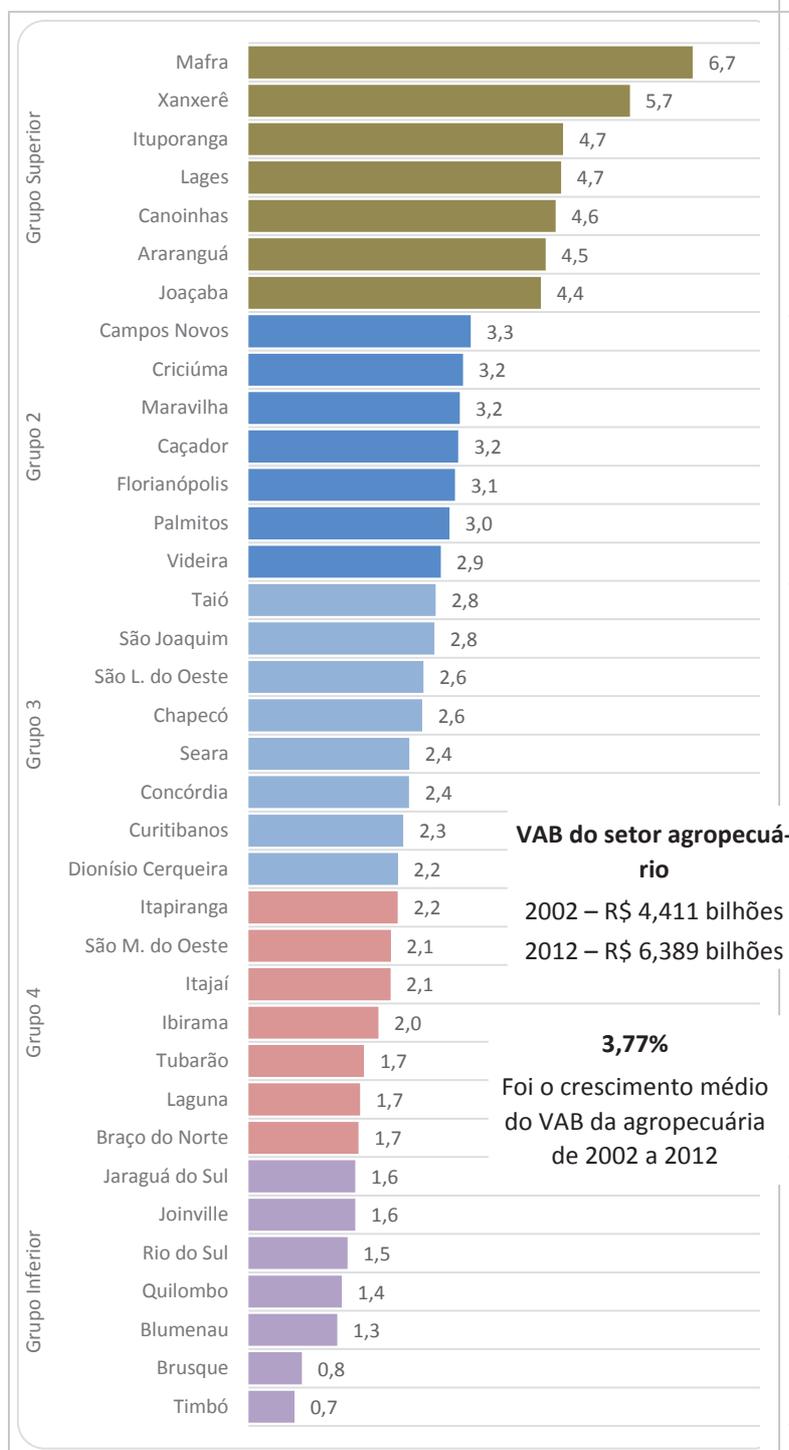
Esses 9 produtos representam 92,2% do Valor Bruto da Produção de Santa Catarina.

Fonte: IBGE e EPAGRI/CEPA

Santa Catarina, historicamente tem sido atingida por desastres ambientais, mas as ocorrências parecem aumentar. O número de enchentes, deslizamentos, secas e vendavais estão tornando-se muito frequentes, o que leva a necessidade de a população assumir uma mudança cultural para minimizar os riscos desses desastres. A solução passa por projetos preventivos e ações conjuntas de curto, médio e longo prazo.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VAB DA AGRICULTURA

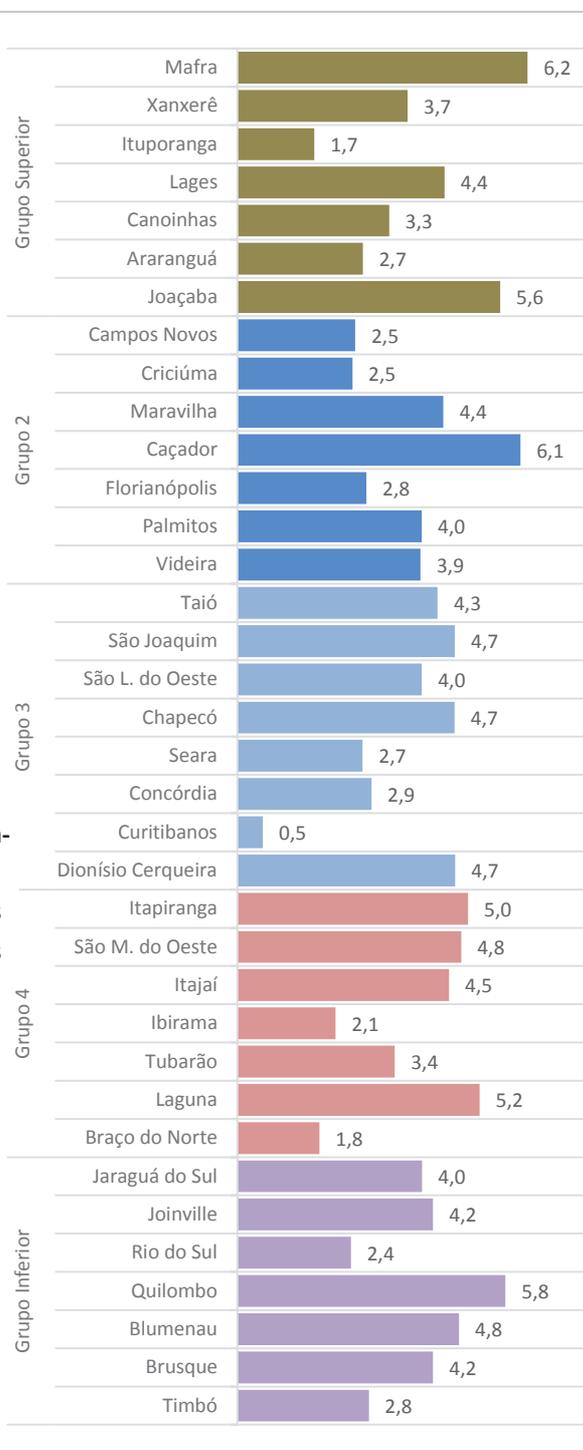
Distribuição espacial do VAB do setor agropecuário, segundo as regiões administrativas - Santa Catarina - 2012



VAB do setor agropecuário
 2002 – R\$ 4,411 bilhões
 2012 – R\$ 6,389 bilhões
3,77%
 Foi o crescimento médio do VAB da agropecuária de 2002 a 2012

Fonte: IBGE – Contas Municipais

Taxa de crescimento médio do VAB do setor agropecuário, segundo as regiões administrativas - Santa Catarina - 2002 - 2012



3.1.2 SETOR INDUSTRIAL

A indústria é o setor da economia que transforma as matérias-primas em produtos industrializados (roupas, máquinas, medicamentos, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, etc.).

VALOR ADICIONADO BRUTO DA INDÚSTRIA - 2012

O valor adicionado bruto é o valor que as atividades industriais adicionam aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao PIB pelas diversas atividades da indústria, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

R\$ 50,426 bilhões

Foi o PIB industrial de Santa Catarina em 2012. O 6º maior VAB industrial do País.

11,92%

Foi a taxa de crescimento nominal médio do VAB estadual no período de 2002 a 2012. Neste mesmo período o Brasil cresceu 10,9%.

5,2%

Foi a participação de Santa Catarina no VAB industrial nacional em 2012.

0,5 ponto percentual

Foi o ganho na participação de Santa Catarina no VAB industrial nacional entre 2002 e 2012.

33,7%

Foi a participação da indústria no total do VAB do Estado em 2012.

0,3 ponto percentual

Foi o ganho de participação da indústria no total do VAB do Estado entre 2002 e 2012. No Brasil, a indústria perdeu 1,0 ponto percentual de participação no PIB no mesmo período.

PRINCIPAIS ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2012

0,5%

Foi a participação da indústria extrativa mineral no VAB estadual em 2012.

21,5%

Foi a participação da indústria de transformação no VAB estadual em 2012.

5,7%

Foi a participação da produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana no VAB estadual.

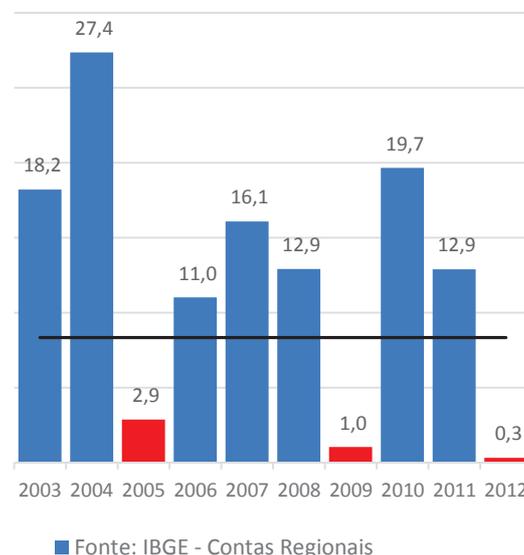
5,9%

Foi a participação da indústria da construção civil no VAB estadual.

O setor industrial consiste na agregação das atividades da:

- Indústria extrativa mineral
- Indústria de transformação
- Produção e distribuição de eletricidade, gás e água, esgoto e limpeza urbana
- Construção civil

Taxa de crescimento nominal do VAB da Indústria - Santa Catarina - 2003 - 2012



- Santa Catarina possui um importante parque industrial, ocupando posição de destaque no Brasil. A sua indústria de transformação é a 4ª do País em quantidade de empresas, a 5ª em número de empregos e a 4ª em Valor Adicionado Bruto

NÚMERO DE EMPREGOS NA INDÚSTRIA - 2013**811.396 empregos**

Foi o número de empregos no setor industrial catarinense - 6,8% da força de trabalho da indústria nacional.

36,7%

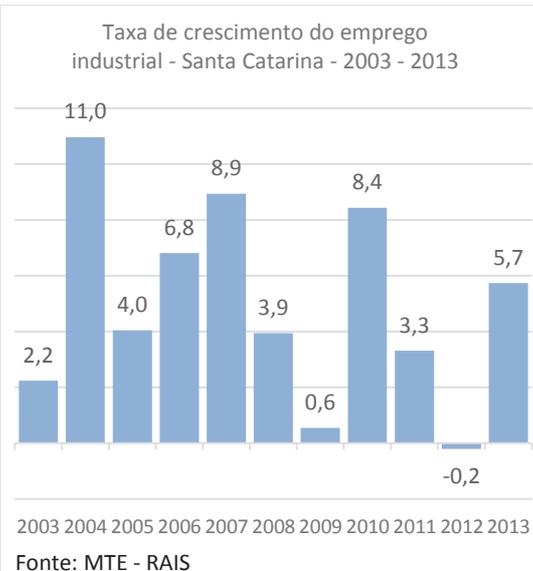
Foi a participação da indústria no emprego com carteira assinada em Santa Catarina. É o Estado para o qual a indústria representa o maior percentual do emprego. No Brasil, a indústria emprega 24,3% do total de trabalhadores formais.

R\$ 1.702

Foi o salário médio pago pela indústria do Estado em 2013. O salário médio da indústria no Brasil foi R\$ 2.087.

53,1%

É o percentual de trabalhadores da indústria catarinense que possui ao menos o ensino médio completo. No Brasil, esse percentual é de 55,3%.

**NÚMERO DE EMPRESAS - 2013****50.057**

Foi o número de empresas industriais em 2013. Santa Catarina responde por 8,3% do total de empresas que atuam no setor industrial do Brasil.

31.142

São microempresas com até 9 empregados.

10.295

São pequenas empresas de 10 a 49 empregados.

2.338

São médias empresas de 50 a 499 empregados.

176

São grandes empresas com mais de 500 empregados.

6.106

São empresas industriais que não tinham empregados em 2013.

■ A taxa de natalidade de empresas foi 5,3% ao ano, no período de 2002 - 2013



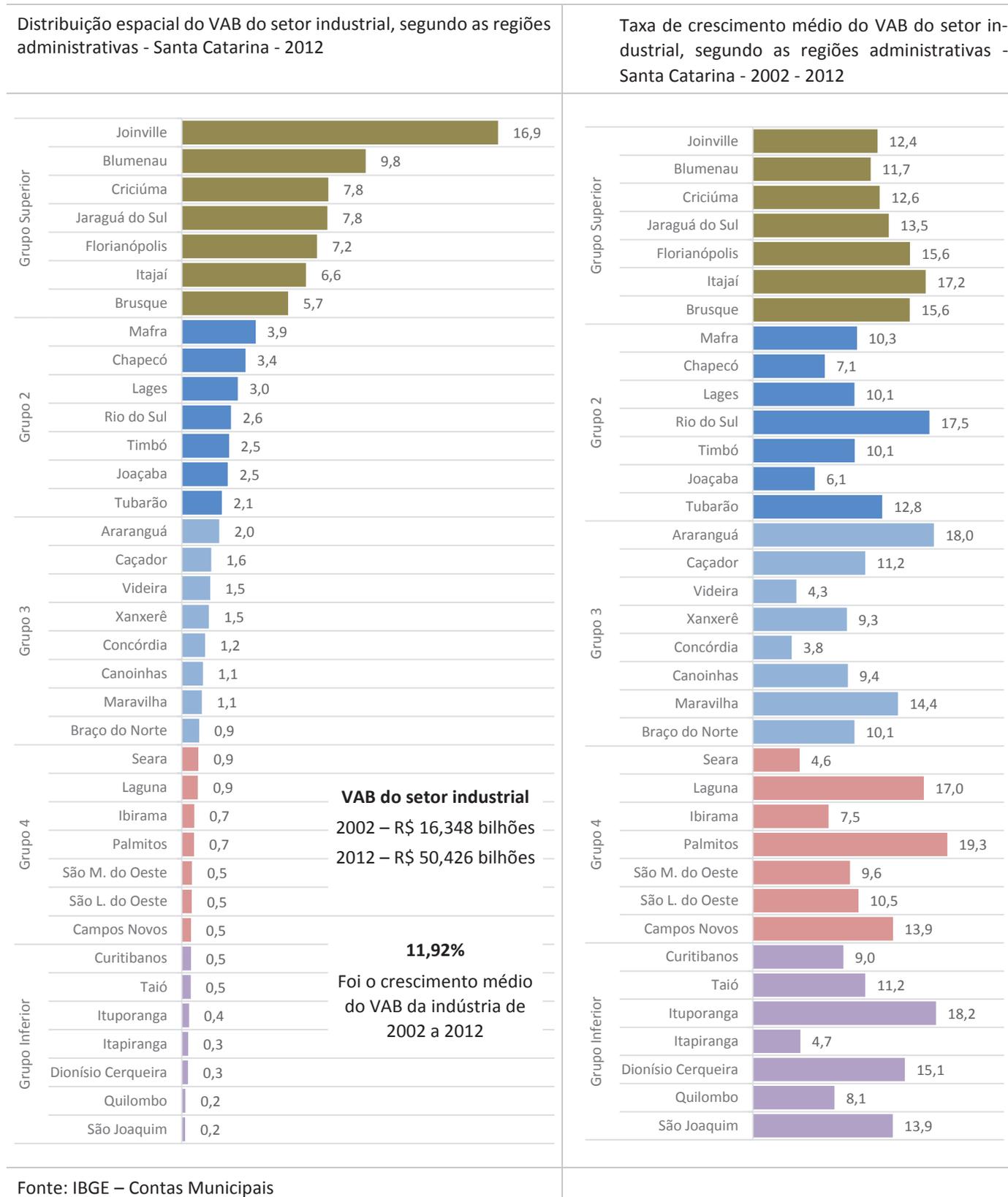
Apesar de toda esta diversidade e liderança o setor industrial tem demonstrado muitas preocupações em relação ao futuro e tem muitos desafios que precisam ser enfrentados com vistas à elevação da competitividade.

Há muitos anos as empresas vêm reivindicando redução da carga tributária e da taxa de juros. Outra dificuldade enfrentada se refere à forte valorização do real, que ao tempo que dificulta as exportações, facilita importações de produtos que concorrem com o produto catarinense, não raro em condições vantajosas. Importantes segmentos industriais lotados no Estado são altamente sensíveis a uma maior exposição de seus produtos frente a similares importados. Entretanto, a desvalorização do real frente ao dólar, a partir da segunda metade do ano de 2014 deverá promover a recuperação de muitas atividades industriais prejudicadas pelas importações.

A falta de trabalhadores qualificados e a alta rotatividade em alguns segmentos industriais também têm sido obstáculo em muitas regiões. A busca de soluções para os problemas logísticos como a infraestrutura portuária e de rodovias e os custos elevados dos fretes deverão continuar na agenda de trabalho dos empresários catarinenses nos próximos anos.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO PIB DO SETOR INDUSTRIAL DE SANTA CATARINA

A indústria está concentrada em diversos polos, conferindo um padrão de desenvolvimento equilibrado entre suas regiões: cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentar e móveis no Oeste; têxtil, vestuário e cristal no Vale do Itajaí; metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário no Norte; madeireiro na região Serrana e tecnológico na Capital. Embora haja essa especialização regional, muitos municípios estão desenvolvendo vocações diferenciadas, fortalecendo vários segmentos de atividade.



Fonte: IBGE – Contas Municipais

3.1.3 SETOR DE SERVIÇOS

Os serviços são produtos não materiais que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades.

A participação do setor de serviços no Valor Adicionado Bruto de Santa Catarina vem aumentando na série iniciada em 2002, atingindo 62,1% em 2012, destacando-se como o principal setor econômico do Estado. Dentre as atividades de serviços, destaca-se, no Estado, o segmento do comércio, com 25,1%; o de administração, saúde e educação públicas e seguridade social, com 20,3% e o de atividades imobiliárias e aluguéis, com 15,1%. Todas essas atividades cresceram acima da média nacional no período 2002-2012.

VALOR ADICIONADO BRUTO DO SETOR DE SERVIÇOS

Valor que as atividades classificadas como serviços acrescentam aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao PIB pelas diversas atividades de serviços, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

R\$ 92,964 bilhões

Foi o VAB do setor de serviços de Santa Catarina em 2012. O 8º maior VAB do País.

12,66%

Foi a taxa de crescimento nominal médio do VAB estadual no período de 2002 a 2012. Neste mesmo período o Brasil cresceu 11,7%.

3,6%

Foi a participação de Santa Catarina no VAB do setor de serviços nacional em 2012.

0,3 ponto percentual

Foi o ganho na participação de Santa Catarina no VAB do setor de serviços nacional entre 2002 e 2012.

62,1%

Foi a participação de serviços no total VAB do Estado em 2012.

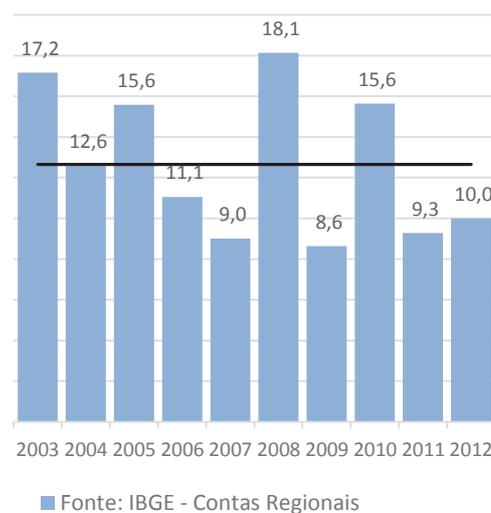
4,4 pontos percentuais

Foi o ganho de participação do setor de serviços no total do VAB do Estado entre 2002 e 2012. No Brasil, o setor de serviços ganhou 2,3 pontos percentuais de participação no VAB no mesmo período.

O setor de serviços consiste na agregação das atividades:

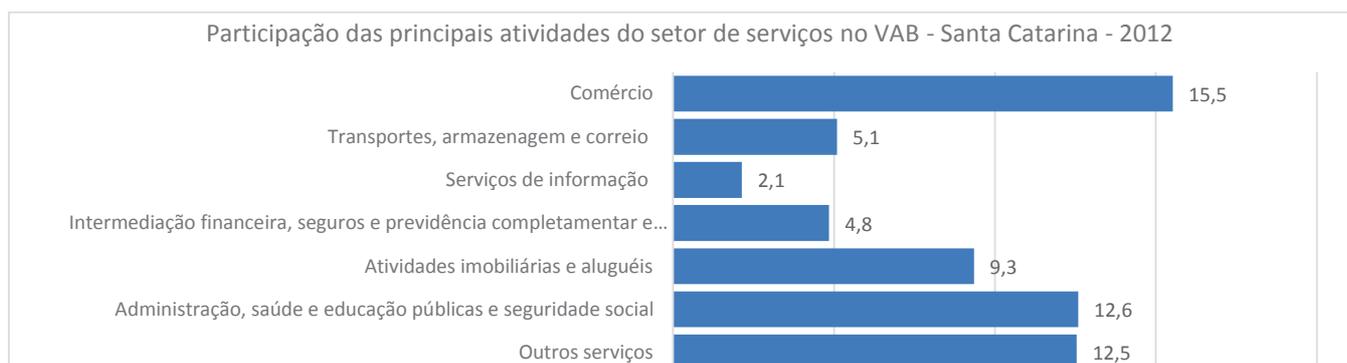
- Comércio
- Transportes, armazenagem e correio
- Serviços de informação
- Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados
- Atividades imobiliárias e aluguéis
- Administração, saúde e educação públicas e seguridade social
- Outros serviços

Taxa de crescimento nominal do VAB do setor de serviços - Santa Catarina - 2003 - 2012



PRINCIPAIS ATIVIDADES DO SETOR DE SERVIÇOS - 2012

Participação das principais atividades do setor de serviços no VAB - Santa Catarina - 2012



NÚMERO DE EMPREGOS DO SETOR DE SERVIÇOS - 2013**1.356.271 empregados**

Santa Catarina contribuiu com 3,8% da força de trabalho do setor de serviços nacional.

61,3%

Foi a participação do setor de serviços no emprego formal de Santa Catarina. É o Estado para o qual o setor de serviços representou o menor percentual do emprego. No Brasil, o setor de serviços contribuiu com 72,7% do emprego com carteira assinada.

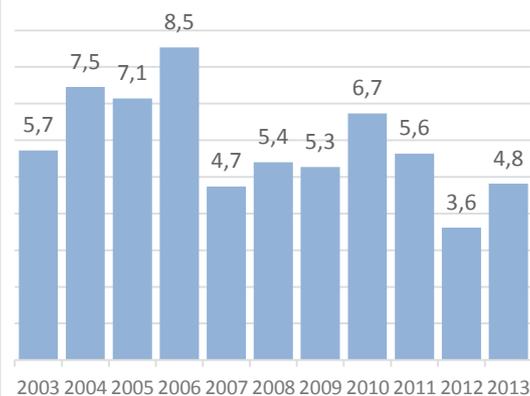
R\$ 1.520

Foi o salário médio pago pelo setor de serviços do Estado em 2013. O salário médio do setor no Brasil foi R\$ 1,728.

71,6%

É o percentual de trabalhadores do setor de serviços catarinense que possui ao menos o ensino médio completo. No Brasil, esse percentual foi 73,4%.

Taxa de crescimento do emprego no setor de serviços - Santa Catarina - 2003 - 2013



Fonte: MTE - RAIS

NÚMERO DE EMPRESAS DO SETOR DE SERVIÇOS - 2013**158.000**

Foi o número de empresas do setor de serviços em 2013. Santa Catarina responde por 5,4% do total de empresas que atuam no setor de serviços do Brasil.

119.459

São microempresas com até 9 empregados.

18.365

São pequenas empresas de 10 a 49 empregados.

2.569

São médias empresas de 50 a 499 empregados.

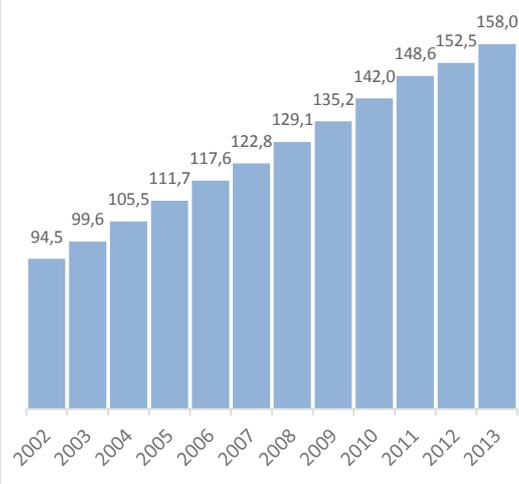
225

São grandes empresas com mais de 500 empregados.

17.382

São empresas que não tinham empregados em 2013.

Evolução do número de empresas no setor de serviços (em mil) - Santa Catarina - 2002 - 2013



Os desafios do setor de serviços do Estado são complexos e diversos, já que o setor envolve um grande número de atividades econômicas, cuja abrangência, interesses e áreas de atuação são bastante distintos.

Além de sua crescente importância econômica o setor emprega o maior contingente de trabalhadores. Sua dinâmica, no entanto, está altamente atrelada a tendências concentradoras do sistema capitalista, especialmente os setores do comércio e da intermediação financeira. Fusões e aquisições estão transformando empresas e suas relações, tanto com seus funcionários quanto com o mercado. Novos perfis e qualificações passam a ser demandados.

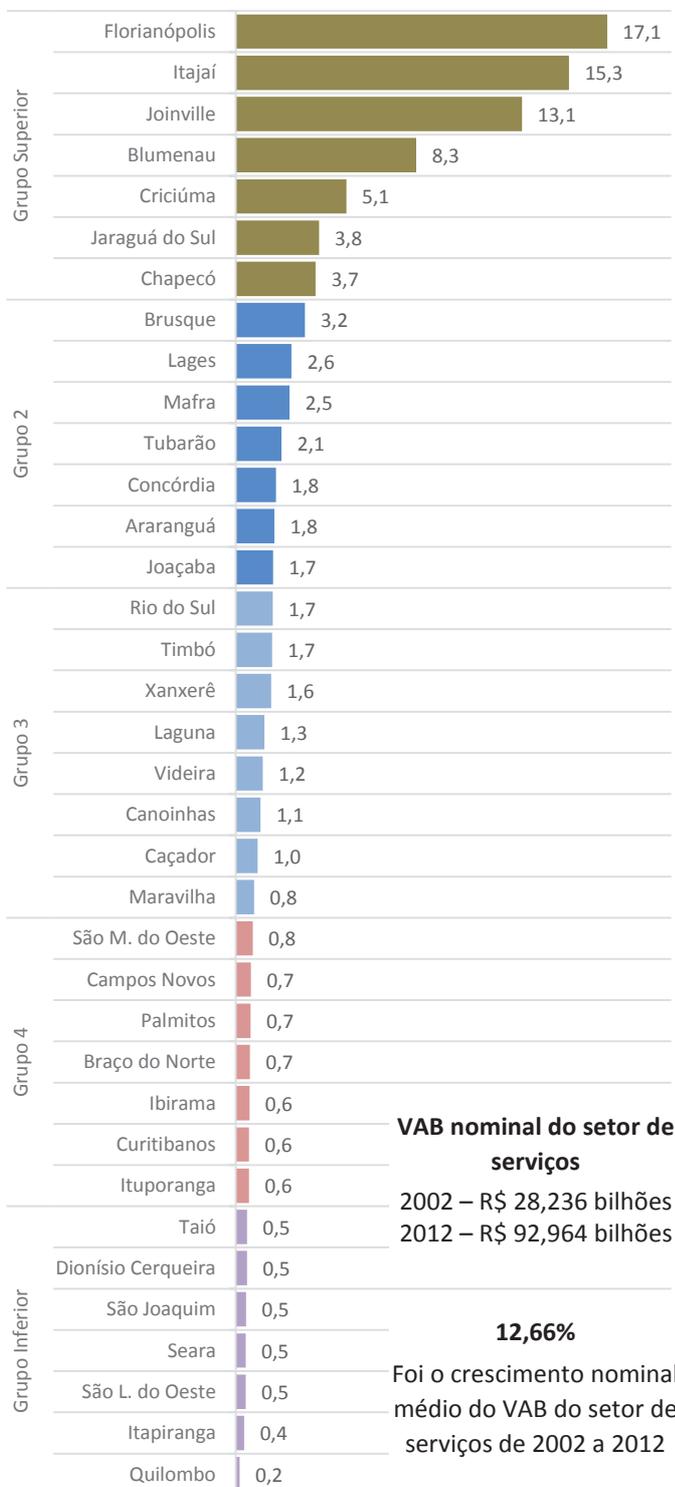
Os investimentos na modernização e ampliação de portos, ferrovias e, sobretudo, dos transportes terrestres têm sido considerados fundamentais para a ampliação da produção e melhoria da competitividade das empresas locais. Investimentos nesses segmentos deverão mudar o perfil de muitas cidades catarinenses.

Os serviços voltados ao desenvolvimento do capital humano, especialmente a educação pública de base e com orientação técnica, também deverão ganhar incremento nos investimentos, já que constituem-se em demandas latentes da sociedade e são condição para que a economia do Estado possa manter-se e crescer diante das dinâmicas competitivas e cada vez mais exigentes dos mercados globais.

Da mesma forma, os serviços de lazer e turismo, de grande potencial de desenvolvimento no Estado e com forte ligação com diversos segmentos do setor de serviços deverão receber investimentos em profissionalização e melhorias de infraestrutura, já que estão diante de um mercado crescente, onde o Estado tem forte aptidão.

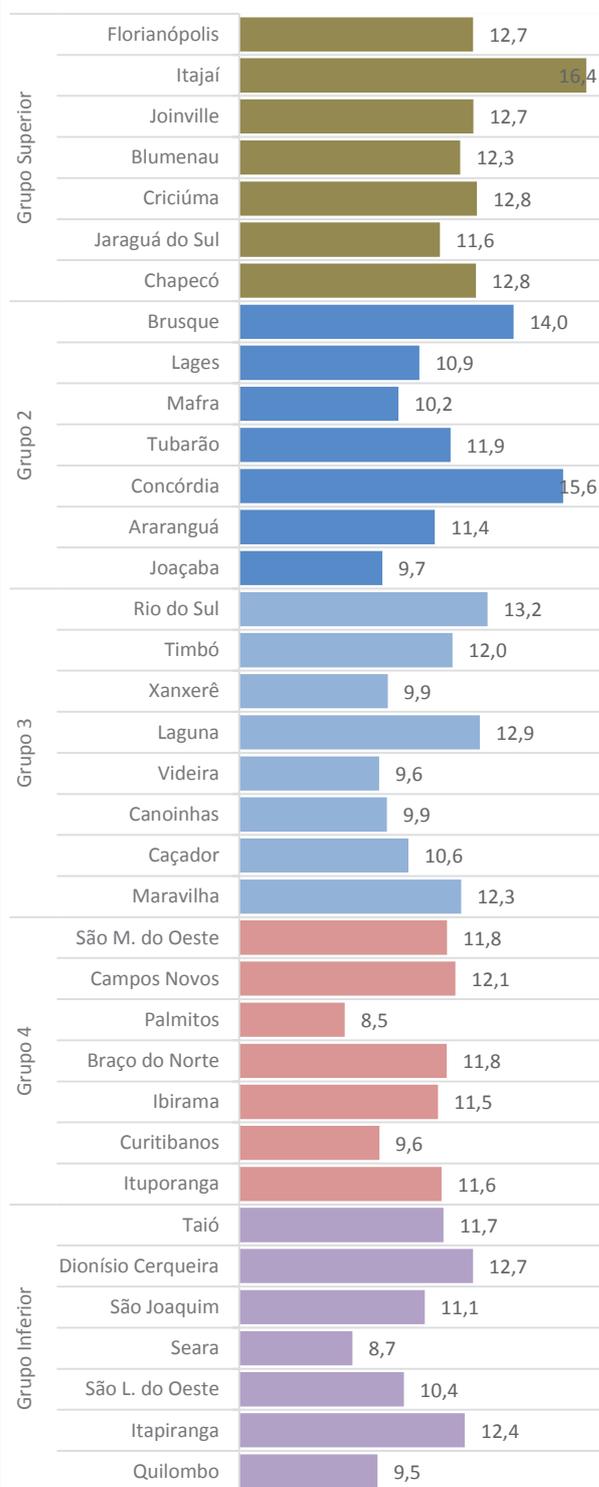
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VAB DO SETOR DE SERVIÇOS

Distribuição espacial do VAB do setor de serviços, segundo as regiões administrativas - Santa Catarina - 2012



VAB nominal do setor de serviços
 2002 – R\$ 28,236 bilhões
 2012 – R\$ 92,964 bilhões
12,66%
 Foi o crescimento nominal médio do VAB do setor de serviços de 2002 a 2012

Taxa de crescimento nominal médio do VAB do setor de serviços, segundo as regiões administrativas - Santa Catarina - 2002 - 2012



Fonte: IBGE – Contas Municipais

3.2 BALANÇA COMERCIAL

As empresas exportadoras de Santa Catarina vêm sofrendo continuamente com o acirramento da concorrência internacional e com a constante desvalorização do dólar frente ao real, o que se reflete diretamente na redução do potencial das exportações, da lucratividade das vendas ao exterior e, em casos mais extremos, na perda de mercados importadores. Com isso, o Estado vem caindo no ranking nacional dos estados exportadores. Assim, na última década até o ano de 2011, vinha apresentando taxas de crescimentos expressivas, passando a partir de então a uma redução nas exportações com taxas de crescimentos negativas e, em 2014, recuperou o mesmo valor das exportações verificado em 2011.

Outra forte tendência que se observa nos cenários nacional e mundial e que vem influenciando o poder de competitividade das empresas catarinenses é o forte movimento de aquisições e fusões de empresas nacionais por corporações estrangeiras. Verifica-se, por isso, o crescente número de empresas estrangeiras na participação acionária, ainda que em diferentes níveis. O ingresso de capital estrangeiro em determinadas empresas catarinenses tornou-se elemento estratégico para a expansão de seus negócios, tanto no mercado doméstico quanto no mercado externo.

3.2.1 EXPORTAÇÕES

Em 2014, as exportações catarinenses alcançaram o valor acumulado de US\$ 8,987 bilhões, o que significou um crescimento de 3,4% em relação ao ano anterior. Neste mesmo período as exportações brasileiras caíram 7%. Ocupamos, em 2014, a 10ª colocação no ranking nacional, com 3,99% do total exportado pelo País. Em 2002, esta participação era de 5,23% e o Estado era o 5º maior exportador brasileiro.

8.987 milhões de US\$ FOB

Foi o valor das exportações de Santa Catarina em 2014.

5,41%

Foi o crescimento médio das exportações de Santa Catarina entre 2005 e 2014.

3,99%

Foi a participação de Santa Catarina nas exportações brasileiras.

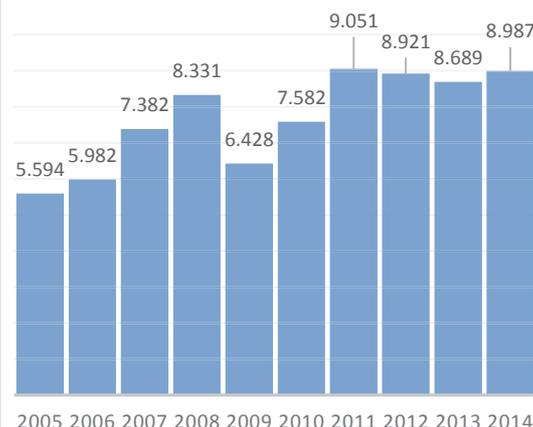
0,72 ponto percentual

Foi a perda na participação de Santa Catarina nas exportações brasileiras entre 2005 e 2014.

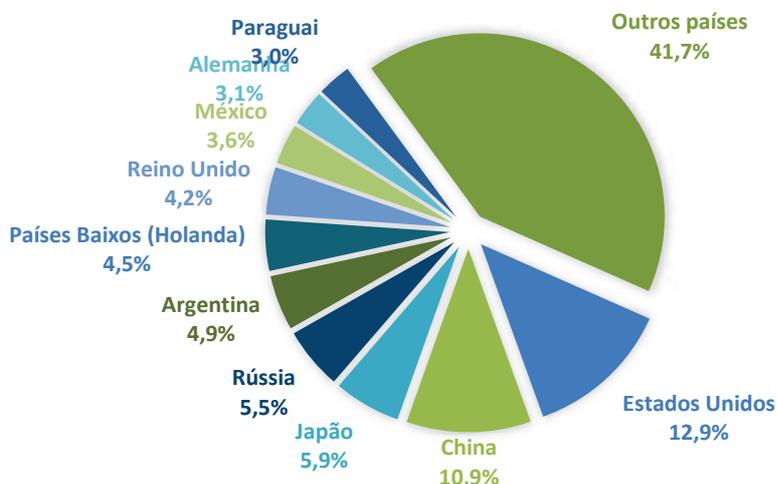
53,63%

Foi a participação dos produtos industrializados nas exportações de Santa Catarina em 2014. Esta participação era de 69,27% em 2002.

Evolução das exportações - Santa Catarina - 2005 - 2014
US\$ milhões



DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA



Fonte: MDIC/SECEX

3.2.2 IMPORTAÇÕES

No tocante às importações Santa Catarina obteve um incremento maior que o brasileiro. As importações desembarcadas em território catarinense aumentaram 8,39% em 2014, ante os -4,67% de decréscimo das importações brasileiras, comparativamente à 2013.

16,019 milhões de US\$ FOB

Foi o valor das importações de Santa Catarina em 2014.

24,75%

Foi o crescimento médio das importações de Santa Catarina entre 2005 e 2014.

6,99%

Foi a participação de Santa Catarina nas importações brasileiras.

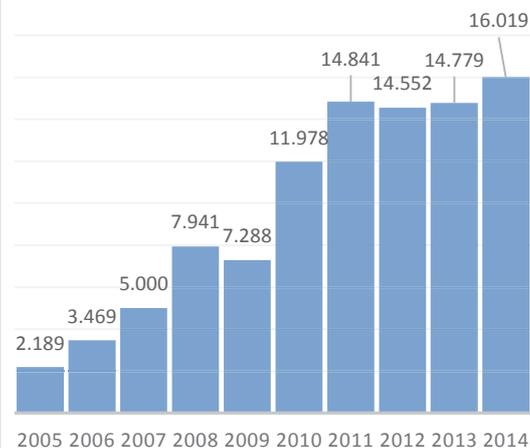
4,02 pontos percentuais

Foi o ganho na participação de Santa Catarina nas importações brasileiras entre 2005 e 2014.

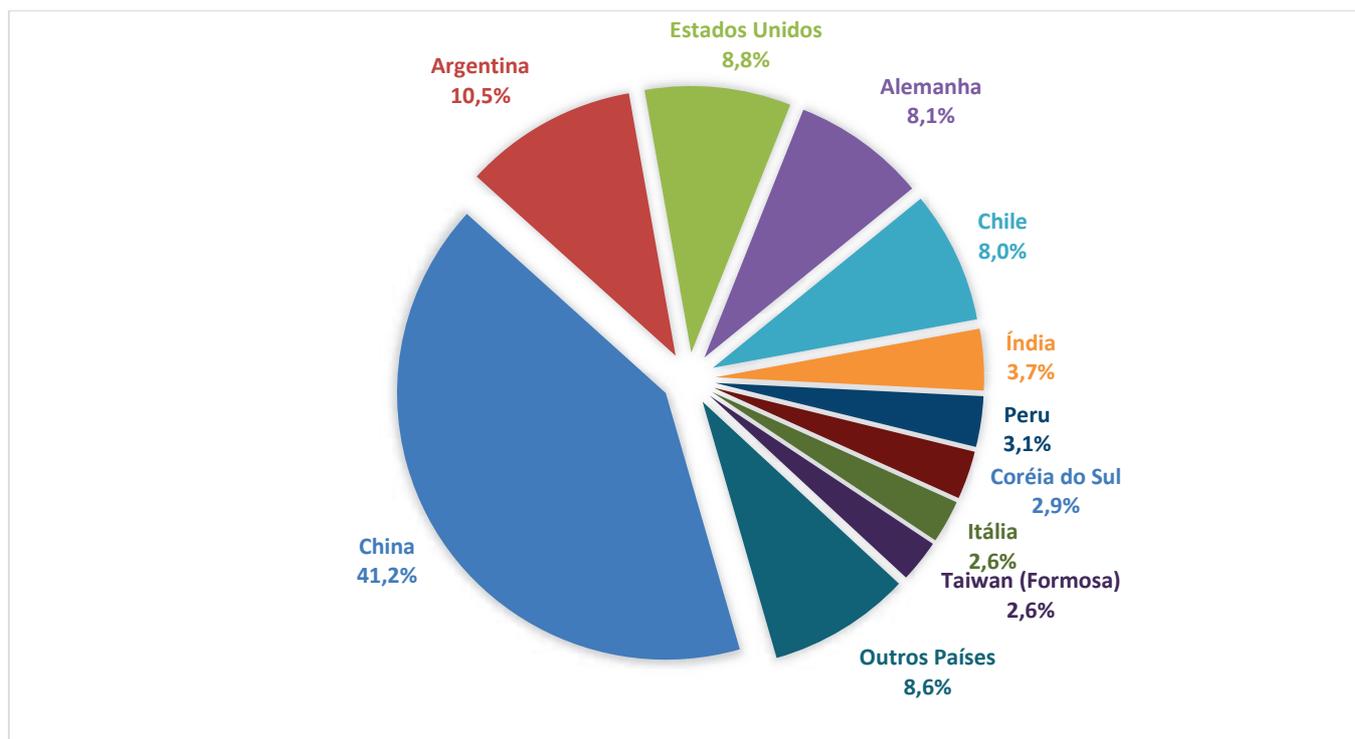
95,39%

Foi a participação dos produtos industrializados nas importações de Santa Catarina em 2014. Esta participação era de 78,25% em 2002.

Evolução das Importações - Santa Catarina - 2005 - 2014
milhões de US\$



ORIGEM DOS PRODUTOS IMPORTADOS POR SANTA CATARINA



Fonte: MDIC/SECEX

3.3 EMPRESAS E EMPREGO

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, no ano de 2013 Santa Catarina possuía um total de 216.665 empresas formalmente estabelecidas.

O porte das empresas foi definido utilizando-se como critério a classificação por número de funcionários. Empresa individual: não tem empregados; Micro: 1 a 9 empregados; Pequena: 10 a 49 empregados; Média: 50 a 499 empregados; Grande: 500 empregados ou mais. Segundo esse critério, as micro e pequenas empresas representavam juntas 98,8% dos estabelecimentos do Estado. Essas mesmas empresas geraram 55,6% dos postos de trabalho.

NÚMERO DE EMPRESAS

216.655

Foi o número de empresas em Santa Catarina - 2013.

Distribuição das empresas por porte

157.254 (72,58%)

São microempresas de 1 a 9 empregados.

29.294 (13,52%)

São pequenas empresas de 10 a 49 empregados.

5.005 (2,31%)

São médias empresas de 50 a 499 empregados.

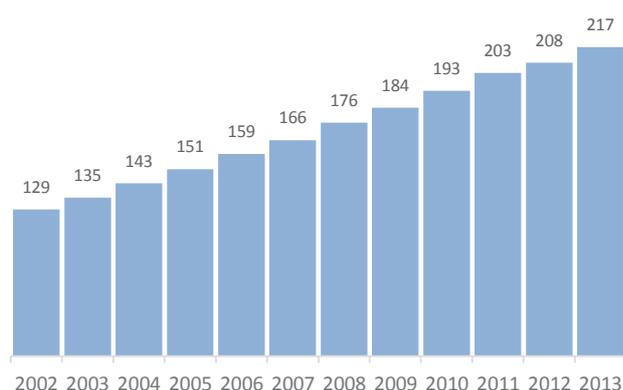
406 (0,19%)

São grandes empresas de 500 ou mais empregados.

24.696 (11,40%)

São empresas individuais sem empregados.

Evolução do número de empresas (em mil) -
Santa Catarina - 2002 - 2013



■ Fonte: MTE/RAIS 2013

Número de estabelecimentos por atividade e tamanho - Santa Catarina - 2013

Atividade	Porte dos Estabelecimentos					Total
	Empresa Individual	Micro	Pequena	Média	Grande	
Extrativa Mineral	15	255	112	28	3	413
Indústria de Transformação	3.034	22.393	7994	1913	162	35.496
Serviços Industriais de Utilidade Pública	51	380	153	81	4	669
Construção Civil	3.006	8.114	2036	316	7	13.479
Serviços	8.169	57.091	9340	1397	122	76.119
Comércio	9.207	62.073	8885	873	10	81.048
Administração Pública	6	295	140	299	93	833
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.208	6.653	634	98	5	8.598
Total	24.696	157.254	29.294	5.005	406	216.655

Fonte: MTE/RAIS 2013

A tabela acima mostra a importância do comércio e dos serviços com o maior número de empresas, sobretudo, das micro e pequenas. As grandes empresas estão concentradas nas áreas dos serviços e na indústria de transformação (alimentos, têxteis e vestuário, principalmente).

EMPREGOS FORMAIS POR SETOR DE ATIVIDADE

O número de empregos formais no Estado alcançou 2.210.927 em dezembro de 2013, representando um crescimento de 5,13% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2012. Em valores absolutos, essa performance decorreu do acréscimo de 107.925 postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.

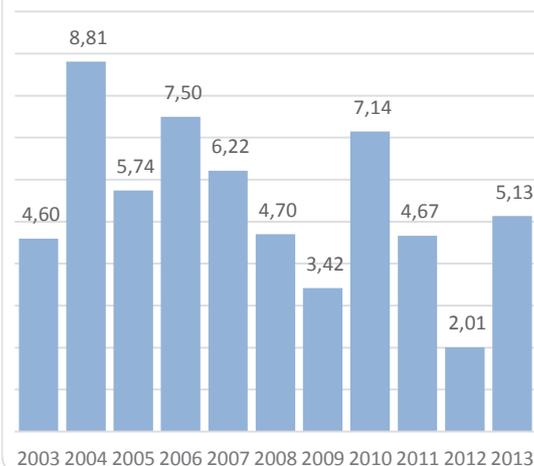
Os setores que apresentaram os melhores desempenhos no período foram a Indústria de Transformação, com um saldo de 39,01 mil postos, seguido pelos Serviços, com 36,06 mil postos, Comércio, com mais de 16,57 mil postos e Construção Civil, com mais de 4,5 mil postos de trabalho.

A única atividade que reduziu o número de empregos foi a de serviços industriais de utilidade pública, com perda de 49 postos de trabalho.

Santa Catarina é destaque nacional no indicador de emprego formal por habitante. Em 2013, apresentou 33,3% de sua população com carteira assinada, enquanto a média nacional foi 24,3%. São Paulo é o estado que mais se aproximou - 32,12% da população trabalhou com carteira assinada, enquanto no Paraná, 28,4% e no Rio Grande do Sul, 27,6%.

A tabela a seguir apresenta o número de trabalhadores formais por atividade e tamanho do estabelecimento. Observa-se a predominância da Indústria de Transformação, de Serviços e do Comércio, respectivamente, na oferta de serviços formais.

Taxa de crescimento do emprego formal - Santa Catarina - 2003 - 2013



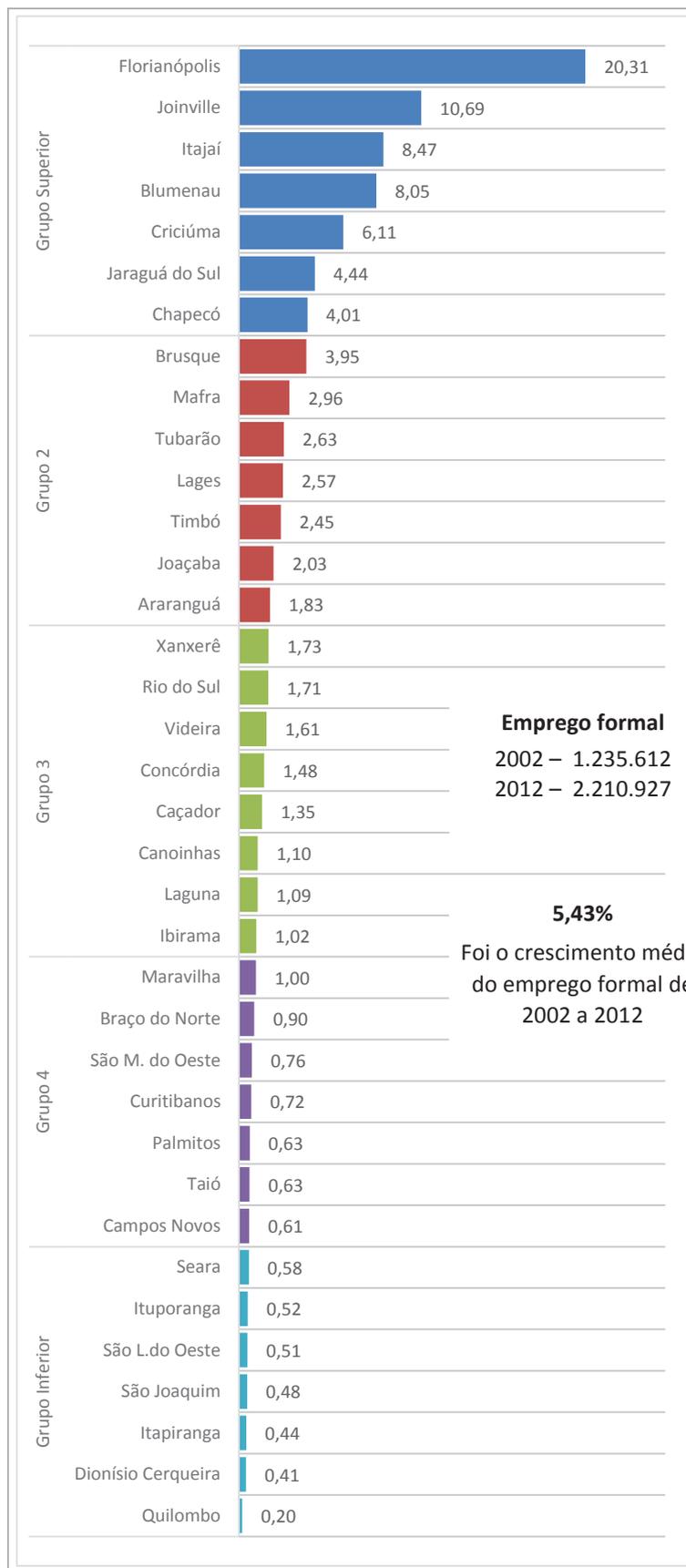
Número de empregos formais por atividade - Santa Catarina - 2002 e 2013

Atividade	2002	2013	Crescimento absoluto de 2002 a 2013	Taxa de crescimento média anual 2002 a 2013
Extrativa mineral	5.233	8.654	3.421	4,68
Indústria de transformação	416.582	680.223	263.641	4,56
Serviços industriais de utilidade pública	13.570	19.040	5.470	3,13
Construção Civil	42.779	103.479	60.700	8,36
Comércio	214.045	443.977	229.932	6,86
Serviços	327.065	658.196	331.131	6,56
Administração Pública	180.233	254.098	73.865	3,17
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	36.105	43.260	7.155	1,66
Total	1.235.612	2.210.927	975.315	5,43

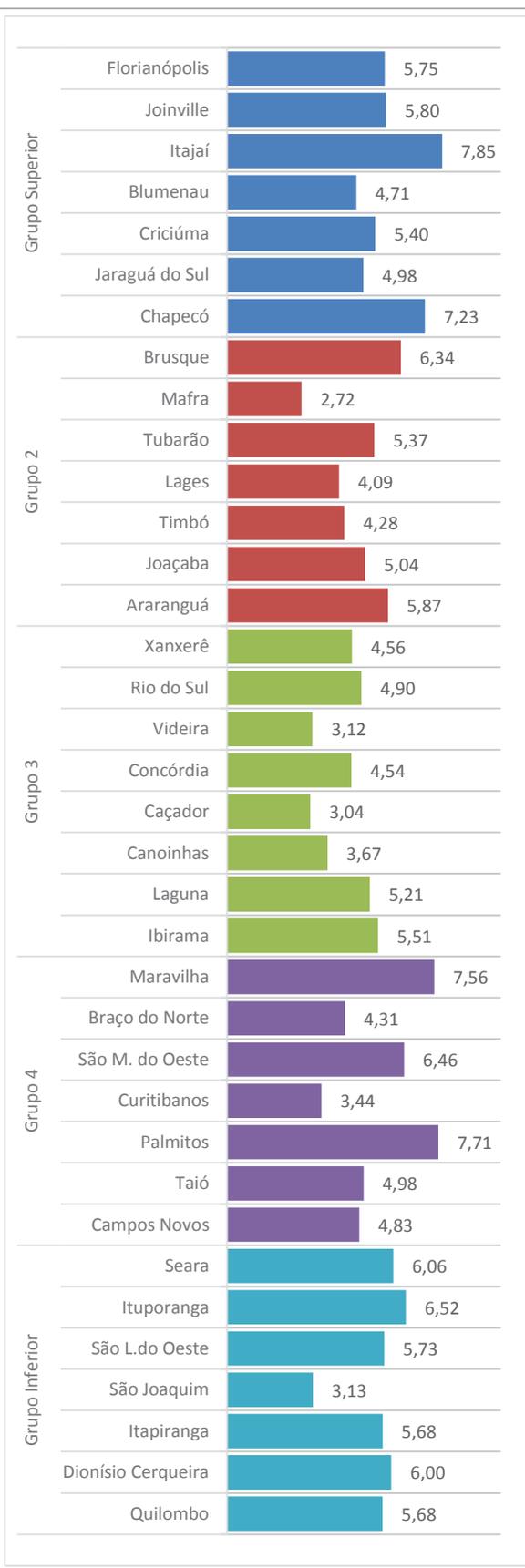
Fonte: MTE/RAIS

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO EMPREGO FORMAL

Distribuição dos empregos formais por região administrativa - Santa Catarina - 2013



Taxa de crescimento médio do emprego formal por região administrativa - Santa Catarina - 2002 - 2013



Fonte: MTE/RAIS

4 CAPÍTULO II – A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

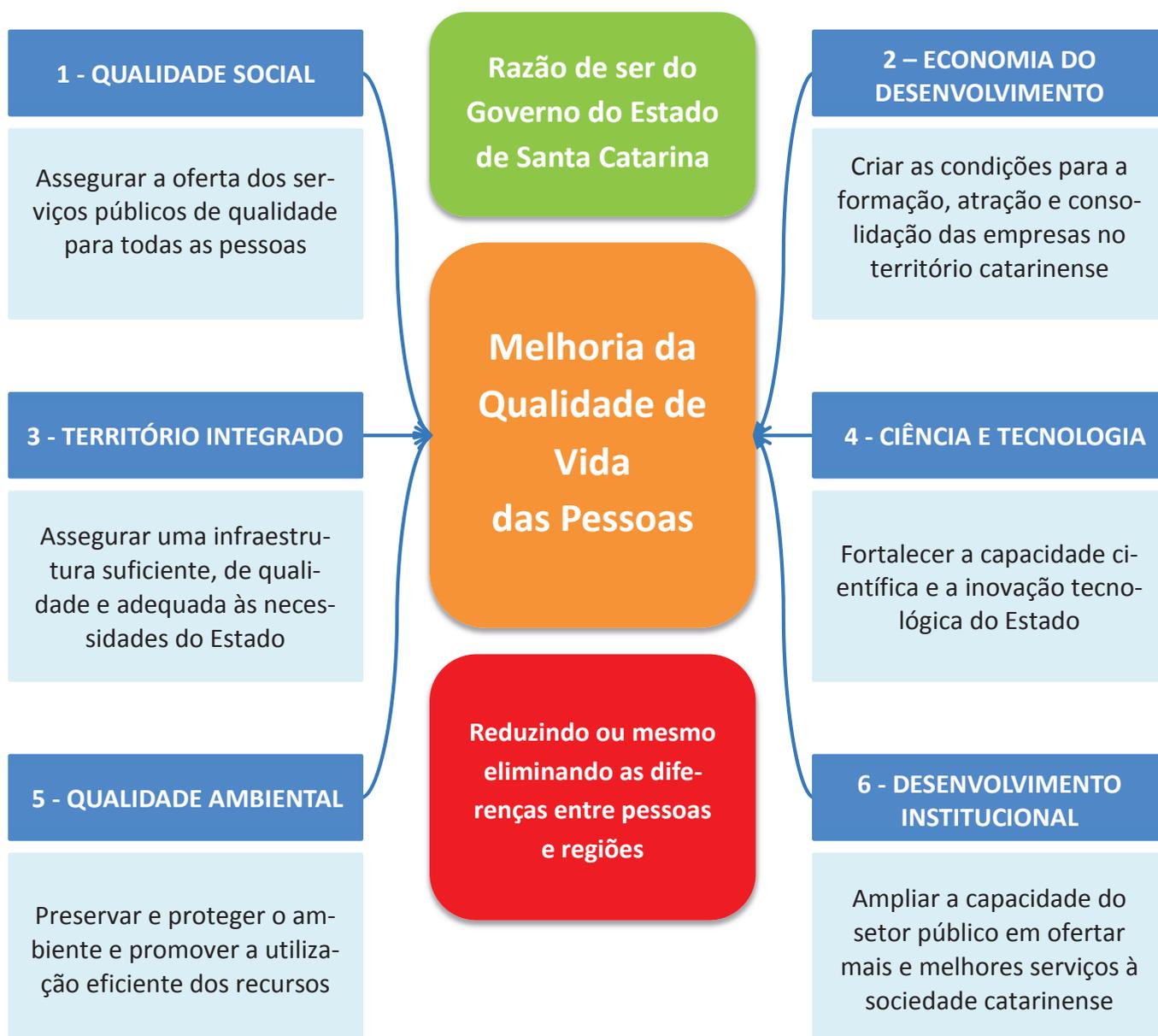
Uma administração pública sem lacunas e duplicidades, com papéis claramente definidos, é condição importante para melhorar a governança, facilitar a coordenação e propiciar melhores resultados. É essencial aperfeiçoar capacidades e instrumentos que subsidiem a tomada de decisão e a consequente melhoria da alocação de recursos, assim como o monitoramento e avaliação de sua utilização.

Para promover este novo ciclo de desenvolvimento sustentável com melhorias significativas na qualidade de vida das pessoas o governo organizou suas ações em 6 eixos de desenvolvimento que se desdobram em 27 áreas de resultado. Fundamenta-se na ideia de que a Melhoria da Qualidade de Vida das Pessoas deve levar em consideração as questões sociais, econômicas, ambientais, a infraestrutura, a ciência e tecnologia e o desenvolvimento institucional.

Os eixos estratégicos organizam o planejamento e orientam as ações no âmbito de uma abordagem abrangente para o território, seus problemas e potencialidades.

Cada eixo contém áreas de resultado, reunindo e articulando um conjunto de projetos relacionados com o mesmo objetivo. As áreas de resultado sintetizam as iniciativas de cada unidade executora na busca dos objetivos setoriais e a sua contribuição aos macro objetivos do governo para o período do plano. Alguns projetos, pela sua natureza e alcance, são de nível estadual, enquanto outros estão intimamente ligados aos cenários regionais.

- 6 eixos de desenvolvimento
- 27 áreas de resultado



4.1 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DO GOVERNO

Visão de futuro

Santa Catarina, estado integrado e unido. Com equilíbrio territorial, qualidade social e desenvolvimento econômico, com base na articulação dinâmica entre o poder público, o mercado e a sociedade civil. Rede de cidades produtivas, criativas e inovadoras que se conectam e se desenvolvem. Estado projetado para o mundo, aumenta a identidade na diversidade.

Território onde a palavra participação, diálogo e respeito encontram significado e importância. Em que todos os seus cidadãos têm igual oportunidade de exercer o direito à educação, à saúde, à cultura, ao esporte, à habitação, ao trabalho decente e à água potável.

Onde os recursos naturais e os espaços públicos contribuem para viver em uma comunidade segura, com um ambiente saudável.

Um Estado socialmente justo onde o sistema de saúde básico é eficiente e promove hábitos e costumes saudáveis para uma população integrada à educação e cultura. Para isto, seremos:

- O Estado com a melhor educação pública do País.
- O Estado cujo sistema básico de saúde apresenta a maior qualidade do País, tanto na eficiência quanto no atendimento.
- Referência nacional em redução de déficit habitacional.
- Um Estado sem pobreza extrema, sem desigualdades extremas, sem fome e integrado cultural e socialmente.

No campo econômico, nosso objetivo é ser um Estado reconhecido pela alta atratividade de negócios, reduzida taxa de desemprego e contínuo crescimento da renda média dos seus trabalhadores. Para isto, seremos:

- Referência em serviços e tecnologia para as empresas brasileiras e o melhor polo turístico do Hemisfério Sul.
- Um Estado líder no desenvolvimento da indústria criativa no País, com foco na indústria têxtil, de alimentos, metal mecânico, móveis, softwares e outras.
- Um Estado com destacada liderança na atração e manutenção de investimentos produtivos.

No campo ambiental, o reconhecimento como referência em desenvolvimento sustentável com a preservação de nosso patrimônio ambiental. Para isto, seremos:

- Referência mundial na manutenção de uma matriz de transportes sustentável, na atividade econômica ecoeficiente e na educação de uma sociedade com hábitos voltados para a baixa emissão de gases de efeito estufa.
- O Estado com grande cobertura florestal integrada às áreas urbanas e agrícolas, apresentando seus corpos hídricos (rios, lagoas, baías e costas oceânicas) limpos e preservados.
- Um Estado atendido por um sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários e coleta de lixo de forma mais eficaz e universalizado.

No campo político, o reconhecimento como um dos principais centros políticos e culturais. Para isto, seremos:

- Referência nacional em gestão pública de alto desempenho.
- Reconhecidos pela produção cultural de alto valor e influência nacional.
- Destaque pelo respeito à diversidade humana.

Missão

A razão de ser do Governo do Estado: melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com atendimento adequado às necessidades básicas e respeito à dignidade.

Valores

ÉTICA

A conduta ética de todos os integrantes do governo e da ação pública constitui-se em obrigação fundamental e permanente.

EXCELÊNCIA

Eficácia, eficiência, efetividade, qualidade e pioneirismo na execução de suas atividades visando o respeito ao contribuinte e ao cumprimento da missão governamental.

GESTÃO RESPONSÁVEL

Respeito à pluralidade de ideias em todos os níveis de gestão, onde as avaliações para a tomada de decisão levarão em conta os compromissos com a responsabilidade, a participação e a transparência.

FOCO NOS RESULTADOS

Buscar sempre a geração de valor para as instituições governamentais e para a sociedade brasileira com credibilidade e efetividade.

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

Reconhecimento de que o desempenho do governo depende do desenvolvimento, da valorização, do bem-estar e da realização profissional de cada um dos servidores.

COOPERAÇÃO

Valorização das alianças institucionais para compartilhar competências, definir e atingir objetivos comuns.

COMPROMETIMENTO

Compromissos dos gestores e servidores com o atendimento dos objetivos governamentais e institucionais e com a realização de propósitos comuns e duradouros.

COMUNICAÇÃO

Interação permanente com a sociedade para atendimento de suas necessidades e divulgação dos resultados institucionais, facilitando o acesso à informação, produtos e serviços gerados.

4.2 ESTRUTURA DO PLANO PLURIANUAL 2016-2019

O Plano Plurinual está estruturado em 6 eixos e 27 áreas de resultado, o que permite uma gestão focada e articulada dos programas e ações estabelecidas. As áreas de resultados foram divididas em temas estratégicos de grande relevância para o Estado, dando origem aos programas prioritários de atuação do governo estadual.

Para cada área de resultado, além do diagnóstico, foram definidos os temas estratégicos, os objetivos, os indicadores, as metas e as ações, organizadas da seguinte forma:

Diagnóstico

Analisa a situação atual da área de resultado, destacando os principais avanços e problemas, sejam eles promovidos por ações de governo com impacto na área de resultado em questão ou por outros fatores, como a situação econômica do País, políticas federais, entre outros. O diagnóstico também traz os principais desafios a serem enfrentados pelo Estado nos próximos quatro anos.

Objetivos

Apresentam os objetivos de médio prazo a serem perseguidos, constituindo a linha mestra de atuação da gestão estadual em cada uma das áreas de resultado.

Indicadores de resultado

Indicadores a serem acompanhados para avaliar o andamento dos programas e ações durante sua fase de implementação.

Metas

São as aspirações traduzidas em números, ou seja, são os resultados que se espera alcançar em cada uma das áreas de resultado. Serão acompanhadas regularmente pela Secretaria de Estado da Fazenda, através da Diretoria de Planejamento Orçamentário, e seu atingimento reflete a materialização dos objetivos estabelecidos e esperados.

Programas

O programa é o instrumento de organização da ação governamental com vistas ao enfrentamento de um problema. Articula um conjunto coerente de ações, necessárias e suficientes para enfrentar o problema, de modo a superar ou evitar as causas identificadas.

Um programa é implementado por meio da execução das ações que o compõe (projetos, atividades e operações especiais), que devem ocorrer e ser suficientes para a consecução do objetivo do programa, viabilizando a realização adequada das atribuições do órgão.

O resultado de um programa é medido por indicadores que dimensionam o alcance do objetivo proposto, por isso, a descrição do problema a ser resolvido ou da oportunidade identificada e o público-alvo do programa devem estar explicitados com a maior precisão possível.

Ações que são detalhadas no Anexo I

Representam os projetos e atividades que serão implementados, necessários e suficientes, para o alcance dos resultados estabelecidos. As ações são detalhadas de acordo com os itens a seguir:

Descrição: detalha o escopo da ação, apresentando, quando necessário, as etapas de trabalho que a compõe.

Produto: informa o bem ou serviço que será entregue ao público beneficiado.

Meta física: define quantidade do bem ou serviço que será produzida e entregue ao público beneficiado.

Meta financeira (Orçamento): contempla os gastos com custeio e o investimento requeridos para a realização da ação no período de 2016 a 2019.

4.3 EIXO 1 – QUALIDADE SOCIAL

O principal indicador da qualidade social de uma comunidade é a sua inclusão, individual e coletivamente, nas diferentes atividades econômicas e sociais. Do ponto de vista individual, a capacidade inclusiva requer a capacidade de acessar um nível aceitável de segurança econômica; do ponto de vista coletivo, o aspecto mais importante é a coesão social, o reforço do tecido social que, desde o reconhecimento das diferenças culturais dos indivíduos, valoriza as relações de solidariedade.

Qualidade social alcança uma sociedade de bem-estar, assegurando a participação ampla e qualificada das pessoas na tomada de decisões sobre os destinos coletivos.

O conceito de qualidade social refere-se à possibilidade de que as pessoas participem na vida social, econômica e política em suas comunidades; condições que aumentam seu bem-estar e seu potencial individual.

MACRO-OBJETIVO

- Assegurar a oferta de serviços públicos de qualidade para todas as pessoas

ÁREAS DE RESULTADO



EDUCAÇÃO

Melhorar a oferta e qualidade da educação básica



SAÚDE

Garantir o acesso, a integralidade e a qualidade da atenção à saúde



ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reduzir as desigualdades sociais e regionais



JUSTIÇA E CIDADANIA

Reduzir o déficit de vagas no sistema prisional



CULTURA

Fortalecer as identidades culturais das regiões



ESPORTE E LAZER

Ampliar as oportunidades de acesso ao esporte



HABITAÇÃO

Reduzir o déficit habitacional



SEGURANÇA PÚBLICA

Proporcionar maior segurança para a população

4.3.1 EDUCAÇÃO

ÁREA DE RESULTADO

A qualificação dos catarinenses constitui o principal desafio estratégico que orienta as prioridades definidas em matéria de política educacional. Estas prioridades inscrevem-se no quadro definido pelo Plano Catarinense de Educação, reconhecendo a educação e a formação como fatores insubstituíveis de desenvolvimento econômico e tecnológico, de coesão social, de desenvolvimento pessoal e de exercício pleno da cidadania.

Nas últimas décadas, Santa Catarina tem feito um enorme esforço de qualificação da população que se traduziu em progressos substanciais em matéria de educação. Contudo, o Estado continua com um déficit estrutural de formação e qualificação da população que exige uma aposta clara e persistente na resolução dos problemas que têm impedido o atingimento de padrões dos países desenvolvidos, especialmente problemas como os níveis de reprovação e abandono escolar, o déficit de qualificações da população ativa e na qualidade do ensino.

A superação destes obstáculos só é possível através da concretização de medidas que coloquem a escola no centro da política educativa, qualificando-a, melhorando o seu funcionamento e organização e os resultados escolares dos alunos.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado da Educação
- Fundação Catarinense de Educação Especial
- Fundo Estadual de Educação - FEDUC

Participação social

- Conselho Estadual de Educação

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Missão	Promover uma educação escolar de qualidade a todos os catarinenses.
Visão de futuro	Elevar a educação de Santa Catarina ao mesmo patamar dos países desenvolvidos.
Valores	Equidade, Igualdade, Qualidade, Ética, Responsabilidade Social e Transparência.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Melhorar a qualidade da educação básica.
- Ampliar a oferta e melhorar a qualidade do ensino profissional.
- Garantir o acesso e a permanência do aluno na escola.

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Qualidade do ensino	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais do ensino fundamental	2013	5,7	6,2
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos finais do ensino fundamental	2013	4,1	5,8
	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ensino médio	2013	3,6	5,1
	Percentual de alunos com aprendizado adequado em língua portuguesa no 9º ano do ensino fundamental (%)	2013	24,0	
	Percentual de alunos com aprendizado adequado em matemática no 9º ano do ensino fundamental (%)	2013	11,0	
Universalização do atendimento escolar	Taxa líquida de frequência à escola da população de 15 a 17 anos de idade	2013	59,8	75,0
	Taxa líquida de frequência à escola da população de 6 a 14 anos de idade	2013	92,3	100,0
	Escolaridade média da população	2013	10,4	11

Quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
21.778	19.606	27.471	68.855

Quadro de servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
932	2.847	458	4.237

Números da rede estadual - 2014

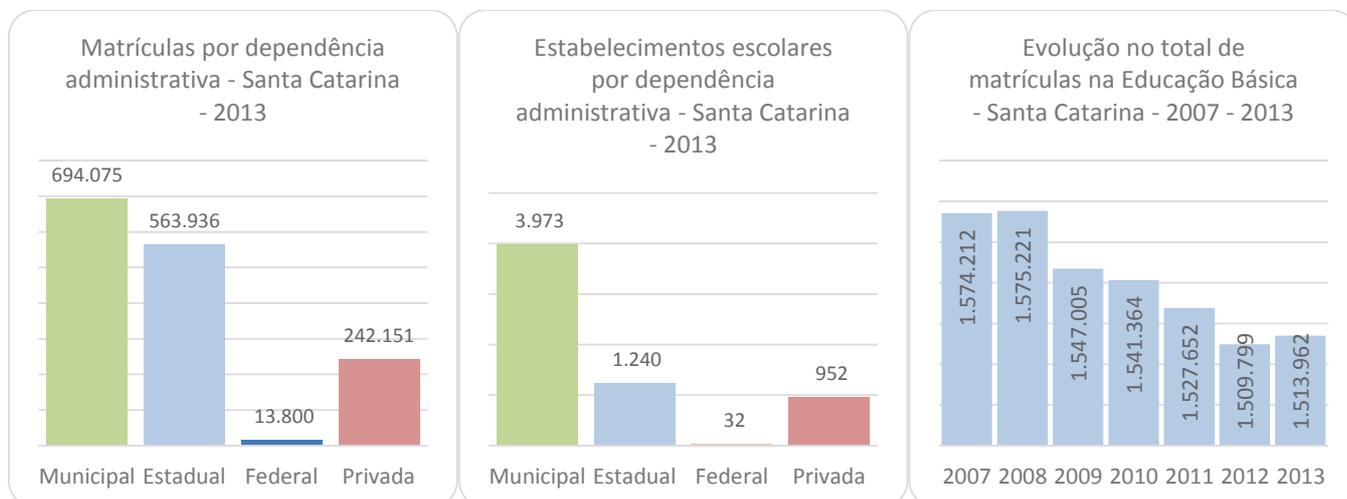
ESCOLAS	ALUNOS	PROFESSORES
1.240	553.936	24.549 Funções docentes

DIAGNÓSTICO SANTA CATARINA – EDUCAÇÃO

O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, em cumprimento ao Artigo 214 da Constituição Federal e ao Artigo 166 da Constituição Estadual, materializa propostas educacionais para a melhoria da qualidade da educação e, por consequência, contribui efetivamente para a construção de uma sociedade menos desigual. O Plano confere materialidade ao discurso de educação como direito de todos e responsabilidade do Estado, mediante a institucionalização do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina que integra ações em regime de colaboração com a União e os Municípios. Deste modo, viabiliza a democratização do acesso, a qualificação da permanência do estudante na escola e a formação de cidadãos críticos, bem como a valorização dos profissionais da educação.

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Ano	0 a 3	4 a 5	6 a 10	11 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 59	60 a 79	80 ou mais
2000	377.471	202.008	508.202	421.802	319.694	694.728	441.236	1.960.786	383.878	46.555
2010	320.798	171.004	454.406	416.105	326.188	784.656	566.483	2.551.883	576.176	80.737
Variação (%) 2010/2000	-15,01	-15,35	-10,59	-1,35	2,03	12,94	28,39	30,15	50,09	73,42

EDUCAÇÃO BÁSICA


Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

ENSINO FUNDAMENTAL

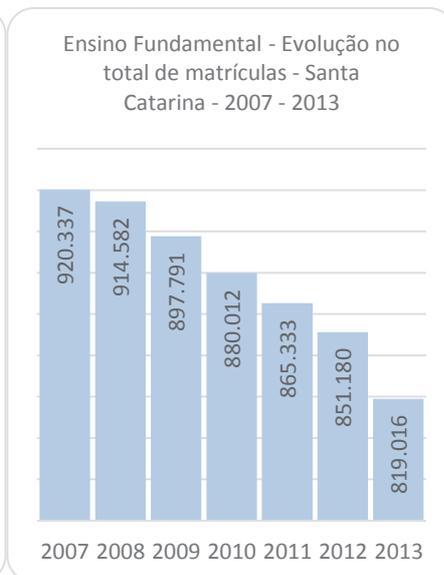
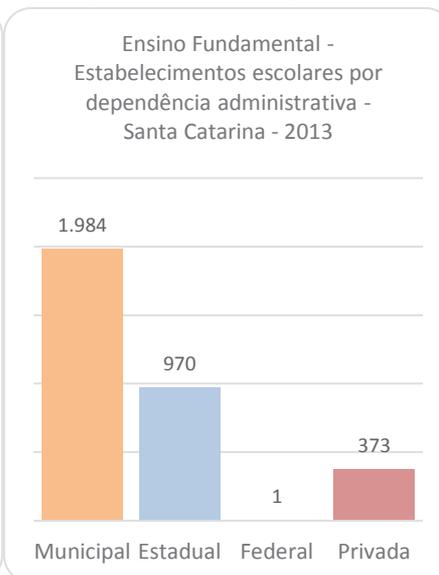
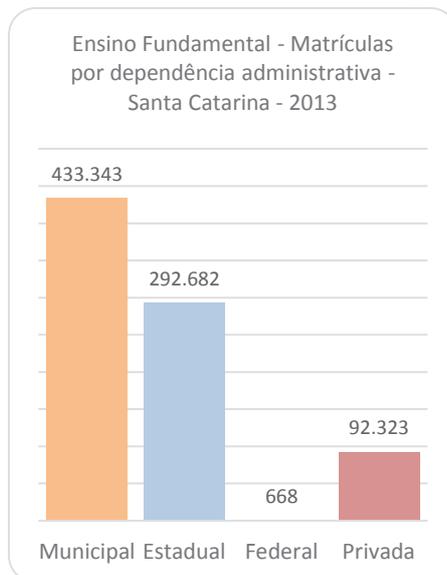
O ensino fundamental, segunda etapa obrigatória da Educação Básica, passou a ter duração de nove anos a partir da Lei nº 11.274/2006, com ampliação da faixa etária recomendada (6 a 14).

O ensino fundamental composto pelos anos iniciais (faixa etária de 6 a 10 anos) e pelos anos finais (faixa etária de 11 a 14 anos) é incumbência prioritária dos municípios (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, 1996, Artigo 11, inciso V), em colaboração com os estados, respeitada as distribuições proporcionais das responsabilidades e dos recursos financeiros em cada uma das esferas do Poder Público (LDB, 1996, Artigo 10, Inciso II).

Com um total de 29.069.281 matrículas no ensino fundamental em 2013, sendo 15.764.926 nos anos iniciais e 13.304.355 nos anos finais, o Brasil registrou uma queda de 2,13% em relação a 2012, correspondendo a 633.217 matrículas a menos. Neste mesmo período, Santa Catarina apresentou queda superior a do País, em valores relativos, cerca de 3,78% (32.164 matrículas a menos), registrando um total de 819.016 matrículas no ensino fundamental, distribuídas em 3.328 estabelecimentos escolares, cuja oferta majoritária é na rede pública municipal (52,91%).

Ensino fundamental - 2013

- 819.016 matrículas distribuídas em 3.328 estabelecimentos escolares
- 52,91% das matrículas na rede pública municipal



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

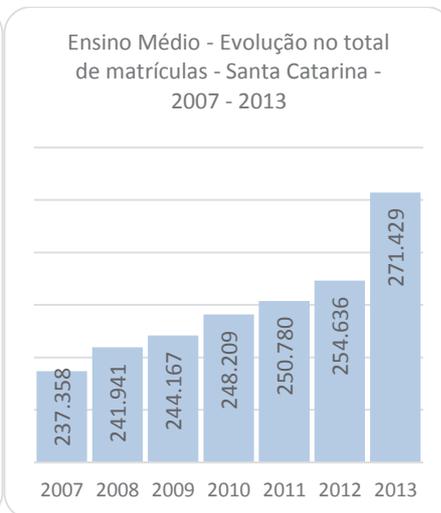
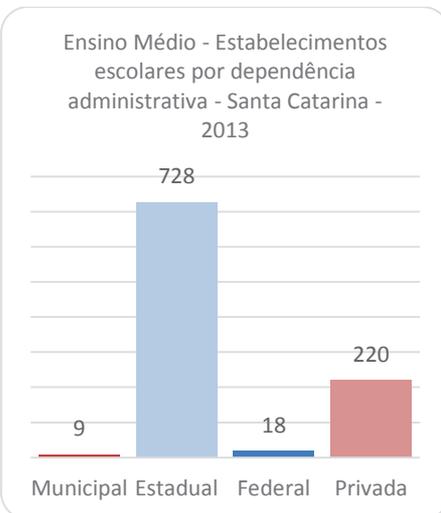
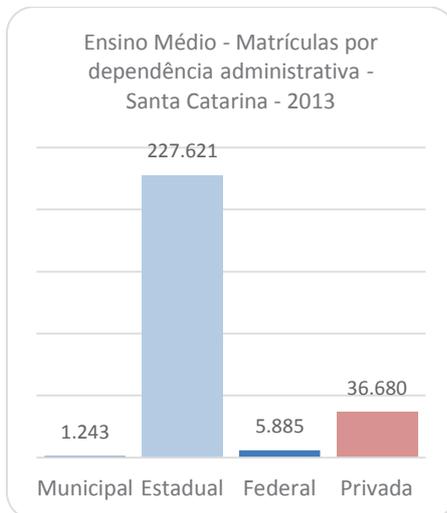
ENSINO MÉDIO

É dever prioritário dos estados a oferta do ensino médio, última etapa obrigatória da Educação Básica, para todos que demandarem, inclusive aqueles que não puderam concluí-lo na idade certa, conforme Artigo 10, Inciso VI, da LDB (redação dada pela Lei nº 12.061/2009).

Em 2013, o País registrou 8.312.815 matrículas no ensino médio, com redução de 0,76% em relação a 2012, representando 64.037 a menos. Ao contrário do Brasil, neste mesmo período, Santa Catarina apresentou um incremento 6,6% no total de matrículas, registrando 271.429 matrículas, distribuídas em 975 estabelecimentos escolares. Devido às suas responsabilidades legais, a rede pública estadual detém a maior parcela das matrículas nesta etapa de ensino (83,86%).

Ensino médio - 2013

- 271.429 matrículas distribuídas em 975 estabelecimentos escolares
- 83,86% das matrículas na rede pública estadual



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, abrangendo os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de Educação Profissional Técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Artigo 39 da LDB, redação dada pela Lei nº 11.741/2008).

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 4/2010 (Conselho Nacional de Educação - CNE - Câmara de Educação Básica - CEB), a Educação Profissional e Tecnológica articula-se com o ensino regular e com outras modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação a Distância.

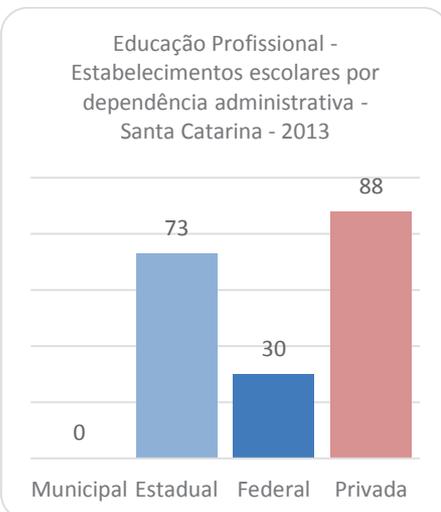
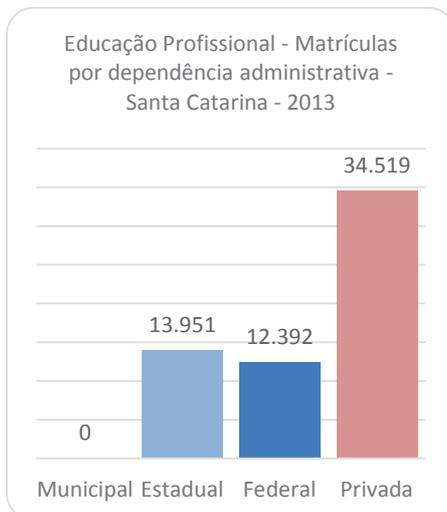
Na Educação Básica, especificamente, a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica ocorre por meio dos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e dos cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio (Artigo 32, da Resolução CNE/CEB nº 4/2010).

Em Santa Catarina, a Educação Profissional Técnica de nível médio é oferecida em todas as suas formas: articulada com o ensino médio (integrada e concomitante) e subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

De acordo com o censo escolar de 2013, na Educação Profissional Técnica de nível médio, cerca de 4,2% da matrícula nacional e 25,4% da matrícula da Região Sul foram registradas em Santa Catarina, representando 60.862 matrículas, distribuídas nas redes pública e privada: 12.200 matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, 20.017 matrículas na Educação Profissional concomitante ao ensino médio e 28.645 matrículas na Educação Profissional subsequente ao ensino médio. É o Estado da Região Sul com menor número de matrículas nesta modalidade. A rede privada é detentora de 56,7% do total de matrículas.

Educação Profissional e Tecnológica - 2013

- 60.862 matrículas distribuídas em 88 estabelecimentos escolares
- 56,7% das matrículas na rede privada de ensino



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

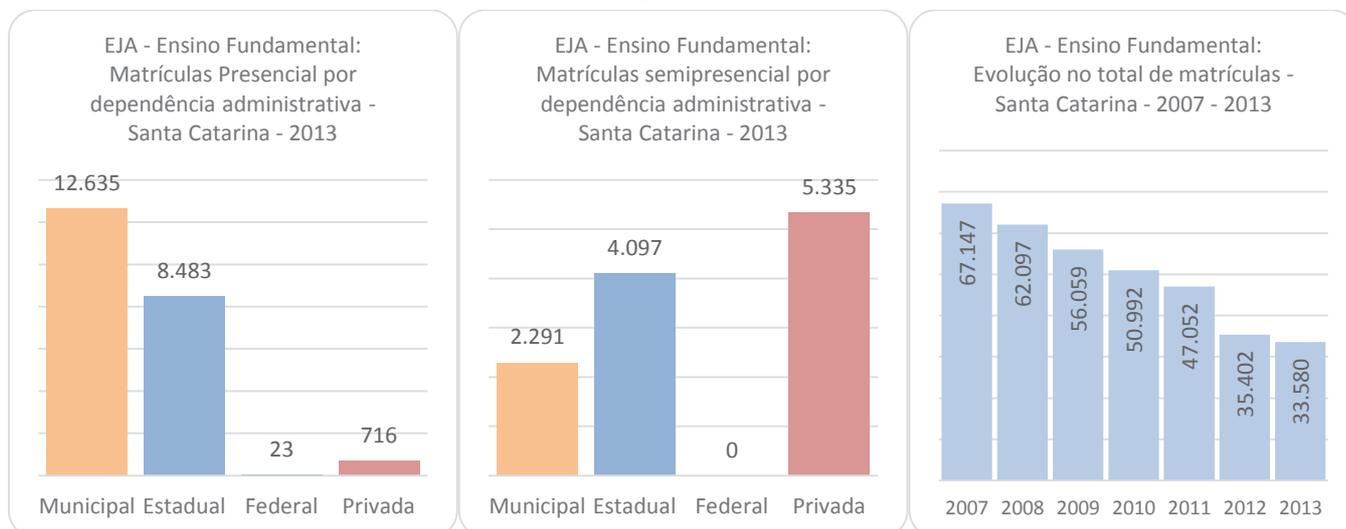
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos - EJA, prevista na Constituição Federal e regulamentada pela LDB como modalidade da Educação Básica tem se tornado um importante instrumento para a universalização dos direitos humanos e a superação das desigualdades entre os povos.

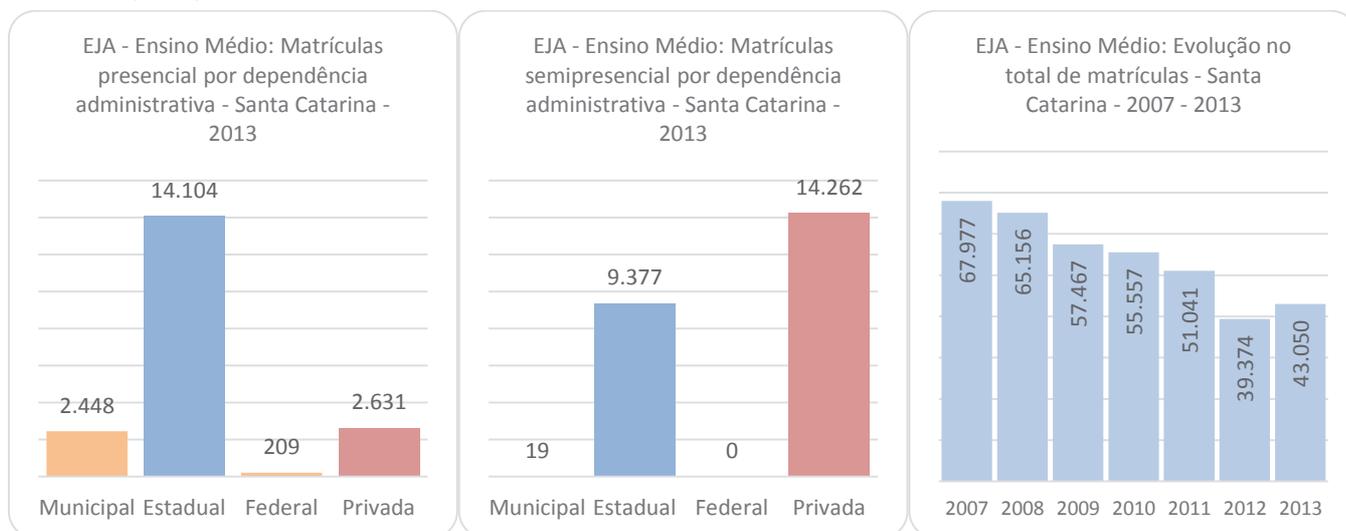
Ainda de acordo com a LDB, em seus Artigos 37 e 38, a EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, determinando aos sistemas de ensino a garantia de gratuidade do ensino por meio de cursos e exames supletivos, a partir de oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características dos estudantes, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Estabelece também, como parâmetros, a viabilização, o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Propõe a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Estabelece a idade mínima de 15 anos para ingresso no ensino fundamental e de 18 anos para o ensino médio, e regulamenta da mesma forma a idade para realização de exames de certificação.

Neste sentido, Santa Catarina tem empregado esforços por meio de parcerias com os municípios, empresas e a sociedade civil organizada, para garantir o direito ao acesso e/ou à conclusão dos estudos àqueles que não puderam fazê-lo na idade escolar obrigatória. Esta política de inclusão social tem como meta oportunizar a todos os cidadãos com 15 anos ou mais de idade, o acesso à escolaridade, proporcionando além do conhecimento científico, o direito à cidadania.

Os dados da tabela abaixo mostram, ainda, contínua queda no total de matrículas nesta modalidade de ensino, tendência nacional refletida em Santa Catarina. Esse decréscimo na matrícula da Educação de Jovens e Adultos ocorre, em parte, devido ao aumento das taxas de alfabetização e de escolarização média, ao envelhecimento da população e ao aumento da taxa líquida de frequência nos ensinos fundamental e médio regulares, observados nos últimos anos no Estado.



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, deflagrada dois anos antes da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Governo Federal (2008), manteve alguns serviços que vinham sendo disponibilizados e inovou ao instituir as seguintes diretrizes:

Público

Estudantes com diagnóstico de deficiência, transtorno global do desenvolvimento, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade e altas habilidades/superdotação.

Centros de atendimento

Transformação das instituições conveniadas com a FCEE em Centros de Atendimento Educacional Especializados em Educação Especial - CAESPs, o que permite a estas instâncias oferecer serviços educacionais, de saúde e de assistência social.

Atendimento

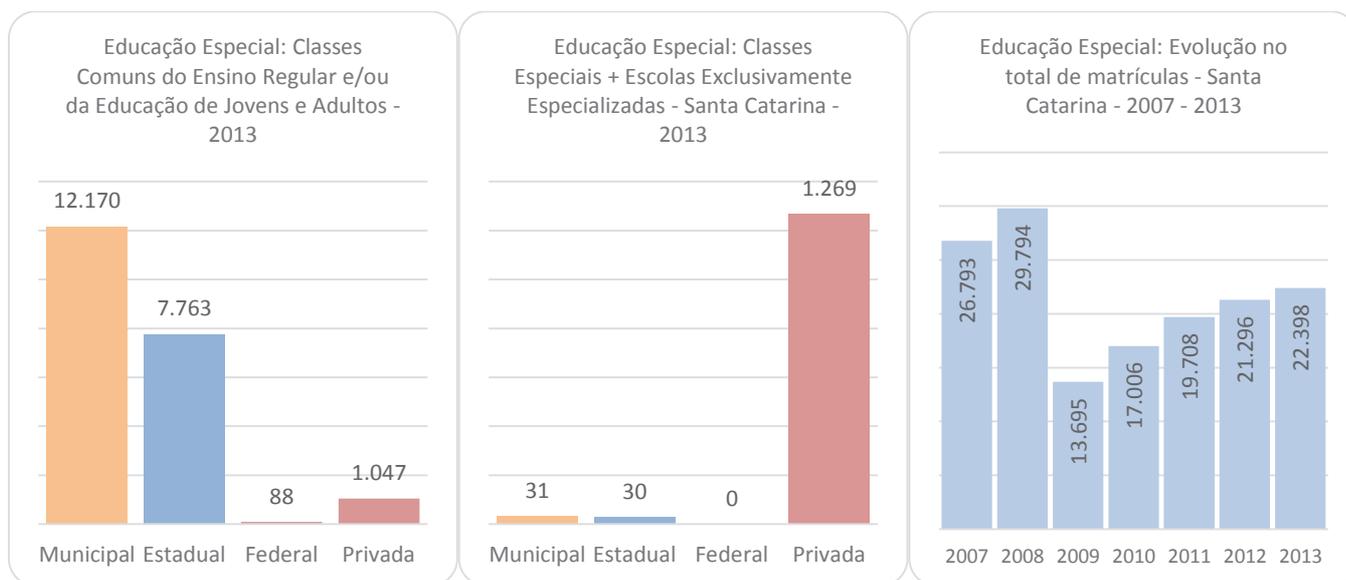
Crianças e adolescentes em idade escolar com severos comprometimentos mentais podem, dependendo da manifestação de suas famílias, frequentarem exclusivamente CAESPs.

Serviços

Serviço de Atendimento Educacional Especializado -SAEDE, com caráter complementar ou suplementar, disponibilizado nas suas especificidades.

Atendimento em classe

Profissionais da Educação Especial atendendo concomitantemente a frequência do estudante na rede regular de ensino (segundo professor de turma, professor intérprete, instrutor de Libras, professor guia-intérprete, professor bilíngue e segundo professor bilíngue).



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

Em 2013, o Estado registrou 22.398 matrículas de pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na Educação Básica: 1.554 matrículas na zona rural e 20.844 na zona urbana. Destas matrículas, 94,1% estão em classes comuns do ensino regular e/ou da EJA, representando um avanço significativo na garantia dos direitos desta população. Além disso, a rede pública de ensino é majoritária na oferta, como é possível observar no gráfico acima.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Os resultados dos esforços do Estado em cumprir a legislação que respalda a Educação Escolar Indígena podem ser percebidos no aumento do número de escolas, matrículas e professores. Em 1998, Santa Catarina tinha 21 escolas indígenas com 897

matrículas e 46 professores (sendo 22 professores indígenas)¹. Atualmente, tem 39 escolas indígenas com 2.633 matrículas² e 215 professores (sendo 151 professores indígenas)³.

Ainda em 1998, nas escolas indígenas havia somente a oferta do ensino fundamental, mas, gradativamente o Estado foi implementando a oferta de outras etapas e modalidades de ensino para atender às necessidades dos povos indígenas. Hoje a Educação Infantil é ofertada pela rede municipal de ensino e os ensinos fundamental, médio e a modalidade EJA são de responsabilidade da rede estadual.

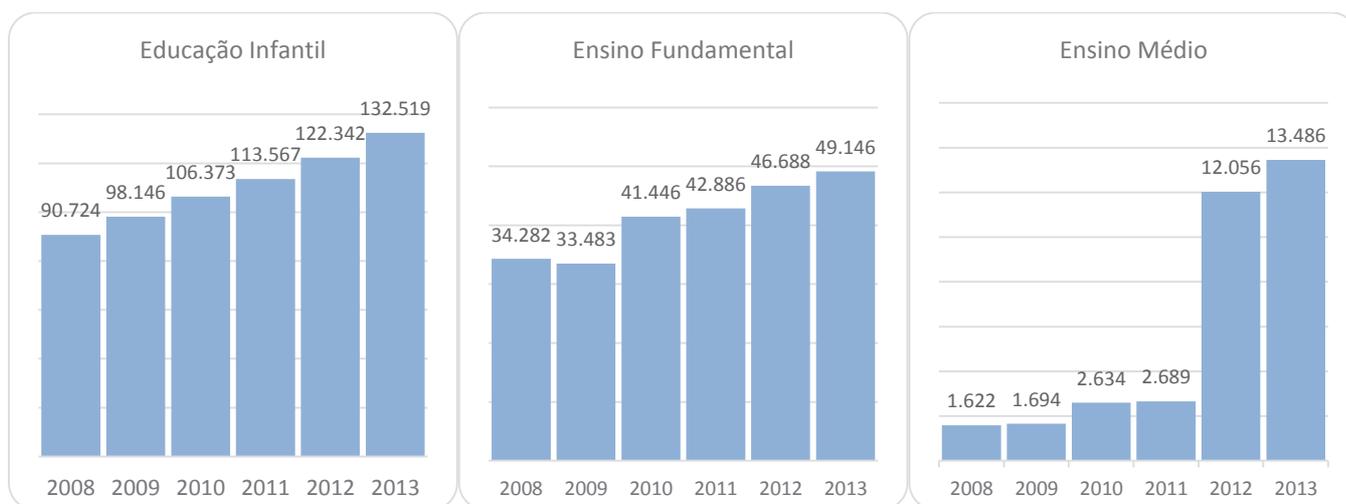
No entanto, quando analisado o total de escolas por oferta de ensino, verifica-se que somente os anos iniciais do ensino fundamental são ofertados em todas as 32 escolas estaduais indígenas. O ensino médio, por exemplo, é ofertado em apenas 4 escolas e a EJA de ensino médio em apenas 3. Esse é um indicativo de que, para continuar os estudos, os indígenas precisam sair de suas comunidades. Isso se comprova quando observado o total de matrículas, nas escolas não indígenas, dos estudantes que se declaram índios: 884 matrículas em 2013.

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Educação em Tempo Integral, sob o conceito de Educação Integral, possui um sólido aparato legal e diversos programas, projetos e ações para o fomento de sua ampliação. Contudo, os números ainda não representam os esforços empregados nos últimos anos pelo País, estados e municípios. Em 2013, o Brasil registrou na rede pública de ensino apenas 13,2%⁴ do total de matrículas da Educação Básica (Educação Infantil + Ensino Fundamental + Ensino Médio) em tempo integral⁵ (4.908.818), a Região Sul registrou 14,9% (753.925) e Santa Catarina registrou 16,2% (195.151). Esses valores revelam que será desafiador para todas as esferas administrativas atingir a meta para a Educação em Tempo Integral.

- Em Santa Catarina a maior cobertura fica por conta da rede pública municipal e o maior número de matrículas em tempo integral está na Educação Infantil

Educação em Tempo Integral: evolução do total de matrícula na rede pública por etapa de ensino - Santa Catarina - 2008 - 2013



Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

A série histórica representada no gráficos acima indica que tem aumentando significativamente o número de matrículas em tempo integral nas escolas públicas catarinenses. No comparativo de 2013 com 2008, observa-se crescimento de 46,1% na Educação Infantil, 43,4% no ensino fundamental e passou de 1.622 matrículas para 13.486 no ensino médio.

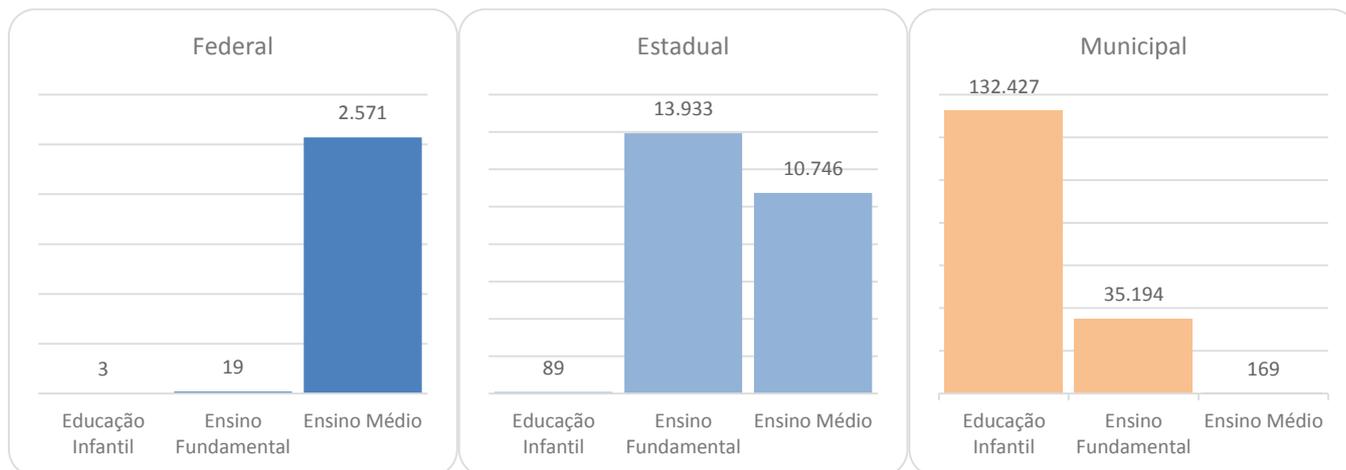
¹ Informações retiradas do documento "Educação Escolar Indígena em Santa Catarina: Construindo a Cidadania", da Secretaria de Estado da Educação.

² De acordo com o Censo Escolar de 2013, Santa Catarina possui 3.517 matrículas de pessoas que se declaram indígenas, distribuídas nas redes pública e privada. Destas, 2.633 estão em escolas indígenas.

³ De acordo com o Censo Escolar de 2013, Santa Catarina possui 189 professores que se declaram indígenas. Destes, 151 atuam em escolas com oferta de Educação Escolar Indígena.

⁴ Este percentual para o País, a Região Sul e Santa Catarina foi obtido a partir da divisão do total de matrículas em tempo integral da rede pública de ensino (Educação Infantil + Ensino Fundamental + Ensino Médio) pelo total de matrículas na rede pública de ensino, considerando somente a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

⁵ Considera-se tempo integral os alunos que estão em turmas com 7 ou mais horas de duração e os que estão em turmas com carga horária menor, mas que, somado o tempo de atividade complementar atinja as 7 horas.

Educação em Tempo Integral: total de matrículas por etapa de ensino por dependência administrativa - Santa Catarina - 2013

Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dentre os princípios norteadores da Educação Básica, assegurados no Artigo 206, da Constituição Federal de 1988, estão a valorização dos profissionais de educação e a garantia do padrão de qualidade, traduzidos pela LDB em dispositivos que sinalizam para a progressiva elevação dos níveis de formação inicial e continuada desses profissionais (LDB, Título VI), assim como para a necessidade de definição de padrões mínimos de qualidade no ensino (LDB, Artigo 4, Inciso IX). A escola exitosa é aquela que “traduz a noção de que valorizar o profissional da educação é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental” (BRASIL, 2013b, p. 57).

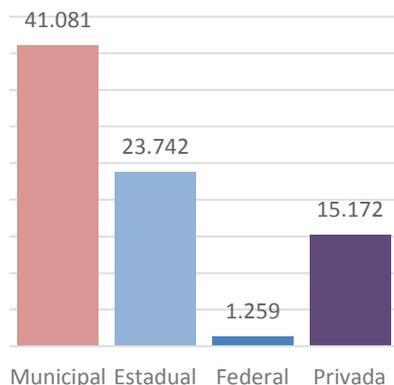
As leis estaduais que dispõem sobre a valorização dos profissionais da educação, em consonância com as diretrizes e legislações nacionais, são: Lei nº 6.884/1986 – Estatuto do Magistério; Lei Complementar nº 1139/1992 – Plano de Cargos e Salários; Lei Complementar nº 457/2009 – Altera o Progresso Funcional; Lei Federal nº 11.738/2008 – Institui o Piso Nacional para os profissionais do Magistério; Lei Complementar nº 455/2009 – Complemento ao Piso Nacional; Lei Complementar nº 539/2011 – Garante o pagamento do Piso Salarial para os profissionais do magistério; Decreto nº 602/2007 – Avaliação Especial de Desempenho; Decreto nº 915/2012 – Institui Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação.

Outro avanço legal significativo está na alteração do Artigo 61 da LDB, pela Lei nº 12.014/2009, que define como profissionais da educação escolar básica: professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. A partir daí, também são considerados como profissionais da educação os funcionários de escola com formação em curso técnico ou superior, favorecendo a consolidação da identidade desta categoria.

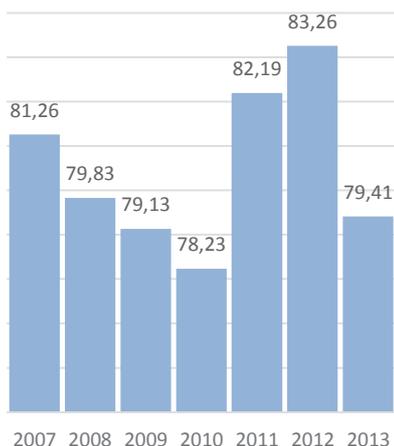
Em contrapartida ao que estabelece a legislação, ainda não existem dados, informações ou indicadores que tratem desse conjunto de trabalhadores, inviabilizando um diagnóstico mais preciso da realidade atual. Faz-se necessário um censo específico que contemple esse público, para que seja possível planejar e aplicar políticas públicas adequadas às necessidades de todos os profissionais de educação, atuantes em sala de aula ou em outros setores da escola.

Atualmente, as pesquisas oficiais existentes trazem informações apenas dos profissionais que atuam em sala de aula. De acordo com o Censo Escolar de 2013, Santa Catarina registrou 75.500 docentes na Educação Básica, cuja maioria tem de 33 a 50 anos de idade, conforme gráfico 74. Além disso, 82,3% são do sexo feminino.

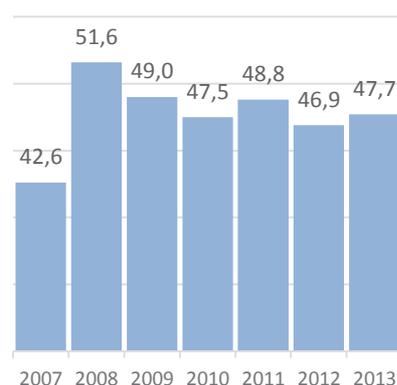
Número de docentes na Educação Básica por dependência administrativa - Santa Catarina - 2013



Percentual de Docentes com Ensino Superior



Percentual de professores da Educação Básica com cursos de pós-graduação - SC - 2007 - 2013



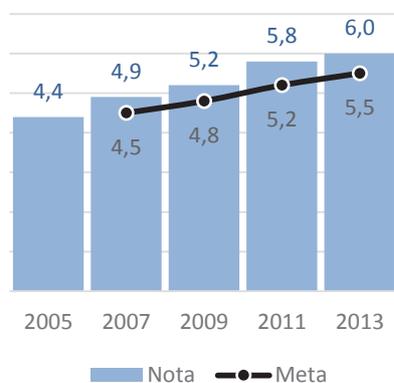
Fonte: MEC/INEP/Censo Escolar

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO CATARINENSE

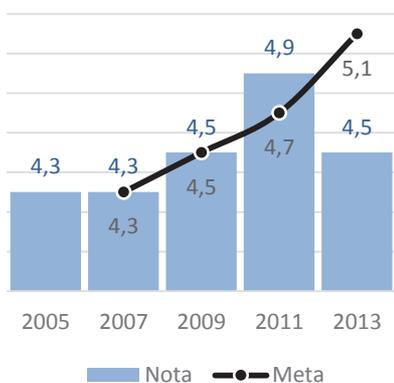
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

A qualidade da educação catarinense é um dos principais obstáculos ao aumento da produtividade dos trabalhadores. O ensino básico já alcança 98,1% das crianças entre 7 e 14 anos de idade e 82,6% dos jovens de 15 a 17 anos. Os percentuais são bem inferiores quando se analisa a taxa de conclusão: 83,7% dos jovens de 16 anos finalizaram o ensino fundamental e 61,0% dos jovens de 19 anos concluíram o ensino médio (Todos pela Educação, 2013). Mesmo os que detêm o diploma apresentam falhas na sua formação básica decorrentes da má qualidade do ensino.

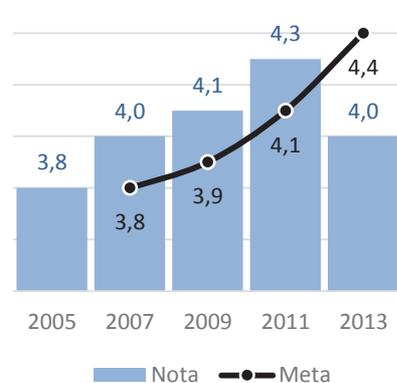
IDEB x Meta: Ensino Fundamental - Anos Iniciais - 2005 - 2013



IDEB x Meta: Ensino Fundamental - Anos Finais - 2005 - 2013



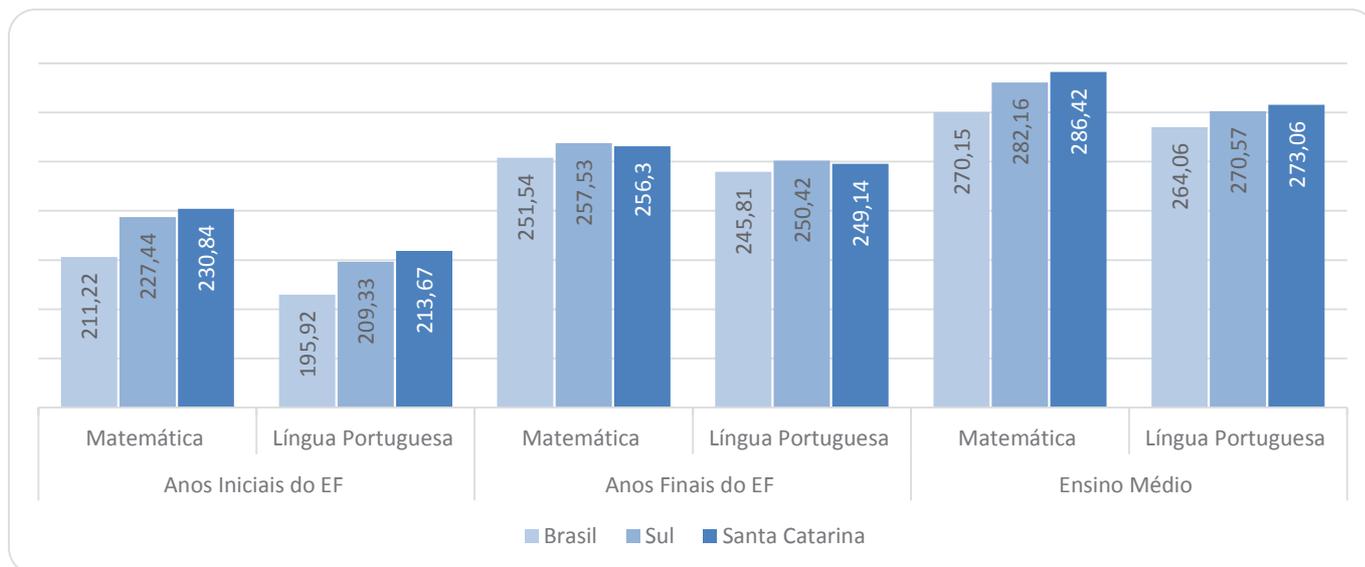
IDEB x Meta: Ensino Médio - 2005 - 2013



SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

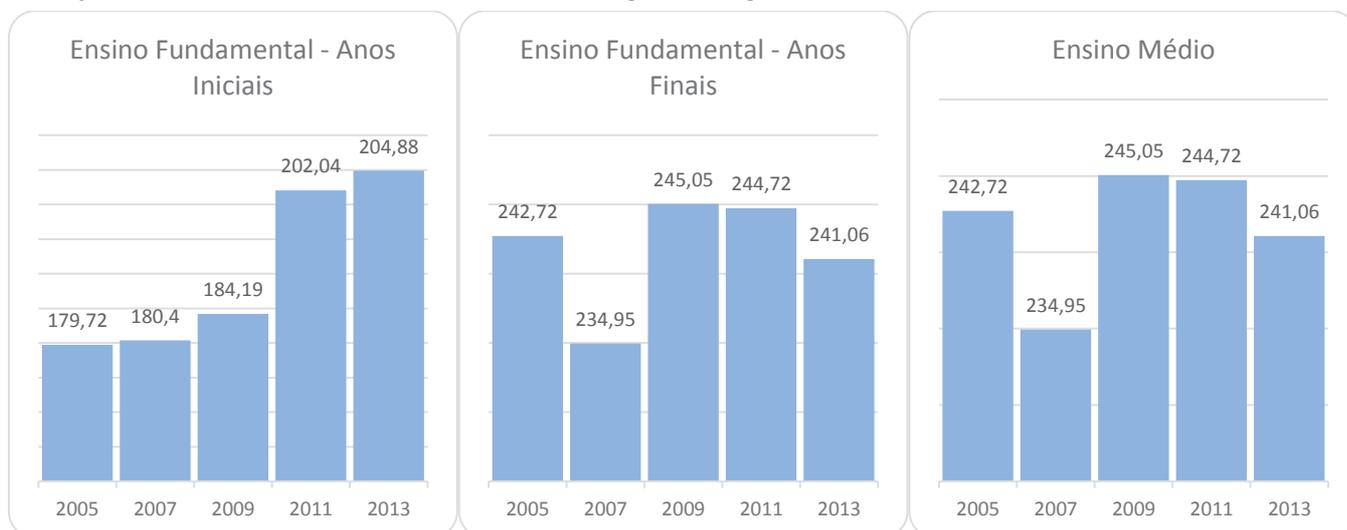
O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) tem como principal objetivo avaliar a Educação Básica brasileira e contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

Prova Brasil/SAEB 2013 - resultados de todas as redes de ensino



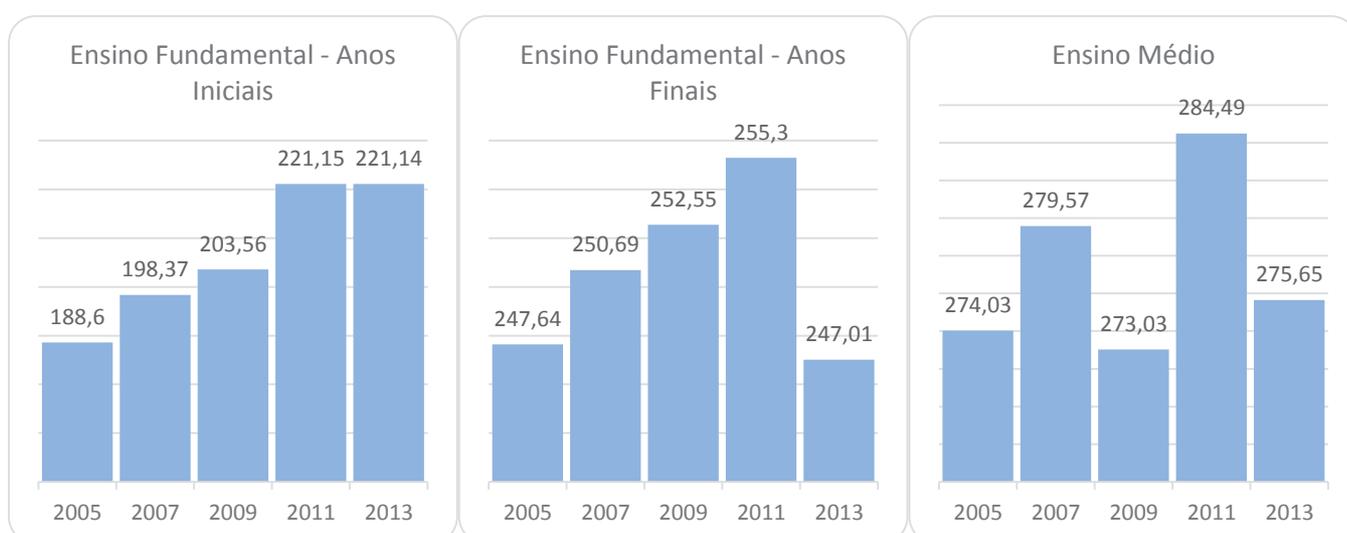
Fonte: MEC/INEP/SAEB

Evolução da nota média da Prova Brasil/SAEB - Língua Portuguesa - Santa Catarina - Rede Estadual - 2005 - 2013



Fonte: Fonte: MEC/INEP/SAEB

Evolução da nota média da Prova Brasil/SAEB - Matemática - Santa Catarina - Rede Estadual - 2005 - 2013



Fonte: Fonte: MEC/INEP/SAEB



RESULTADOS DA REDE ESTADUAL

Na Prova Brasil, o resultado do aluno é apresentado em pontos numa escala (Escala SAEB). Discussões promovidas pelo comitê científico do movimento Todos Pela Educação, composto por diversos especialistas em educação, indicaram qual a pontuação a partir da qual pode-se considerar que o aluno demonstrou o domínio da competência avaliada. Decidiu-se que, de acordo com o número de pontos obtidos na Prova Brasil, os alunos são distribuídos em 4 níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado. Consideramos que alunos com aprendizado adequado são aqueles que estão nos níveis proficiente e avançado. A seguir, apresentamos o percentual de alunos da rede estadual que aprenderam o adequado em português e matemática.

Com base nos resultados da Prova Brasil 2013, é possível calcular a proporção de alunos com aprendizado adequado à sua etapa escolar.

Português, 5º ano

53%

É a proporção de alunos que APRENDERAM O ADEQUADO na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano na rede estadual de ensino.

Dos 31.634 alunos, 16.848 demonstraram o aprendizado adequado.

Português, 9º ano

24%

É a proporção de alunos que APRENDERAM O ADEQUADO na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano na rede estadual de ensino.

Dos 66.214 alunos, 16.162 demonstraram o aprendizado adequado.

Matemática, 5º ano

47%

É a proporção de alunos que APRENDERAM O ADEQUADO na competência de resolução de problemas até o 5º ano na rede estadual de ensino.

Dos 31.634 alunos, 14.791 demonstraram o aprendizado adequado.

Matemática, 9º ano

11%

É a proporção de alunos que APRENDERAM O ADEQUADO na competência de resolução de problemas até o 9º ano na rede estadual de ensino.

Dos 66.214 alunos, 7.588 demonstraram o aprendizado adequado.

PRINCIPAIS PROBLEMAS

Infraestrutura escolar obsoleta

A infraestrutura da maioria das escolas estaduais é antiga, exigindo, com urgência, reforma, ampliação ou construção de prédio novo, para atendimento das exigências atuais acerca da acessibilidade, segurança e atendimento ao ensino fundamental de 9 anos e aos diversos Programas Educacionais (EMI, Mais Educação, PENOA, etc.).

Qualidade na formação (inicial e continuada) dos professores

Instituir Política de formação inicial e continuada dos profissionais de educação de Santa Catarina.

Organização das redes: expansão da educação básica e regime de colaboração

É necessário criar mecanismos mais precisos e profissionais para o mapeamento da demanda de Educação Básica e, conseqüentemente, planejar a oferta, em colaboração com os municípios.

Sistema de Gestão Escolar

Faz-se necessário ampliar o sistema de gestão escolar, dando mais autonomia para as Unidades Escolares resolverem seus problemas.



Ensino Médio: acesso, permanência e qualidade

Ainda há uma parcela da população de 15 a 17 anos que está fora da escola e outra parcela que abandona no decorrer do ano letivo por não considerar o ensino médio atraente ou porque não consegue acompanhar a turma.

Estrutura Organizacional da SED, GEREDs/SDRs e escolas

A estrutura organizacional da educação precisa ser revista, pois o modelo em que as escolas estão vinculadas às GEREDs/SDRs, dificulta a gestão.

Falta de carreira estruturada

O Plano de Carreira do quadro do magistério público estadual (Lei Complementar nº 1.139/1992) é antigo e necessita atualizações. O cumprimento da Lei do Piso Nacional do Magistério (Lei nº 11.738/2008) achatou a tabela salarial dos servidores, reduzindo drasticamente a diferença salarial entre os níveis de carreira.

Financiamento

Escassez de recursos públicos destinados à educação estão sendo potencializados pela Lei do Piso Nacional do Magistério.

Tecnologias

A estrutura tecnológica (hardwares, softwares) e conectividade das escolas é defasada, dificultando e impedindo a adoção de práticas pedagógicas inovadoras, sintonizadas com as necessidades dos alunos e escolas do século 21.

Comunicação institucional

É preciso aprimorar a comunicação SED - GERED - Escola e vice-versa. Muitas vezes as informações não chegam e outras vezes não são precisas o suficiente para se ter a dimensão do problema ou da boa ação que se está desenvolvendo. É preciso criar a cultura da boa comunicação para avançar nas ações e projetos desenvolvidos e apresentar a boa educação de Santa Catarina aos catarinenses.

Sistema de Avaliação da Educação Básica

Santa Catarina ainda não possui sistemática própria de Avaliação da Educação Básica, fator fundamental para diagnosticar com precisão os processos de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, para planejar e intervir no sentido de assegurar a todos o direito à aprendizagem com equidade e qualidade.

Sistema de Supervisão da Educação Básica e Profissional

É necessário aprimorar o Sistema de Supervisão da Educação Básica e Profissional para adequar-se às novas conjunturas da educação nos tempos atuais, realizando um trabalho conjunto com o Sistema de Avaliação da Educação Básica.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Infraestrutura escolar	Manter o programa de manutenção e conservação das Unidades Escolares.
	Revitalizar e concluir todas as obras nas Unidades Escolares inseridas no PACTO.
	Construir, ampliar e revitalizar as Unidades Escolares.
Currículo da Educação Básica	Realizar formação e assessoramento junto às escolas públicas, para a atualização do PPP com foco no redesenho curricular, a partir da Proposta Curricular da Educação Básica de Santa Catarina.
Programas de Bolsas Universitárias de Santa Catarina - UNIEDU	Executar os Programas de Bolsas Universitárias de Santa Catarina - UNIEDU, para apoiar a formação de profissionais da Educação Básica e para o desenvolvimento regional.
Formação dos profissionais da Educação Básica das redes públicas de ensino do Estado	Instituir política estadual de formação inicial e continuada de profissionais da Educação Básica das redes públicas de ensino de Santa Catarina.



TEMAS	ESTRATÉGIAS
Formação continuada aos profissionais da educação escolar e profissionais do magistério	Oferecer cursos de formação continuada aos profissionais da Educação Básica e Profissional visando a melhoria do processo de ensino aprendizagem na Rede Estadual de Ensino.
Estudos Educacionais	Construir e analisar cenários sobre a expansão da Educação Básica em Santa Catarina.
	Produzir e disseminar estudos educacionais a partir das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina - PEE-SC, dos PPAs, da LDO, da LOA, do Balanço Geral de SC 2014, de indicadores educacionais, demográficos e socioeconômicos, como subsídio à gestão da rede estadual e ao planejamento educacional.
Sistema de Gestão	Aprimorar a implantação do sistema de gestão escolar.
Acesso e permanência com qualidade	Garantir o acesso e permanência com qualidade dos estudantes de 6 a 14 anos no ensino fundamental da Rede Estadual de Ensino.
	Garantir o acesso e a permanência com qualidade aos jovens em idade de 15 a 17 anos no ensino médio da Rede Estadual de Ensino.
	Ofertar Educação Profissional com qualidade, atendendo às demandas produtivas catarinenses.
	Universalizar para o público da Educação Especial o acesso à Educação Básica e ao atendimento escolar especializado, com garantia de sistema educacional inclusivo, de sala de recursos multifuncionais e serviços especializados.
	Elevar a taxa de alfabetização da população catarinense de 15 anos ou mais de idade.
	Elevar a escolaridade média da população catarinense de 18 a 29 anos para 11 anos de estudo.
Estrutura Organizacional da SED, GEREDs/SDRs e escolas	Ofertar Educação Básica e Profissional nas terras indígenas.
	Alterar a estrutura de cargos da SED prevista no Anexo VII da Lei Complementar nº 381/2007 com o envio de nova proposta e a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 0008.4/2014, em tramitação na Assembleia Legislativa - ALESC.
	Encaminhar Projeto de Lei Complementar visando alterar o Anexo XII da Lei Complementar nº 381/2007 dando nova forma e distribuição das Funções Gratificadas da SED e Gerências Regionais de Educação - GEREDs.
	Encaminhar Projeto de Lei Complementar visando alterar as funções gratificadas de Diretor de Escola e Assessor de Direção, constantes do Anexo I da Lei Complementar nº 289, de 10 de março de 2005.
	Encaminhar Projeto de Lei Complementar visando instituir o quadro permanente de pessoal da SED, GEREDs e do Conselho Estadual de Educação (CEE), com a definição de cargos, funções e vagas.
	Encaminhar Projeto de Lei Complementar visando instituir o Quadro da Escola, com a definição de cargos, funções e vagas.
	Aprovar o novo Regimento Interno da SED, das GEREDs e das escolas da Rede Estadual de Ensino.
Plano de Carreira do Magistério	Construir uma carreira sólida e estável para os servidores do Quadro do Magistério Público Estadual, definidos os Níveis de Cargos e Referências para Progressão Funcional, garantindo a valorização profissional.
	Estabelecer critérios para Progressão Funcional dos Servidores.
	Definir critérios e reforços financeiros que incidirão na nova tabela salarial da carreira do Magistério Público Estadual viabilizando a descompactação da tabela atual, distribuindo estes valores no Plano de Carreira do Magistério Público Estadual nos próximos 4 anos.
	Redefinir as atribuições dos cargos pertencentes ao Quadro do Magistério Público Estadual.
Financiamento	Buscar novas fontes de financiamento com vistas a atender as metas do Plano Estadual de Educação em regime de colaboração com outros entes públicos, acompanhada da otimização da gestão.
Inovação e Tecnologia	Prover infraestrutura e conectividade de alta qualidade.



TEMAS	ESTRATÉGIAS
	Promover o uso das tecnologias e da inovação nas escolas.
	Ampliar a captação de recursos (federais e internacionais) e aprimorar o seu monitoramento na execução.
Comunicação Institucional	Aprimorar a comunicação com as GEREDs e as escolas estaduais, disseminando ações e os projetos desenvolvidos pela SED/GEREDs/Escola e/ou voltados para educação.
	Melhorar a comunicação com os servidores da SED.
	Reformular o site da SED, permitindo aos seus diferentes públicos a localização das informações de forma eficiente, rápida e precisa.
	Criar um Repositório Institucional com foco na gestão da comunicação, do fluxo da informação e da memória científica dos diversos setores da SED.
Avaliação da Educação Básica de Santa Catarina	Definir o Sistema de Avaliação Estadual de Santa Catarina, integrando-o aos processos existentes na escola.
Educação Básica e Profissional do Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina	Realizar a Supervisão da Educação Básica e Profissional do Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
250 - Inclusão Digital	Promover o acesso da população a computadores e sistemas de informação, propiciando a inclusão digital e o desenvolvimento tecnológico das comunidades rurais, de pescadores e de baixa renda.	14.200.000	0	14.200.000
520 - Cidadania e Diversidade	Ampliar e humanizar o atendimento aos portadores de necessidades especiais, buscando a sua inclusão na sociedade catarinense, bem como executar ações voltadas à sua cidadania.	206.933.210	157.714	207.090.924
610 - Educação Básica	Ampliar as oportunidades de aprendizagem na Educação Básica e promover a melhoria da qualidade da Educação Básica nas diversas regiões do Estado. Fomentar a Educação de Jovens e Adultos que estejam com defasagem em idade-série e de Ensino Técnico Profissional.	3.082.116.022	0	3.082.116.022
615 - Gestão do Ensino Profissional	Os objetivos principais deste Programa estão dirigidos à organização e fundamentação de uma política para a formação profissional, encadeadas com programas e projetos deflagrados pelo Governo Federal e Estadual, aprofundando e orientando as Gerências Regionais de Educação, assim como, as escolas, no que se refere à legislação que está instituída para a modalidade de Educação Profissional.	185.784.430	0	185.784.430
616 - Valorização do Ensino	Estimular o aumento de qualidade da demanda pela carreira do magistério e melhorar a dos atuais professores, certificando os profissionais em postos gerenciais. Desenvolver um sistema estadual de avaliação do desenvolvimento dos alunos do ensino fundamental com base no currículo estabelecido pelo Governo Estadual. O sistema servirá de balizamento para outorga de incentivos e prêmios.	8.000.000	0	8.000.000
623 - Autonomia de gestão escolar - SED	Manter mecanismos de autonomia da gestão escolar, mediante ações definidas no âmbito das escolas.	437.252.000	0	437.252.000
624 - Cooperação Estado e Municípios - SED	Manter regime de cooperação com municípios com vista ao desenvolvimento de ações na Educação Básica.	59.109.000	0	59.109.000

4.3.2 SAÚDE

ÁREA DE RESULTADO

O Sistema Único de Saúde - SUS - foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90, Leis Orgânicas da Saúde, com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público e gratuito a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto.

Da Constituição Federal ressaltam-se os artigos 196 que preconiza que “a saúde é um direito de todos e dever do Estado” e o 198 que indica que “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um Sistema Único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
- Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- Participação da comunidade.

O SUS é financiado com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados e dos Municípios, além de outras fontes e, tem como principal objetivo, promover a equidade na alocação de recursos e no acesso da população às ações de saúde em todos os níveis de atenção.

Seguindo as legislações, foram compostas as Comissões de Intergestores com o papel importante de negociar, pactuar, articular e integrar junto aos gestores, a operacionalização do processo de descentralização. Na gestão federal está a Comissão de Intergestores Tripartite (CIT) composta de modo igualitário por representantes do Ministério da Saúde, o CONASS (entidade de representação dos secretários estaduais de saúde) e o CONASEMS (entidade de representação dos secretários municipais de saúde). Na esfera estadual está a Comissão de Intergestores Bipartite (CIB) formada paritariamente por representantes da Secretaria de Estado da Saúde e a entidade de representação do conjunto dos secretários municipais de saúde do Estado.

O conjunto de ações e serviços de saúde constitui o Sistema Único de Saúde, cujos campos de atuação estão assim divididos:

- Promoção e Atenção à Saúde: que se refere à proteção e atenção à saúde dos diversos grupos etários e aos serviços de saúde correspondentes às ações de atenção. Inclui os subtemas: Atenção Básica, Programas Estratégicos, Assistência de Média e Alta Complexidade e Assistência Farmacêutica.
- Vigilância em Saúde que está historicamente relacionada aos conceitos de saúde e doença presentes em cada época e lugar, às práticas de atenção aos doentes e aos mecanismos adotados para tentar impedir a disseminação das doenças. Inclui os subtemas: Epidemiologia e controle de doenças e Vigilância Sanitária.
- Ciência e Tecnologia em Saúde que se refere a investimentos públicos em ciência e tecnologia; desenvolvimento institucional e de formação de pessoal voltados à ciência e tecnologia em saúde; políticas públicas e de gestão em Ciência e Tecnologia.
- Regulação da Saúde que está atrelada à função do Estado em ordenar as relações de produção e distribuição de recursos, bens e serviços de saúde.

Neste processo são identificados quatro papéis básicos para o Estado, os quais não são, necessariamente, exclusivos e sequenciais.

O primeiro desses papéis é exercer a gestão do SUS, no âmbito estadual.

O segundo papel é promover as condições e incentivar o poder municipal para que assuma a gestão da atenção à saúde de seus municípios, sempre na perspectiva da atenção integral.

O terceiro, é assumir, em caráter transitório (o que não significa caráter complementar ou concorrente) a gestão da atenção à saúde daquelas populações pertencentes a municípios que ainda não tomaram para si esta responsabilidade.

As necessidades reais não atendidas são sempre a força motriz para exercer este papel, no entanto, é necessário um esforço do gestor estadual para superar tendências históricas de complementar a responsabilidade do município ou concorrer com esta função, o que exige o pleno exercício do segundo papel.

Finalmente, o quarto, o mais importante e permanente papel do Estado é ser o promotor da harmonização, da integração e da modernização dos sistemas municipais, compondo, assim, o SUS - Estadual.

O desenvolvimento desses sistemas, no âmbito estadual, depende do pleno funcionamento do Conselho Estadual de Saúde - CES e da CIB, nos quais se viabilizam a negociação e o pacto com os diversos atores envolvidos.

Os Programas e Ações do Governo de Santa Catarina para o período 2016-2019 contemplam a ampliação do acesso da população, com aperfeiçoamento da qualidade das ações e dos serviços de saúde.



UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado da Saúde
- Fundo Estadual da Saúde

Participação social
Conselho Estadual de Saúde

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Missão	Assegurar aos catarinenses o acesso aos serviços de saúde, coordenando, planejando e avaliando a política e as ações de saúde no Estado, tendo como referência a resolutividade dos serviços, estímulo a parcerias, regionalização da saúde e o controle social, visando à promoção, prevenção e recuperação da saúde para a melhoria da qualidade de vida da população.
Visão de futuro	Ser referência de inovação da gestão da saúde pública no Brasil, contribuindo para que Santa Catarina seja o Estado onde se viva mais e melhor, com qualidade de vida, principalmente através de suas instituições de caráter público, para melhorar, promover, proteger e restaurar a saúde da população por meio de atuações de alcance coletivo.
Valores	Humanização, Ética, Probidade, Responsabilidade, Inovação, Compromisso, Qualidade, Decisões baseadas nas melhores evidências científicas, Prática profissional pautada no trabalho em equipe, Atendimento ao usuário de forma acolhedora, Autonomia/Protagonismo, Capacidade de articulação e integração, Conhecimento Técnico-científico como fonte para a ação e qualificação dos serviços.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de Atenção Básica e a Atenção Especializada.
- Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.
- Assegurar o atendimento integral à saúde com equidade e resolutividade.
- Propiciar melhores infraestruturas físicas aos serviços de saúde das unidades da administração direta e indireta.
- Fortalecer e incrementar a participação da comunidade e o controle social na gestão do SUS-SC.
- Estimular o desenvolvimento científico e tecnológico na área da Saúde.
- Aperfeiçoar a capacidade de serviços da Secretaria Estadual de Saúde no SUS.
- Promover a atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.
- Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de crack e outras drogas.
- Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas.
- Aprimorar a Rede de Atenção às Urgências, com expansão e adequação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), de prontos-socorros e centrais de regulação, articulada às outras redes de atenção.
- Garantir a assistência farmacêutica no âmbito do SUS.
- Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações intersetoriais dos trabalhadores e dos Gestores do SUS.
- Implementar modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na regionalização, garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.
- Qualificar os instrumentos de execução direta, com geração de ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.
- Ampliar a cooperação com instituições de pesquisa e universidades para o desenvolvimento de pesquisas das necessidades no âmbito do SUS.

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Saúde da família	Proporção da cobertura populacional estimada pela estratégia da saúde da família (%)			
Mortalidade	Taxa de mortalidade infantil (por mil)			
	Número de Conselhos Municipais de Saúde qualificados			
	Percentual da população coberta pelo SAMU (%)			

Quadro de servidores da Secretaria de Estado da Saúde

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
10.550	279	5.417	16.246

Estrutura da Secretaria de Estado da Saúde

ESPECIFICAÇÃO	Nº	ESPECIFICAÇÃO	Nº
Central de regulação do acesso	1	Laboratório de saúde pública	1
Central de regulação médica das urgências	7	Policlínica	1
Centro de saúde/unidade básica	3	Secretaria de saúde (unidades)	37
Clínica/centro de especialidade	5	Telessaúde	1
Consultório isolado	2	Unidade de apoio diagnose e terapia (sadt isolado)	2
Hospital especializado	6	Unidade móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência	26
Hospital geral	12		

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES

DIAGNÓSTICO SANTA CATARINA - SAÚDE

REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

A Comissão Intergestores Bipartite - CIB, em 08 de novembro de 2012, aprovou a organização gerencial e administrativa da Política de Saúde do Estado de Santa Catarina em 9 macrorregiões de saúde (DELIBERAÇÃO 458/CIB/12), ratificando a intenção de uma política de gestão regionalizada. Cada macrorregião de saúde deve ser autossuficiente em procedimentos de alta complexidade.

Esta mesma Comissão Intergestores Bipartite, através da Deliberação 457/CIB/12, aprova a nova configuração e denominação das 16 regiões de saúde do estado de Santa Catarina, de acordo com art.4º da Deliberação nº 348/CIB/2012 e o Decreto nº 7508, de 28 de junho de 2011.



A “região de saúde” conceitua-se como um espaço geográfico contínuo, constituído por agrupamentos de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde.

O conceito foi incorporado ao Decreto 7.508, de 28 de junho de 2011, da Presidência da República⁶. Para ser instituída, uma região de saúde deve conter, no mínimo, ações e serviços de atenção primária, urgência e emergência, atenção psicossocial, atenção ambulatorial especializada e hospitalar e vigilância em saúde.

CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO

Mortalidade Geral

No período de 2010 a 2013, as doenças do aparelho circulatório mantiveram-se como a primeira causa de mortalidade entre a população catarinense, representando 30% do total de óbitos, seguida pelas neoplasias, com 21,9%. As causas externas (lesões e violências) reduziram de 12,6% em 2010 para 11,7% em 2013, caindo da terceira para a quarta posição entre os principais grupos de causas. As doenças do aparelho respiratório passaram a ser o terceiro grupo em frequência de óbitos, com 11,9% dos óbitos em 2013.

A maioria dos indicadores de saúde mostra que a sobremortalidade masculina é maior em praticamente todas as idades e para quase todas as causas. Nas causas externas esta diferença é expressiva. Em 2010, a proporção de óbitos entre homens é 4 vezes maior do que entre mulheres, respectivamente, 106,4 e 25,9 óbitos por 100.000 hab. Em 2013 esta diferença reduz, sendo que a mortalidade entre os homens é 3 vezes maior do que entre as mulheres, respectivamente, 95,3 e 26,7 óbitos por 100.000 habitantes. Por outro lado, as mulheres têm proporções ligeiramente maiores nas doenças do aparelho circulatório e respiratório (tabela abaixo).

Principais causas de mortalidade (2013)

- Doenças do aparelho circulatório 29,7% do total de óbitos
- Neoplasias (tumores) 21,9%
- Doenças do aparelho respiratório 11,9%
- Causas externas de morbidade e mortalidade 11,7% do total de óbitos

Tabela - Óbitos, mortalidade proporcional e coeficiente de mortalidade (por 100.000 hab) por sexo e grupo de causas definidas. SC, 2010 - 2013.

Grupo de Causas	Masculino			Feminino			Total		
	Óbitos	%	Coef	Óbitos	%	Coef	Óbitos	%	Coef
Doenças do aparelho circulatório	5.500	27,8	165,3	4.842	32,3	146,4	10.344	29,7	155,9
Neoplasias (tumores)	4.320	21,8	129,9	3.295	22,0	99,6	7.615	21,9	114,8
Doenças do aparelho respiratório	2.294	11,6	69,0	1.857	12,4	56,1	4.151	11,9	62,6
Causas externas de morbidade e mortalidade	3.171	16,0	95,3	883	5,9	26,7	4.057	11,7	61,2
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	60	0,3	1,8	1.165	7,8	35,2	2.030	5,8	30,6
Doenças do aparelho digestivo	1.124	5,7	33,8	706	4,7	21,3	1.830	5,3	27,6
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	804	4,1	24,2	620	4,1	18,7	1.424	4,1	21,5
Doenças do sistema nervoso	865	4,4	26,0	574	3,8	17,4	1.061	3,0	16,0
Demais causas definidas	1.658	8,4	88,2	1.067	7,1	32,3	2.303	6,6	34,7
Total	19.796	100,0	...	15.009	100,0	...	34.815	100,0	...

Fontes: MS/SVS/CGIAE- Sistema de informações sobre mortalidade – SIM. ¹ Nota Técnica: Dados preliminares

Os óbitos por causas externas de morbidade e mortalidade ocuparam o terceiro lugar no Estado. Os acidentes de transporte foram responsáveis pelo maior número de mortes em ambos os sexos, respectivamente, 41,60 óbitos/100.000 hab. do sexo masculino e 10,37 óbitos/100.000 hab do feminino, contribuindo com 42,57% do total dos óbitos. Nos acidentes de transporte

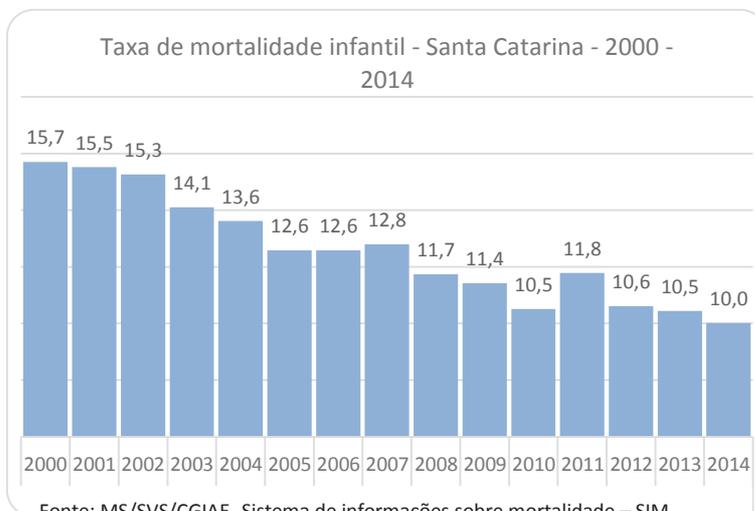
⁶Este decreto regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

esta diferença é expressiva, a proporção de óbitos entre homens é 4 vezes maior do que entre mulheres. Em segundo lugar estão as agressões e em terceiro as lesões autoprovocadas voluntariamente por este sexo. No feminino, em primeiro lugar estão os óbitos por acidentes de transporte, seguido das quedas e das lesões autoprovocadas. A predominância do total de óbitos por causas externas chega a ser 3 vezes maior no sexo masculino, contribuindo com 78,16% do total dos óbitos (tabela acima).

Mortalidade Infantil

Em Santa Catarina o Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI) apresentou redução contínua considerando a série histórica de 1996 a 2014, saindo de 17,7 para 10,0 óbitos/mil nascidos vivos. A queda foi mais acentuada no componente pós-neonatal (28 dias a menor de 1 ano), que é mais sensível às ações de saúde pertencentes à atenção primária (aleitamento materno, atenção às Infecções respiratórias agudas, etc), e menos no neonatal precoce (0 a 6 dias de vida), que é mais sensível às condições de assistência à gravidez, parto e período perinatal (figura 8).

De 2010 a 2013 o coeficiente de mortalidade infantil se manteve estável, com predominância do componente neonatal precoce (5,32 a 5,28 óbitos/mil nascidos vivos (NV)) e pós-neonatal (3,23 a 3,48 óbitos/mil NV). Apesar da estabilidade do coeficiente, é possível que em algumas situações ocorra sub-registro de nascimentos e óbitos em menores de um ano em algumas situações.

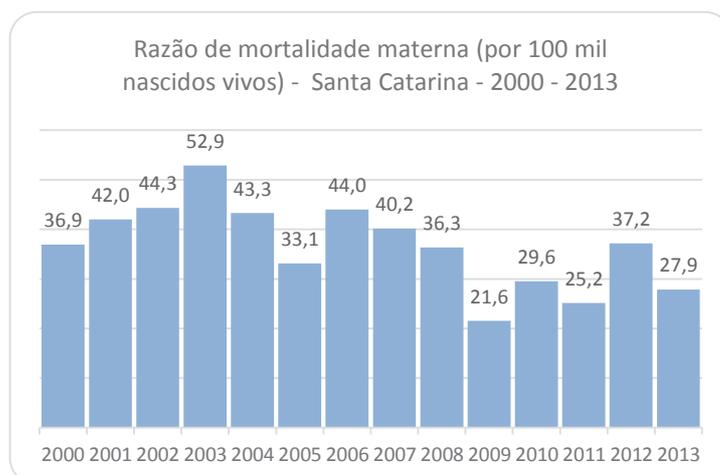


Fonte: MS/SVS/CGIAE- Sistema de informações sobre mortalidade – SIM.

Mortalidade Materna

Mortalidade materna é o óbito de mulheres durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez. É causada por qualquer fator relacionado ou agravado pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela. O Brasil assumiu o compromisso de reduzir em 3/4 a razão de mortalidade materna, entre 1990 e 2015.

A razão de mortalidade materna em Santa Catarina até o ano de 2003 mantinha-se bastante elevada, porém, a partir desse ano vem diminuindo constantemente, com 2 picos de elevação apenas nos anos de 2006 e 2012, voltando a reduzir nos anos seguintes (figura ao lado). O número reduzido de óbitos maternos está intrinsecamente relacionado com a proporção de óbitos em mulheres em idade fértil (MIF) investigado e a codificação correta das causas básicas dos óbitos.



Fonte: MS/SVS/CGIAE- Sistema de informações sobre mortalidade – SIM.

ATENÇÃO BÁSICA

A implantação das equipes de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde - ACS teve início no Estado em 1995, e as equipes de Saúde Bucal, em 2001.

Em 2014, a cobertura populacional da Estratégia Saúde da Família - ESF foi 79,0% e a de Saúde Bucal na ESF foi 48,8%. A ESF está presente em todos os municípios de SC. Destes, 215 municípios (72,9%) possuem 100% de cobertura da ESF. Nos municípios acima de 100 mil habitantes, três municípios têm cobertura da ESF inferior a 50%, sendo Joinville (38,0%), Balneário Camboriú (42,6%) e Jaraguá do Sul (48,8%).

Fica evidente a necessidade de ampliação das equipes de Saúde Bucal em todas as regiões de saúde.

- 79,0% é a cobertura populacional da Estratégia Saúde da Família em 2014
- 48,8% é a cobertura da saúde bucal
- 215 municípios possuem 100% de cobertura da ESF

Embora a cobertura da ESF no Estado seja de 79,0%, a cobertura de Atenção Básica - AB atinge 86,8%, contribuindo para a melhoria do acesso. Na maioria das regiões de saúde a cobertura da Saúde da Família - SF se aproxima da cobertura de AB. No entanto, nas regiões Planalto Norte, Nordeste, e Alto Vale do Rio do Peixe, evidencia-se menor cobertura da ESF.

Mesmo com a expansão da ESF e da AB no Estado, persistem desafios. Destaca-se a necessidade de qualificação da AB para ordenação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), capacidade efetiva de gestão do cuidado, bem como articulação e suporte com outros pontos de atenção.

Saúde da Mulher

Para a atenção à saúde das mulheres catarinenses o Estado adota a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Estas são a maioria da população catarinense e as principais usuárias do SUS. Representam 50,4% do total da população do Estado.

As principais causas de internações no SUS segundo Capítulo CID-10 para as mulheres na faixa etária de 20 a 59 anos em 2014, são em primeiro lugar, gravidez, parto e puerpério, com 59.562 internações; doenças do aparelho digestivo, com 13.421 internações e, em terceiro lugar, doenças do aparelho geniturinário, com 12.674. As gestantes que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal totalizam mais de 70%, em 2014.

As três primeiras causas de óbito materno no período de 2010 a 2014, conforme o Sistema de Informações de Mortalidade - SIM foram eclâmpsia (9,4%), hemorragia pós- parto (7,0%) e infecção puerperal (4,7%).

Na investigação de óbitos de mulheres em idade fértil os resultados alcançados superaram o pactuado de 70%. Em 2013, foram investigados 89,5% dos óbitos femininos nesta faixa etária.

Entre as principais causas gerais de óbito de mulheres de 20 a 59 anos estão as neoplasias, as doenças do aparelho circulatório e as causas externas.

Entre as neoplasias, as de mama e colo de útero se destacam. A análise da evolução das taxas de mortalidade por neoplasias específicas ou mesmo a comparação entre áreas geográficas, deve considerar que taxas mais elevadas podem estar relacionadas ao maior acesso a serviços especializados e maior facilidade de diagnóstico. Outros fatores que podem explicar diferenças, estão relacionados à menor quantidade de óbitos por causas mal definidas, verificada em algumas áreas e a estrutura etária das mesmas.

Saúde do Homem

Santa Catarina segue a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) (Portaria GM/MS nº 1.944, de 27/08/2009) com objetivo de ampliar o acesso da população masculina aos serviços de saúde e contribuir para a redução da morbimortalidade, por meio do enfrentamento dos fatores de risco, fortalecendo ações e serviços em rede de cuidado da saúde.

Os agravos do sexo masculino são um problema de Saúde Pública. A cada três mortes de pessoas adultas, duas são de homens. Eles vivem, em média, sete anos menos do que as mulheres e apresentam mais doenças e agravos crônicos (PNAISH/2009).

Os homens representam 49,6% do total da população. A faixa de 20 a 59 anos corresponde a 29% da população total de homens (1.874.273 habitantes) (IBGE, 2012). Estes adentram o sistema de saúde por meio da atenção especializada, com consequente agravamento da morbidade pelo retardamento na atenção e maior custo para o SUS. Com relação às causas de mortalidade, em primeiro lugar estão as causas externas, seguidas pelas neoplasias e as doenças do aparelho circulatório.

Entre as causas externas dos óbitos masculinos, 46,66% correspondem a acidentes de transportes e 23,43% a homicídios.

Saúde da Pessoa Idosa

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria nº 2.528, de 19/10/2006) tem como propósito trabalhar em dois grandes eixos: idosos frágeis e idosos independentes, tendo como foco a capacidade funcional da população idosa.

O processo acelerado de envelhecimento populacional vem acontecendo com a redução da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida. No Brasil, conforme o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) é considerado pessoa idosa, indivíduo com sessenta anos ou mais.

O Estado tem uma população idosa de aproximadamente 700 mil pessoas. Em 1990, representava 6,35%; em 1996, era de 7,36%;, em 2000, era de 8,40% e, em 2012, correspondia a 10,49% da população total catarinense (IBGE/2012).

Em Santa Catarina a expectativa de vida ao nascer é de 75,4 anos. A esperança de vida aos 60 anos, no Estado, em 2012, era de mais 21,6 anos, sendo que apresentou um incremento de 1,8 anos no período de 2006/2012. O ganho do tempo de vida é maior no sexo feminino; os homens obtiveram um ganho de 2,3 anos e as mulheres, de 4 anos.

O índice de envelhecimento da população em Santa Catarina, em 2012, foi 48,1%. Observa-se assim o aumento da participação da população maior de 60 anos em relação aos jovens (menores de 15 anos) ao longo do período, passando de 20,4% em 1991

para 48,1% em 2012, refletindo novamente a queda dos níveis de fecundidade e o aumento da esperança de vida dos idosos. Doenças próprias do envelhecimento ganham maior expressão no conjunto da sociedade.

Observa-se que as doenças do aparelho circulatório constituem o principal grupo de causas de internação nessa faixa etária, representando 24,9% do total, sendo que as duas principais causas desse grupo foram isquemias coronarianas e acidentes vasculares cerebrais, que juntas corresponderam à metade das internações do grupo.

O principal tipo de lesão por causa externa que motivou as internações hospitalares foram as fraturas, responsáveis por metade das internações incluídas neste capítulo, sendo a fratura de outros ossos dos membros e de fêmur as mais frequentes.

Saúde Bucal

Com a implantação da Política Nacional de Saúde Bucal pelo Ministério da Saúde, as ações da Saúde Bucal passaram a ser ofertadas de forma integral. Houve inserção de procedimentos mais complexos na Atenção Básica e a criação de uma rede de serviços de atenção em Saúde Bucal no SUS.

Santa Catarina tem priorizado ações como a reorganização da Atenção Básica em Saúde Bucal, monitoramento da fluoretação das águas de abastecimento público, ampliação e qualificação da atenção especializada (Centros de Especialidades Odontológicas - CEO, Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias - LRPD, Atenção Hospitalar) e implantação do GraduaCEO. Estas ações visam a ampliação do acesso da população às medidas de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação em Saúde Bucal.

A equipe de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família possibilita a reorientação do processo de trabalho no âmbito dos serviços de saúde.

Existem três tipos de equipes: Modalidade I, (Cirurgião Dentista e Auxiliar em Saúde Bucal ou Técnico em Saúde Bucal), Modalidade II (Cirurgião Dentista, Técnico em Saúde Bucal e Auxiliar em Saúde Bucal ou Técnico em Saúde Bucal) e Modalidade III (Unidade Odontológica Móvel).

Em dezembro de 2014 estavam implantadas 977 Equipes de Saúde Bucal na ESF, presentes em 280 municípios (94,91%). Destas, 933 são da modalidade I (95,49%), e 44 da modalidade II (4,50%). Na modalidade III estão implantadas 3 unidades localizadas nos municípios de Matos Costa, Passos Maia e Vargem.

A cobertura populacional da Saúde Bucal na ESF no Estado é de 47%. O indicador para cobertura da Saúde Bucal no Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde (COAP) é denominado cobertura populacional estimada pelas Equipes Básicas de Saúde Bucal e mede a ampliação de acesso da população à Saúde Bucal. Em 2014, o Estado atingiu 64,2%, sendo que a meta foi 66%.

Saúde Indígena

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no censo realizado em 2010, totalizou a população indígena em Santa Catarina em 16.041 pessoas. Neste número estão contidos os 10.369 índios que vivem em terras indígenas, chamados TI's como também os que vivem nas cidades.

As três etnias que coexistem em Santa Catarina são os Guarani, Kaingang e Xokleng. Ocorre no Estado um aumento populacional indígena em torno de 3%, superando a média da população não indígena.

Telessaúde SC

O Núcleo Telessaúde de Santa Catarina iniciou em 2007, por meio da Portaria nº 35/GM/MS, de 04 de janeiro de 2007, posteriormente revogada pela Portaria nº 402, de 24 de fevereiro de 2010. Tem o objetivo de desenvolver ações de apoio à saúde e de educação permanente, visando a qualificação dos profissionais em busca da melhoria na Atenção Básica.

Iniciou com 100 municípios e em 2015 abrangem os 295 municípios, contando com 6.218 profissionais cadastrados.

Atua em parceria entre Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Secretaria de Estado da Saúde - SES/SC/Gerência de Coordenação da Atenção Básica e também estabeleceu parcerias com o Centro de Informações Toxicológicas de Santa Catarina, com a Associação Catarinense de Medicina de Família e Comunidade e com o Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS).

Utiliza um portal próprio para ofertar seus serviços. São eles: teleconsultorias clínicas e de processo de trabalho nos formatos síncronas (por Skype) e assíncronas (por mensagem de texto); tele-educação (minicursos autoinstrucionais com certificação e webconferências virtuais) e segunda opinião formativa. Disponibiliza acervo virtual de vídeos e informativos. Os temas que orientam a oferta são demandados pelas equipes de saúde.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Doenças Imunopreveníveis e Imunobiológicos

As ações de vacinação são executadas em todos os municípios, sob coordenação estadual da Gerência de Vigilância de Doenças Imunopreveníveis e Imunização (GEVIM) da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, e tem como objetivo assegurar a adequada vacinação da população, acompanhando as coberturas vacinais nas esferas estadual, regional e municipal e realizando vigilância de eventos adversos pós-vacinação. Os imunobiológicos disponíveis contemplam todas as idades, desde o recém-nascido, que recebe a vacina BCG e hepatite B, nas primeiras horas de vida nas maternidades, até as pessoas com mais de 60 anos.

No período entre 2012 e 2015 foram disponibilizadas seis (06) novas vacinas (*Haemophilus Influenzae*, Poliovírus inativada, Hepatite A, DTPA, HPV e Varicela); foi ampliada a faixa etária para indicação de algumas delas, além da implantação (ainda em andamento) de dois novos sistemas de informação (SIPNI E SIEAPV *on line*). Estes avanços possuem impacto direto na prevenção de doenças imunopreveníveis.

Em média, as Coberturas Vacinais (CV) de rotina no primeiro ano de vida são elevadas (acima de 90%). No entanto, para a manutenção efetiva do controle das doenças imunopreveníveis, é importante, além de CV, avaliarmos a homogeneidade. Este último indicador reflete a proporção de municípios que atingiram a meta estabelecida na regional e no Estado. Definiu-se como meta uma cobertura vacinal que varia de $\geq 90\%$ a $\geq 95\%$, dependendo do imunobiológico, e para homogeneidade, 70%.

- O calendário básico de vacinação conta com 16 vacinas contra diferentes tipos de doenças imunopreveníveis

Coqueluche

No período de 2010 a 2013 observou-se aumento significativo no número de casos de coqueluche em nível mundial. Em Santa Catarina, neste período, foi identificada situação semelhante, com 590 casos confirmados, sendo que o maior número de casos concentrou-se nas crianças no extremo de idade (menores de 6 meses).

590 casos de coqueluche confirmados entre 2010 e 2013

Meningite e Doença Meningocócica

Em 2010, a incidência das meningites em geral (exceto meningocócica) no estado de Santa Catarina totalizou 12,9 casos/100.000 hab. Observa-se a partir de então um decréscimo pouco significativo em relação aos anos posteriores, seguindo assim o padrão endêmico da doença.

12,9 casos de meningite meningocócica (por 100 mil habitantes) em 2010

Tétano Neonatal e Tétano Acidental

Trata-se de doença infecciosa aguda, não contagiosa, imunoprevenível, com alta taxa de letalidade quando não diagnosticada e tratada em tempo oportuno.

Em relação ao tétano neonatal, o último caso ocorreu no ano de 1998 na região oeste do Estado, no município de Ipumirim. Atribui-se esta queda expressiva na ocorrência de casos ao Plano Nacional de erradicação do tétano neonatal. É oportuno lembrar o importante papel desempenhado pela atenção básica através da Estratégia da Saúde da Família, em consonância com o Programa Nacional de Vacinação, com o alcance de altas coberturas vacinais.

Quanto ao tétano acidental a análise situacional indica que a distribuição do número de casos confirmados tem se mostrado estável nos últimos anos. A taxa de incidência mantém-se a cada ano, no patamar de 0,2 casos por 100.000 habitantes, com uma média de 14 casos confirmados ao ano.

14 casos de tétano acidental ocorrem, em média, por ano

Influenza

A vigilância da influenza no Brasil é composta pela vigilância sentinela de Síndrome Gripal, de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em pacientes internados em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e pela vigilância universal de SRAG.

A vigilância sentinela conta com uma rede de unidades distribuídas em todas as regiões geográficas do País e tem como objetivo principal identificar os vírus respiratórios circulantes, além de permitir o monitoramento da demanda de atendimento por essa doença. A vigilância universal de SRAG monitora os casos hospitalizados e óbitos com o objetivo de identificar o comportamento da influenza no País para orientar na tomada de decisão em situações que requeiram novos posicionamentos do

Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais. Os dados são coletados por meio de formulários padronizados e inseridos nos sistemas de informação online: SIVEP-Gripe e SINAN Influenza Web.

No período de 2010 a 2013 observou-se, no estado de Santa Catarina, a circulação dos principais tipos/subtipos de Influenza predominantes no País, com destaque para pico epidêmico que ocorreu em 2012 pela recirculação do Influenza A H1N1, com 788 casos confirmados e 82 óbitos.

Dengue

Santa Catarina apresenta uma situação diferenciada do restante do País em relação à dengue. Entretanto, este panorama vem se modificando nos últimos anos, principalmente com a detecção da presença do *Aedes aegypti* nos municípios catarinenses.

Em 2010, Santa Catarina não registrou nenhum caso autóctone de dengue. Em 2011 e 2012 foram identificados casos autóctones de forma isolada (Região do Extremo Oeste e Nordeste). Em 2013, houve o registro do primeiro surto da doença, com 19 casos autóctones identificados em municípios das Regiões Oeste, Extremo Oeste e Foz do Rio Itajaí. Entretanto, o número de casos importados supera o de casos autóctones no Estado, neste período.

Leptospirose

A leptospirose é uma doença de grande importância social e econômica por apresentar elevada incidência em determinadas regiões de saúde e óbitos de pessoas em idade produtiva. No período de 2010 a 2013, foram confirmados 1.884 casos de leptospirose em Santa Catarina, oscilando entre 341 (2013) e 697 (2011), configurando uma variação da incidência de 5,1 a 11,0/100.000 habitantes, sendo que em 2011 houve o registro das maiores taxas devido à ocorrência de enchentes naquele ano. Neste mesmo período foram informados 58 óbitos, com média de 14 óbitos/ano. A letalidade no período variou de 2,2% (2012) a 5,0% (2010).

Hantavirose

A síndrome pulmonar e cardiovascular por hantavírus (SPCVH) é uma doença emergente no Brasil, com grande repercussão sobre a saúde da população por sua incidência e pelo número de mortes registradas. Em Santa Catarina, a doença foi confirmada em 1999 na região do Extremo Oeste do Estado, somando no período de 2010-2013 um total de 83 casos, atingindo várias regiões, com exceção das regiões Foz do Rio Itajaí e Extremo Sul Catarinense.

A letalidade por hantavirose nos últimos anos tem variado consideravelmente. No ano de 2010 a 2013 a taxa de letalidade no Estado variou de 26,3% a 47,4 %.

Febre Maculosa Brasileira

A febre maculosa brasileira (FMB) é uma doença infecciosa febril aguda, de gravidade variável, cuja apresentação clínica pode variar desde as formas leves e atípicas até formas graves, com elevada taxa de letalidade. A doença constitui um problema de saúde pública, ocorrendo casos esporádicos em áreas rurais e urbanas, relacionados ao contato com carrapatos, seja em atividades de trabalho ou de lazer.

Diferente das outras regiões do Brasil, os casos registrados no estado de Santa Catarina apresentam um quadro clínico moderado, com evolução benigna, sendo que, durante os anos de 2010-2013 não foram registrados óbitos pela doença.

Raiva

O último caso de raiva humana no estado de Santa Catarina ocorreu no município de Ponte Serrada em 1981, porém, em 2012, uma paciente, residente no município de Tapurah, MT, visitando familiares em Caibi - Santa Catarina, foi positiva para Raiva.

Os últimos registros de casos em cães e gatos com raiva foram no ano de 2006 nos municípios de Itajaí (um cão) e Xanxerê (um gato e um cão) com envolvimento destes animais domésticos com morcegos (variante 3—morcego hematófago). No entanto, no Estado são registrados rotineiramente casos em animais de produção (bovinos, equinos, ovinos) causados por agressões de morcegos infectados (ciclo silvestre/rural). Estes animais contribuem como sentinelas, indicando a existência do vírus da raiva.

O Estado não realiza campanhas de vacinação para cães e gatos por ser considerada área controlada para raiva no ciclo urbano (não apresenta circulação de vírus rábico em cães e gatos “variante canina”).

No período de 2010 a 2013, em Santa Catarina foram registrados 75.477 acidentes por animais potencialmente transmissores de raiva, sendo a maior concentração na Região da Grande Florianópolis.

Leishmaniose Tegumentar Americana

O estado de Santa Catarina apresentou no período de 2010 a 2013 um coeficiente de detecção para LTA de 110 casos/100.000 hab.

Febre Amarela

A vigilância da febre amarela no estado de Santa Catarina atua em duas frentes: a vigilância de epizootias e a vigilância de casos humanos. A vigilância de epizootias ocorre por meio da captação de informações sobre adoecimento ou morte de Primatas Não Humanos (macacos) como evento sentinela, priorizando a coleta oportuna de vísceras para análise laboratorial com vista a confirmar a presença de circulação do vírus amarílico no Estado, em áreas silvestres.

No período de 2010 a 2013 foram notificados 45 adoecimentos e/ou mortes de PNH com média de 62% de coletas realizadas oportunamente. Do total de amostras analisadas, em nenhuma foi detectada a presença do vírus amarílico.

Embora o Estado atualmente conte com cerca de 78 profissionais médicos veterinários capacitados para coleta de vísceras em tempo oportuno. O número de amostras encaminhadas para análise laboratorial para Febre Amarela ainda é insignificante para que se possa inferir que o Estado não possua o vírus amarílico circulante em áreas silvestres.

AIDS

Desde o primeiro caso notificado em 1984, até junho de 2014 foram registrados 38.283 casos de Aids em Santa Catarina. Atualmente 18.779 pessoas que estão vivendo com HIV/AIDS (PVHA) estão em tratamento no Estado.

De 2010 a 2013 a taxa de detecção de casos de AIDS (por 100 mil habitantes) em Santa Catarina apresentou oscilações, permanecendo acima da média nacional no período conforme o ranking dos estados. Em 2013, Santa Catarina aparece na terceira posição entre os estados com maiores taxas de detecção de AIDS, atrás do Rio Grande do Sul e do Amazonas.

No ranking dos 100 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, elaborado pelo Ministério da Saúde, em que foram elencados as maiores taxas de detecção, mortalidade e média do primeiro CD4, aparecem 10 municípios catarinenses, sendo que Florianópolis ocupa o 14º lugar no referido ranking.

De 1980 a 2013 foram registrados 10.463 óbitos por Aids no estado de Santa Catarina. No período de 2010 a 2013 ocorreram 2.206 óbitos por Aids, com uma média de 550 óbitos por ano.

■ 38.283

Foi o número de casos de Aids registrados em Santa Catarina, no período de 1984 a junho de 2014

■ 31,0 %

Foi a taxa de detecção de casos de Aids (por 100 mil hab) em 2013. No Brasil esta taxa foi 19,6

Fonte: Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais, SVS, Ministério da Saúde, Brasil

Gestante HIV

Em Santa Catarina, de 2010 a 2013 foram notificadas 2.504 gestantes infectadas com HIV; a maioria delas na região da Grande Florianópolis, Foz do Rio Itajaí e Nordeste. A taxa de detecção de gestantes com HIV vem apresentando tendência de estabilização em todas as regiões. No entanto, a taxa de detecção em todos os anos é quase o dobro do que a taxa média nacional.

Apesar de apresentarem altas taxas de detecção de gestantes com HIV, a taxa de detecção em menores de cinco anos, que serve para avaliar a transmissão vertical do HIV, demonstra que vem ocorrendo um aumento na taxa de 2010 (4,2/100 mil) para 2013 (6/100 mil).

Sífilis Congênita

A sífilis congênita é uma doença de fácil prevenção, mediante o acesso precoce à testagem durante o pré-natal e o tratamento adequado das gestantes positivas, incluindo o tratamento do parceiro. A política de prevenção da mortalidade materno-infantil do Pacto pela Saúde do Ministério da Saúde (2006) inclui metas de redução da transmissão vertical da sífilis.

Entre 2010 e 2014, foram notificados 760 casos de sífilis congênita em menores de um ano de idade. As Regiões de Saúde da Grande Florianópolis, Foz do Rio Itajaí e Nordeste registraram 543 (71,45%) desses casos.

Com relação à taxa de incidência de sífilis congênita em Santa Catarina, em 2014, observou-se uma taxa de 2,94 casos por 1.000 nascidos vivos, sendo que as Regiões de Saúde da Grande Florianópolis, Extremo Sul Catarinense, Foz do Rio Itajaí e Xanxerê apresentaram as maiores taxas nesse ano.

Hepatites Virais

O Programa Estadual de Vigilância e Controle das Hepatites Virais (PEHV), instituído em maio de 2005, passou em 2011 a integrar as ações da Gerência de Vigilância das DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais (GEDST), sob coordenação da Divisão de Vigilância Epidemiológica (DIVE) da Secretaria Estadual de Saúde (SES) de SC. O PEHV desenvolve estratégias conjuntas com as 16 Regiões de Saúde sobre prevenção, promoção, vigilância e assistência das hepatites virais no nosso Estado. Também estabelece interfaces com outras políticas estaduais, como Gerência de Imunizações (GEVIM), Divisão de DST/AIDS, Laboratório Central (LACEN), Central de Gestão de Demandas Judiciais em Saúde (CEJUS) e outras.

As hepatites virais em Santa Catarina apresentam um perfil epidemiológico heterogêneo, tipicamente caracterizado por uma endemicidade para Hepatite B no Oeste catarinense e Hepatite C na região litorânea, apesar da ocorrência de ambos os agravos nas regiões. Ações sistemáticas de imunização para hepatite B na região Oeste vêm sendo desenvolvidas desde meados da década de 1990 e apesar das coberturas na região serem satisfatórias, os mecanismos de transmissão do vírus facilitam ainda sua circulação. Com relação à hepatite C algumas características marcantes da região litorânea, como a presença de portos, o tráfico de drogas ilícitas, a estruturação de ambulatorios especializados, a centralização do tratamento da coinfeção com o HIV, a maior capacidade instalada e maior facilidade no acesso, entre outras, são explicações para a concentração de casos na região.

Tuberculose

A taxa de incidência de tuberculose em Santa Catarina está abaixo da média nacional. No entanto, verifica-se no período de 2010 a 2013 uma tendência de estabilização com ligeira elevação, em contraste com o declínio apresentado na incidência do Brasil. Esta informação sugere que há aumento na cobertura de diagnóstico, baixa subnotificação, bem como situações de caráter social ligadas ao índice elevado de casos com coinfeção TB/HIV/Aids, aumento do uso de drogas ilícitas, migração de populações empobrecidas de outros estados e altíssima incidência da doença na população carcerária do Estado.

Taxa de incidência de tuberculose (por 100 mil hab) - 2013

- 29,3 para Santa Catarina
- 36,7 para o Brasil

Fonte: Sinan/SC e IBGE

Hanseníase

A hanseníase é uma doença crônica, infectocontagiosa, cujo principal agente etiológico é o *Mycobacterium leprae*. A doença atinge pele e nervos periféricos e seu principal problema está relacionado ao diagnóstico tardio, podendo levar a sérias incapacidades físicas. É curável quanto mais precocemente diagnosticada e corretamente tratada.

Taxa de detecção de hanseníase (média 2010 a 2013), 3,15 casos por 100 mil habitantes

O Brasil continua sendo o segundo país no mundo com o maior número de casos novos notificados. Em 2013, foram 31.044 casos.

Santa Catarina está entre os estados do Brasil com o menor coeficiente de detecção, já tendo atingido a meta de eliminação, segundo critérios da OMS de menos de um doente para cada 10 mil habitantes, porém, a doença continua sendo um grave problema de saúde, pois o percentual de casos com algum grau de incapacidade física instalada, ainda é considerado alto.

Tracoma

Tracoma é uma oftalmopatia de evolução crônica recidivante de origem infecciosa, causada pela *Chlamydia trachomatis*, um microrganismo estritamente intracelular, com preferência pelas células epiteliais da conjuntiva ocular. A transmissão se dá pessoa a pessoa através das mãos ou de objetos de uso comum contaminados, nas lágrimas ou secreções conjuntivais de portadores de infecção ativa.

A endemia está associada a baixas condições socioeconômicas, higiênicas e sanitárias, especialmente à pouca disponibilidade de água no domicílio e déficit assistencial às populações atingidas.

Com o objetivo de conhecer a situação e a real magnitude do tracoma, passou-se a realizar anualmente inquérito epidemiológico em escolares da 1ª a 4ª série do ensino fundamental da rede pública, residentes em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH menor que a média nacional (0,764 no ano 2000).

Nas buscas ativas realizadas percebe-se que a taxa de detecção apresenta tendência de redução nos municípios onde foram realizadas. No entanto, o agravo ainda requer atenção, visto que além do tratamento medicamentoso são fundamentais as medidas de promoção da higiene pessoal e familiar, o destino adequado do lixo, e a disponibilidade de água e saneamento para reverter este problema de saúde pública no Estado. A ação educativa constitui importante estratégia para o controle do tracoma e a interface com o Setor de Educação e de Atenção Primária à Saúde é essencial. É imperiosa a ampliação e implementação das medidas de vigilância e controle da doença nos diversos níveis de gestão, a fim de cumprir o compromisso assumido com o Ministério da Saúde, de eliminação do tracoma, enquanto causa de diminuição da acuidade visual e cegueira, até o ano de 2020.

Doenças e Agravos não Transmissíveis (DANT)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) através da Resolução nº 5317, 20 de maio de 2000, recomenda o estabelecimento pelos países de programas nacionais para fins de monitoramento, prevenção e controle das principais Doenças e Agravos Não

Transmissíveis (DANT). A SES instituiu na sua estrutura organizacional a Divisão DANT (com propósito de vigilância, prevenção e controle das doenças cardiovasculares (CID-10: I00 - I99), doenças respiratórias crônicas (CID-10: J30 - J98), diabetes mellitus (CID-10: E10 - E14), neoplasia maligna (CID-10: C00 - C97) e causas externas (CID-10: X60 - X84; X85 - Y09; V01 - V89) na população ≥ 20 anos residente, com exceção das causas externas que são analisadas na população geral e por ocorrência do evento.

Doenças Cardiovasculares

No estado de Santa Catarina, em 2013, as três doenças cardiovasculares que apresentaram maior percentual de internação foram a angina pectoris, infarto agudo do miocárdio e insuficiência cardíaca, sendo a angina pectoris com percentual elevado de internação, para os sexos masculino (16,38%) e feminino (16,61%), tendo sua maior proporção na Região de Saúde da Grande Florianópolis. O infarto agudo do miocárdio no sexo masculino foi mais frequente na Região Nordeste (16,45%). As varizes dos membros inferiores destacaram-se no sexo feminino na Região Carbonífera (12,10%). A insuficiência cardíaca teve o percentual mais elevado no sexo masculino na Região do Médio Vale do Itajaí (11,04%), e no sexo feminino na Região Nordeste (12,97%).

Quanto à mortalidade para o sexo masculino o infarto agudo do miocárdio (76,56 p/ 100.000 hab.) tem seu maior coeficiente na Região Carbonífera. Seguido pela insuficiência cardíaca (27,77 p/ 100.000 hab.) na Região Oeste. Para o acidente vascular cerebral o maior coeficiente de mortalidade (26,77 p/ 100.000 hab.) está na Região Meio Oeste. Em relação ao sexo feminino o infarto agudo do miocárdio apresenta o maior coeficiente (49,22 p/ 100.000 hab.) na Região Carbonífera. O acidente vascular cerebral (33,89 p/ 100.000 hab.) teve na Região do Planalto Norte o coeficiente mais elevado. A outra patologia que apresenta o coeficiente elevado é a insuficiência cardíaca (26,24 p/ 100.000 hab.) na Região da Serra Catarinense.

Principais causas de doenças cardiovasculares

- Angina pectoris, infarto agudo do miocárdio e insuficiência cardíaca

Neoplasias

Analisando as internações por neoplasias por sexo, observa-se que para o sexo masculino são mais frequentes as neoplasias de cólon (15,43%) na Região da Serra Catarinense; o esôfago (12,71%) e a próstata (23,52%) na Região da Grande Florianópolis. Para o sexo feminino, este percentual de internação tem maior ocorrência para as neoplasias de cólon (17,05%) na Região da Serra Catarinense; a mama (19,63%) e o colo de útero (22,87%) na Região da Grande Florianópolis. Nota-se que o câncer de cólon é a principal causa de internação em Santa Catarina, tendo o percentual mais elevado na Região da Serra Catarinense, para ambos os sexos (feminino, 17,05% e masculino, 15,43%).

Quanto à mortalidade por neoplasias, para o sexo masculino, as neoplasias com maior coeficiente são de brônquios e pulmões (35,65 p/ 100.000 hab.) na Região do Extremo Oeste. Seguido pela neoplasia de próstata (21,28 p/ 100.000 hab.) e a neoplasia de estômago (17,85 p/ 100.000 hab.) na Região da Serra Catarinense. Para o sexo feminino, a neoplasia de mama apresenta o maior coeficiente (19,68 p/ 100.000 hab.), seguida pela neoplasia de brônquios e pulmões (17,49 p/ 100.000 hab.) na Região do Planalto Norte. Em relação à neoplasia de pâncreas a Região do Alto Uruguai Catarinense apresenta o coeficiente de mortalidade mais elevado (9,64 p/ 100.000 hab.).

Causas Externas

As internações por acidente de transporte envolvendo motociclista são frequentes na Região de Saúde da Grande Florianópolis para ambos os sexos - masculino (30,15%) e feminino (32,37%). Em relação aos acidentes com veículo a motor ou não motorizado, observou-se na Região da Foz do Rio Itajaí elevado percentual de internação para os sexos masculino (47,80%) e feminino (53,45%).

Diabetes Mellitus

No ano 2013, o percentual de internações por diabetes mellitus do sexo masculino foi mais elevado na Região de Saúde do Médio Vale do Itajaí (10,67%) e do sexo feminino na Região Carbonífera (10,04%).

A Região de Laguna apresenta o coeficiente de mortalidade (32,41 p/ 100.000 hab.) elevado para o sexo masculino. Enquanto para o sexo feminino, este coeficiente (44,19 p/ 100.000 hab.) é elevado na Região da Serra Catarinense.

ESTRUTURA DA OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Os avanços da medicina e das condições de acesso e as melhorias nas condições gerais de vida da população vêm repercutindo no sentido de elevar a média de vida da população.

O aumento da escolaridade feminina, a elevação do percentual de domicílios com saneamento básico adequado (esgotamento sanitário, água potável e coleta de lixo) e o acesso aos serviços de saúde contribuíram para a queda da taxa de mortalidade infantil em todo o Estado. Contudo, ainda há muito a ser feito, uma vez que a mortalidade infantil em Santa Catarina, estimada, em 2014, em 10,0 óbitos de menores de 1 ano para cada 1.000 mil nascidos vivos é alta quando comparada com os indicadores

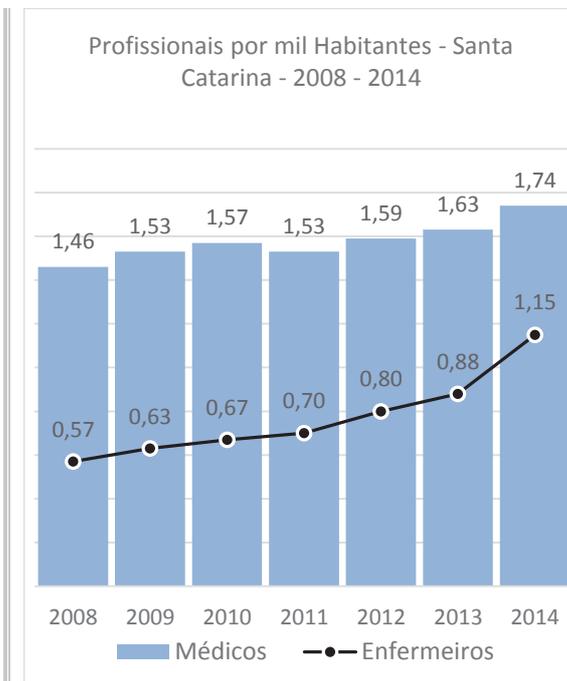
correspondentes de países vizinhos do Mercosul ou dos países desenvolvidos do Hemisfério Norte. No entanto, se comparado com a taxa nacional, o Estado estava melhor posicionado. Em 2000, essa taxa era de 15,7.

Na tabela a seguir pode-se observar a evolução do número de profissionais de saúde selecionados por grupo de 1.000 habitantes. Observa-se que para todos os casos há um importante aumento da densidade desses profissionais e é um indicativo do avanço das condições de saúde no Estado.

Número de profissionais de saúde - Santa Catarina - 2008 - 2014

Ano	Médicos	Enfermeiros	Dentistas
Número de profissionais			
2008	8.842	3.451	4.044
2009	9.340	3.860	4.408
2010	9.826	4.161	4.647
2011	9.653	4.443	4.775
2012	10.120	5.080	4.974
2013	10.805	5.805	5.085
2014	11.726	7.705	
Número de profissionais por mil habitantes			
2008	1,46	0,57	0,67
2009	1,53	0,63	0,72
2010	1,57	0,67	0,74
2011	1,53	0,7	0,76
2012	1,59	0,8	0,78
2013	1,63	0,88	0,77
2014	1,74	1,15	

Fonte: SES/RIPSA-SC



Estabelecimentos de saúde por tipo, total e SUS - Santa Catarina - 2015

Descrição	Total	SUS
Central de notificação, captação e distribuição de órgãos	6	4
Central de regulação de serviços de saúde	2	2
Central de regulação do acesso	14	14
Central de regulação médica de urgência	7	7
Centro de apoio à saúde da família	44	44
Centro de atenção hemoterapia e ou hematológica	1	1
Centro de atenção psicossocial	107	107
Centro de saúde/unidade básica	1504	1477
Clínica/centro de especialidade	1990	647
Consultório isolado	7816	187
Cooperativa	5	2
Farmácia	88	23
Hospital especializado	19	13
Hospital geral	202	180
Hospital/dia - isolado	33	5
Laboratório central de saúde pública Iacem	1	1
Laboratório de saúde pública	4	3
Oficina ortopédica	2	
Policlínica	184	77
Polo academia da saúde	56	56
Posto de saúde	347	345



Descrição	Total	SUS
Pronto atendimento	32	31
Pronto socorro especializado	3	
Pronto socorro geral	8	4
Secretaria de Saúde	332	332
Serviço de atenção domiciliar isolado (home CARE)	5	
Telessaúde	1	1
Unidade de apoio diagnose e terapia (sadt isolado)	1094	587
Unidade de atenção à saúde indígena	6	6
Unidade de atenção em regime residencial	1	1
Unidade de vigilância em saúde	22	22
Unidade mista	6	5
Unidade móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência	146	140
Unidade móvel fluvial	1	1
Unidade móvel terrestre	70	59
Total	14.159	4.384

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES

Apesar desses avanços, são grandes os desafios a serem enfrentados no setor de saúde. Grande parcela da população ainda não tem acesso adequado aos serviços de saúde, nem em quantidade, tampouco em qualidade. Os hospitais e centros de saúde carecem de equipamentos e profissionais, e, por vezes, estão muito distantes dos usuários, principalmente no que se refere aos atendimentos de média e alta complexidade.

Da mesma forma, as mudanças no padrão demográfico e no perfil do quadro de morbidade exigem constantes adaptações e investimentos, seja para acompanhar essas mudanças como para alinhar-se à evolução técnica.

PRINCIPAIS PROBLEMAS

Área física restrita e necessidade de melhor adequação/reforma

Falta de ambiente apropriado e humanizado para o acolhimento de familiares do autopsiado – Serviços de Verificação de Óbitos – SVO.

Insuficiências de recursos financeiros

Para a realização de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.

Para a realização de cursos de capacitação para conselheiros de saúde.

Para manutenção das atividades da Escola de Saúde Pública de SC.

Para a pesquisa do SUS.

Para concessão e fornecimento para OMP, para oxigenoterapia e para reabilitação física.

Para Cofinanciamento das Ações da Rede de Atenção Psicossocial.

Dificuldade de cumprimento do repasse do incentivo financeiro estadual específico para as equipes de Atenção Básica na saúde prisional. Insuficiência de recursos tecnológicos e humanos para o diagnóstico de morte encefálica em algumas regiões e unidades hospitalares do Estado.

Não cumprimento dos incrementos de 20% anuais para o Cofinanciamento da AB/ESF.

Profissionais na área da saúde

Escassez de profissionais de categorias específicas e falta de profissionais qualificados.

Pesquisa em saúde

Falta de publicação de pesquisas produzidas no âmbito da SES/SC.

Instalações

Recepção e área comum irregular.



Elevador do Anexo 1 da SES com mais de 40 anos de uso, ultrapassado e com grande desgaste de peças, falta de peças para reposição e alto índice de periculosidade.

Falta de manutenção predial própria.

Acervo da biblioteca insuficiente.

Residência profissional

Falta de implementação da Residência Médica.

Dificuldade na implementação da Residência Multiprofissional.

Falta de plano de educação continuada para capacitação dos servidores e componentes da Rede de Deficiência.

Doenças crônicas

Elevado coeficiente de morbimortalidade por doenças crônicas não transmissíveis passíveis de prevenção e por causas externas na população acima de 20 anos.

Aumento no número de focos do mosquito *Aedes aegypti* e risco de ocorrência de epidemias de dengue.

Risco de ocorrência de surto por doenças transmissíveis e elevada carga de morbi-mortalidade por tuberculose.

Altas taxas de detecção e mortalidade de HIV/AIDS, sífilis e hepatites virais.

Risco de ocorrência de surtos, epidemias e demais emergências em saúde pública e necessidade de ações coordenadas em apoio aos municípios no enfrentamento de situações de risco epidemiológico.

Estrutura da rede de saúde

Dificuldade para ampliação de novos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária - LRPDs e existência de 193 municípios sem LRPD.

Fragilidade da clínica no processo de trabalho dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPs.

Dificuldade para ampliação de novos Centros de Especialidades Odontológicas - CEOs e existência de municípios sem referência pactuada para CEOs.

Divergências na definição das competências entre a Deliberação nº370/CIB/13 e a Lei Estadual nº 16.158/13.

Dificuldade de implementação da Política de Antídotos na Rede de Atenção à Saúde no estado de Santa Catarina.

Recursos tecnológicos e humanos

Insuficiência de recursos tecnológicos e humanos para o diagnóstico de morte encefálica em algumas regiões e unidades hospitalares do Estado.

Equipamentos antigos, com pouca eficiência, alguns sem funcionamento (imprescindível para confecção de lâminas das biópsias e peças cirúrgicas a serem examinadas pelos médicos).

Ausência de câmara fria (conservação dos corpos). Necessidade de mais uma ao menos.

Ausência de política

Ausência de uma política estadual de telemedicina.

Ausência de uma política nacional/estadual de transporte sanitário.

Capacitação profissional

Falta de capacitação de elevado número de profissionais dos hospitais do Estado que estão envolvidos nos processos e procedimentos que envolvem a doação de órgãos e tecidos para transplante.

Falta de ações de Educação Permanente em Saúde para os Trabalhadores do SUS.

Manutenção das atividades da Diretoria de Educação Permanente em Saúde.

Transplantes de órgãos

Inexistência de contrato com empresas de transporte rodoviário de material biológico (tecido ocular e amostras de sangue de doadores de órgãos e tecidos para transplante).

Ingerência administrativa na seleção de alguns profissionais que atuam na Coordenação Hospitalar de Transplante nos hospitais do Estado.

Falta de transporte aéreo para as equipes de captação e transplante de órgãos devido alguns órgãos como coração e fígado terem tempo máximo entre a retirada e o implante, que é de 4 a 6 horas.

Falta de segurança no transporte terrestre das equipes de captação de órgãos e tecidos para transplante.

UTI móvel

Cobertura insuficiente de Unidades de Suporte Avançado (USA UTI móvel) prejudicando tempo de resposta nos atendimentos.

Atendimento odontológico

Dificuldade de acesso ao atendimento odontológico em nível hospitalar para pessoas com necessidades especiais e deficiências.

Assistência farmacêutica

Falta de sistema informatizado para gerenciamento dos medicamentos estratégicos da assistência farmacêutica.

Ausência de centro de aplicação estadual para medicamentos injetáveis do componente especializado para artrite reumatóide.

Monitoramento e avaliação

Fragilidade na metodologia científica de monitoramento e avaliação das ações de educação permanente em saúde e de outras políticas.

Outros problemas

Inexistência de concessão de oxigenoterapia domiciliar aos pacientes de Santa Catarina, residindo fora do Estado.

Baixa qualidade no preenchimento da causa básica do óbito, com ou sem assistência médica, dificultando elucidar sua causa para fins de investigação epidemiológica.

Lista de municípios beneficiados pelo Programa para o Desenvolvimento Catarinense de Inclusão Social - PROCIS (com IDH inferior a 90% do IDH médio) desatualizada conforme última atualização do IBGE.

Baixo percentual de acompanhamento da população no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional-SISVAN.

Prevalência da cultura da internação em saúde mental, álcool e outras drogas.

Fomento insuficiente para implementação da Política Nacional de Humanização - PNH.

Falta de formação para a Sistematização da Assistência nas unidades próprias da SES.

Insuficiente apoio da SES para realização de eventos.

Sistemas de Abastecimento de Água - SAA não atendem integralmente a Portaria nº 2914/2011.

Baixa demanda da atenção primária para apoio diagnóstico e terapêutico nas intoxicações agudas e crônicas (5% das chamadas ao CIT/SC para suporte e 2ª opinião).

Necessidade de fortalecimento das atividades da Escola de Formação em Saúde- EFOS.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Atenção Básica	Utilizar os mecanismos que propiciem a ampliação do acesso à Atenção Básica.
	Fortalecer e ampliar as ações de prevenção, detecção precoce e tratamento oportuno do câncer de mama e do colo de útero.
	Aperfeiçoar e ampliar a atenção a segmentos populacionais específicos e/ou vulneráveis.
	Organizar a rede de atenção à saúde materna e infantil para garantir o acesso, acolhimento e resolutividade.
	Ampliar o acesso à atenção psicossocial da população em geral, de forma articulada com os demais pontos de atenção em saúde e outros pontos intersetoriais.
	Melhorar as condições de saúde do idoso e portadores de doenças crônicas mediante qualificação da gestão e das redes de atenção.
	Articular o SUS com o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, com observância às práticas de saúde e às medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.



TEMAS	ESTRATÉGIAS
Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da atenção especializada.
	Promover e implantar modelos públicos de gestão das unidades descentralizadas da SES.
	Fortalecer os mecanismos de programação e regulação nas redes de atenção à saúde do SUS.
Vigilância em Saúde	Fortalecer a promoção e a vigilância em saúde.
	Implementar ações de controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde - IRAS.
	Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais.
Assistência Farmacêutica	Qualificar os serviços de assistência farmacêutica nos municípios e regionais.
	Implementar a assistência farmacêutica, conforme legislação vigente.
Gestão do SUS	Investir em qualificação e fixação de profissionais e gestores para o SUS.
	Estabelecer a Política Estadual de Gestão de Pessoas para a Saúde, em consonância com a Política Nacional de Gestão do Trabalho.
	Qualificar os instrumentos de execução direta, com geração de ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.
	Fortalecer os processos administrativos e técnicos na SES e unidades descentralizadas.
	Ampliar as estruturas da SES e unidades descentralizadas.
	Incentivar a cooperação com instituições de pesquisa e universidades para o desenvolvimento de pesquisas das necessidades no âmbito do SUS.
	Incentivar a cooperação com o Poder Judiciário para a adequada garantia do direito sanitário.
	Implantar área de Informação em Saúde.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
400 - Gestão do SUS	Fortalecer a gestão do SUS nas esferas de governo estadual e municipal e atuar de forma intersetorial para identificar e reduzir desigualdades e vulnerabilidades sociais.	4.796.613.107	855.469.066	5.652.082.173
410 - Vigilância em Saúde	Reduzir os riscos decorrentes de fatores ambientais e antropogênicos (sociais, econômicos, culturais e étnico-raciais), que contribuem para a ocorrência de problemas de saúde na população. Prevenir e controlar doenças, outros agravos e riscos à saúde da população decorrentes da produção e do consumo de bens e serviços. Reduzir a morbimortalidade decorrente das doenças e agravos prevalentes.	116.695.041	261.932.910	378.627.951
420 - Atenção Básica	Ampliar o acesso da população aos serviços e promover a qualidade, integralidade, equidade e a humanização na atenção à saúde.	442.489.400	514.100	443.003.500
430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	Ampliar o acesso da população aos serviços de Média e Alta Complexidade e promover a qualidade, integralidade, equidade e a humanização na atenção à saúde.	1.034.748.475	1.723.849.990	2.758.598.465
440 - Assistência Farmacêutica	Promover a atenção à saúde da população, mediante a adoção de medidas que contribuam para sua qualidade de vida.	1.458.225.530	217.369.820	1.675.595.350

4.3.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

ÁREA DE RESULTADO

A pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional, resultado de processos econômicos, sociais, culturais e políticos entrecruzados. Ela se manifesta tanto nas assimetrias de acesso aos serviços e bens, quanto na frágil inserção da população mais pobre no sistema produtivo. A persistência da pobreza constitui o principal entrave para o desenvolvimento em bases sólidas e para a garantia do princípio da equidade.

Se a insuficiência de renda é um importante sinalizador de vulnerabilidade das pessoas, ela não é o único. Fatores sociais, geográficos e biológicos ampliam ou diminuem os efeitos desta carência sobre os indivíduos. Além de um rendimento capaz de suprir as necessidades básicas, é preciso garantir às pessoas pobres, instrução, acesso à terra e a insumos para produção, saúde, moradia, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito e acesso a oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
- Fundo Estadual de Assistência Social
- Fundo Est. de Combate e Erradicação da Pobreza
- Fundo para a Infância e Adolescência
- Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina
- Fundo Estadual de Artesanato e da Economia Solidária
- Conselho Estadual do Artesanato e Economia Solidária – CEAES
- Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/SC
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca/SC)
- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – Cedim
- Cadastro de Conselhos Municipais do Idoso
- Conselho Estadual das Populações Afrodescendentes - CEPA
- Conselho Estadual dos Povos Indígenas - Cepin
- Conselho Estadual das Pessoas com Deficiência - Conede
- Conselho Estadual de Trabalho e Emprego - CETE
- Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

Missão	Promover o direito à assistência social por meio de ações que garantam o aprimoramento permanente da gestão e qualificação dos serviços, programas e benefícios socio-assistenciais, com o objetivo de consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Santa Catarina. Facilitar a inserção ou reinserção do cidadão no mercado de trabalho contribuindo para a inclusão social e produtiva. Formular políticas de desenvolvimento e de apoio ao setor habitacional e garantir o direito humano à alimentação adequada, através de políticas setoriais e de direitos para resgatar a cidadania e a garantia dos direitos sociais.
Visão de futuro	Ser referência na qualidade de gestão da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Segurança Alimentar e reconhecida pela excelência da sua atuação, comprometida com a população catarinense.
Valores	Compromisso com o cidadão, Garantia dos direitos sociais, Ética e transparência, Justiça social, Respeito à vida e à dignidade do cidadão, Honestidade, Integração intersetorial das ações, Estar aberto para mudanças e Diversidade humana e cultural.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Diminuir as desigualdades sociais e regionais.
- Erradicar a extrema pobreza.
- Reduzir a vulnerabilidade e riscos sociais e a violação de direitos.
- Aprimorar a gestão das políticas públicas de responsabilidade da SST.

**INDICADORES E METAS**

TEMA	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Assistência Social	Déficit habitacional (unidade)	2010	150.516	75.258
	Percentual de cumprimento das metas do pacto de aprimoramento dos municípios - (%)	2014	34,5	100,0
	Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS	2013	0,56	0,85
	Pessoas inscritas no CadÚnico, em situação de extrema pobreza (unidade)	jun/15	105.371	0
	Taxa de cobertura do Programa Santa Renda (%)	2014	78,5	100
	Taxa de incidência do trabalho infantil (%)	2013	9,8	4,9
	Taxa de cobertura da proteção social especial (%)	2013	28,1	56,2
	Taxa de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho (%)	2014	63	83,0
	Taxa de cobertura da proteção social básica (%)	2015	94,3	100,0
	Execução das ações que competem à Secretaria de Combate à Fome previstas no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - PESAN (%)	jun/15	10	100
Percentual de cumprimento das metas do pacto de aprimoramento dos municípios - (%)	2014	34,5	100,0	

Quadro de servidores da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
284	0	216	500

DIAGNÓSTICO SANTA CATARINA – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Um dos temas de grande relevância em termos de políticas sociais no enfrentamento da pobreza é a questão da Segurança Alimentar - SA. Entende-se por esse conceito como a situação em que um indivíduo exerce plenamente o seu direito de ter acesso a uma alimentação em quantidade e de qualidade adequadas e de forma permanente. Em sentido contrário, sem condições para exercer esse direito, a pessoa se encontra em situação de Insegurança Alimentar - IA.

A questão da IA está intimamente relacionada à situação de pobreza pelas restrições que a insuficiência de renda impõe ao acesso a alimentos, principalmente sobre a aquisição destes. Assim, os ganhos de rendimento teriam papel fundamental na redução dessas dificuldades ligadas à má alimentação e à fome.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga dados referente aos índices de segurança alimentar no Brasil.

A pesquisa utiliza a classificação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), considerando o período de referência dos três últimos meses anteriores à data da entrevista. A Ebia define critérios para a segurança e a insegurança alimentar. A insegurança alimentar pode ser classificada como leve, moderada ou grave.

Pelos critérios da Ebia, são domicílios em condição de segurança alimentar aqueles onde os moradores têm acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e não sentem qualquer ameaça de sofrer restrição no futuro próximo.

Em Santa Catarina, 2.026 mil domicílios particulares, ou seja 88,9%, estão em situação de segurança alimentar e 253 mil domicílios estão em situação de insegurança alimentar.

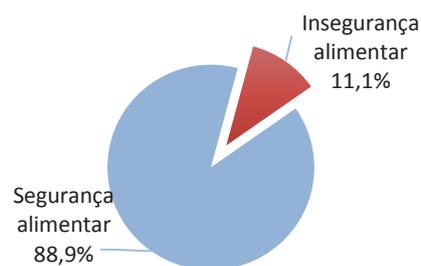
Os domicílios com insegurança alimentar leve, de acordo com a Ebia, são aqueles nos quais é detectada alguma preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis.

Nos domicílios com insegurança alimentar moderada, os moradores convivem com a restrição quantitativa de alimento. Por fim, nos domicílios com insegurança alimentar grave, além dos membros adultos, as crianças, quando há, também passam pela privação de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais grave, que é a fome.

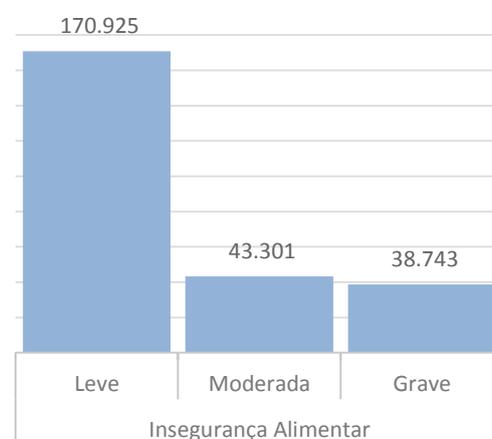
De acordo com a PNAD/IBGE, o percentual de domicílios particulares catarinenses que se encontravam em algum grau de insegurança alimentar era de 11,1% em 2013. De acordo com o IBGE, em 2013, 253 mil domicílios apresentavam alguma restrição alimentar ou, pelo menos, alguma preocupação com a possibilidade de ocorrer restrição, devido à falta de recursos para adquirir alimentos.

Quanto à fome, que é a expressão mais grave da insegurança alimentar e nutricional, o percentual de catarinenses nesta condição é de 1,6%. Segundo o IBGE, “a insegurança alimentar grave apresentou reduções importantes em relação aos levantamentos anteriores. Esse indicador caiu de 6,9% em 2004 para 5,0% em 2009 e, em 2013, atingiu seu patamar mais baixo: 3,2%”.

Domicílios particulares em situação de Segurança ou Insegurança Alimentar - Santa Catarina - 2013



Número de domicílios em situação de Insegurança Alimentar - Santa Catarina - 2013



PRINCIPAIS PROBLEMAS

Baixo cumprimento das Metas do Pacto de Aprimoramento dos Municípios

O Estado possui o nono pior percentual de cumprimento das metas.

Baixo Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGDSUAS)

O Estado possui o segundo pior índice do País que afere a qualidade da gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Incidência de trabalho infantil

O Estado possui o quinto maior percentual do País de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Baixa cobertura dos serviços da Proteção Social Especial

O Estado é o quinto pior colocado do País e não possui serviços regionalizados.

Desemprego

A grande massa de trabalhadores desempregados no Estado é fruto de baixa escolaridade e pouca qualificação.

Falta de mão de obra qualificada

A grande dificuldade de ter acesso a um posto de trabalho formal devido à precária qualificação profissional.



Falta de formalização dos programas de geração de renda

O grande número de empreendedores atuando de maneira informal, sem qualquer amparo legal, e com rendimento aquém de sua real potencialidade.

Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional da população catarinense

Existência de pessoas que sofrem de fome e outras que não têm acesso a alimentos de qualidade.

Falta de informações sistematizadas de Segurança Alimentar e Nutricional

Informações que permitam o diagnóstico, acompanhamento, monitoramento e avaliação das condições de Segurança Alimentar e Nutricional.

Fragilidade nos mecanismos estaduais que garantem a Segurança Alimentar e Nutricional da população catarinense

Pouca efetividade dos programas e projetos da Secretaria Executiva de Políticas Sociais de Combate à Fome.

Limites na relação com os municípios

Fórum Bipartite do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN ainda não está formado.

Fragilidade na Política de Abastecimento de Alimentos

Há uma lacuna entre a produção de alimentos e a forma de como o alimento chega ao consumidor. Dificuldade na logística entre a produção e o consumo de alimentos, principalmente a logística de transporte e armazenamento adequados dos alimentos.

Aumento nas violações de direito da criança e do adolescente

Através de pesquisas, monitoramentos e acompanhamentos detectou-se um aumento das violações de direito das crianças e adolescentes.

Falta de capacitação/qualificação dos atores da política da criança e do adolescente

Atualmente os atores da política se capacitam de forma individualizada, sem ter um eixo norteador único, dificultando uma ação conjunta contínua dentro dos segmentos da política da criança e do adolescente.

Falta de articulação entre os atores do sistema de política da criança e do adolescente

Dificuldade em conseguir os contatos necessários com todos os segmentos que tratam da política da criança e do adolescente.

Captação de recursos para Fundo para a Infância e Adolescência – FIA Estadual

Falta de material explicativo/informativo sobre a importância do FIA e sua relevância perante a sociedade.

Falta de habitação/moradia no Estado

Não atendimento à demanda de habitação urbana, rural, indígena e quilombola, baseada no déficit habitacional existente.

Falta de projetos habitacionais para captação de recursos

Inexistência de projetos habitacionais para atender todas as regiões com esta necessidade, tendo em vista as particularidades de cada grupo populacional, rural, urbano, indígena e quilombola.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Assistência Social	Realizar estudos quali-quantitativos sobre a área de Assistência Social.
	Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS apoiando e acompanhando sua implementação nos municípios.
	Organizar e coordenar a vigilância social para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.
	Capacitar e formar gestores, técnicos e conselheiros que atuam na assistência social.



TEMAS	ESTRATÉGIAS
	Aumentar a cobertura da Proteção Social Especial.
Crianças e adolescentes	Coordenar a organização de serviços de atendimento às crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e cofinanciando sua infraestrutura e funcionamento.
	Qualificar os atores da política da criança e do adolescente.
	Aumentar a captação de recursos do FIA.
Trabalho, emprego e renda	Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda.
	Aumentar o número de cidadãos formados nos programas de qualificação profissional.
	Aumentar o número de empreendedores formados nos programas de geração de renda.
Segurança alimentar e nutricional	Erradicar a fome da população em extrema pobreza.
Habitação	Reduzir o déficit habitacional.
	Reestruturar o Programa Estadual de Regularização Fundiária.
Conselhos de direito	Propor, acompanhar e controlar políticas públicas integradas, garantidoras dos direitos humanos e sociais de populações vulneráveis, com articulação de ações no nível estadual e deste com o municipal e nacional.
Direitos e Políticas para as Mulheres	Promover políticas públicas que visem assegurar os direitos das mulheres, considerando a igualdade e a equidade de gênero, e a inclusão da população feminina nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do Estado.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	Conceder apoio técnico e financeiro aos municípios e às entidades de Assistência Social para a gestão e execução qualificada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais visando à implementação do SUAS em todo o estado de Santa Catarina.	344.357.765	11.246.053	355.573.818
550 - Erradicação da Fome em Santa Catarina	Reduzir e prevenir situações de insegurança alimentar dos indivíduos e/ou coletividades de Santa Catarina, principalmente os mais vulneráveis biológica, social e economicamente.	14.724.520	0	14.724.520

4.3.4 HABITAÇÃO**ÁREA DE RESULTADO**

O equacionamento da questão habitacional é um grande desafio às políticas públicas por envolver, simultaneamente, as dimensões de desenvolvimento urbano, ambiental, econômico e social. Superar esses desafios implica estabelecer uma política habitacional que reconheça a questão da habitação de interesse social como componente intrínseco das políticas de desenvolvimento urbano, social, econômico e ambiental do estado de Santa Catarina e não considerar apenas a construção de moradias de forma desvinculada de uma política ampla de desenvolvimento sustentável.

UNIDADES EXECUTORAS

- Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina S/A
- Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A

Missão	Promover o atendimento na área habitacional, objetivando reduzir o déficit, bem como melhorar a qualidade de vida da população catarinense.
Visão de futuro	Ser referência no desenvolvimento de ações que possibilitem o atendimento da população de baixa renda por meio da produção e melhoria de unidades habitacionais.
Valores	Ética, Valorização dos Servidores, Comprometimento, Excelência, Responsabilidade Social e Cooperação.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Reduzir o déficit habitacional.
- Diminuir a inadequação dos domicílios.

INDICADORES E METAS

TEMA	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META 2019
		DATA	ÍNDICE	
Habitação popular	Índice relativo do déficit habitacional	2012	6,0	5,5
	Índice relativo da inadequação dos domicílios	2012	3,6	3,0

Quadro de servidores da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina S/A

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
133	0	0	133

DIAGNÓSTICO SANTA CATARINA – HABITAÇÃO**PRINCIPAIS PROBLEMAS****Déficit Habitacional**

Segundo o último Relatório elaborado pela Fundação João Pinheiro (2011-2012), o Déficit Habitacional do Estado é de 133.201 unidades.



Inadequação dos domicílios

A Inadequação refere-se às moradias com problemas fundiários, ausência de banheiro, cobertura inadequada, adensamento excessivo e carência de infraestrutura. Segundo o último levantamento datado de 2012, Santa Catarina possui 67.986 habitações com uma ou mais dessas características.

Disponibilidade de recursos do Governo do Estado

A queda da arrecadação prevista pelo Governo do Estado e a falta de uma política permanente para o setor dificultam a implantação de ações em médio e longo prazo.

Quadro de funcionários insuficiente

O Plano de Demissão Voluntária e Incentivada – PDVI, introduzido pelo Governo do Estado na COHAB teve a participação de 27 funcionários. Aliado a isto, a falta de um novo Concurso Público faz com que haja um déficit de pessoal, dificultando o atendimento da demanda de trabalho.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMA	ESTRATÉGIAS
Habitação popular	Reduzir o déficit habitacional.
	Diminuir a inadequação dos domicílios.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMA	OBJETIVO DO PROGRAMA	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
540 - Nova Casa	Criar condições para ampliar o acesso à terra urbanizada e à moradia digna para as famílias de baixa renda, tanto em área urbana quanto rural, visando a melhoria da qualidade de vida da população.	29.240.000	28.500.000	57.740.000

4.3.5 CULTURA**ÁREA DE RESULTADO**

O fortalecimento das identidades culturais tem como pressuposto a promoção da diversidade cultural. Uma sociedade culturalmente diversa como a catarinense tem condições para conviver melhor com as diferenças e de encontrar soluções criativas e inovadoras para superar os desafios.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte
- Fundação Catarinense de Cultura
- Fundo Estadual de Incentivo à Cultura

Participação Social
Conselho Estadual de Cultura

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA

Missão	Coordenar e executar ações da política estadual de cultura que promovam, estimulem e preservem a memória e a produção artística catarinense.
Visão de futuro	Ser uma instituição reconhecida pela excelência na valorização da memória e estímulo à produção e difusão cultural de modo a democratizar o acesso à cultura no estado de SC.
Valores	Responsabilidade, Comprometimento, Assiduidade / Pontualidade, Preocupação, Honestidade, Espírito de Equipe e Disponibilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Fortalecer as identidades culturais regionais valorizando as diversidades e assegurando o acesso à produção e ao consumo de bens culturais.
- Qualificar a gestão na área cultural.

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Produção e difusão cultural	Índice de expansão na aplicação de recursos para o fomento das atividades culturais (número índice)	2014	100	
	Índice de expansão da frequência de público em espaços culturais sob a responsabilidade do Estado (número índice)	2014	100	
Capacitação e formação de agentes culturais	Número de agentes culturais qualificados (unidade)	2014		

Quadro de servidores da Fundação Catarinense de Cultura

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
186	0	93	279

DIAGNÓSTICO SANTA CATARINA – CULTURA

O Sistema Estadual de Proteção do Patrimônio Cultural é o conjunto de bens culturais e de instrumentos que objetivam a preservação, valorização, integração e articulação dos bens culturais ao sistema de gestão cultural. Compõem o Sistema Estadual de Patrimônio Cultural os seguintes elementos:

- Bens culturais, materiais e imateriais, protegidos por legislação específica.
- Áreas ou territórios de preservação cultural.
- Sítios arqueológicos.



- Conjunto de edificações históricas e museus pertencentes ao Poder Público.
- Acervos de obras de arte, de bens da cultura popular e de bens móveis de valor histórico e cultural, pertencentes ao Poder Público.
- Acervos de documentos de valor histórico e cultural, pertencentes ao Estado.
- Acervo de monumentos e obras de arte, localizado em espaços públicos e edificações estaduais.
- Conjunto de edificações e espaços públicos estaduais, de uso cultural.

PRINCIPAIS PROBLEMAS

Obras pendentes de reforma e revitalização

Centro Integrado de Cultura e Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Obras pendentes de restauração

Museu Nacional do Mar, Palácio Cruz e Souza, Casa da Alfândega, Teatro Álvaro de Carvalho e Casa dos Açores.

Descontinuidade dos projetos culturais

Há falta de continuidade dos projetos culturais como: Sistema Estadual de Museus, Edital Elizabete Anderle, Edital de Cinema e Sistema Estadual de Bibliotecas.

Necessidade de melhorias na estrutura física de trabalho

Modernização administrativa da sede e equipamentos/instituições vinculadas.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Infraestrutura cultural	Revitalizar equipamentos artísticos e culturais públicos.
	Incentivar as instituições culturais a adequarem suas instalações para promover acessibilidade universal.
Patrimônio cultural ⁷	Estimular a preservação, documentação, restauração de bens móveis, acervos museológicos, arquivísticos e bibliográficos e de bens integrados.
	Promover o registro, a valorização e difusão do patrimônio imaterial.
	Proteger, preservar e recuperar o patrimônio cultural, mantendo sua autenticidade e integridade.
Produção e difusão cultural	Apoiar publicações setoriais da cultura catarinense.
	Fomentar a circulação da produção cultural e artística.
Capacitação e formação de agentes culturais	Ampliar o processo de capacitação, qualificação e formação dos atores (agentes, gestores e conselheiros) que atuam na área de cultura.
	Ampliar programas dedicados à capacitação continuada de profissionais para o ensino das diversas expressões culturais e linguagens artísticas.
Organização, Planejamento e Gestão	Criar o Sistema Estadual de Cultura com todos os elementos constitutivos, nos moldes do Sistema Nacional de Cultura, com participação democrática da sociedade catarinense e suas instâncias de pactuação.
	Fortalecer e democratizar os processos de seleção pública de projetos e concessão de recursos com representatividade regional e setorial.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMA	OBJETIVO DO PROGRAMA	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
660 - Pró-Cultura	Promover o desenvolvimento das atividades culturais em todas as regiões do Estado, incentivando projetos que visem a expansão ou melhoria da cultura catarinense, tanto na promoção de eventos como na ampliação ou melhoria da infraestrutura do setor.	70.644.000	6.148.000	76.792.000

⁷ Sítios arqueológicos, os núcleos urbanos em situação de risco, as povoações e os centros históricos, as estações e trechos ferroviários, estradas, caminhos históricos e tradicionais, bem como as paisagens associadas.

4.3.6 ESPORTES**ÁREA DE RESULTADO**

A atuação do Governo do Estado nesta área inclui desde a promoção da iniciação esportiva até o apoio de atividades de alto rendimento nas mais diversas modalidades esportivas destinadas à população em geral, bem como ações voltadas à população idosa e portadora de necessidades especiais. As dimensões esportivas: esporte de rendimento, de participação e esporte educacional, todos eles envolvidos pela proposta do esporte social, que se baseia no princípio do acesso como direito constitucional.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte
- Fundação Catarinense de Esporte
- Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte

Participação Social

- Conselho Estadual de Desportos

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE

Missão	Executar e facilitar a execução da política pública do esporte catarinense através da realização de programas e projetos esportivos com gestão estratégica focada na inovação, pesquisa e tecnologia para o esporte, em busca da excelência esportiva e do bem-estar da população de Santa Catarina, com vistas à inclusão social e à valorização da pessoa humana.
Visão de futuro	Democratização e universalização do direito à educação física, ao esporte e ao lazer, incluindo a participação e integração de minorias comumente marginalizadas, como idosos, deficientes, dependentes químicos e presidiários. Coordenar esforços públicos e privados na elaboração e realização de projetos, programas e eventos procurando maximizar o retorno social e econômico, bem como uma forma de inclusão social. Aproximar a população dos espetáculos esportivos atraindo novo público aos ginásios e estádios do Estado. Apoiar o esporte em todos os níveis, da base ao alto rendimento, incluindo o esporte escolar, comunitário, profissional, etc.
Valores	Ética, Comprometimento, Transparência, Efetividade, Equidade e Inovação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

- Ampliar as oportunidades de acesso ao esporte, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Capacitação	Número de agentes esportivos qualificados (unidade)			
Participação em competições	Índice de desempenho do esporte amador e de alto rendimento (unidade)			

Quadro de servidores da Fundação Catarinense de Esporte

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
42	0	7	49

PRINCIPAIS PROBLEMAS**Falta de planejamento e organização**

O esporte, pela sua importância, não tem recebido a atenção e prioridade que merece. Faltam planejamento, programas, diretrizes, metas, acompanhamento de resultados, etc. Há imediatismo e descontinuidade das ações. É baixa a porcentagem de praticantes de esportes em relação ao número da população. Há predominância de praticantes do sexo masculino e disparidade na distribuição e no desempenho esportivo entre as diversas regiões do Estado. Verifica-se ausência de dados quantitativos organizados. Há ausência de gestão em praticamente todos os níveis e os dirigentes encaram o esporte de forma não profissional e, em sua maioria, não têm formação para atuar nesta área.

Esporte Escolar

Há ausência de uma política para estimular a atividade em escolas e universidades. O desporto escolar não possui objetivos específicos. As escolas são despreparadas para o esporte. Os professores se reciclam por conta própria mas ganham mal e então não se aprimoram. Existe falta de materiais esportivos em muitas escolas. As unidades escolares carecem de espaços, instalações e recursos humanos qualificados. O esporte é também pouco realizado em nível universitário e apresenta problemas semelhantes aos das escolas quanto às instalações, materiais, etc.

Esporte Comunitário

A grande maioria da população catarinense não pratica qualquer tipo de esporte. Faltam ações de sensibilização e conscientização sobre a importância da prática esportiva.

Esporte de alto rendimento

Muitos resultados alcançados pelo esporte catarinense são produtos do talento e determinação pessoal de alguns atletas e treinadores. A ausência de um programa permanente gera insegurança.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Esporte escolar	Garantir a criação e manutenção de espaços esportivos nas escolas e universidades públicas.
	Promover eventos esportivos nas escolas.
Esporte comunitário	Ampliar e qualificar os espaços públicos destinados às atividades físicas e esporte para a população em geral.
	Fomentar o desenvolvimento do paradesporto.
	Apoiar eventos esportivos comunitários.
Infraestrutura esportiva	Ampliar e modernizar instalações esportivas.
Esporte de alto rendimento	Estimular o esporte de alto rendimento.
	Desenvolver a ciência esportiva no Estado.
	Valorizar os profissionais que atuam no esporte.

PROGRAMAS

PROGRAMA	OBJETIVOS DO PROGRAMA	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	Formular políticas públicas voltadas ao esporte e lazer. Coordenar e implementar ações governamentais. Apoiar iniciativas e promover o desenvolvimento do esporte e lazer, bem como, propiciar intercâmbio entre organizações, entidades governamentais e esportivas de nível municipal, estadual, nacional e internacional.	152.617.512	26.696.976	179.314.488

4.3.7 JUSTIÇA E CIDADANIA**ÁREA DE RESULTADO**

Estabelecer um processo continuado de promoção dos direitos humanos e da cidadania, em que Estado e sociedade civil possam interagir de forma eficaz, rumo à construção de uma sociedade justa e solidária.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
- Departamento de Administração Prisional - DEAP
- Fundo Especial da Defensoria Dativa
- Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina
- Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba
- Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis
- Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville
- Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó
- Fundo Rotativo da Penitenciária Sul
- Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis

Participação social

- Conselho Penitenciário

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Missão	Garantir o efetivo cumprimento da execução penal e promover o pleno exercício da cidadania, com fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana através da ação integrada entre Estado e sociedade.
Visão de futuro	Ser reconhecida como referência na efetiva aplicação da Lei de Execução Penal e na promoção plena da cidadania, em parceria com a sociedade, buscando a satisfação e a segurança dos servidores e colaboradores envolvidos.
Valores	Ética, Responsabilidade social, Cooperação e Qualidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Reduzir o déficit de vagas no sistema prisional através da melhoria da gestão das unidades prisionais e das condições de segurança e ressocialização de detentos.
- Aperfeiçoar a gestão das unidades prisionais com vistas à reintegração dos detentos à sociedade.

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Direitos humanos	Número de denúncias de violação dos direitos humanos (unidade)	2014		
Procon	Índice de resolutividade do Procon (%)	2014		
Sistema penitenciário	Percentual de apenados que exercem atividades laborais remuneradas e não remuneradas (%)	2014		
	Número de presos por vaga no sistema penitenciário (preso por vaga)	2015	1,36	1,0

Quadro de servidores da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
2.697	326	222	3.245

DIAGNÓSTICO SANTA CATARINA – JUSTIÇA E CIDADANIA**Departamento de Administração Prisional (DEAP)**

Órgão subordinado da SJC, com as atribuições de administrar o sistema prisional, coordenando, supervisionando e controlando os estabelecimentos prisionais, e adotando as medidas que visem o aperfeiçoamento do corpo funcional e do próprio sistema, de modo a cumprir as disposições constantes da Lei de Execução Penal -LEP e legislações correlatas.

Atualmente, o DEAP além de sua estrutura administrativa, possui para o exercício de suas atividades finalísticas: 7 Penitenciárias Estaduais, 22 Presídios Regionais, 18 Unidades Prisionais Avançadas - UPAs, 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico - HCTP, 1 Casa do Albergado, 1 Colônia Penal Agrícola.

Atualmente, o Sistema Prisional Catarinense aloca 16.581 encarcerados (regime fechado, semiaberto e presos provisórios). O número de vagas é de 12.174. Há um déficit de 36,2 % de vagas. (Fonte: Coordenação de Sistemas e Estatísticas/DEAP/SJC, julho de 2015).

Como medida alternativa ao cumprimento da pena privativa de liberdade, o estado de Santa Catarina implementou o Programa das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, cuja atividade se dá através do acompanhamento psicossocial com os beneficiários buscando sua efetiva integração, por meio de uma equipe técnica capacitada, pautando suas intervenções em parâmetros interdisciplinares e institucionais e em princípios metodológicos de mediação.

As Centrais visam, portanto, oferecer condições favoráveis ao acompanhamento da pena ou medida que não envolva a perda de liberdade, objetivando o direcionamento da prática, a prevenção da criminalidade e a ressocialização do infrator, a fim de favorecer os processos que envolvem as relações sociais.

Estrutura

- 7 Penitenciárias Estaduais
- 22 Presídios Regionais
- 18 Unidades Prisionais Avançadas (UPA)
- 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico - HCTP
- 1 Casa do Albergado
- 1 Colônia Penal Agrícola.
- 12.174 vagas
- 16.581 encarcerados
- Taxa de ocupação: 1,36 presos por vaga

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO SOCIOEDUCATIVO - DEASE

O Departamento de Administração Socioeducativa – DEASE, órgão de Execução Finalística da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SJC é responsável por implantar e implementar o Sistema de Atendimento Socioeducativo catarinense em consonância com a perspectiva teórico-metodológica alicerçada na legislação que subsidia a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

No momento presente, o DEASE além de sua estrutura administrativa, possui para o exercício de suas atividades finalísticas: 14 CASEP's (atendimento provisório), 8 Casas de Semiliberdade, 3 CASE's (atendimento socioeducativo), 1 PAI (plantão de atendimento inicial), e 1 CIF (central de internamento feminino).

O Sistema Socioeducativo aloca 385 adolescentes entre todas as unidades. Há um déficit de 168 vagas. (Fonte: Departamento Socioeducativo/ SJC, agosto 2015).

Estrutura

- 14 CASEP's (atendimento provisório)
 - 8 Casas de Semiliberdade
 - 3 CASE's (atendimento socioeducativo)
 - 1 PAI (plantão de atendimento inicial)
 - 1 CIF (central de internamento feminino)
- 385 adolescentes apreendidos para 217 vagas

PROCON - SC

O PROCON/SC foi criado pelo Decreto 2.472, de 07 de novembro de 1988, alicerçado nos pressupostos constitucionais disciplinados nas normas do artigo 5º inciso XXIII, e artigo 170, inciso V da Constituição Federal e nas normas previstas na Constituição Estadual de 1989.

O PROCON/SC como Sistema Estadual de Defesa do Consumidor compõe o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça e estimula e orienta a criação dos Sistemas Municipais de Defesa do Consumidor. Hoje o Estado conta com 91 municípios com PROCONs Municipais.

As atividades do PROCON/SC são voltadas para o interesse público em cumprimento das imposições legais básicas dispostas no art. 6º do Código de Defesa do Consumidor e sua missão é “Promover o equilíbrio das relações de consumo por meio da aplicação das normas de defesa do consumidor em benefício da sociedade, visando à melhoria da qualidade de vida do cidadão”.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Sistema Penitenciário	Eliminar o déficit de vagas no sistema prisional e socioeducativo.
	Ampliar o número de vagas de trabalho e estudos aos apenados, fortalecendo o processo de ressocialização.
	Fornecer condições dignas aos apenados e adolescentes em conflito com a Lei, no cumprimento da pena.
	Conceber unidades prisionais e socioeducativas seguras à sociedade e aos servidores que nela trabalham.
	Adequar todas as unidades prisionais aos regimes (provisórios em presídios e condenados em penitenciárias).
	Construir uma unidade de segurança máxima.
Defesa do Consumidor	Aprimorar a educação para o consumo dos catarinenses através da escola estadual de defesa do consumidor.
	Ampliar a instalação de PROCONs municipais.
	Ampliar e melhorar o atendimento aos consumidores.
Ressocialização e Reintegração dos Apenados	Ampliar o número de convênios com empresas privadas que oferecem mão de obra qualificada e trabalho remunerado às pessoas privadas de liberdade.
Qualificação dos servidores	Ampliar os recursos para a Academia de Justiça e Cidadania possibilitando a execução de novos cursos e capacitação de servidores.
Justiça e Cidadania	Adquirir novas viaturas caracterizadas para a renovação da frota.
	Adquirir novos equipamentos de proteção individual, armamento e uniformes para os agentes penitenciários e socioeducativos.
	Regulamentar e fortalecer os Fundos Rotativos Penitenciários para que possibilitem maior autonomia e sustentabilidade às unidades prisionais.

PRINCIPAIS PROBLEMAS

Orçamento limitado

Recursos insuficientes para a manutenção e ampliação do sistema.

Déficit de vagas no sistema prisional e socioeducativo

Quantidade de vagas insuficientes para atender a demanda devido à falta de recursos para investimentos.

Déficit no quadro funcional

Quadro de servidores insuficiente para atender o sistema.

**RELAÇÃO DE PROGRAMAS**

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	Promover o desenvolvimento da gestão prisional e socioeducativa assegurando condições dignas aos internos do sistema prisional e socioeducativo, com segurança à comunidade.	314.000.000	18.000.000	332.000.000
745 - Cidadania e Direitos Humanos	Estabelecer um processo continuado de promoção dos direitos humanos e da cidadania, em que Estado e sociedade civil interajam de forma eficaz, rumo à construção de uma sociedade justa e solidária.	31.126.732	181.800.000	212.926.732
750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	Prover as unidades prisionais e socioeducativas de condições físicas e estruturais adequadas ao seu funcionamento.	568.664.343	216.300.836	784.965.179
760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	Desenvolver ações de educação, profissionalização, trabalho, saúde e assistência social que possibilitem a reintegração da pessoa privada de liberdade na sociedade.	98.300.000	40.919.000	139.219.000
950 - Defesa dos Interesses Sociais	Assegurar a prestação de serviços públicos pelos permissionários ou concessionários adequados, observando a qualidade, regularidade, continuidade, generalidade, segurança, eficiência e a aplicação de tarifas dos serviços prestados.	7.502.915	1.452.000	8.954.915

4.3.8 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**ÁREA DE RESULTADO**

A Defensoria Pública presta assistência judicial e extrajudicial gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos. Pessoas sem condições de arcar com as despesas de um processo judicial em razão do prejuízo no amparo e sustento familiar, ou em situação de vulnerabilidade, a depender do caso, podem buscar atendimento na Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

UNIDADES EXECUTORAS

- Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Missão	Promover com determinação e qualidade o alcance da plena cidadania aos necessitados através da assistência jurídica integral no estado de Santa Catarina.
Visão de futuro	Ser reconhecida pela sociedade por sua atuação autônoma, independente, abrangente e de excelência.
Valores	Determinação, Respeito à dignidade do ser humano, Credibilidade, Legalidade, Impessoalidade e Moralidade, Eficiência e Eficácia, Transparência e Publicidade, Cooperação e Ética.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

- Ampliar o acesso da população à justiça e aos direitos e garantias fundamentais.

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Reconhecimento e Abrangência	Índice de reconhecimento da imagem institucional (%)	Não disponível		70,0
	Índice de comarcas atingidas pela DPESC (%)	Não disponível		100,0
	Índice de municípios atingidos pela DPESC (%)	Não disponível		100,0
	Índice de Varas Judiciais atendidas pela DPESC (%)	2014	28,0	58,0
	Número de atendimentos (unidade)	2014	144.000	392.854
Gestão Orçamentária	Equilíbrio orçamentário (%)	2014	60,0	100,0

Quadro de servidores da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL

PRINCIPAIS PROBLEMAS**Falta de autonomia orçamentária e financeira**

Embora a instituição possua autonomia funcional e administrativa, não possui um percentual fixo de orçamento sobre a arrecadação do Estado o que dificulta a atuação e cumprimento das premissas da Emenda Constitucional nº 80.

Carga de trabalho excessiva

A carga de trabalho excessiva do ponto de vista operacional compromete a atuação dos servidores. Para os defensores públicos e funções de liderança, compromete a atuação em temas estratégicos com a sociedade.

Desestímulo e desmotivação de servidores e defensores públicos pela falta de perspectivas para o futuro

A instituição carece de um plano de remuneração frente a outros órgãos do poder jurídico (MP, TJ e outras DPE) o que pode contribuir para o aumento do índice de rotatividade e de engajamento da força de trabalho.

Ausência de procedimentos internos da área fim e meio

A instituição necessita mapear seus processos e definir procedimentos e regras de conduta.

Falta de indicadores de gestão e de controle interno

Em consequência da ausência de processos mapeados, a instituição não possui indicadores que permitam avaliar a gestão e a qualidade da prestação de serviço e dos processos internos.

Comunicação interna deficiente

A instituição não possui um processo formal de comunicação com o público-alvo.

Falta de recursos humanos

Em decorrência da limitação orçamentária e da nomeação de defensores e servidores, áreas críticas sofrem com a carga excessiva de trabalho nas áreas meio e fim.

Gestão de informação deficiente

A instituição carece de uma metodologia de gestão do conhecimento e de uma ferramenta que possa contribuir para a melhoria da gestão e dos processos internos.

Falta de pessoal qualificado para atuar nos núcleos e nas áreas meio

A contratação de pessoas não é vocacionada e direcionada às necessidades específicas de cada área e, além disso, carece de um programa de desenvolvimento de pessoas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Reconhecimento e Abrangência	Ser reconhecida pela sua contribuição para o alcance da plena cidadania dos necessitados.
	Ampliar o acesso à assistência jurídica e integral.
Foco na Atuação	Compreender e antecipar as demandas da sociedade.
	Estimular e incentivar a conciliação e a mediação de conflitos.
Comunicação e Relacionamento	Fortalecer a comunicação institucional.
	Desenvolver parcerias e participar em órgãos colegiados.
Excelência Operacional	Aprimorar e padronizar processos de trabalho.
	Desenvolver a cadeia de credenciamento e suprimentos.
Gestão do Conhecimento	Promover a gestão do conhecimento.
Gestão de Pessoas	Prover e desenvolver competências.
	Promover um ambiente favorável à atração e retenção de servidores.
Alto Desempenho	Desenvolver as melhores práticas de gestão pública.
Infraestrutura	Adequar e ampliar a infraestrutura física e de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC.
Crescimento e Sustentabilidade	Assegurar e ampliar recursos para o crescimento da instituição.
	Buscar fontes adicionais de recursos.
Gestão Orçamentária	Aperfeiçoar o planejamento e a aplicação dos recursos.

4.3.9 SEGURANÇA PÚBLICA

ÁREA DE RESULTADO

Prover a segurança pessoal e patrimonial dos cidadãos, das empresas e das comunidades, tanto em relação a atos delituosos como sinistros e calamidades. Na área de segurança pública, as prioridades são a expansão e a melhoria dos equipamentos, o fortalecimento da inteligência policial, a expansão do policiamento comunitário, a formação e capacitação de pessoal e a integração das atividades de polícia nos 3 níveis de governo.

O Governo do Estado tem envidado esforços para reduzir os índices criminais e quer dar respostas efetivas à escalada do crime organizado, combater o narcotráfico e melhorar a segurança do cidadão. Continuará a perseguir a redução das mortes violentas, dos crimes sexuais de qualquer natureza, bem como dos delitos contra o patrimônio.

Esta política tem como postulado básico a firmeza da atuação policial, com observância do ponto de equilíbrio entre a liberdade individual e a segurança coletiva, respeitando os direitos básicos da cidadania.

A meta principal nessa área, no período 2016-2019, é a melhoria da gestão e modernização da infraestrutura da polícia catarinense, incluindo a rede física e o aprimoramento dos sistemas de inteligência com base na integração operacional e compartilhamento de informações. Além disso, será feito um investimento na capacitação dos servidores com o objetivo de oferecer serviços de melhor qualidade.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado da Segurança Pública
- Polícia Militar
- Corpo de Bombeiros Militar
- Instituto Geral de Perícia
- Polícia Civil
- Departamento Estadual de Trânsito
- Fundo para Melhoria da Segurança Pública
- Fundo de Melhoria da Polícia Militar
- Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar
- Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Participação social

- Conselho Superior de Segurança Pública e Defesa do Cidadão
- Conselho Estadual de Entorpecentes
- Conselho Estadual de Trânsito

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA

Missão	Prestar serviços integrados e eficientes que promovam ambientes seguros para o exercício das liberdades individuais e coletivas, a proteção da vida, do patrimônio, do meio ambiente, visando proporcionar qualidade de vida à sociedade.
Visão de futuro	Ser referência nacional e modelo de excelência nas ações e políticas de segurança pública e de desenvolvimento social.
Valores	Comprometimento, Comunicação/Transparência, Cooperação, Ética, Excelência, Gestão Responsável, Pró-atividade, Integração e Responsabilidade Social.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Proporcionar maior segurança para a população.
- Aumentar a confiança da população em relação às instituições de segurança pública.
- Reduzir os índices de criminalidade.

INDICADORES E METAS

INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
	Data	ÍNDICE	2019
Taxa de homicídios (nº de homicídios/100 mil habitantes)	2014	12,2	9,0
Taxa de crimes violentos letais intencionais - CVLI (nº crimes/100 mil hab.)	2014	14,8	9,0
Nº de roubos (nº de roubos/100 mil hab.)	2014	273,8	180



INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
	Data	ÍNDICE	2019
Nº de furtos (nº de furtos/100 mil hab.)	2014	1.762,4	1.100
Nº de inquéritos concluídos com elucidação e/ou autoria definida	2014	20.000	30.000
Nº de óbitos em acidente de trânsito (nº de acidente/100 mil hab.)	2014	29	7
Nº de projetos e ações preventivas desenvolvidas - PM	2014	66	80
Nº de pessoas monitorando por turno / nº de câmeras instaladas	2014	1/16	1/10
% de crimes evitados / câmeras instaladas	2014	37%	50%
% crimes solucionados com auxílio das câmeras	2014	10%	30%
% das ligações realizadas para o telefone de emergência 190, nas Centrais Regionais de Emergências - CREs, que são atendidas na primeira tentativa (não dão sinal de ocupado e nem tocam até encerrar a ligação)	2014	92%	98%
% das ligações realizadas para o telefone de emergência 193, que são atendidas na primeira tentativa (não dão sinal de ocupado e nem tocam até encerrar a ligação)	2014	65%	90%
% das solicitações de atendimento relacionadas ao combate de incêndio, resgate, socorro e salvamento, atendidas em até 8 minutos	2014	60 %	85 %
Servidores alocados em atividades finalísticas / efetivo total	2014	90%	94%
Tempo médio em dias, na prestação dos serviços de análise de projetos preventivos apresentados	2014	30	Até 20

Quadro de servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
4.014	0	1.315	5.329

Quadro de servidores da Polícia Militar

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
11.227	0	7.350	18.577

Quadro de servidores do Corpo de Bombeiros Militar

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
2.794	0	658	3.452



PRINCIPAIS PROBLEMAS

Aumento da violência e da criminalidade

A insegurança social é uma realidade decorrente do aumento dos índices de violência e criminalidade. Percebe-se a carência de ações de prevenção contra a violência e a criminalidade, bem como a deficiência na capacidade de resposta imediata das instituições.

Gestão inadequada de pessoas

O profissional da Segurança Pública possui formação técnica voltada para o cumprimento de sua missão, passando por uma carga horária elevada e de custo considerável, não sendo, em muitos casos, aproveitado na atividade finalística. Muitos agentes da segurança pública se encontram em atividades administrativas e em funções que podem ser exercidas por pessoal terceirizado, voluntários e corpo de profissionais temporários. Os profissionais que possuem nível de gestão e decisão acabam, por vezes, mergulhados na burocracia e na rotina diária do serviço administrativo, devido ao modelo ultrapassado de gestão.

Dificuldade de integração interinstitucional

As instituições que compõem a Segurança Pública só dialogam e agem conjuntamente em momentos de crise, enfrentando dificuldades para integrar sistemas, ações e compartilhar informações. É preciso abandonar o corporativismo e olhar para o cidadão. A inteligência da segurança pública deve ser intensificada e aprimorada com a integração das bases de dados de interesse policial, agregação de novas tecnologias de análise criminal e produção de conhecimentos que permitam prognósticos sobre cenários de riscos.

Inadequação das instalações físicas

Atualmente, as instalações físicas das instituições da SSP são independentes, havendo, em muitos municípios, inclusive nos de pequeno porte, diferentes sedes para quartéis, delegacias, núcleos do IGP e DETRAN, onerando a administração pública com mais gastos para manutenção e dificultando o acesso do cidadão. Além disso, algumas instalações são inadequadas ou muito antigas, necessitando de reformas e/ou ampliação.

Formação e capacitação não voltadas às expectativas do cidadão

Falta rever os currículos dos cursos de formação, capacitação e especialização das instituições da SSP, no sentido de atender às expectativas e de melhorar o atendimento aos cidadãos.

Gestão inadequada dos recursos logísticos (operacionais e administrativos)

A deficiência na logística de renovação, redistribuição e readequação das frotas, das aeronaves, embarcações e equipamentos dos mais diversos prejudica a eficiência da prestação do serviço e o desempenho profissional. Além disso, a má gestão dos recursos destinados para combustível, alimentação, terceirização das atividades e sistemas de informação acabam por onerar os cofres públicos, gerando excessivo desperdício financeiro.

Obsolescência tecnológica

Falta de constante modernização tecnológica a fim de acompanhar as tecnologias utilizadas pelo cidadão e ofertadas pelo mercado, bem como proporcionar melhorias na oferta dos serviços.

Baixa na qualidade dos serviços prestados

Muitos dos serviços prestados pelas instituições que compõem a Segurança Pública ainda são feitos de formas presencial, morosa e ineficiente.

Excesso de burocracia

Em muitos casos, a prestação de serviços da área da Segurança Pública conta com processos longos e demorados, repletos de exigências desnecessárias, sistemas desintegrados, gerando retrabalho.

Critérios inadequados na distribuição de recursos

Atualmente, a distribuição de recursos materiais e profissionais da Segurança Pública é inadequada, não considerando fatores e critérios específicos, como demandas, população e desenvolvimento social.

Deficiência na pronta-resposta

Não há dúvidas de que os esforços para preservar a ordem pública devem ser direcionados, prioritariamente para a busca da manutenção incessante de um estado de paz social, por meio de ações policiais, sociais e situacionais de prevenção. No entanto, a segurança pública deve ser capaz de responder aos incidentes de crime e violência com agilidade, energia e efetividade, para restabelecer as condições normais de convivência em sociedade e disseminar o sentimento de que as atitudes antissociais serão contidas e, quando necessário, reprimidas com rigor e celeridade, buscando a apuração e resolubilidade das ações criminosas.

Pouca visão sistêmica, descuidando das causas do crime e da violência

A compreensão de um papel mais amplo da polícia e a necessidade de uma atuação em parceria com a sociedade reclama uma atuação policial que contemple, entre as suas atividades, a identificação dos problemas repetitivos, a análise das causas, para dar as respostas direcionadas à resolução do problema por meio da intervenção sobre essas causas e, por fim, avaliação dos resultados alcançados. A relevância da atuação direcionada ao problema decorre do foco na intervenção de suas causas e não apenas na reação às consequências. Assim, a análise apurada de cada problema, em cada contexto e suas especificidades permitirá identificar suas causas. A partir disso, será possível desencadear a mobilização das instâncias formais e informais da sociedade que têm responsabilidade de atuação concorrente sobre cada causa específica. Sem que cada um assuma o seu papel e a sua responsabilidade, as polícias, sozinhas, continuarão enfrentando a violência e a criminalidade com os mesmos resultados hoje questionados. Assim, este novo direcionamento permitirá a identificação clara e objetiva das raízes dos problemas de segurança pública e a construção de um plano conjunto de ação. Esta relevância se amplia pela constatação de que as polícias, em regra, têm atuação sobre o problema em si ou sobre suas consequências, gerando resultados de curto prazo, enquanto a atuação sobre as causas, pelas instâncias formais e informais, gera resultados mais duradouros com alcance de médio e longo prazo. Em síntese, a atuação conjugada da polícia com outros segmentos sociais, agindo efetivamente sobre as causas das problemáticas sociais ensejará resultados mais efetivos.

Credibilidade e confiança comprometidas

Aumentar a confiança da população em relação às instituições de segurança pública, através da responsabilidade e participação social, do estabelecimento de parcerias e da proximidade com o cidadão.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
	Reduzir o número de homicídios.
	Reduzir os crimes violentos letais intencionais.
	Reduzir os crimes violentos não letais intencionais.
	Aumentar a resolubilidade dos crimes.
	Ampliar os serviços disponibilizados pela Delegacia Eletrônica (delitos penais).
	Ampliar a apreensão de armas.
	Ampliar a apreensão de drogas (kg).
	Reduzir o índice de roubos.
	Reduzir o índice de furtos.
	Implantar escala de serviço inteligente adequando aos períodos de maior incidência criminal.
	Aumentar o nº de inquéritos concluídos com elucidação e/ou autoria definida.
	Reduzir as ações de facções criminosas.
	Reduzir a mortalidade em acidentes de trânsito.
	Elevar a qualidade dos serviços prestados à população priorizando a observação dos critérios de qualidade: prazo e qualidade intrínseca.
	Aumentar a confiança e a satisfação da comunidade.
	Ampliar projetos e ações preventivas.



TEMAS	ESTRATÉGIAS
	<p>Ampliar e fortalecer o Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD.</p> <p>Ampliar a efetividade do monitoramento nos espaços públicos.</p> <p>Garantir que as ligações realizadas para o telefone de emergência 190 sejam atendidas na primeira tentativa.</p> <p>Garantir que as Guarnições da PM compareçam no local dos fatos para atendimento de crime, contravenção, averiguação de atitude suspeita e acidente de trânsito em até 10 minutos.</p> <p>Garantir que as ligações realizadas ao telefone de emergência 193 sejam atendidas na primeira tentativa.</p> <p>Garantir que as Guarnições do BM compareçam no local dos fatos para atendimento de combate a incêndio, resgate, socorro e salvamento em até 8 minutos.</p> <p>Buscar alternativas para substituição dos agentes da segurança pública empregados em funções meio, garantindo a liberação para atividades finalísticas.</p> <p>Diminuir o prazo médio de análise de projetos do Corpo de Bombeiros.</p> <p>Ampliar o percentual de recursos próprios destinados para investimento.</p>
Suporte Institucional	<p>Manter a recomposição anual do efetivo.</p> <p>Buscar alternativas para substituição dos agentes da segurança pública empregados em funções meio, garantindo a liberação para atividades finalísticas.</p> <p>Buscar alternativas para substituição de prestadores de serviços de alto custo e ineficientes para a segurança pública.</p> <p>Modernizar e integrar as instalações físicas.</p> <p>Instituir políticas de renovação, redistribuição e readequação da logística, referentes a frota de veículos, aeronaves, embarcações, equipamentos de proteção individual e coletiva e armamento.</p> <p>Modernizar e integrar os sistemas de tecnologia e inteligência.</p> <p>Modernizar e integrar o sistema de comunicação.</p> <p>Instituir novos modelos de gestão para redução das despesas com combustível, alimentação, terceirização da atividade administrativa, energia elétrica, água, segurança terceirizada, manutenção de sistemas de informações e comunicações.</p> <p>Mapear e disponibilizar processos e serviços acessíveis ao cidadão por meio eletrônico.</p> <p>Integrar o serviço aéreo.</p> <p>Integrar o sistema de inteligência Policial.</p> <p>Mapear e integrar serviços e processos.</p>
Valorização do Servidor	<p>Reter pessoal qualificado.</p> <p>Desenvolver e garantir o alinhamento das competências requeridas.</p> <p>Especializar servidores para ocuparem cargos de gestão e de tomada de decisão.</p> <p>Instituir programas de rotação (jobrotation) de atividades operacionais.</p> <p>Ampliar programas voltados à saúde psicossocial do servidor.</p> <p>Capacitar agentes de segurança em novas tecnologias de análise criminal e de produção de conhecimento que permitam prognósticos sobre cenários de riscos.</p> <p>Programar e aprovar anualmente os cursos de capacitação continuada das academias.</p> <p>Ampliar projetos e ações preventivas.</p> <p>Ampliar a participação dos cidadãos nos Conselhos de Segurança – CONSEG.</p> <p>Realizar campanhas de conscientização da população sobre comportamentos de risco.</p>



TEMAS	ESTRATÉGIAS
	Ampliar programas que permitam a participação voluntária da comunidade nas ações de Segurança Pública.
	Ampliar canais de acesso da sociedade aos órgãos da Segurança Pública.
	Ampliar o Projeto Bombeiro Comunitário como forma de participação cidadã para o apoio e enfrentamento de desastres e estímulo ao Serviço Voluntário junto ao Corpo de Bombeiros Militar.
	Ampliar o Projeto Bombeiro Mirim junto aos estabelecimentos de ensino públicos municipais e estaduais como forma de difundir ações preventivas e valores que possam contribuir no processo de formação do caráter das crianças e jovens em idade escolar.
	Ampliar o projeto Golfinho durante a temporada de verão, para difundir os conhecimentos sobre o meio aquático e contribuir na redução dos índices de arrastamento e afogamentos de banhistas na orla catarinense.
	Fortalecer as Equipes de Força-Tarefa do CBMSC para as ações de socorro e ajuda humanitária em áreas afetadas por desastres, no território catarinense.
	Fortalecer a imagem institucional.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
705 - Segurança Cidadã	Motivar a participação dos cidadãos na construção da segurança pública, aumentando a confiança da população em relação às instituições de segurança, através da responsabilidade e participação social, estabelecendo parcerias e a proximidade com o cidadão.	176.323.200	83.200.000	259.523.200
706 - De Olho no Crime	Reduzir os índices de criminalidade e violência, intensificando o combate aos crimes contra a vida, o patrimônio e o meio ambiente, buscando o aumento da resolutibilidade dos crimes, por meio de ações preventivas e repressivas, aumentando a confiança e a satisfação do cidadão.	9.025.841.790	7.940.000	9.033.781.790
707 - Suporte Institucional Integrado	Garantir às instituições da Segurança Pública uma gestão eficiente e integrada dos recursos orçamentários e financeiros, buscando dar suporte às ações de segurança, otimizando os recursos humanos e materiais, por meio da inteligência e da tecnologia, melhorando o atendimento ao cidadão.	1.512.738.738	175.200.000	1.687.938.738
708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	Promover uma política de valorização, reconhecimento e profissionalização dos servidores da segurança pública, de modo a criar um ambiente de bem-estar profissional e criativo, por meio de ações de capacitação e atenção à saúde do servidor, potencializando as competências técnicas, buscando atender as expectativas dos cidadãos.	61.865.550	7.490.000	69.355.550
715 - Reequipamento e Apoio Operacional da Segurança Pública	Proporcionar aos órgãos de Segurança Pública os meios para atender a demanda da sociedade, através de ações estruturantes e coordenadas.	400.000		400.000

4.4 EIXO 2 - ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

A Economia do Desenvolvimento é a verdadeira essência da competitividade de uma empresa, o principal motor do crescimento para assegurar a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Ela exige habilidades relacionadas ao nosso tempo e envolve conhecimento e capacidade de aprendizagem das instituições públicas, do setor produtivo e da sociedade civil organizada.

A economia do desenvolvimento deve promover a criação de redes institucionais para resolver problemas com uso intensivo do conhecimento e da criatividade aplicada à produção. Exigem uma intervenção estatal clara, capaz de incentivar a inovação tecnológica, em especial nas pequenas e médias empresas, em parceria com as universidades, com as associações existentes e com as agências de desenvolvimento.

Economia do Desenvolvimento pode tirar proveito das oportunidades em nosso Estado, promovendo cadeias de valor para o desenvolvimento da indústria, do turismo, do comércio, da agricultura e da economia social.

Reúne projetos destinados a fortalecer o tecido econômico produtivo, com um projeto sustentado e sustentável, dando destaque às produções regionais. Consolida as cadeias existentes no território e novo valor de energia, aproveitando as oportunidades de desenvolvimento oferecidas pela cultura, ciência e tecnologia. Aumenta a produção local, a criação de novos empregos e o posicionamento do produto no mercado.

- Economia do Desenvolvimento propõe uma estratégia que visa capitalizar e otimizar os recursos existentes com o uso de conhecimento, de capacidade, de habilidade e de talento da sociedade, para alcançar um desenvolvimento integrado que atenda tanto os indicadores econômicos como os sociais e ambientais

ÁREAS DE RESULTADO



AGROPECUÁRIA

Melhorar a competitividade das cadeias produtivas estratégicas para o Estado



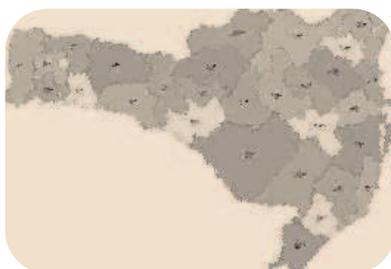
TURISMO

Promover o produto turístico catarinense



MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Construir um ambiente de negócios favorável à inovação e atrativo aos investimentos produtivos



DESENVOLVIMENTO REGIONAL

4.4.1 AGROPECUÁRIA

ÁREA DE RESULTADO

O fortalecimento da agricultura, da pesca e da agroindústria do Estado envolve ações em diversas frentes. A obtenção de produtos de qualidade envolve a adoção de práticas modernas de produção, de armazenagem e de logística de comercialização e distribuição, tanto pelos grandes produtores como pelos agricultores familiares, sempre considerando a sustentabilidade ambiental.

Os programas e ações governamentais, articulados à execução do Plano Plurianual 2016-2019 contemplam a ampla diversidade dos produtores rurais por meio da aplicação de políticas articuladas que promovam tanto a integração vertical como a horizontal da produção, aproximando os elos das cadeias produtivas.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
- Secretaria Executiva do Programa SC Rural
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC - EPAGRI
- Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC
- Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural
- Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina
- Fundo Estadual de Sanidade Animal

Participação social

- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA

Missão	Promover ações para o desenvolvimento sustentável dos setores rural e pesqueiro de Santa Catarina: geração de renda com equidade social e respeito ao meio ambiente.
Visão de futuro	Conquistar junto ao Estado e à sociedade catarinense o reconhecimento de organização de destaque na promoção do desenvolvimento sustentável dos setores rural e pesqueiro de Santa Catarina.
Valores	Cidadão Usuário, Senso de Urgência, Excelência, Legalidade, Transparência, Integridade, União e Integração, Comprometimento, Credibilidade, Bem-estar, Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA EPAGRI

Missão	Conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício da sociedade.
Visão de futuro	Ser reconhecida nos cenários estadual e nacional como modelo de excelência em pesquisa agropecuária, extensão rural e gestão.
Valores	Autodeterminação, Entusiasmo, Integridade, Conhecimento, Responsabilidade, Solidariedade e Cidadania.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA CIDASC

Missão	Executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável em Santa Catarina.
Visão de futuro	Ser reconhecida como referência e excelência em sanidade agropecuária.
Valores	Excelência, Legalidade, Transparência, Integridade, União e Integração, Comprometimento, Credibilidade, Bem-estar, Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento.

**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

- Melhorar a competitividade das cadeias produtivas estratégicas e das empresas do setor agropecuário.
- Construir capacidade local e regional para gerar empregos e diversificar a economia.
- Melhorar a qualidade de vida da população rural.
- Contribuir para a atenuação das alterações climáticas.
- Proteger o estado de SC e monitorar doenças de impacto socioeconômico.
- Promover o uso eficiente da água.

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
	Aumento do Valor Adicionado Bruto da agropecuária de Santa Catarina (R\$ bilhões)	2012	6,39	
	Aumento da produção da aquicultura nas áreas marinhas (t)			
Extensão Rural e Pesca	Taxa de cobertura dos serviços de extensão rural (%)	2014	57,0	70,0
Pesquisa	Novas cultivares registradas (unidade)	2014	10	
	Tecnologias desenvolvidas (unidade)	2014	7	
	Número de projetos correntes liderados por pesquisador	2014	0,87	
	Número de publicações por pesquisador (unidade)	2014	1,04	
Capacitação de agricultores	Taxa de cobertura das atividades de capacitação de agricultores (%)	2014	16,9	20,0
Defesa Agropecuária	Atendimento de enfermidades de notificação obrigatória em até 12h (percentual)	2014	90,2	100,0
Qualidade e conformidade de produtos agropecuários	Conformidade de amostras de produtos de origem vegetal e insumos agrícolas (percentual)	2014	49,1	80,0
	Estabelecimentos habilitados (registrado) ao SISBI / SUASA (número)	2014	11	400

Quadro de servidores da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
91	0	349	440

Quadro de servidores da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC - EPAGRI

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
2.281	1	0	2.282

Quadro de servidores da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
1.651	0	0	1.651

DIAGNÓSTICO SANTA CATARINA – O ESPAÇO RURAL E A AGROPECUÁRIA CATARINENSE**Características territoriais, fundiárias e demográficas**

O patrimônio natural rico e diverso de Santa Catarina contribuiu para moldar a estrutura fundiária, com predomínio das pequenas propriedades. O Censo Agropecuário do IBGE de 2006 mostra que o Estado possuía 193.663 estabelecimentos agropecuários, 38% com menos de 10 ha e 91% com menos de 50 ha de área total. Uma das características marcantes do setor agropecuário catarinense é o predomínio da agricultura familiar, sendo um dos estados brasileiros em que este segmento é mais representativo (Tabela a seguir).

Tabela 1 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários, por tipo de produtor - 2006

Unidade Geográfica	Número (mil unidades)				Área (mil hectares)			
	Total	Não familiar	Agricultura familiar	(%) Agricultura familiar	Total	Não familiar	Agricultura familiar	(%) Agricultura familiar
Brasil	5.175,6	809,4	4.366,3	84	333.680,0	253.577,3	80.102,7	24
Santa Catarina	193,7	25,2	168,5	87	6.062,5	3.419,3	2.643,2	44

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006 (Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA)

A agricultura familiar se caracteriza pela posse de pequenas áreas, pelo uso predominante de mão de obra familiar, pela gestão das atividades produtivas pelo próprio produtor e pelo predomínio da atividade agropecuária na geração da renda familiar. Este segmento de produtores pratica, em geral, diversificação produtiva e tem elevada participação na produção estadual de alguns produtos, como mandioca (93%), leite (87%), milho (77%) e feijão (73%).

Pelo expressivo peso na produção da maioria dos produtos vegetais e da produção animal do Estado e pela força de trabalho envolvida, a agricultura familiar tem importância fundamental na dinamização do setor rural catarinense. A agricultura familiar é responsável também por 82% dos postos de trabalho gerados no setor e por 64% do valor bruto da produção agropecuária estadual.

O uso da terra no ambiente produtivo do espaço rural do estado de Santa Catarina vem apresentando importantes modificações ao longo do tempo. Após um período de expansão na colonização e ocupação do território, que se estendeu até 1985, com aumento da área ocupada pelos estabelecimentos, do desmatamento para ampliação de pastagens e lavouras, o meio rural catarinense passou a reverter essa trajetória. Os dados censitários mostram uma importante redução da área ocupada com pastagem e com lavouras a partir de 1985. Por outro lado, as áreas de matas nativas e silvicultura se expandiram neste período.

Em 2006, o uso dos seis milhões de hectares que compunham os estabelecimentos agropecuários estavam assim distribuídos: 23,9% da área com lavouras temporárias, 3,6% com lavouras permanentes, 8,3% com pastagens plantadas, 20,8% com pastagens naturais, 10,3% com florestas plantadas, 24,5% com matas e florestas naturais, 2,1% com sistemas agroflorestais e 6,5% correspondem a áreas não agricultáveis, mananciais e outras ocupações (IBGE, 2006).

A evolução mais recente do uso do solo nos estabelecimentos agropecuários seguiu na mesma trajetória iniciada na década de 80: diminuição das áreas de lavouras temporárias e pastagens naturais, manutenção da área de silvicultura e aumento das áreas de matas naturais.

Como resultado deste processo, a agropecuária catarinense liberou parte expressiva das terras que usava, passou a ocupar as melhores e mais propícias áreas, com adensamento das atividades produtivas e uso mais intenso das terras em exploração.

Nos aspectos demográficos, constata-se que a população rural de Santa Catarina vem se reduzindo ao longo do tempo, seguindo a tendência universal. Entre 2000 e 2010 o contingente de pessoas que habitavam a zona rural catarinense diminuiu em 140 mil pessoas, uma redução de 12,1%. Esta expressiva redução se deve não só ao histórico movimento de êxodo rural, mas também ao avanço dos perímetros urbanos em áreas rurais e periurbanas.

A dinâmica demográfica de Santa Catarina vem apresentando comportamento bastante distinto entre regiões, inclusive no meio rural. No Vale do Itajaí e na Grande Florianópolis, regiões com maior taxa de urbanização, vem ocorrendo um grande crescimento da população urbana, devido à expressiva migração de pessoas de outros municípios de SC, e também de outros estados, especialmente do PR, do RS e de SP. Por outro lado, as regiões menos urbanizadas do Estado, a Serrana, o Oeste Catarinense e o Sul Catarinense foram as que apresentaram os maiores decréscimos relativos de população rural na primeira década deste século.

Participação da agricultura familiar na produção

- 93,0% da produção de mandioca
- 87,0% de leite
- 77,0% de milho
- 73,0% de feijão

A saída de pessoas do campo para a cidade é bem mais intensa nas faixas etárias intermediárias da população. A proporção de pessoas na faixa de 20 a 40 anos em relação à população total é de 35% na média das cidades catarinenses e de 29% no espaço rural, o que evidencia uma proporção bem maior de jovens que migram para as cidades na expectativa de melhores ocupações de trabalho e renda.

Produção agropecuária e pesca

As alterações no uso do solo dos estabelecimentos agropecuários e outras alterações podem ser mais bem qualificadas por uma série de mudanças observadas na base produtiva dos setores rural e pesqueiro de Santa Catarina.

Uma primeira mudança foi a redução da atratividade do plantio de feijão e milho grão no Estado. De 2000 para 2013, a área plantada com os quatro principais grãos cultivados em SC decresceu em 11%, ou 152,9 mil hectares. Em termos absolutos, o principal decréscimo foi a diminuição em 341,6 mil hectares na área de milho. Em termos relativos destaca-se o decréscimo de 63% na área de feijão (Tabela abaixo).

As áreas antes destinadas a milho e feijão passaram a ter especialmente os seguintes usos: plantio de soja (neste caso, particularmente em áreas antes cultivadas com milho), plantio de milho para silagem e plantio de pastagem. Parte da área simplesmente deixou de ser utilizada e contribuiu para explicar a expansão das áreas de capoeira e mata em recuperação no Estado. A soja por sua vez teve a área ampliada em 308,9 mil hectares.

Em termos regionais destaca-se o crescimento da área com grãos nas mesorregiões Norte e Serrana, paralelamente ao decréscimo de área nas demais mesorregiões. A área cultivada com soja teve forte crescimento nas mesorregiões Norte, Serrana e Oeste, com decréscimo da área dos demais grãos.

Área plantada com grãos de verão – Santa Catarina - 2000 e 2012

Mesorregião	Área plantada (mil hectares)									
	2000					2012				
	Arroz	Feijão	Milho	Soja	Total	Arroz	Feijão	Milho	Soja	Total
Oeste	8,0	112,2	557,1	131,3	808,6	0,6	26,5	279,7	277,1	583,9
Norte	20,5	19,2	80,1	49,2	169,0	20,2	10,1	61,0	119,5	210,8
Serrana	1,5	52,9	93,6	31,9	180,0	0,1	30,2	76,2	119,7	226,2
Vale do Itajaí	27,2	7,7	54,0	0,0	89,0	29,6	4,3	39,5	4,7	78,2
Grande Florianópolis	3,1	4,1	11,5	0,0	18,6	6,0	1,2	5,6	0,0	12,7
Sul	75,1	19,0	29,6	0,0	123,6	93,3	7,9	22,5	0,4	124,1
Total	135,4	215,1	826,0	212,4	1.388,9	149,8	80,3	484,5	521,3	1.235,9

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Neste período houve também expansão na área plantada com arroz, particularmente na mesorregião Sul Catarinense, pela expansão do plantio de arroz irrigado. A expansão/consolidação da área de arroz irrigado foi acompanhada de uma mudança estrutural na atividade pelo fenômeno do arrendamento. Atualmente, se estima que cerca de 50% da área plantada de arroz é de arrendamento, o que significou também uma sensível redução do número de produtores de arroz.

A segunda mudança a destacar é o crescimento do rebanho de espécies de animais ruminantes. Houve um crescimento de 1,104 milhão de cabeças no rebanho bovino e o rebanho caprino cresceu 117% no período de 1995 a 2013. Esse aumento no número de animais e a significativa redução na área de pastagens indicam expressivos crescimentos nos indicadores de produtividade nas criações, seja em quilos de carne/hectare/ano, seja em litros de leite/hectare/ano.

Principais mudanças na agropecuária catarinense

1ª mudança

- Redução do plantio de grãos: área plantada reduziu 11,0% (152,9 hectares)

2ª mudança

- Crescimento do rebanho de espécies ruminantes 1,104 milhão de bovinos e o crescimento do rebanho caprino em 117% entre 1995 e 2013

Rebanho de animais ruminantes por espécie - 1995/2013

Espécie	Mil cabeças			Var. % 1995-2013
	1995	2006	2013	
Bovinos	3.097,4	3.126,0	4.201,6	36
Ovinos	202,7	194,8	295,2	46
Caprinos	23,3	40,4	50,5	117
Bubalinos	15,0	10,7	10,4	-30
Total	3.338,40	3.371,90	4.557,7	37

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários e Produção Pecuária Municipal

A terceira mudança, que tem relação com as duas primeiras e a quarta que será apresentada na sequência, é a consolidação da produção de leite como a principal atividade socioeconômica da agropecuária catarinense. Isso porque a pecuária leiteira de SC é a atividade produtiva/comercial da agropecuária estadual que envolve o maior número de produtores; uma das atividades do Estado mais tipicamente caracterizada como de agricultura familiar; produz o segundo produto em valor bruto da produção (VBP) da agropecuária estadual, superada apenas pelo VBP da carne de frango (há cinco anos ocupava apenas a quinta posição – Tabela 4); responsável pela geração de um valor adicionado (a parcela de valor que de fato fica com os produtores) considerado remunerador, quando comparado com outras atividades produtivas, além de gerar renda mensal e com oscilações bem menores que outras atividades.

3ª mudança

- Consolidação da produção de leite, tornando-se a principal atividade socioeconômica da agropecuária catarinense

Tabela 4. Santa Catarina - Valor Bruto da Produção dos principais produtos da agropecuária

Produto	2008		2013		Var. (%) 2013/2008
	Milhões de R\$	Posição	Milhões de R\$	Posição	
Carne de frango	3.015	1ª	4.097	1ª	35,9
Leite	1.155	5ª	2.689	2ª	132,8
Carne suína	2.393	2ª	2.508	3ª	4,8
Fumo	1.277	4ª	1.761	4ª	38,0
Soja	676	7ª	1.449	5ª	114,4
Milho grão	1.554	3ª	1.392	6ª	-10,4
Madeira em tora	862	6ª	1.251	7ª	45,1
Carne bovina	611	8ª	897	8ª	46,9
Arroz	571	9ª	650	9ª	13,8
Outros	2.516	-	3.616	-	43,7
Total	14.630	-	20.311	-	38,8

Fonte: Epagri/Cepa

A quarta mudança envolve outras cadeias produtivas da agropecuária estadual, especialmente as cadeias produtivas da avicultura e da suinocultura⁸, de grande importância para a economia estadual.

4ª mudança

- “Empresariamento” das atividades da avicultura e suinocultura

⁸ A redução da produção de milho e a expansão da pecuária leiteira estadual tem relação com essas mudanças observadas nessas atividades, particularmente na suinocultura, que historicamente envolvia um número bem maior de produtores que a avicultura. Segundo o Censo

Nestas cadeias produtivas ocorreu o “empresariamento” das atividades rurais, o qual se caracteriza por vários aspectos: necessidade de altos investimentos em capital fixo, sistemas de produção padronizados e baseados em insumos de fora das propriedades rurais, produção baseada em escala, produção baseada em contratos, terceirização de atividades, subcontratação de mão de obra, rigorosos controles sanitários e ambientais, entre outros aspectos. Aliados a questões de “fora da porteira”, esses aspectos continuam concentrando a produção estadual de suínos e aves em poucas regiões do Estado e em mãos de cada vez menos produtores.

Uma quinta mudança está relacionada com a segunda principal atividade socioeconômica da agropecuária catarinense, que é a fumi-cultura. Embora seja uma atividade que continua envolvendo um expressivo contingente de produtores, em face de estratégias das fumageiras e de requerer muita mão de obra para o seu cultivo, ela tem diminuído em regiões em que se torna necessário a contratação de mão de obra de terceiros e/ou que os produtores encontraram atividades substitutas mais rentáveis. Este é o caso das mesorregiões Sul e Oeste Catarinense. A primeira já foi a principal produtora do Estado e perdeu essa condição para outras duas mesorregiões catarinenses (Vale do Itajaí e Norte Catarinense). No Oeste, após um período de expansão da atividade, a fumi-cultura perdeu muitos produtores e espaço para outras atividades, entre as quais, a produção de leite.

5ª mudança

- Perda da importância da fumi-cultura com redução da área plantada e do número de produtores

No quadro de mudanças recentes na base produtiva de Santa Catarina, se constata também a expansão da fruticultura e da olericultura em municípios/regiões em que eram atividades pouco tradicionais. O mesmo ocorreu com a aquicultura, seja a piscicultura ou a maricultura. No caso da piscicultura se observa um constante crescimento da produção estadual, tendo o Ministério da Pesca e Aquicultura classificado Santa Catarina como um dos principais produtores de peixes de água-doce do Brasil. Na maricultura, particularmente na produção de moluscos (mexilhões, ostras e vieiras), o Estado é o principal produtor nacional. O mercado interno tem demanda crescente e com a recente redefinição/regularização das áreas de cultivo a produção estadual da maricultura tende a crescer de maneira sistemática e sustentável.

Finalmente, merece destaque como mudança significativa o movimento de criação/regularização de empreendimentos de agregação de valor por parte dos agricultores familiares de Santa Catarina. Considerando apenas agroindústrias rurais, empreendimentos de artesanato, empreendimentos de turismo rural e pequenas cooperativas que organizam as compras e vendas dos agricultores, já existem mais de 2.500 iniciativas no Estado, sendo que a maior parte delas está em franca expansão em termos de valores comercializados e número de pessoas envolvidas.

Comércio exterior e desempenho exportador

A dinâmica do agronegócio catarinense está bastante relacionada ao comportamento das exportações de seus produtos. O Agronegócio tem papel de destaque na pauta das exportações catarinenses e tem demonstrado crescimento de sua importância neste século. No ano de 2000, suas exportações representaram 52% das exportações totais catarinenses. Em 2008, esta participação representou 59% das exportações catarinenses. Em 2014, as exportações do agronegócio estadual somaram 5,6 bilhões de dólares, passando a responder por 63 % das exportações totais catarinenses (US\$ 8,9 bilhões).

Exportação do agronegócio catarinense

- Em 2000, 52% das exportações totais catarinenses
- Em 2008, 59% e em 2014, 63% das exportações totais catarinenses

Nas exportações destacam-se produtos como carnes de frango e suína, soja, fumo e produtos da madeira (móveis, papel e papelão, painéis e obras de madeira). O estado de Santa Catarina é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE como zona livre de febre aftosa sem vacinação, mantendo também o “status” livre de peste suína clássica e africana, além da doença de “Newcastle”, garantindo o acesso das carnes suína e de frango ao mercado internacional.

Principais produtos exportados

- Carnes de frango e suína, soja, fumo e produtos da madeira (móveis, papel e papelão, painéis e obras de madeira)

A pauta estadual de exportações vem se diversificando com a inclusão de produtos como: sucos de frutas, carne bovina, milho, arroz, erva-mate, banana, maçã, pescados e crustáceos, e outros.

Santa Catarina é responsável por mais de 6% das exportações do agronegócio brasileiro, com destaque para os segmentos Carnes e Indústria de Madeira e Papel, com 16% e 10% de participação, respectivamente.

Agropecuário 2006, o número de integrados de aves (8.022) já superava o de suínos (7.397) naquele ano. Um número expressivo de pequenos produtores de suínos substituiu a atividade pela produção de leite.

O crescimento das exportações catarinense nos últimos anos foi limitado pela taxa de câmbio, que manteve o real valorizado, reduzindo a competitividade dos produtos exportáveis no comércio internacional. Outro fator apontado pelos exportadores, como limitante da competitividade internacional dos produtos do agronegócio catarinense é a deficiência da infraestrutura de logística e transportes para o embarque de produtos.

Macrotendências para o espaço rural e pesqueiro de SC e para a agropecuária catarinense e o mercado

As principais tendências percebidas para o espaço rural e a agropecuária catarinense são:

- Continuidade do processo de redução da população rural, principalmente pela da migração campo-cidade e de cidades menores para cidades maiores dentro das próprias regiões.
- Aumento nos níveis de envelhecimento dos dirigentes, redução da força de trabalho, e falta de sucessores hereditários em grande parte dos estabelecimentos agropecuários.
- Persistência da pobreza rural e pesqueira (permanência de agricultores com pouca inclusão produtiva, econômica e social).
- Melhoria do nível de escolaridade/conhecimento das pessoas que desenvolverão atividades produtivas no campo.
- Redução do número de propriedades agrícolas, com maior especialização produtiva, na direção de: crescimento do arrendamento; diminuição de atividades intensivas em mão de obra; automação das atividades; terceirização de atividades, e; maior demanda e dependência de informações técnicas e gerenciais.
- “Industrialização” crescente do processo de produção na agricultura, com aumento das escalas de produção.
- Decréscimo das áreas de lavouras anuais e de pastagens naturais, com expansão das áreas de pastagens plantadas/melhoradas e de matas em recuperação.
- Aumento da produção vegetal e animal pelo crescimento da produtividade (das terras, dos animais, da força de trabalho, dos insumos e dos equipamentos). Importância destacada para a incorporação de inovações tecnológicas.
- Aumento da internacionalização das principais cadeias produtivas (carnes suínas e de aves, floresta, frutas, fumo, milho, soja, etc.).
- Padrão tecnológico das principais cadeias produtivas definido pelos agentes de mercado e baseado em parâmetros internacionais.
- Continuidade da perda de competitividade da produção catarinense do complexo de carnes para outras regiões do País.
- Manutenção da trajetória de crescimento da produção de leite, com redução no número de produtores e expansão de processos de agregação de valor e utilização de leite como componente de outros alimentos.
- Crescimento significativo da produção da aquicultura.
- Ampliação do mercado para alimentos processados e semi-prontos.
- Valorização crescente de produtos de qualidade diferenciada (orgânicos, de indicação geográfica, “coloniais”), com segmentação dos mercados.
- Ampliação das possibilidades de acesso aos mercados regionais/locais e aos mercados institucionais (creches, escolas, asilos, hospitais, presídios) para a agricultura familiar, juntamente com a intensificação dos mercados solidário e de cadeias curtas (feiras livres, compra no local de produção, pequenos varejos, agroturismo).
- Ampliação e diversificação da produção de alimentos, insumos e produtos de qualidade e certificados com critérios de rastreabilidade e segurança.
- Espaço rural cada vez menos agrícola. A maior parte dos estabelecimentos agropecuários terá um ou mais membros com rendas não agrícolas (aposentadoria, prestação de serviços, artesanato, turismo, emprego fora do estabelecimento, etc.).
- Ampliação e diversificação das formas de organização econômica e social na agricultura (associações, cooperativas, redes de cooperação e comercialização, ONGs, etc.).
- Reconhecimento e valorização, por parte da sociedade, da multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural (prestação de serviços ambientais, manutenção da paisagem e da qualidade ambiental, etc.).
- Aumento da pressão social para redução dos impactos ambientais das atividades produtivas, com ampliação e aprofundamento dos mecanismos de controle, como: análise de resíduos de agrotóxicos, certificação da produção de alimentos “limpos”, regulação e outorga do uso da água; controle de impactos sobre o aquecimento global, etc., resultando em mais exigências sanitárias e ambientais para a produção agropecuária.

PRINCIPAIS PROBLEMAS



Considerando-se o diagnóstico da situação atual do espaço rural e da agricultura catarinense e as principais tendências a influenciar o “futuro” da agropecuária e do agronegócio alguns problemas e desafios se apresentam à atuação do poder público estadual. Dentre eles destacam-se:

Envelhecimento da população

O crescente envelhecimento da população, a saída preponderante dos jovens e a relativa “masculinização” da população que permanece no campo desafiam o poder público a tornar o meio rural mais atrativo aos jovens e a criar condições de acesso à infraestrutura produtiva e tecnológica.

Pouca mão de obra

A menor disponibilidade de força de trabalho limita a expansão e diversificação das atividades produtivas e dificulta a manutenção de produções intensivas em mão de obra.

Mudanças climáticas

A ocorrência de estiagens prolongadas, a pouca conservação, o aumento da utilização e o uso algumas vezes em excesso, tem gerado crescente deficiência de quantidade e qualidade da água para uso no meio rural. Este problema tende a se agravar nas próximas décadas.

Disseminação de doenças e pragas

Um dos grandes desafios que a sociedade rural contemporânea vem enfrentando é o controle da disseminação de doenças e pragas, de origem animal e vegetal. A perda de produção agropecuária pela ação de insetos, fungos, bactérias e vírus nos EUA e no Brasil é estimada em 30%.

Redução do número de produtores

A redução no número de produtores agrícolas e da área explorada nos estabelecimentos agropecuários podem comprometer os níveis de produção.

Pobreza rural

Ainda persiste uma parcela significativa da população rural em condições de pobreza e à margem do processo de desenvolvimento.

Estrutura fundiária

A estrutura fundiária e as condições de relevo predominantes no estado de Santa Catarina limitam a exploração com ganhos de escala em determinadas culturas e criações.

Acesso ao mercado

A pequena escala de produção, característica da produção agrícola familiar dificulta o acesso aos mercados e a apropriação de rendas.

**ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO**

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Competitividade	Melhorar a competitividade das cadeias produtivas estratégicas e das empresas do setor agropecuário.
	Promover a preservação, recuperação e utilização sustentável dos recursos naturais; competitividade da agricultura catarinense frente ao mercado globalizado e melhoria da qualidade de vida no meio rural e pesqueiro.
	Gerar e difundir conhecimentos e tecnologias para produção de alimentos em quantidade e qualidade, visando aumento da produtividade, rentabilidade e uso sustentável dos recursos naturais.
	Capacitar agricultores e pescadores para uso das tecnologias geradas ou adaptadas para Santa Catarina.
	Certificar propriedades para serem livres de tuberculose e brucelose e inspecionar produtos de origem animal e vegetal.
	Adequar e implantar agroindústrias familiares visando obedecer a legislação.
	Fomentar a produção agropecuária melhorando o processo produtivo com agregação de valores e desenvolver a pesca, aquicultura e a produção florestal.
	Apoiar a melhoria de sistemas das principais cadeias produtivas.
	Fomentar junto aos produtores rurais, associações, grupos formais e cooperativas de produção investimento em armazenagem.
	Melhorar a formação profissional e desenvolver serviços.
	Rejuvenescer o tecido empresarial.
	Apoiar a organização de produtores familiares.
Ambiente rural	Melhorar o ambiente e a paisagem rural.
	Fomentar a capacidade e armazenagem e utilização de água para usos múltiplos.
	Desenvolver as infraestruturas agrícolas de forma sustentável.
	Promover a ecoeficiência e redução da poluição.
	Promover o uso eficiente da água.
	Promover a proteção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agropecuários.
	Incentivar a introdução ou manutenção de modos de produção compatíveis com a proteção dos valores ambientais e dos recursos hídricos e do solo no âmbito das atividades agropecuárias.
	Atender as comunidades rurais através da perfuração de poços artesianos públicos.
	Fomentar a capacidade e armazenagem e utilização de água para usos múltiplos.
	Apoiar por meio do SC Rural a adequação ambiental nas propriedades rurais.
	Subvencionar financeiramente a parcela do prêmio não subvencionada pelo Governo Federal nas operações de crédito contratadas pelos produtores rurais.
	Apoiar e subvencionar financiamentos contratados pelos produtores rurais junto aos agentes financeiros para atividades que aumentem a renda e criem oportunidades de trabalho.
	Fomentar novos projetos alternativos de florestas plantadas nativas.
	Apoiar atividades não agrícolas.
	Apoiar a melhoria de sistemas das principais cadeias produtivas.
	Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias.
	Promover a diversificação da economia e do emprego em meio rural.



TEMAS	ESTRATÉGIAS
	Regularizar os parques aquícolas na costa catarinense e realizar levantamento estratégico na pesca.
Inclusão Digital	Reduzir os índices de exclusão sociodigital, especialmente da população rural, buscando oferecer novas alternativas de acesso à informação aos agricultores catarinenses que propiciem a sua formação e qualificação e disponibilizar os serviços de telefonia fixa e internet no meio rural.
Produção e qualidade dos produtos de origem animal e vegetal	Certificar propriedades para serem livres de tuberculose e brucelose e inspecionar produtos de origem animal e vegetal.
	Adequar e implantar agroindústrias familiares visando obedecer a legislação.
Desenvolvimento Florestal	Fomentar novos projetos alternativos de florestas plantadas nativas.
Regularização e Assentamentos Agrícolas	Regularizar o georreferenciamento simplificado pelo método fotocadastro e as áreas de posses e partilhas não regularizadas.
	Estruturar e viabilizar os projetos econômicos e sociais aos agricultores, com financiamentos na compra de sua própria terra.
	Financiar a compra de terras a produtores sem terra ou com pouca terra.
Sanidade Animal	Proporcionar uma maneira segura e sustentável de eliminação de animais acometidos por doenças infectocontagiosas e garantia de indenização aos criadores, possibilitando a aquisição de animais saudáveis para continuidade da produção.
Defesa Agropecuária	Proteger o estado de SC e monitorar as doenças de impacto socioeconômico.
Qualidade e conformidade de produtos agropecuários	Fiscalizar o processo agroindustrial e o comércio dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal e insumos agrícolas.
Apoio à comercialização e negócios agrícolas	Operar os processos de armazenagem e movimentação de granéis no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.
	Manter o padrão de qualidade e conformidade dos produtos agrícolas que entram no Estado.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	Melhorar a atratividade e a qualidade de vida no interior para reduzir o êxodo rural e a litoralização.	129.472.843	52.000.000	181.472.843
310 - Agronegócio Competitivo	Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio catarinense, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos.	176.227.619	144.482.661	320.710.280
315 - Defesa Sanitária Agropecuária	Promover a sanidade e bem-estar das populações animais e vegetais, seus produtos e subprodutos, a idoneidade dos insumos agropecuários, garantir aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar e preservar o meio ambiente.	9.540.781	36.815.177	46.355.958
320 - Agricultura Familiar	Apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar por meio da fomento/financiamento para aquisição de equipamentos, insumos, capacitação e transferência de tecnologias de agregação de valor aos produtos.	2.400.000	24.000.000	26.400.000
335 - Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3	Promover o desenvolvimento rural por meio da melhoria da competitividade da agricultura familiar e da gestão socioambiental das microbacias hidrográficas.	4.428.862	0	4.428.862

4.4.2 EMPRESAS E EMPREGOS

ÁREA DE RESULTADO

É prioridade do Governo contribuir substancialmente para a expansão da capacidade catarinense de transformar conhecimentos em novos produtos, processos ou serviços que possam ser colocados no mercado em níveis competitivos, tendo a empresa como motor do processo de inovação em estreita articulação com universidades e institutos de pesquisas.

A geração de emprego e renda é um dos focos de ação do governo catarinense que elaborou um conjunto de políticas públicas voltadas para o atendimento do trabalhador. Em parceria com os governos federal e municipal, o governo mantém Postos de Atendimento ao Trabalhador, disseminados por todo o Estado, os quais oferecem serviços gratuitos de intermediação de mão de obra, de captação de vagas junto às empresas, de encaminhamento do seguro-desemprego e de emissão de carteira de trabalho. Além disso, fornece informações e inscrições para os programas de qualificação profissional e de atendimento à pessoa portadora de deficiência.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado da Fazenda
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
- Junta Comercial de Santa Catarina – Jucesc
- Agência de Fomento de Santa Catarina S.A. - Badesc

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

Missão	Executar e registrar, no âmbito de Santa Catarina, os serviços de registro público de empresas mercantis, seus agentes auxiliares e atividades afins com qualidade e simplificação estabelecidas pelas diretrizes de desenvolvimento social e econômico do Estado.
Visão de futuro	Ser reconhecida pela sociedade como uma referência no atendimento ao cidadão, moderna, eficiente, democrática e parceira para o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina.
Valores	Ética, Transparência, Comprometimento, Simplificação, Qualidade e Satisfação.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Construir um ambiente de negócios favorável à inovação e atrativo aos investimentos produtivos.
- Simplificar as relações entre o Estado e as pequenas e médias empresas, tendo em vista a construção de um ambiente institucional adequado ao desenvolvimento dos negócios.
- Favorecer o micro e pequeno empreendedor, combatendo a informalidade com a implementação de políticas de geração de emprego e renda para os setores tradicionais e de maior vulnerabilidade, aumentando a oferta de microcrédito.

INDICADOR E META

INDICADOR / UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
	DATA	ÍNDICE	2019
Tempo em tramitação dos atos de registro mercantil (horas)			24

Quadro de servidores da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
96	0	9	105


Quadro de servidores da Junta Comercial de Santa Catarina – Jucesc

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
74	0	13	87

PRINCIPAIS PROBLEMAS
Morosidade dos procedimentos para registro dos atos mercantis

Burocratização nos procedimentos para registro dos atos mercantis, falta de recursos humanos, falta de padronização dos procedimentos técnicos.

Soluções tecnológicas insuficientes

Sistemas informatizados insuficientes para a demanda e exigências da sociedade.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Modernização Tecnológica	Modernizar os sistemas tecnológicos, simplificando a celeridade dos atos de registro mercantil.
Capacitação Continuada	Melhorar o nível de desempenho dos colaboradores e consequentemente reduzir as taxas de erros, retrabalho e desperdício.
Aperfeiçoamento da Comunicação	Melhorar e criar canais de comunicação entre os colaboradores e entre instituição e sociedade, buscando a excelência e transparência na comunicação institucional.
Praça do Empreendedor	Implantar a Praça do Empreendedor nos 10 maiores municípios catarinenses.
Ambiente de Negócio	Simplificar as relações entre o Estado e as pequenas e médias empresas, tendo em vista a construção de um ambiente institucional adequado ao desenvolvimento dos negócios.
Agregação de Valor ao Produto Industrial	Fortalecer e apoiar a formação de empresas, núcleos associados e cooperativos e outros segmentos de produção industrial, incentivando a produção de bens finais em base para uma espacialização equilibrada.
Apoio a Micro e Pequenos Empreendimentos	Favorecer o micro e pequeno empreendedor, combatendo a informalidade com a implementação de políticas de geração de emprego e renda para os setores tradicionais e de maior vulnerabilidade, aumentando a oferta de microcrédito.
Desenvolvimento de Políticas de Atração Industrial	Ampliar e apoiar a modernização das atividades industriais através de políticas de fortalecimento e de melhoria da infraestrutura, do sistema logístico e da oferta da mão de obra qualificada.
Dinamização de Setores Econômicos	Construir estratégias que promovam o crescimento dos setores econômicos através de melhorias da gestão, da qualificação da mão de obra e da captação de recursos.
Fortalecimento dos Mercados Local, Nacional e Internacional	Fomentar e favorecer a constituição de rede de integração de pequenos negócios, aumentando a base exportadora e promovendo Santa Catarina no MERCOSUL e demais blocos internacionais.
Estudos e Pesquisas para Tecnologia Industrial	Gerenciar os protocolos de intenções; definir a matriz industrial; avaliar potenciais regionais e promover estudos e pesquisas para atração de novos empreendimentos.
Qualificação Profissional	Oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, reelaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se reposicionem quanto à sua inserção social e profissional.
Concessão de Microcrédito	Ofertar microcrédito para proprietários de pequenos negócios formais e informais que necessitem de recursos financeiros para promover o crescimento de seu microempreendimento.

**RELAÇÃO DE PROGRAMAS**

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
200 - Competitividade e Excelência Econômica	Fomentar a atividade produtiva no Estado e promover a diversificação do padrão tecnológico da produção de bens e serviços catarinenses com base na inovação de modo a melhorar a competitividade nacional e internacional.	400.000	1.443.335.000	1.443.735.000
212 - Promoção Comercial e Cooperação Internacional	Promover a cooperação com organismos internacionais públicos e privados, visando o intercâmbio de conhecimento e o incremento dos negócios entre o estado de Santa Catarina e outros países.	765.000	0	765.000
342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	Promover o desenvolvimento econômico sustentável através de ações para o fortalecimento de polos produtivos já existentes, criação de polos econômicos em regiões de baixo IDH, novos negócios ligados à economia verde e apoio financeiro e técnico a microempresas e empreendedores individuais (MEIs), criando assim as condições necessárias para o aumento da competitividade da economia catarinense.	13.800.000	0	13.800.000
530 - Pró-Emprego e Renda	Ampliar a geração de empregos, de oportunidades de trabalho e de renda.	49.230.000	340.000.000	389.230.000

4.4.3 TURISMO

ÁREA DE RESULTADO

O segmento do turismo é para Santa Catarina uma importante atividade na geração de emprego e renda, especialmente para a faixa litorânea, Vale do Itajaí e do Planalto Sul e para diversos outros municípios da Faixa Litorânea e de outras regiões do Estado, como Blumenau, Joinville, São Joaquim, Lages, Piratuba, Fraiburgo e Chapecó.

A estratégia de Governo está em elevar a participação do turismo no PIB estadual, transformando Santa Catarina no destino preferencial dos brasileiros e estrangeiros, com práticas sustentáveis, aproveitando e valorizando a diversidade cultural, as belezas naturais, as festas tradicionais e a infraestrutura de eventos de negócio.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte
 - Santa Catarina Turismo S/A - Santur
 - Fundo Estadual de Turismo
- Participação social
- Conselho Estadual de Turismo

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA EMPRESA SANTA CATARINA TURISMO S/A - SANTUR

Missão	Promover o desenvolvimento do turismo do Estado, gerando oportunidades de trabalho e de renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população catarinense.
Visão de futuro	Ser uma empresa dinâmica e inovadora, autossuficiente, formada por uma equipe qualificada e eficaz, gerando produtos e serviços competitivos e atraentes, consolidando uma imagem de excelência junto ao mercado turístico.
Valores	Honestidade, Respeito, Qualidade, Persistência e Imparcialidade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

- Promover o produto turístico catarinense com ênfase na promoção e no turismo sustentável.

INDICADORES E METAS

INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
	DATA	ÍNDICE	2019
Fluxo de turistas visitando Santa Catarina (nº índice)	2014	100,0	140,0
Receita gerada pelo fluxo turístico (nº índice)	2014	100,0	140,0

Quadro de servidores da Santa Catarina Turismo S/A - Santur

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
65	0	0	65

DIAGNÓSTICO SANTA CATARINA – TURISMO

Santa Catarina costuma figurar constantemente como o melhor destino de viagem do Brasil, fato este que nos coloca na vitrine do mercado turístico, não apenas nacional, mas também internacional. Suas características culturais, geográficas e climáticas nos diferenciam do resto do País, pois temos sol e praia, temos serra, festas típicas, neve e tantos outros atrativos que nos posicionam no cenário nacional como um verdadeiro e qualificado mosaico de ofertas e ponteciais turísticos.



PRINCIPAIS PROBLEMAS

Não realização de concurso público para provimento das vagas em aberto

Falta de pessoal.

Falta de programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

Plano de Cargos e Salários desatualizados

A maioria dos funcionários já alcançaram o final da carreira.

Desvalorização do desenvolvimento profissional no plano atual.

Falta de autonomia financeira e estratégica

Inviabilidade de execução do planejamento do órgão.

Necessidade de modernização da sede do órgão

Aquisição de novos mobiliários, equipamentos eletrônicos, softwares, informatização (TI).

Dificuldade para obter informações e estabelecer uma abordagem consistente e abrangente de dados sobre o turismo desenvolvido no Estado

Falta de periodicidade na execução das pesquisas turísticas.

As informações existentes estão dispersas.

Forte concorrência dos produtos turísticos consolidados em outros destinos turísticos

Melhoria da qualidade dos produtos turísticos catarinenses.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Promoção do Turismo	Participar em eventos.
	Realizar visitas técnicas e encontros comerciais.
	Elaborar material promocional.
	Realizar campanhas promocionais.
	Promover jornadas de familiarização.
Estudos e Pesquisas Turísticas	Elaborar e analisar pesquisas mercadológicas.
	Atualizar o Planejamento Estratégico do órgão.
	Realizar o projeto IndTur – Indicadores de Turismo.
Sistema de Informações Turísticas	Consolidar o sistema estadual de informações turísticas.
Gestão de Pessoas	Realizar concurso público.
	Treinar e desenvolver pessoas.
Administrativo	Gerir centros de eventos.
	Modernizar a sede do órgão.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMA	OBJETIVO DO PROGRAMA	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
640 - Promoção do Turismo Catarinense	Promover o desenvolvimento das atividades turísticas em todas as regiões do Estado, incentivando projetos que visem a expansão ou melhoria da capacidade turística catarinense, tanto na promoção de eventos como na ampliação ou melhoria da infraestrutura do setor.	244.432.764	600.000	245.032.764

4.5 EIXO 3 - TERRITÓRIO INTEGRADO

Uma rede eficaz de transportes intermodal é fundamental para a competitividade da empresa catarinense. A logística eficiente permite a realização das entregas dos insumos de produção e a distribuição do produto ao mercado com segurança e nos tempos adequados, ampliando a competitividade das empresas. Além da infraestrutura logística, a disponibilidade de energia elétrica e a existência de estrutura adequada de transmissão de dados em alta velocidade (banda larga), livre de oscilações e interrupções e a custos competitivos são insumos essenciais aos processos de organização da produção e distribuição dos produtos catarinenses.

O território é o espaço onde se desenvolve vida social, política e econômica, na sua dimensão individual e coletiva

MACRO-OBJETIVO

- Assegurar uma infraestrutura suficiente, de qualidade e adequada às necessidades do Estado

ÁREAS DE RESULTADO



TRANSPORTE

Ampliar a oferta e a eficiência dos modais de transporte



ENERGIA

Assegurar o suprimento, melhorar a qualidade e reduzir os custos da energia



MOBILIDADE URBANA

Promover a integração dos diversos modais de transporte urbano

4.5.1 TRANSPORTES**ÁREA DE RESULTADO**

A ampliação dos investimentos em infraestrutura de transportes deverá priorizar as soluções multimodais mais eficientes para a superação dos principais gargalos de transporte do Estado (rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário e aéreo).

O governo de Santa Catarina orientará seus investimentos no setor de transportes segundo as estratégias de melhorar a malha rodoviária existente; reabilitar as rodovias eliminando gargalos rodoviários; ampliar e modernizar a malha portuária com a viabilização da delegação do Porto de São Francisco do Sul; ampliar e melhorar os aeroportos e buscar viabilizar a implantação das ferrovias Leste-Oeste e Norte e a ferrovia Litorânea.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado da Infraestrutura
- Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA
- Departamento de Transportes e Terminais – DETER
- Fundo Estadual de Transportes
- Porto de São Francisco do Sul
- SC Par Porto de Imbituba

Participação social

- Conselho Estadual de Transportes de Passageiros

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO DEINFRA

Missão	Promover a implantação e a integração dos sistemas de transportes nas várias modalidades, dentro do contexto nacional e internacional, de forma a assegurar o bem-estar do cidadão e o desenvolvimento socioeconômico do Estado.
Visão de futuro	Serem reconhecidos por assegurarem uma infraestrutura de transportes suficiente, de qualidade e adequadas às necessidades do Estado.
Valores	Ética, Comprometimento, Excelência e Cooperação.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Aumentar a segurança nas estradas catarinenses, eliminar os pontos críticos, melhorar a sinalização, a conservação e o monitoramento.
- Ampliar a oferta e a eficiência dos modais de transporte.
- Melhorar a infraestrutura no estado de Santa Catarina.

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Investimento	Participação do investimento em infraestrutura no PIB	2014		
	Índice de Expansão da Malha Rodoviária (nº índice)	2014	100	112,5
Qualidade das rodovias	Condição geral da malha rodoviária estadual classificada como “ótima ou boa” (%)	2012	40,3	70,0
	Número de acidentes de trânsito em rodovias estaduais (unidade)	2014	11.128	10.500

Quadro de servidores da Secretaria de Estado da Infraestrutura

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
41	0	13	54

**Quadro de servidores do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA**

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
697	0	1.321	2.018

Quadro de servidores do Departamento de Transportes e Terminais – DETER

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
177	0	75	252

Quadro de servidores do Porto de São Francisco do Sul

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
170	0	20	190

DIAGNÓSTICO SANTA CATARINA – TRANSPORTE

A Secretaria de Estado da Infraestrutura é o órgão da Administração Pública Estadual direta que tem como áreas de atuação a política estadual de infraestrutura dos transportes nos modais rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário, além de realizar ações no âmbito do sistema portuário do Estado. A SIE também possui competência para coordenar e controlar o Conselho Estadual de Transportes de Passageiros.

As ações da SIE abrangem o planejamento, formulação e normatização das políticas estaduais para o setor, a elaboração de diretrizes para a sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos.

Ao DEINFRA compete implementar a política formulada pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura, para a infraestrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas, compreendendo as atividades de administração, planejamento, projeto, construção, operação, manutenção, restauração, reposição, adequação de capacidade e ampliação de bens, obras e serviços. A infraestrutura de transportes, afeta ao DEINFRA, compreende os sistemas viários: rodovias, ferrovias, vias navegáveis, instalações portuárias e aeroviárias.

Ao DETER compete o planejamento, fiscalização e controle do Serviço Público de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros e de qualquer tipo de transporte de massa em nível estadual, bem como zelar pela segurança e bem-estar dos usuários de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

SISTEMA DE MOBILIDADE RODOVIÁRIA

A malha rodoviária do estado de Santa Catarina é composta por rodovias federais, estaduais e municipais, cabendo a administração e gestão destas rodovias aos entes da federação, em cada caso, União, Estado e Municípios.

As rodovias federais integram o plano rodoviário federal, e estão sob a responsabilidade da União, sob a jurisdição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, vinculado ao Ministério dos Transportes. Ao DNIT cabe executar, entre outras, as políticas de transporte rodoviário formuladas pelo Ministério.

No caso das rodovias federais concedidas à iniciativa privada, a jurisdição é exercida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, autarquia também vinculada ao Ministério dos Transportes.

As rodovias estaduais, integrantes do Plano Rodoviário Estadual, são administradas pelo Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, autarquia regulada pela Lei Complementar nº 382/2007, vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura. Já as rodovias municipais estão sob a jurisdição dos municípios.

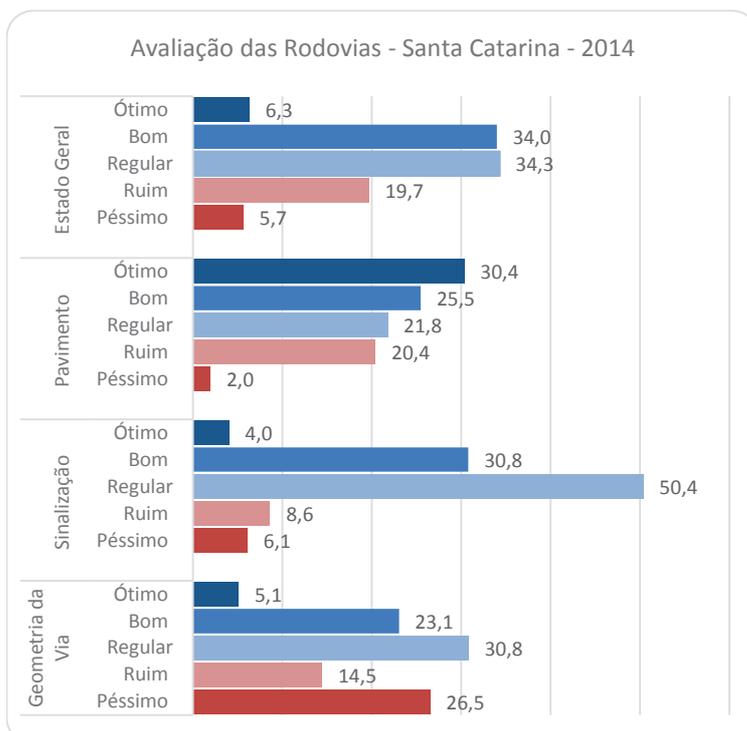
Para adequar a sua infraestrutura rodoviária à demanda por transportes, o Estado passou a contar com o apoio financeiro, por meio de programas de financiamento, das seguintes entidades de fomento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e, mais recentemente da Corporação Andina de Fomento - CAF e do Banco do Brasil. A obtenção de recursos por meio destas operações de crédito possibilitaram o desenvolvimento de programas destinados à expansão da malha rodoviária pavimentada, à reabilitação de rodovias importantes, à eliminação de pontos críticos nas rodovias e ao aumento da segurança rodoviária, além do apoio institucional para uma melhor administração rodoviária.

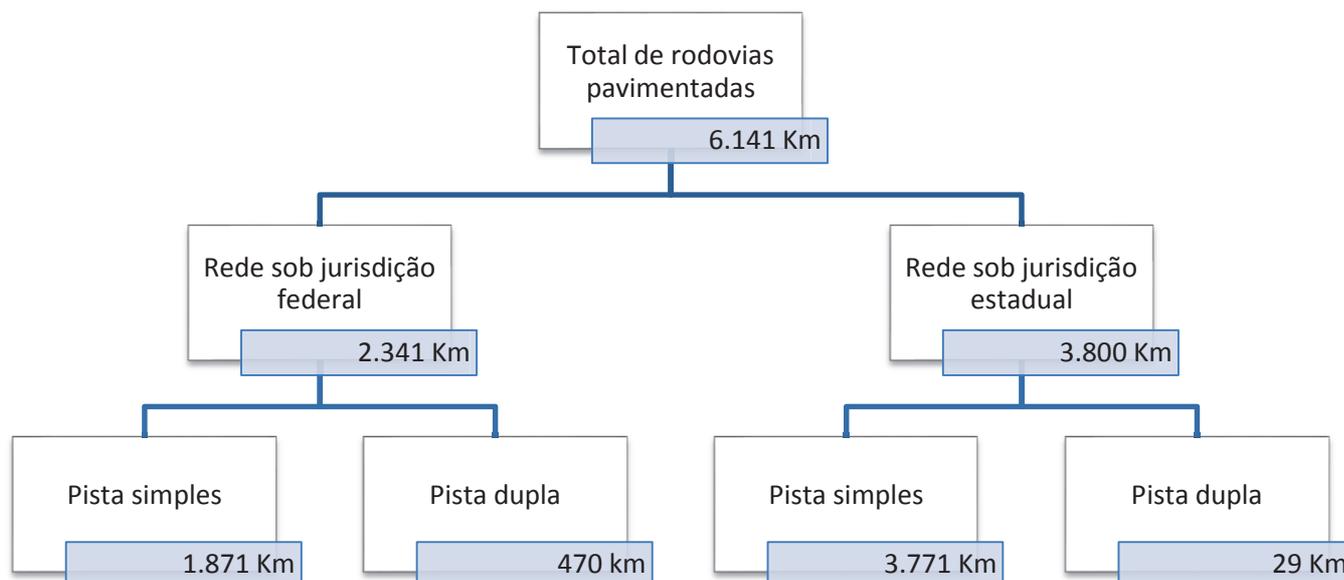
Importante também destacar, no aspecto da acessibilidade, a obtenção de acesso pavimentado aos municípios catarinenses. No final de 2007, dos 295 municípios catarinenses, 263 tinham acesso pavimentado, 27 estavam em obras e 3 não possuíam acesso pavimentado. A partir do ano de 2014, no entanto, todas as 295 sedes municipais do Estado possuem, pelo menos, um acesso pavimentado.

A malha rodoviária do estado de Santa Catarina é constituída por um conjunto de rodovias de vários tipos, sob várias jurisdições, de diferentes categorias e com volumes de circulação diferentes; cobre todo o território do Estado e fornece razoável acessibilidade a todos os aglomerados populacionais e municípios. Ainda compõem a malha rodoviária mais alguns milhares de quilômetros de rodovias municipais de baixo tráfego ou caminhos vicinais que objetivam permitir acesso a pequenos aglomerados, zonas de produção com reduzida dimensão e fazendas ou propriedades isoladas.

CONDIÇÕES DAS RODOVIAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA - AVALIAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE

- Com o objetivo de realizar um diagnóstico das condições das rodovias pavimentadas brasileiras (incluindo rodovias federais, estaduais coincidentes e trechos de rodovias estaduais relevantes), a Confederação Nacional do Transporte - CNT desenvolveu uma metodologia para avaliar as três principais características da malha rodoviária: Pavimento, Sinalização e Geometria da Via. Estas características são analisadas segundo os níveis de conservação, segurança e conforto, percebidos pelos usuários. O resultado da avaliação é divulgado de forma qualitativa, categorizado por meio do Modelo CNT de Classificação de Rodovias como Ótimo, Bom, Regular, Ruim ou Péssimo.
- Foram avaliados 3.407 Km de rodovias federais e 859 km de rodovias estaduais.



EXTENSÃO DA REDE DE RODOVIAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Para entendermos melhor a necessidade de preservação e de investimentos realizados ao longo dos anos, torna-se essencial possuir uma noção do valor da malha rodoviária catarinense. Estima-se que o valor patrimonial estimado da malha é de R\$ 20 bilhões, separando por jurisdição exercida, teríamos cerca de R\$ 7 bilhões para as rodovias sob a jurisdição da União e R\$ 13 bilhões para as rodovias de responsabilidade do Estado.

A maioria das rotas principais da malha rodoviária do estado de Santa Catarina são também as rotas principais de outros Estados e até mesmo de todo o Brasil. Desta forma o Estado aproveita a existência destas rodovias para melhorar as suas ligações com os outros estados e com os países vizinhos. Entre as principais rotas da malha rodoviária destacam-se as seguintes:

- BR-101: Norte/Sul Litoral
- BR-116: Norte/Sul Planalto
- BR-153: Norte/Sul Central
- BR-158/ BR-163/SC-163: Norte/Sul Extremo Oeste
- BR-280: Leste/Oeste Norte
- BR-282: Leste/Oeste Central
- BR-470: Litoral/ Interior do Estado/Divisa RS
- SC-108/SC-486: Norte/Sul Litoral
- SC-155/SC-480: Norte/Sul Meio Oeste
- SC-282: Litoral Sul

A vida restante dos pavimentos constitui um importante parâmetro para avaliação das rodovias estaduais. É definida como o tempo em anos que deve transcorrer antes que o pavimento atinja uma condição indicativa da necessidade de restauração.

Em levantamento realizado em 2012 pelo DEINFRA, 40% das rodovias estaduais já atingiram a vida útil, ou seja, possuem vida restante dos pavimentos igual a zero; cerca de 30% entre zero e dois anos e 17% entre seis e oito anos. A pesquisa CNT de Rodovias realizada em 2014 apresenta um cenário brasileiro onde 6,9% das rodovias foram avaliadas em condição péssima e 17% em condição ruim; em Santa Catarina 5,7% das rodovias foram avaliadas em condição péssima e 19,7% em condição ruim.

Nesta perspectiva, é imprescindível a alocação de investimentos para as intervenções e obras de manutenção da malha rodoviária do Estado, executando a conservação, revitalização, reabilitação, restauração ou até reconstrução, quando necessário.

A malha rodoviária é constituída por um conjunto de rodovias de vários tipos, devendo haver uma hierarquia entre elas, de forma a permitir a melhor funcionalidade da malha. No Plano Diretor Rodoviário do Estado as rodovias foram divididas em três classes, aqui descritas sucintamente:



- Rodovias primárias: são as que têm maior mobilidade, permitindo a circulação de maiores volumes de tráfego, com velocidades altas.
- Rodovias secundárias: são denominadas também rodovias coletoras que dão acesso às cidades de médio porte, apresentando uma boa mobilidade, com razoáveis volumes de tráfego e permitem uma velocidade relativamente aceitável.
- Rodovias terciárias: são as rodovias de acesso a localidades de menor dimensão, escoam pequenos volumes de tráfego e só permitem velocidades baixas.

Neste sentido, constitui-se um aspecto de importante intervenção as travessias urbanas de rodovias primárias ou secundárias, algumas delas sem período de transição ou sinalização física, em que o tráfego de longa distância, ou tráfego de passagem, é obrigado a entrar em cidades. Assim, mistura-se ao tráfego urbano da própria cidade, sem que os condutores estejam preparados para isso e, por vezes, sem que tenham à sua disposição a sinalização auxiliar adequada para a identificação da rota desejada. As facilidades urbanas existentes, como rede de abastecimento de água, tratamento de esgoto e o próprio pavimento das vias urbanas são frequentemente comprometidas pelo tráfego de veículos de passagem, principalmente os veículos de carga mais pesados.

Desta forma, este aspecto constitui-se em alerta para os projetos e construção dos contornos em cidades de maior dimensão e com estrutura viária urbana mais complicada.

As informações de tráfego permitem termos uma ideia nítida da carga de tráfego nos principais segmentos da malha rodoviária do Estado. A demanda de tráfego em 2015 foi identificada por meio dos sistemas gerenciais em operação no DEINFRA e o resultado, obtido em Volume Total de Veículos na Malha (VMDA).

Os maiores VMDAs na malha rodoviária catarinense, em 2015, verificam-se em algumas rodovias em Florianópolis, na BR-101, BR-470, BR-282, BR-280 e em algumas rodovias estaduais, como a SC-108, principalmente nos trechos urbanos de acesso às maiores cidades. Os valores estimados, para 2015, superam os 40 mil veículos em vários segmentos da BR-101, BR-282 (Via Expressa) e na SC-401, 25 mil veículos na SC-404, 18 mil na BR-280, 16 mil nos acessos a Blumenau e Gaspar e 15 mil veículos no acesso a Criciúma. Segmentos da BR-282, nas proximidades de Lages e entre Xanxerê e Chapecó também registram volumes de tráfego elevados que indicam a necessidade de ampliação de capacidade das rodovias.

Verifica-se também um percentual elevado de veículos pesados em muitos segmentos da malha rodoviária de Santa Catarina. Esse percentual elevado é bem característico do Brasil e diverge muito daqueles observados em países mais desenvolvidos. Por exemplo, na Europa, esses indicadores raramente ultrapassam 18%, enquanto na malha rodoviária de Santa Catarina são observados percentuais em torno de 60% na BR-153 e valores acima de 40% em vários outros trechos. Trechos de 1 km ou mais de extensão que possuem elevados percentuais de participação de veículos pesados apontam a necessidade de realização de estudos mais detalhados, visando à construção de segmentos com terceiras faixas.

Observa-se ainda, várias rodovias, atualmente ainda em revestimento primário, que possuem alta demanda de tráfego.

Um aspecto importante de uma malha rodoviária é sua capacidade de resposta à demanda de tráfego. Para avaliar esta capacidade são utilizados níveis de serviços que vão de A a F, que são definidos com base nos fluxos de tráfego de cada trecho. O nível A é aquele em que o fluxo circula de forma livre no trecho e o nível F é aquele em que o trecho se encontra saturado, com congestionamentos frequentes e graves.

Com a aplicação de modelos de gerenciamento, em operação no DEINFRA, verifica-se que em geral a malha responde bem à demanda, com a maioria dos trechos nos níveis A e B. Níveis de D a F encontrados na BR-101 foram ou estão em vias de serem amenizados com a duplicação e com a construção de vias marginais nos segmentos mais críticos. Os níveis D a F apresentados na BR-470, principalmente nas regiões de Itajaí e Blumenau serão resolvidos com o aumento da capacidade da BR-470. Os níveis E e F que são verificados em trechos da SC-401 e outros na Ilha de Florianópolis precisarão ser analisados para verificar-se a melhor forma de resolvê-los.

Indica-se que quando os níveis de serviços forem iguais ou mais críticos que C devam ser iniciados estudos e, se confirmada a necessidade, a elaboração de projetos de engenharia para posterior pavimentação e/ou ampliação de capacidade dos trechos. Para termos uma ideia da situação da malha rodoviária do estado de Santa Catarina em relação a outros estados e a outros países, calculam-se os principais indicadores utilizados para definir o “*benchmarking*” (termo de comparação) de malhas rodoviárias. Estes indicadores são densidades expressas no número de quilômetros de uma malha rodoviária por quilômetro quadrado e o número de quilômetros por mil habitantes.

Na tabela que segue apresentam-se os indicadores de densidades da malha rodoviária pavimentada do Estado em comparação aos Estados vizinhos e alguns países, vizinhos ou não, com nível de desenvolvimento similar.

Tabela – Densidade de malha rodoviária

Estado/País	Área (km ²)	População (Hab. em mil)	Malha Pavimentada (km)	Densidade (km/km ²)	Densidade (km/1000 Hab)
Rio Grande Sul	281.700	11.207	13.368	0,047	1,193
Paraná	199.314	11.081	13.900	0,070	1,254
Uruguai	176.200	3.407	8.698	0,049	2,553
Chile	756.000	16.620	18.147	0.024	1,092
Equador	256.370	15.740	6.472	0,025	0,411
Hungria	93.000	10.000	76.164	0,819	7,616
Romênia	238.400	19.960	71.154	0,298	3,565
Santa Catarina	95.346	6.727	6.921	0,072	1,028

Fonte: IBGE, DNIT (SNV), DEINFRA, Banco Mundial

Observa-se que, em relação aos estados vizinhos e aos países da América do Sul, os indicadores de Santa Catarina apresentam valores semelhantes, com exceção da densidade por mil habitantes, observada no Uruguai, já que este país tem uma baixa população.

Quando comparados aos países do continente europeu os valores são mais díspares, uma vez que as extensões de suas malhas rodoviárias são mais elevadas. Isso ocorre por que estes países são muito antigos e suas malhas estão sendo sempre ampliadas sem a supressão das estradas antigas, que permanecem como estradas locais.

No âmbito da mobilidade do transporte rodoviário os investimentos nesta infraestrutura permitirão ao Estado maiores condições para o desenvolvimento econômico e social, mediante os seguintes objetivos:

- Melhorar as condições de acessibilidade para a população.
- Melhorar as condições de segurança ambiental e segurança para o tráfego de pessoas e cargas.
- Diminuir os custos de transporte nas rodovias estaduais, com a redução dos custos de operação e tempo de viagem.
- Melhorar as condições físicas e operacionais da infraestrutura rodoviária catarinense.

SISTEMA DE MOBILIDADE FERROVIÁRIA

As ferrovias estão sob a jurisdição da União, exercida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura – DNIT, vinculado ao Ministério dos Transportes, e a quem compete implementar a política de infraestrutura do sistema ferroviário nacional, compreendendo sua operação, manutenção, restauração, adequação de capacidade e ampliação mediante construção de novas vias e terminais.

Atualmente, as ferrovias outorgadas em concessão à iniciativa privada estão sob a jurisdição da União, exercida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, autarquia também vinculada ao Ministério dos Transportes.

No Estado, compete à Secretaria de Estado da Infraestrutura desenvolver as atividades relacionadas com o planejamento, a formulação e a normatização de políticas, programas e projetos do sistema ferroviário e ao Departamento Estadual de Infraestrutura a execução destas políticas.

Mesmo considerando o crescimento que ocorre na malha rodoviária que atende o estado de Santa Catarina, sua complementariedade aos outros modais de transporte, no caso do ferroviário, ainda é muito incipiente, fato este que reforça a necessidade de realização de investimentos na ampliação dos ramais existentes e na abertura de outros.

Neste cenário, nos últimos anos, o Estado, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura, articula-se com o Governo Federal, com o objetivo de viabilizar os investimentos necessários à otimização deste sistema de transportes. Para isto foram realizados estudos que apresentaram viabilidade para implantação de dois importantes ramais - a Ferrovia Litorânea e a Ferrovia do Frango ou Corredor Ferroviário de Santa Catarina (Ferrovia Leste/Oeste).

- O estado de Santa Catarina possui 1.349 km de ferrovias implantadas, entretanto, apenas 747 km estão em atividade. As ferrovias no Estado estão concedidas a duas concessionárias, a América Latina Logística – ALL, que é responsável por 1.201 km, dos quais somente 583 km estão em operação (subtrechos: Mafra/ São Francisco do Sul (porto) e Mafra/Divisa com Rio Grande do Sul (via Lages)), e a Ferrovia Tereza Cristina-FTC, operando 164 km que ligam a região carbonífera e cerâmicas do sul do Estado ao Porto de Imbituba

A Ferrovia Litorânea – EF-451, com elaboração do projeto de engenharia em andamento, possui traçado que interligará os portos catarinenses, com início em Imbituba até sua conexão à ferrovia EF-485, em Araquari, trecho que abrangerá uma extensão de 235 km. Já a Ferrovia do Frango – EF-487 interligará o Porto de Itajaí ao município de Dionísio Cerqueira, passando por Chapecó, e cuja extensão atingirá 622 km. Está em andamento a elaboração do projeto de engenharia da mesma e foi lançado, pelo Governo Federal, o edital para contratação de empresa especializada para elaboração do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental.

Relevante também destacar que encontra-se em fase de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental os segmentos de Panorama/SP a Chapecó/SC e de Chapecó/SC ao Rio Grande/RS trechos integrantes do prolongamento da Ferrovia Norte-Sul.

Neste cenário é essencial a articulação do Estado junto ao Governo Federal para viabilizar os investimentos essenciais à expansão e melhorias do sistema ferroviário em Santa Catarina e necessária a inclusão de ações com o objetivo de promover estudos para a elaboração e organização do Plano Diretor Ferroviário Estadual.

SISTEMA DE MOBILIDADE AEROVIÁRIO

Compete à União, por meio da Secretaria de Aviação Civil a formulação, coordenação e supervisão das ações voltadas para o desenvolvimento estratégico do setor da aviação civil e da infraestrutura aeroportuária e aeronáutica no Brasil. Vinculadas à Secretaria estão a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero. À ANAC compete a outorga e regulação das concessões e atividades de exploração e administração dos serviços aéreos no Brasil e à Infraero implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, além de prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades, correlatas ou afins, que lhe forem conferidas.

No Estado, compete à Secretaria de Estado da Infraestrutura desenvolver as atividades relacionadas com o planejamento, a formulação e a normatização de políticas, programas e projetos do sistema aeroviário, cabendo a execução física destas políticas à SIE e ao Departamento Estadual de Infraestrutura.

O sistema aeroviário do estado de Santa Catarina está composto atualmente por 37 aeródromos. Os aeródromos são classificados em públicos e privados. Deste total, 4 estão sob a responsabilidade da Infraero – planejamento, expansão e investimento: aeroportos de Florianópolis, Navegantes, Joinville e Forquilha/Criciúma. Dezenove aeródromos públicos são administrados pelos municípios, por meio de convênio, e 15 são privados.

Na última década, o setor de aviação vivencia um grande crescimento em sua escala de utilização. Nos últimos 3 anos foram realizados, em média, 94 mil voos de/para o estado de Santa Catarina, representando um aumento de 36% nos últimos 5 anos, isso considerando somente o movimento nos 4 aeroportos administrados pela Infraero e no aeroporto de Chapecó.

O número de passageiros que realizaram voos domésticos ou internacionais nestes aeroportos chegou a 5.550 mil em 2014 e o transporte de cargas movimentadas cresceu em torno de 51% nos últimos 5 anos.

Nestes últimos anos a Secretaria de Estado da Infraestrutura vem realizando ações para o desenvolvimento dos aeroportos catarinenses, como a conclusão da construção do aeroporto Regional Sul, em Jaguaruna, e do aeroporto Regional do Planalto Serrano, em Correia Pinto, e melhorias nos aeroportos de Caçador e São Joaquim.

Santa Catarina tem 37 aeroportos.

- 4 são administrados pela INFRAERO: Chapecó, Forquilha, Florianópolis e Navegantes
- 18 são aeroportos públicos administrados pelos municípios, por convênio: Caçador, Joinville, Lages, Jaguaruna, Blumenau, Concórdia, Dionísio Cerqueira, Joaçaba, Curitiba, Laguna, Lontras, Mafra, São Miguel do Oeste, São Joaquim, São Francisco do Sul, Três Barras, Videira e Xanxerê
- 15 são aeroportos privados: São José, Porto Belo, Tubarão, Araquari, Brusque, Governador Celso Ramos, Itajaí, Porto União, Monte Carlo, Bom Retiro, Imbituba, Guarimir, Joinville e Trombudo Central

Com o aumento da demanda pelos serviços de transporte aeroviário no Brasil, nas últimas duas décadas, cresce também a necessidade de realizar novos investimentos para assegurar a qualidade do atendimento aos usuários. Para fazer frente a essa necessidade de investimentos, o Governo Federal optou por firmar parcerias com a iniciativa privada, por meio de concessões, para viabilizar a ampliação e o aperfeiçoamento da infraestrutura aeroportuária brasileira, promovendo melhorias no atendimento e nos níveis de qualidade dos serviços prestados aos usuários do transporte aéreo.

Dos aeroportos de Santa Catarina, o governo federal estuda conceder à iniciativa privada o aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis. Neste cenário o Estado está realizando a construção do novo acesso a este aeroporto, ação esta integrante do projeto de reformulação das instalações e ampliação desta importante infraestrutura aeroportuária.

Atualmente o transporte aéreo regional exerce um papel de destaque no transporte aéreo nacional pois promove a ligação entre diversas localidades e a integração entre as diversas regiões, o que contribui como fator de desenvolvimento para as cidades do interior do Estado.

A importância da localização dos aeroportos do Estado e das configurações de suas vias de acesso, para a economia regional, pode ser melhor entendida quantificando-se parâmetros socioeconômicos, como valores do PIB e número de habitantes, dos municípios compreendidos na região de influência de onde o aeroporto está instalado. Levando em conta estes parâmetros, constata-se que os principais aeroportos catarinenses estão localizados nas regiões que compreendem a maior concentração regional de produção e consumo de riquezas, e também nas regiões com maiores concentrações populacionais no Estado.

A evolução do sistema aeroviário regional tem, contudo, sofrido restrições em virtude da inexistência de infraestrutura aeroportuária e aeronáutica adequada. Ainda existem aeródromos que não oferecem condições para operação segura e econômica das aeronaves.

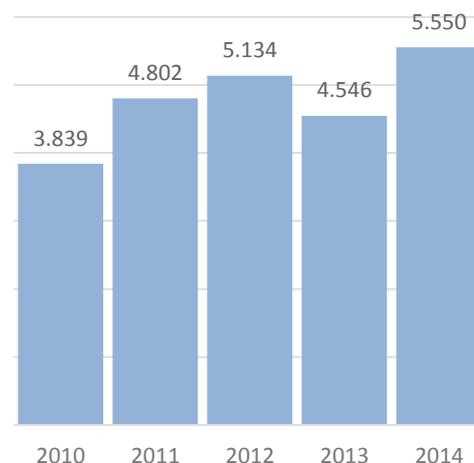
As capacidades das instalações aeroportuárias são avaliadas em função de 3 dos principais sistemas operacionais que compõem um aeroporto, que são: os sistemas de pista de pouso-pátio, os terminais de passageiros e os terminais de cargas. A tabela abaixo apresenta a avaliação destes sistemas nos aeroportos do estado de Santa Catarina:

Tabela 2 – Capacidade das instalações aeroportuárias

Aeroporto	Acessos Rodoviários ao Aeroporto	Capacidade		
		Sistema Pista/Pátio (ACN)	Terminal de Passageiros	Terminal de Cargas
Caçador	Adequado p/ o tráfego local	25	Adequada p/ tráfego local	-
Chapecó	Capacidade insuficiente	45	Capacidade insuficiente	-
Concórdia	Adequado p/ o tráfego local	12	Adequada p/ tráfego local	-
Florianópolis	Capacidade insuficiente	48	Capacidade insuficiente	Adequada p/ Exp. e Imp.
Forquilha	Adequado p/ o tráfego local	22	Adequada p/ tráfego local	-
Jaguaruna	Adequado	57	Adequado	Não dispõe
Joaçaba	Adequado p/ o tráfego local	10	Adequada p/ tráfego local	-
Joinville	Capacidade insuficiente	33	Capacidade insuficiente	Adequada p/ Exp. e Imp.
Lages/Correia Pinto	Adequado p/ o tráfego local	17	Adequada p/ tráfego local	-
Navegantes	Capacidade insuficiente	33	Capacidade insuficiente	Adequada p/ Exp. e Imp.
São Miguel do Oeste	Adequado p/ o tráfego local	11	Adequada p/ tráfego local	-
Três Barras	Adequado p/ o tráfego local	-	Adequada p/ tráfego local	-
Videira	Adequado p/ o tráfego local	8	Adequada p/ tráfego local	-

Fonte: elaboração APPE

Movimento anual de passageiros (embarcados + desembarcados) nos quatro aeroportos administrados pela INFRAERO - Santa Catarina



Analisa-se então a necessidade de aportes de investimentos no setor aeroviário visando intervenções para melhoria e ampliação do transporte aéreo no Estado, além da necessidade de manutenção das instalações aeroportuárias existentes.

Outra característica importante para a aceitação do aeroporto, pelos seus usuários, é o tempo de viagem gasto entre os seus pontos de origem ou destino e o acesso ao aeroporto. É desejável que os acessos aos aeroportos permitam aos usuários realizar deslocamentos com tempos de viagem aceitáveis, velocidades operacionais desejadas, economicamente aceitáveis, ambientalmente corretas e seguras desde a sua origem até o aeroporto e do aeroporto até seu destino final.

Atualmente, todos os acessos aos aeroportos públicos de Santa Catarina encontram-se pavimentados, porém, vários destes aeroportos tem acessos rodoviários que são verdadeiras travessias urbanas, situação esta que eleva a insegurança e os custos de transporte de cargas e pessoas. As soluções passam pela ampliação da capacidade de transporte por meio de binários (parcial ou total), ampliação do número de faixas de tráfego ou solução de maior porte, com a construção de novos acessos rodoviários às instalações aeroportuárias.

SISTEMA DE MOBILIDADE HIDROVIÁRIA E SISTEMA PORTUÁRIO

As políticas gerais para a gestão do transporte aquaviário são de jurisdição da União, sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes. A este ente são vinculadas a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e a Secretaria Especial de Portos – SEP.

O Estado acompanha a formulação das respectivas políticas pelo Governo Federal e apoia técnica e financeiramente a execução dos empreendimentos na infraestrutura pública por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura.

O sistema portuário em Santa Catarina é constituído por 6 portos - de São Francisco do Sul, Itapoá, Navegantes, Itajaí, Imbituba e Laguna. Esses portos, cada um com características físicas, geográficas e de gestão exclusivas, estão estrategicamente distribuídos pelos 561,4 quilômetros da costa catarinense e estão assim contextualizados.

Com a nova Lei dos Portos, Lei nº 12.815/2013, se permitiu o aumento dos investimentos em terminais privados sem a exigência de cargas próprias. Também foram estabelecidas as diretrizes para a licitação de novos arrendamentos e a renovação dos arrendamentos existentes.

A ampliação dos investimentos privados no setor portuário do Estado já é realidade e sem dúvida são avanços significativos para melhoria do sistema portuário estadual. Mas ainda existem problemas de desperdício nas operações portuárias, principalmente em decorrência das condições de navegação nos acessos marítimos até os portos e terminais. Os acessos rodoviários e ferroviários também apresentam déficits para o transporte que necessitam ser solucionados.

A participação do Estado desta forma é decisiva, alocando todos os esforços necessários para que o sistema portuário possa operar com toda a sua capacidade.

Neste sentido é essencial que os canais de navegação e as bacias de evolução dos acessos aos portos possam funcionar com o potencial desejado, assim como os acessos aos outros modais de transporte, rodoviário e ferroviário, sejam adequados, possibilitando transporte em grande escala com redução de custos, diminuindo o número de acidentes e o custo social nos acessos aos portos.

■ Porto de São Francisco do Sul

Localizado na Ilha de São Francisco do Sul, é administrado pelo Governo do Estado por meio da Administração do Porto de São Francisco do Sul (APFS), autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville

■ Porto de Itapoá

Localizado na margem esquerda da Baía da Babitonga que integra o complexo portuário de São Francisco do Sul, é um terminal portuário privativo de uso misto, ou seja, movimentação de cargas próprias e de terceiros

■ Porto de Navegantes

Terminal portuário privado, localizado na Foz do Rio Itajaí-Açú, no município de Navegantes

■ Porto de Itajaí

Localizado na margem direita da Foz do Rio Itajaí-Açú, é a autoridade portuária de todo complexo portuário de Itajaí. Em dezembro de 1997, o Porto de Itajaí foi delegado ao município pelo prazo de 25 anos

■ Porto de Imbituba

Localizado no município de Imbituba, a administração do porto foi delegada ao estado de Santa Catarina, por intermédio da empresa SCPar Porto de Imbituba

■ Porto de Laguna

Localizado na orla do município de Laguna, à margem do canal de ligação da Lagoa de Santo Antônio com o mar, administrado pela Administração do Porto de Laguna vinculada à Cia. Docas do Estado de São Paulo, que é uma empresa vinculada à Secretaria Especial de Portos. Em dezembro de 2015, encerra-se o contrato da Cia. com o Governo Federal e atualmente a Prefeitura Municipal de Laguna reivindica a estadualização do porto



PROBLEMAS PRIORITÁRIOS

Elevada demanda por manutenção/conservação e segurança das rodovias estaduais

Necessidade de contínua realização de serviços de manutenção e conservação rotineira, periódica e emergencial aumentando a vida útil do pavimento.

Rodovias estaduais pavimentadas com pavimento deteriorado

O final de ciclo de vida útil dos pavimentos e o excesso de peso dos veículos de transporte de carga determinam a necessidade de recuperação e reabilitação dos pavimentos.

Aumento da demanda de tráfego nas rodovias

Necessidade de elevação dos níveis de serviços das rodovias para atender o volume crescente de tráfego, com implantação de terceiras faixas, melhorias e interseções e duplicação de rodovias.

Déficit de rodovias estaduais pavimentadas

Necessidade de ampliar a integração de agregados populacionais e setores produtivos à malha rodoviária pavimentada.

Insuficiência de projetos de engenharia de obras de infraestrutura

Necessidade de estudos e planejamento de longo prazo para compor o banco de projetos, visando à modernização dos sistemas de infraestrutura de transporte e atendimento da demanda de tráfego presente e futura.

Aumento da demanda da infraestrutura aeroportuária estadual

Necessidade de ampliar e adequar a oferta de equipamentos e serviços aeroportuários, incluindo a administração e manutenção dos aeroportos públicos.

Déficit da malha ferroviária no Estado

Ausência de ramais ferroviários que favoreçam a integração regional, com destaque para a ligação leste/oeste e norte/sul.

Aumento na demanda de infraestrutura portuária

Ampliação das condições de operações dos portos no Estado (acessos rodoferroviários, canais e adequação das bacias de evolução).

Concentração do transporte de carga no modal rodoviário

Necessidade de estudos, projetos e investimentos para ampliar a participação de outros modais, que não o rodoviário, na matriz de transportes catarinenses, incrementando a competitividade da indústria catarinense.

Crescente aumento na demanda pelos serviços de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros

Necessidade de ampliação e modernização de terminais de passageiros, bem como da sua fiscalização e controle, garantindo serviços de qualidade para o cidadão.

Gestão de Recursos Humanos

Escassez no quadro funcional, com falta da sua renovação, o que contribui para o aumento da desmotivação dos servidores e funcionários.

Modernização, instalações e ambiente organizacional

Melhorias das instalações físicas e modernização dos equipamentos.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Mobilidade rodoviária	Ampliar a malha rodoviária estadual pavimentada.
	Elevar os níveis de serviços das vias.
	Assegurar a manutenção da malha rodoviária estadual.
	Contribuir para a segurança do usuário.
	Desenvolver estudos e projetos de engenharia de infraestrutura.



Mobilidade aeroviária	Ampliar e adequar a infraestrutura aeroportuária estadual.
	Assegurar a manutenção e o gerenciamento dos aeroportos públicos estaduais.
	Atualizar e organizar o Plano Diretor Aeroviário do Estado.
Modernização do sistema portuário	Fortalecer e ampliar a infraestrutura portuária pública do Estado.
	Assegurar condições adequadas de profundidade e adequar os canais de acesso aos portos marítimos catarinenses.
	Ampliar e adequar o acesso rodoferroviário aos portos do Estado.
Mobilidade ferroviária	Atualizar/Elaborar e organizar o Plano Diretor Ferroviário do Estado.
Transporte de passageiros intermunicipal	Manter e modernizar os terminais de passageiros.
	Reorganizar o sistema de transporte intermunicipal.
Governança	Adequar a estrutura organizacional à estratégia de ação.
	Desenvolver o capital humano.
	Valorizar os servidores.
	Aprimorar o ambiente organizacional.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

A Administração do Porto de São Francisco do Sul é uma autarquia criada pela lei nº 1404 de 24 de novembro de 1955, com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

O Porto de São Francisco do Sul, hoje, detém Convênio de Delegação nº 01/2011, firmado entre a União e o Estado de Santa Catarina, com prazo de vigência de 25 (vinte e cinco) anos contados a partir do dia 1º de abril de 2011, passando a vigorar até 31 de março de 2036.

A competência da autarquia Administração do Porto de São Francisco do Sul está limitada exclusivamente às atribuições de autoridade portuária, conforme previsto na Lei nº 12.815 de 05/06/2013, especialmente aquelas previstas no Capítulo IV – Da Administração do Porto Organizado - Seção I, que dispõe sobre as competências da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias.

UNIDADES EXECUTORAS

- Porto de São Francisco do Sul

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Missão	Prestar serviços de apoio às operações de exportação e importação para o mercado nacional e internacional no recebimento, armazenagem e expedição de cargas e mercadorias, com qualidade, eficiência, agilidade operacional e respeito ao meio ambiente a baixos custos, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do País, do Estado e do Município.
Visão de futuro	Ser reconhecido como prestador de serviços de qualidade no recebimento de cargas e mercadorias, na exportação e importação, para o mercado nacional e internacional, atraindo investimentos harmonizados com a comunidade e gerando empregos e riquezas.
Valores	Respeito, Austeridade, Lealdade, Honestidade, Justiça e Zelo.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

-

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Ampliação	Aumento na movimentação de cargas (mil t)	2014	13.000	16.000
Gerenciamento Ambiental	Qualificação do porto pelo ISSO 14000	2014	0	1
ISPS CODE	Atendimento dos critérios para renovação do certificado de segurança (câmera, CFTV, OCR, Guarda Portuária) (%)	2015	30,0	100,0



ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Retificação e aprofundamento do canal de acesso	Permitir o ingresso de navios de maior porte e conseqüentemente maior capacidade de movimentação de cargas.
Construção do berço 401	Ofertar berço para atendimento às demandas existentes e previstas.
Internet	Dotar a Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS de Link redundante para internet.
Pátio área logística	Adquirir ou locar área para Áreas de Apoio Logístico Portuário - AALP's.
Nova sede	Prover a APSFS de uma sede onde sejam agrupados os órgãos intervenientes, eliminando o ingresso da área de primária.
ISPS CODE	Certificar o Porto com a certificação Código Internacional de Proteção para Navios e Instalações Portuárias - ISPS CODE.
Manutenção de equipamentos	Criar processos para manutenção de equipamentos.
Sistema Elétrico	Aumentar a capacidade de iluminação instalada.
Pavimentação	Manter pátios em condições de trafegabilidade.
GATES	Dar condições de melhor acesso aos caminhões para carga/descarga no Porto de SFS.
Gerenciamento de Processos	Melhorar os procedimentos administrativos e operacionais.
Gerenciamento Ambiental	Qualificar o porto pelo ISSO 14000.
Parque Tecnológico Obsoleto	Adequar a APSFS com software e hardware, licenças atualizadas.
Gestão de Pessoas	Elevar a autoestima do quadro funcional da APSFS.

PRINCIPAIS PROBLEMAS

Falta de manutenção calado canal - Acesso

Manter o calado do canal de acesso na profundidade de 14m para atender as embarcações de grande porte (tendência mundial).

Internet

Velocidade aquém da necessidade da APSFS para atender os programas utilizados e atender os usuários internos e externos. (SIGEF/RF/PORTONET, etc).

Falta de pátios de apoio logístico

Causa transtorno ao acesso portuário com grandes filas.

Nova sede administrativa

Transferir a sede administrativa do porto para fora da área primária, agrupando em um único espaço os órgãos intervenientes, e eliminando o ingresso de veículos não operacionais à área portuária.

ISPS CODE

Atender resolução da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis de Santa Catarina – CESPORT, da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS e as exigências internacionais.

Contratos para manutenção de equipamentos

Falta de contrato para atender demanda de manutenção preventiva/corretiva dos equipamentos eletroeletrônicos e operacionais.

Sistema elétrico

Baixa capacidade de luminosidade, prejudicando as operações noturnas de carga e descarga.

**RELAÇÃO DE PROGRAMAS**

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
100 - Caminhos do Desenvolvimento	Promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental através da melhoria e adequação da infraestrutura de transporte e segurança rodoviária; melhoria da mobilidade urbana; ampliação e melhoria do sistema penitenciário; melhoria da infraestrutura de saúde e realização de obras de combate à seca.	253.392.986	73.500.000	326.892.986
101 - Acelera Santa Catarina	Incrementar a estrutura de atendimento das necessidades da sociedade para melhorar a qualidade de vida e a competitividade das empresas catarinenses.	1.341.869.291	295.642.805	1.637.512.096
110 - Construção de Rodovias	Construir, implantar e pavimentar obras rodoviárias de forma a propiciar melhores condições de conforto e trafegabilidade aos seus usuários, sob quaisquer condições climáticas, reduzindo os custos do transporte e ao mesmo tempo integrando os municípios catarinenses à malha rodoviária pavimentada estadual, nacional e internacional.	1.851.464.594	184.338.071	2.035.984.665
120 - Integração Logística	Consolidar o Estado como centro integrador da plataforma logística do Sul do País para os mercados nacional e internacional, potencializando os sistemas logísticos de Santa Catarina e buscando o aumento da capacidade de movimentação de cargas.	106.369.314	8.000.000	114.369.314
130 - Conservação e Segurança Rodoviária	Conservar, operar, monitorar e melhorar a segurança de todas as rodovias a cargo do estado, permitindo o tráfego de veículos sob quaisquer condições climáticas, reduzindo o custo de transporte.	377.802.000	256.998.681	634.800.681
140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade das Rodovias	Melhorar as condições de segurança e de trafegabilidade nas rodovias do Estado por meio da execução de obras de reabilitação e aumento de capacidade das rodovias, reduzindo os custos de transporte.	710.923.000	152.000.000	862.923.000
145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	Planejar a atividade rodoviária do Estado, buscando a modernização do sistema, e promover a recuperação do passivo ambiental rodoviário.	182.360.000	28.000.000	210.360.000
150 - Modernização Portuária	Modernizar, ampliar e melhorar a infraestrutura portuária, por meio de obras terrestres e de acesso marítimo, promovendo o perfeito escoamento de cargas.	158.867.245	299.795.159	458.662.404

4.5.2 MOBILIDADE URBANA

ÁREA DE RESULTADO

A política estadual de mobilidade urbana está pautada na integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito municipal, priorizando a implantação de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado da Infraestrutura
- Superintendência da Região Metropolitana da Grande Florianópolis – SUDERF

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – SUDERF

Missão	Promover o desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, coordenando o planejamento e a execução de forma integradas dos serviços de interesse comum da região.
Visão de futuro	Ser um órgão de referência em planejamento e execução integrada de funções públicas na Região Metropolitana.
Valores	Respeito ao Meio Ambiente, Melhoria da qualidade de vida da população, Eficiência e racionalização das ações entre diferentes níveis de governo e Mobilidade Sustentável.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Promover a integração dos diversos modais de transporte, levando-se em consideração as características metropolitanas.
- Executar obras rodoviárias para facilitar o tráfego urbano.

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Operação de trânsito	Tempo máximo de obstrução das pontes e vias de acesso (minutos)			15
Melhoria na infraestrutura de transporte	Faixa exclusiva para ônibus (Km)			45
Governança interfederativa	Celebração e aprovação dos convênios interfederativos e contratos de programas assinados por prefeituras (unidade)			18
Reestruturação do transporte público	Corredor (BRT) implantado (Km)			49

PROBLEMAS PRIORITÁRIOS

Crise de mobilidade na região metropolitana

As longas distâncias entre empregos e residências, a morfologia urbana e a dissipação de núcleos residenciais induzem ao uso do automóvel particular.

Congestionamentos frequentes

Excesso de automóveis provoca a saturação generalizada do sistema viário, alcançando a sua capacidade máxima e comprometendo a fluidez.

Baixa utilização do transporte público

Quase 50% dos deslocamentos na Região Metropolitana da Grande Florianópolis - RMF são realizados com transporte individual, e as viagens de ônibus demandam o dobro do tempo que as viagens de transporte individual.

Movimento pendular na RMF

A concentração de atividades no centro da capital faz com que 138.000 pessoas (85% dos deslocamentos) atravessem diariamente as pontes para trabalho e/ou estudo.

Desenvolvimento da RMF deficiente

Ocupação do território é dispersa e fragmentada. Não há integração entre a ocupação do solo, o sistema viário e o transporte público, gerando desequilíbrio ambiental e social.

Falta de conectividade do sistema ciclovitário

O transporte não motorizado precisa ter melhor estrutura para ampliar sua participação nos deslocamentos da RMF.

Baixa qualificação do meio urbano para pedestres

Malha urbana não favorece a escala humana, faltam passeios (calçadas) e urbanização das rodovias estaduais que cruzam os municípios da RMF.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Reestruturação do transporte público	Implantar os eixos troncais de transporte público metropolitano.
Melhoria na infraestrutura de transporte	Implantar as faixas exclusivas/prioritárias para ônibus.
Governança interfederativa	Celebrar e aprovar os convênios interfederativos e contratos de programas.
Plano ciclovitário	Implantar a rede ciclovitária metropolitana.
Melhoria das calçadas e segurança dos pedestres	Implantar ruas completas e zonas 30.
Transporte de cargas	Implantar centro de distribuição.
Melhoria do tráfego e segurança viária	Eliminar os pontos críticos.
Operação de trânsito	Implantar o protocolo integrado de resposta a incidentes e emergências de trânsito.
Sinalização	Implantar a sinalização horizontal, vertical e semaforica.
Plano de desenvolvimento urbano integrado	Elaborar o plano de desenvolvimento urbano integrado.
Plano operacional e funcional do transporte público metropolitano	Elaborar o plano operacional e funcional do transporte público metropolitano.
Sistema integrado de inteligência de transporte metropolitano	Implantar o centro operacional, estrutura de captura de dados e informações ao usuário.
Fundo de desenvolvimento metropolitano	Criar e estruturar os recursos financeiros para fazer frente aos investimentos e à manutenção da região metropolitana.
Parcerias público-privadas	Celebrar contratos de parceria público-privada (PPP).
Operações urbanas consorciadas	Estruturar as operações urbanas consorciadas.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
105 - Mobilidade Urbana	Promover a integração dos diversos modos de transporte, considerando a demanda, as características da cidade e a redução das externalidades negativas do sistema de mobilidade.	526.461.486	92.300.	618.761.486
115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	Melhorar e qualificar o sistema de transporte intermunicipal de passageiros no estado de Santa Catarina, através de investimentos em infraestrutura e no gerenciamento, controle e fiscalização do sistema.	0	56.531.054	56.531.054

4.5.3 ENERGIA**ÁREA DE RESULTADO**

A política estadual de energia tem como objetivos ampliar a oferta agregada de energia a partir de uma matriz energética diversificada que valorize as fontes alternativas; melhorar as condições de acesso à energia nas diferentes localidades do Estado e assegurar o suprimento energético compatível com as metas de crescimento econômico.

UNIDADES EXECUTORAS**Energia Elétrica**

- CELESC Distribuição S.A.
- CELESC Geração S.A.

Gás Natural

- SCGÁS - Companhia de Gás de Santa Catarina S.A.

ENERGIA ELÉTRICA**IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA CELESC**

Missão	Atuar de forma diversificada no mercado de energia, com rentabilidade, eficiência, qualidade e responsabilidade socioambiental.
Visão de futuro	Cumprir a sua função pública com rentabilidade, eficiência e reconhecimento da sociedade, com abrangência de atuação nacional e internacional.
Valores	Resultados, Inovação, Valorização das pessoas, Comprometimento, Responsabilidade socioambiental, Ética e Segurança.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

- Assegurar o suprimento, melhorar a qualidade e reduzir os custos da energia elétrica.

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Comercial	Desempenho Global de Reclamação – DER (duração) e FER (frequência) – (%)			0,95
	Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP Abradee – (nota)			9,0
Distribuição	DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (hora)			11,39 ⁹
	FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unid. Consumidora - (Nº)			9,07
Financeiro	Índice de Fechamento de Obras - IFO – (%)			95,0
	Cobertura de Estoque - (%)			3,0

⁹ A ser revisto a partir do 4º ciclo de revisão tarifária em 2016

DIAGNÓSTICO SANTA CATARINA – ENERGIA ELÉTRICA**GERAÇÃO DE ENERGIA**

A principal fonte energética de Santa Catarina é oriunda da energia elétrica, embora a energia termelétrica tenha uma participação importante.

4.545.043 kW de potência

É a capacidade de geração de energia elétrica pelos 325 empreendimentos em operação em 2013.

1.805.219 kW de potência

É a capacidade prevista para entrar em operação nos próximos anos, provenientes de 9 empreendimentos atualmente em construção e mais **37** em construção não iniciada.

25.660 GWh

Foi a produção de energia elétrica em Santa Catarina em 2013.

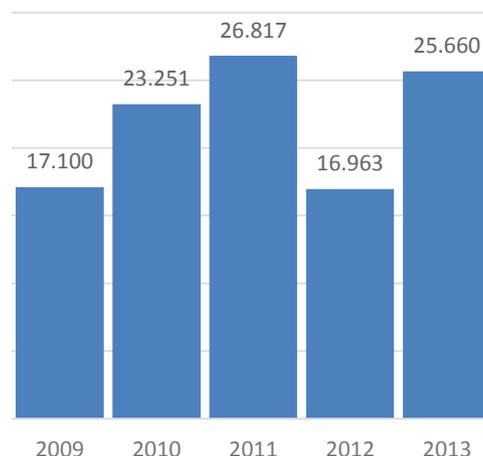
4,5%

É a participação de Santa Catarina na produção de energia elétrica do Brasil.

Santa Catarina é autossuficiente em energia elétrica

No período de 2009 a 2013 Santa Catarina produziu 109.791 e consumiu 99.780 GWh, 91,9% da produção.

Evolução da produção de energia elétrica (em GWh) - Santa Catarina - 2009 - 2013



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética

Empreendimentos de geração de energia elétrica – Santa Catarina - 2013

Tipo	Em operação		Em construção		Com construção não iniciada	
	Quantidade	Potência (kW)	Quantidade	Potência (kW)	Quantidade	Potência (kW)
Central Geradora Hidrelétrica	118	80.842	8	52.163	10	7.342
Central Geradora Eólica	15	242.500			1	3.000
Pequena Central Hidrelétrica	74	560.390			20	279.372
Central Geradora Solar Fotovoltaica	3	4.000				
Usina Hidrelétrica	7	2.553.721	1	135.000	1	876.000
Usina Termelétrica	108	1.103.590			5	452.342
Total	325	4.545.043	9	187.163	37	1.618.056

Fonte: ANEEL

DISTRIBUIÇÃO

A Celesc Distribuição S.A. é uma das subsidiárias integrais das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, sociedade de economia mista, transformada em holding em outubro de 2006, da qual o Governo do Estado detém 50,18% das ações ordinárias, correspondendo a 20,20% do capital social total.

A Celesc Distribuição S/A. presta serviços de distribuição de energia elétrica, sob regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), conforme Contrato de Concessão nº 56/99, que fixa anualmente as tarifas praticadas bem como os recursos para aplicação em investimentos e despesas operacionais.

Sua área de concessão corresponde a 92% do território catarinense, isto é, está presente em 262 dos 295 municípios, sendo que, em 241 desses, a concessão é exclusiva e, nos demais municípios, mantém parcerias com cooperativas de eletrificação rural e outras concessionárias, além do atendimento ao município de Rio Negro, no Paraná.

Com presença consolidada entre as melhores do setor elétrico do País, a Celesc Distribuição S.A. possui o mérito de ter a qualidade de seus serviços reconhecida em nível nacional e internacional. A Empresa é a 6ª maior empresa pública de distribuição de energia elétrica do País.

**22.407 GWh**

Foi o consumo total de energia elétrica em Santa Catarina em 2013.

6,91%

Foi o crescimento médio no consumo de energia elétrica no período de 2009 a 2013. No Brasil o crescimento no consumo total de energia elétrica foi 4,79%, neste mesmo período.

4,84%

Foi a participação de Santa Catarina no consumo de energia elétrica no Brasil. Na região Sul a participação foi 27,87%.

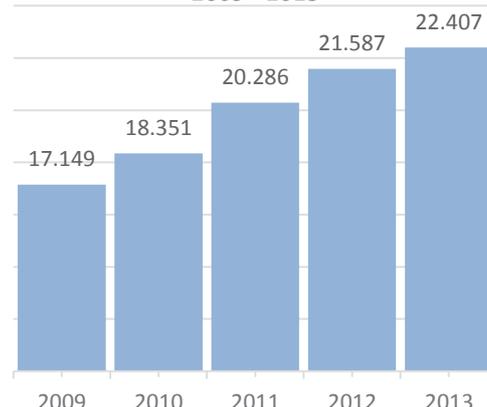
2.632 mil

É o número de consumidores de energia elétrica em Santa Catarina, representando 3,52% dos consumidores do Brasil.

3.354 (kWh/hab)

Foi o consumo per capita de Santa Catarina em 2013. É o maior consumo per capita entre todos os estados e o Distrito Federal.

Evolução do consumo de energia elétrica (em GWh) - Santa Catarina - 2009 - 2013



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética

PRINCIPAIS PROBLEMAS**Atender aos padrões de qualidade operacional**

Buscar e manter as metas dos padrões de fornecimento de energia estabelecidos pelo órgão regulador.

Satisfação do consumidor

Manter e buscar a elevação dos níveis de satisfação do consumidor em relação à qualidade dos serviços prestados.

Cumprir plano de investimentos

Atender ao plano de investimentos e assegurar a rentabilidade definida.

Gestão de custos

Assegurar a eficiência e o controle de custos e rentabilidade definida.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Comercial	Cumprir os níveis de qualidade do serviço prestado.
	Ser percebida como uma referência em distribuição de energia elétrica.
Distribuição	Cumprir os níveis de qualidade do serviço prestado.
Financeiro	Assegurar a rentabilidade definida.
	Assegurar a eficiência e o controle de custos.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
160 - Geração de Energia Elétrica	Propiciar condições para que o processo de concessão e autorização de novos empreendimentos de geração de energia elétrica possibilite o desenvolvimento sustentável da economia catarinense e o atendimento com qualidade da demanda de energia elétrica.	0	1.798.917.500	1.798.917.500
180 - Expansão do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	Propiciar condições de oferta de energia para alavancar desenvolvimento sustentável da economia e sociedade catarinense.	0	1.431.335.557	1.431.335.557

186 - Comercialização, Eficiência e Medição de Energia Elétrica	Oferecer condições às solicitações de energia elétrica decorrentes de unidades consumidoras de baixa renda, suprindo com as instalações elétricas necessárias. Favorecer às instituições públicas ou privadas de meios para melhoria no uso da energia elétrica, reduzindo gastos operacionais, bem como, promover a educação para o uso seguro, eficiente e racional da energia disponibilizadas às unidades.	0	301.600.000	301.600.000
187 - Adequação e Melhoria da Estrutura Empresarial - CELESC	Modernizar e adequar estrutura empresarial, melhorando e reformando edificações, mobiliário e construção, equipamentos de segurança no trabalho e renovação da frota de veículos.	0	175.400.000	175.400.000

GÁS NATURAL

O governo do Estado considera o uso do gás natural como fonte de energia como estratégico para o desenvolvimento sócio-econômico das regiões, pois é o mais limpo dos combustíveis fósseis e possui características que favorecem uma maior durabilidade aos equipamentos que o utilizam, reduzindo os impactos ambientais.

Santa Catarina dispõe de gás natural como fonte de energia desde o ano 2000, beneficiando cerca de 2.000 unidades residenciais em 29 municípios e a rede transporta mais de 1 milhão de m³/dia do insumo. A rede tem mais de 500 km de extensão – a 3ª maior do Brasil – e abrange as regiões Norte do Estado, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul do Estado, atendendo indústrias e postos de combustíveis.

PRINCIPAIS ATORES DO GOVERNO DO ESTADO NA ÁREA DE GÁS NATURAL

Gás Natural

- SCGÁS - Companhia de Gás de Santa Catarina S.A.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SCGÁS

Missão

Visão de futuro

Valores

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Ampliar o fornecimento de gás natural para residências, diminuindo assim o risco de acidentes domésticos, pois o gás natural é mais leve que o ar, ou seja, ele se dissipa mais rapidamente em caso de vazamento.
- Disponibilizar gás natural para o comércio e a indústria, contribuindo para uma maior produtividade e para a melhoria dos padrões ambientais, aumentando a competitividade das empresas.
- Ampliar o fornecimento de gás natural para uso veicular, visando reduzir a emissão de dióxido de enxofre e de resíduos do processo de combustão presentes na fumaça.

INDICADORES E METAS

TEMA	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019

DIAGNÓSTICO

A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Celesc, Gaspetro, Mitsui Gás e Infragás. A rede de distribuição da SCGÁS, possuía, em 2007, uma extensão de 685 Km, abrangendo 35 municípios. O número de clientes era de 283 (128 indústrias, 77 Postos GNV- Gás Natural Veicular, 76 segmentos comerciais e 2 segmentos residenciais). A rede atravessa o Estado no



sentido norte/sul, mostrando-se com uma alternativa energética para a frota catarinense e a indústria, sobretudo, para os setores metalmeccânico e têxtil no norte e o cerâmico no sul.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMA	OBJETIVO DO PROGRAMA	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
190 - Expansão do Gás Natural	Ampliar a oferta de gás natural no Estado, através da expansão da rede de distribuição, buscando atender novas regiões e segmentos.	0	197.825.158	197.825.158

4.6 EIXO 4 – CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Este eixo é transversal a todos os outros e tem como fundamento a necessidade de modernizar Santa Catarina e introduzir a inovação na saúde, educação, agricultura, indústria, no comércio e na gestão pública.

Atualmente, o conhecimento tornou-se um dos principais fatores de superação de desigualdades, de agregação de valor, de criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar. A evolução científica e tecnológica tornou o conhecimento e o tempo um importante diferencial competitivo para as organizações públicas e privadas, que reestruturaram seu negócio e também seu ambiente operacional para melhorar a qualidade e competitividade de seus produtos e serviços.

A ação do Estado é fundamental para estimular a concorrência ou promover o progresso técnico, quer na promoção de mudanças estruturais dos setores produtivos, na inserção em mercados internacionais e também na transformação das instituições. Os pilares das políticas de desenvolvimento de Santa Catarina são a integração entre políticas públicas setoriais, de inovação e comércio exterior, com o objetivo de gerar competitividade.

É cada vez mais importante o papel do conhecimento na construção de uma sociedade. Em um mundo globalizado o domínio científico e tecnológico são fundamentais para garantir a inovação, a geração de empregos, o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida.

MACRO-OBJETIVO

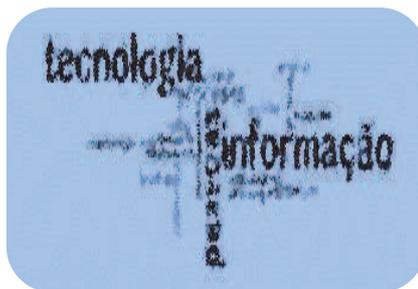
- Fortalecer a capacidade científica e a inovação tecnológica do Estado

ÁREAS DE RESULTADO



PESQUISA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Consolidar o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Disponibilizar novas soluções tecnológicas para o Governo e para os cidadãos



EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ampliar as oportunidades de qualificação acadêmica e profissional da comunidade catarinense



4.6.1 PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

ÁREA DE RESULTADOS

Além de uma educação básica universal de qualidade e de instituições de ensino superior sólidas e integradas às necessidades da sociedade, tornou-se condição fundamental, os investimentos em pesquisa e inovação tecnológica. Para Santa Catarina assegurar uma inserção competitiva na economia brasileira e internacional, diante do atual contexto de desenvolvimento capitalista, o conhecimento e a inovação adquirem papel essencial nesse processo.

A política científica e tecnológica do Estado é basicamente promovida pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC, estando alinhada com a Política Nacional de Ciência e Tecnologia.

O Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação adotou 4 eixos estratégicos:

I - Expansão e consolidação do Sistema Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação buscando a institucionalização, a articulação e a cooperação nacional e internacional, assim como a implementação da Lei Catarinense de Inovação, que visa a capacitação em Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I, o equilíbrio regional e o desenvolvimento econômico sustentável.

II - Pesquisa científica e tecnológica através de suporte financeiro a projetos de pesquisa em novas tecnologias e sobre temas diversos, inclusive sobre políticas públicas; pesquisas em ciências agrárias e meio ambiente; na área de recursos energéticos e fontes alternativas de energia; mudanças climáticas e prevenção de desastres naturais.

III - Inovação e empreendedorismo com apoio ao avanço tecnológico e às inovações nas empresas e outras organizações públicas e privadas, por meio de subvenção a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, capacitação de recursos humanos para a inovação e estímulos à constituição, consolidação e expansão de incubadoras de empresas inovadoras e de parques tecnológicos.

IV - Desenvolvimento social e regional sustentável mediante CT&I, através da priorização de pesquisas relacionadas a temáticas regionais.

A política de fomento à CT&I implementada pela FAPESC tem sido executada por intermédio de parcerias estabelecidas principalmente com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCT/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. Em nível estadual, os recursos são originados com base na Lei Estadual de Inovação que impõe um gasto mínimo de 1% da arrecadação tributária (deduzidas as parcelas dos municípios) para pesquisa tecnológica e mais 1% para pesquisa agropecuária.

Os principais editais foram dirigidos para programas de ciências agrárias, infraestrutura para a pesquisa científica e tecnológica e para a produção. Deve-se mencionar o esforço de consolidação e expansão da Rede Catarinense de CT&I, que conta com 1.941 conexões, como um componente relevante dos programas estaduais.

As 44 unidades de incubadoras e parques tecnológicos (2009) de Santa Catarina representam outro importante e dinâmico componente do sistema, em particular pela difusão de conhecimento e pela sua aplicação econômica. Outro agente do sistema é o setor de tecnologia da informação e comunicação, segmento-ponte importante para a inovação tecnológica em diferentes áreas do conhecimento e setores econômicos, por meio de seu Conselho de Entidades de Tecnologia da Informação e Comunicação (CETIC).

A Fundação CERTI (Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras), localizada no campus da UFSC e gestora do Parque Sapiens é um destacado agente do sistema.

O setor agrícola conta com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, que possui 14 unidades de pesquisa, 4 centros especializados e 2 campos experimentais. Estas unidades estão distribuídas pelo Estado conforme características edafoclimática. Nestas Estações Experimentais há 40 laboratórios para desenvolver trabalhos nas áreas de sementes, solos, água, entomologia, fitopatologia, fisiologia, nutrição animal e vegetal, genética e melhoramento, cultura de tecidos, tecnologia e aplicação de defensivos, enologia, apicultura, imunologia, microbiologia, biologia molecular, sanidade animal, produção de larvas e alevinos e na produção de inseticida biológico.

O SENAI, com mais de 30 unidades de ensino técnico (vários níveis) e extensão tecnológica, constitui-se em outro componente importante do sistema.

Finalmente, entre os entraves do Sistema Catarinense de CT&I, cabe destacar a reduzida quantidade de projetos de longo prazo, a concentração do montante em projetos de demanda espontânea, dispersando recursos; a reduzida oferta de recursos por meio de chamadas públicas destinadas às micro e pequenas empresas e a ausência de foco em pesquisas nas áreas de ciências sociais e humanas.



4.6.2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

ÁREA DE RESULTADO

A institucionalização de um ambiente propício à difusão de inovações científicas e tecnológicas requer a promoção e o fortalecimento da base científica, ou seja, das instituições de ensino e pesquisa. Isto representa o primeiro passo para a constituição de um sistema de inovação forte e coeso.

PRINCIPAIS ATORES DO GOVERNO DO ESTADO EM CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
- Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

Participação social

- Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - CONCITI

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO SC

Missão	Ampliação da atuação estratégica na articulação de grupos de pesquisa, empresas e instituições para pesquisas e inovações em programas e temáticas ligados a funções sociais e econômicas do Governo do Estado.
Visão de futuro	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico no estado de Santa Catarina através do fomento à pesquisa científica, tecnológica e inovação, em todos os níveis, das instituições científicas, dos complexos produtivos, do governo e da sociedade.
Valores	Compromisso, Credibilidade, Efetividade, Excelência, Imparcialidade e Transparência.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Democratizar o conhecimento, popularizando o acesso à ciência, disseminando informações em Ciência, Tecnologia e Inovação e a ampliação da rede de informações.
- Estimular investimentos, desenvolvendo e incorporando novas tecnologias, articulando a base científica local com a industrial e estabelecer vínculos de cooperação técnica e financeira e de apoio aos arranjos produtivos.

INDICADORES E METAS

TEMA	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
	Artigos científicos, apoiados pelo Estado, em revistas internacionais	2014		
	Número de bolsas de estudos concedidas	2014		
	Patentes depositadas	2014		
	Investimentos em ciências e tecnologia	2014		

Quadro de servidores da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
23	0	1	24



PRINCIPAIS PROBLEMAS

Limitações de recursos para pesquisa

Os recursos efetivos alcançam apenas cerca de 40% do orçado.

Plataforma incompleta

Desenvolvimento dos aplicativos da plataforma.

Sistema de indicadores

Desenvolvimento (adequação) dos indicadores de CT&I.

Informatização

Necessidade de informatização completa.

Definições de chamadas públicas, programas e projetos

Maior articulação para definição precisa dos programas a executar.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Pesquisa	Apoiar a realização de pesquisas de caráter científico, tecnológico; pesquisas vinculadas à sustentabilidade socioambiental e à criação de infraestruturas para os pesquisadores.
Difusão Científica e Tecnológica	Apoiar e incentivar a participação e realização de eventos como: feiras, congressos, seminários, palestras, publicações em CT&I no Estado, para o desenvolvimento científico e tecnológico.
Incentivo à Inovação	Implementar programas setoriais focados nas vocações regionais, focar os Arranjos Produtivos Locais - APLs, apoiar a criação de pré-incubadoras de base tecnológica e de parques temáticos de CT&I no estado de Santa Catarina.
Recursos humanos	Incentivar e promover a formação de recursos humanos e a competitividade no ambiente acadêmico e empresarial em áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	Aplicar os recursos destinados à pesquisa científica e tecnológica nos termos do art. 193 da Constituição do Estado, para o equilíbrio regional, para o avanço de todas as áreas do conhecimento, para o desenvolvimento sustentável e a melhoria de qualidade de vida da população catarinense.	528.617.629	47.815.692	576.433.321
346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	Promover e incentivar a tecnologia e a inovação em Santa Catarina através de ações para ampliar o acesso de empreendedores à informações e novas tecnologias, de estímulo financeiro a pequenas empresas de inovação tecnológica e da criação de ambientes de inovação que ofereçam infraestrutura e condições necessárias para a inovação em todos os setores da sociedade catarinense.	35.400.000	0	35.400.000



4.6.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ÁREA DE RESULTADO

UNIDADE EXECUTORA

- Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DO CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Missão	Prover soluções e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação aos clientes.
Visão de futuro	Oferecer produtos e serviços inovadores aos nossos clientes, tornando cada vez mais o Governo conectado às pessoas.
Valores	Confiabilidade na guarda de informações, Comprometimento das pessoas, Unidade e coesão institucional, Respeito às pessoas, Valorização profissional, Qualificação profissional, Respeito aos princípios legais e Responsabilidade social.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Modernizar e aumentar a capacidade de atendimento do Data Center.
- Expandir a rede de Governo do estado de Santa Catarina.
- Disponibilizar novas soluções tecnológicas para o Governo e para os cidadãos.

PRINCIPAIS PROBLEMAS

Dívida junto aos fornecedores

Faltam recursos financeiros para honrar compromissos contratados.

Recursos para investimentos insuficientes

Faltam recursos financeiros para investimentos na infraestrutura tecnológica.

Envelhecimento do quadro de pessoal

Ausência de concurso público para substituição dos técnicos que estão saindo da Empresa.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Data Center SC	Modernizar e aumentar a capacidade de atendimento do Data Center.
Infovia SC	Expandir a rede de Governo.
Inteligência SC	Disponibilizar novas soluções tecnológicas para o Governo e o cidadão.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMA	OBJETIVOS DO PROGRAMA	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
220 - Governança Eletrônica	Identificar processos e estruturas para utilizar as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação. Implementar diretrizes, parâmetros, normas e indicadores que possibilitem a gestão de processos para a otimização dos recursos empregados nos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Governo do Estado.	0	40.000.000	40.000.000

4.6.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR

ÁREA DE RESULTADO

O direito à Educação Superior de qualidade está estabelecido na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/1996 e nos reordenamentos do Plano Nacional de Educação - PNE.

De acordo com o Artigo 44, da LDB, a Educação Superior abrange cursos e programas de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo), de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), de extensão e cursos sequenciais, podendo ser oferecida pelas redes de ensino pública e privada, nas modalidades presencial e a distância.

Fazem parte do Sistema Federal de Educação, as instituições federais criadas por decreto ou lei federal, credenciadas periodicamente pelo Ministério da Educação - MEC, e as instituições privadas de ensino superior, credenciadas e credenciadas periodicamente pelo MEC. As instituições públicas, municipais e estaduais, de ensino superior, são da competência dos Sistemas Estaduais de Educação, que realizam o credenciamento e credenciamento dessas instituições.

PRINCIPAIS ATORES DO GOVERNO DO ESTADO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR

Universidade

- Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Fundos

- Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA UDESC

Missão	Produzir, sistematizar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa e democrática, em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável do estado de Santa Catarina e do País.
Visão de futuro	Ser uma Universidade pública inovadora, de referência nacional e de abrangência estadual, e com ação acadêmica marcada pelo comprometimento e pela responsabilidade social.
Valores	Liberdade de expressão, Transparência, Democracia, Ética, Moralidade e Respeito à dignidade da pessoa e seus direitos fundamentais.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Ampliar, com padrões de qualidade superior e pertinência, as oportunidades de qualificação acadêmica e profissional da comunidade catarinense.
- Consolidar e expandir o ensino de pós-graduação, com excelência, integrado ao ensino de graduação, que desenvolva a cientificidade, o senso crítico e a criatividade nos acadêmicos, pelo exercício da atividade investigativa e de intervenção junto às organizações e à sociedade.
- Fomentar as atividades de pesquisa científica, tecnológica, cultural e artística, visando à inovação e ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, tendo em vista a sua relevância, e promover a sua divulgação e a aplicação dos seus resultados.
- Estabelecer uma relação dinâmica e positiva de reciprocidade entre a comunidade e a Universidade, articulando o conhecimento científico e artístico-cultural com as demandas do entorno social.
- Oportunizar o acesso à educação de qualidade mediante a modalidade de ensino a distância.

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Ensino de Graduação	Cursos nota 5 Enade /Número total de cursos (%)	2014	0,67	0,80
Pós-Graduação	Nº de Dissertações-Teses Defendidas (unidade)	2014	188	250
Pesquisa	Nº de Convênios, cooperação ou contratos de pesquisa com captação de recursos externos (unidade)	2014	29	35



TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Extensão	Nº de Projetos PAEX, Qualquer tempo, ProExt	2014	1.184	2.500
	Público envolvido (Docentes+Discentes+Técnicos+Outros)	2013	2.914	3.500
Educação a Distância	Nº de Alunos matriculados no Ead.	2014	2.084	6.000
	Nº de Cursos Ead.	2014	1	5
	Nº de Polos de Ead.	2014	24	40

Quadro de servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
1608	381	401	2.390

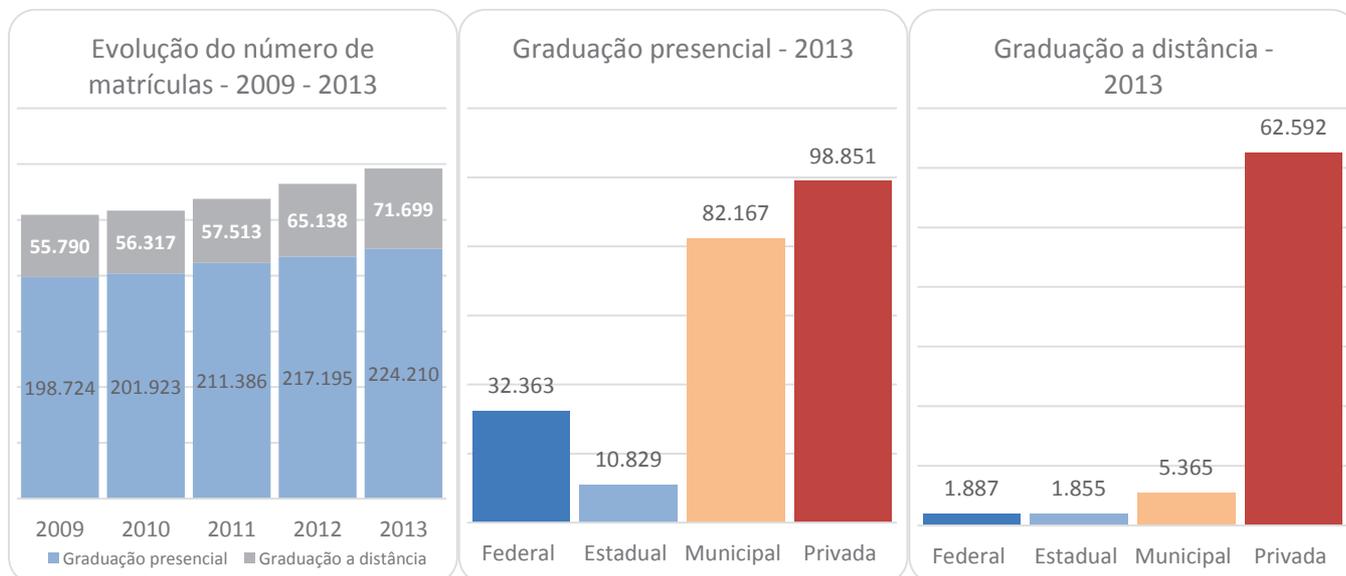
DIAGNÓSTICO SANTA CATARINA – EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Censo da Educação Superior de 2013 contabilizou em Santa Catarina 73 Faculdades, 13 Universidades, 10 Centros Universitários e 2 Institutos Federais, totalizando 98 IES. Deste total, 82,7% das IES pertencem à rede privada e 17,3% à rede pública.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Das 295.909 matrículas nos cursos de graduação, 54,6% são de cobertura da rede privada e 45,4% da rede pública, sendo 75,8% ofertados na modalidade presencial e 24,2% na modalidade a distância.

Da população matriculada na Educação Superior, em 2013, a maioria (55,9%) está na faixa etária recomendada para este nível de ensino (18 a 24 anos), representando 165.357 jovens. Dos 1.349 estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na Educação Superior, a maioria tem deficiência física (453) e baixa visão (451).



O aumento no total de matrículas da graduação é um indicativo de que está ocorrendo a expansão da oferta e mais pessoas estão tendo acesso a este nível de ensino. No entanto, mesmo considerando os avanços legais, a Educação Superior assim como a Educação Básica, ainda apresenta grandes desigualdades na qualidade do ensino, no acesso e na permanência de estudantes.

Em Santa Catarina, dentre os desafios a serem alcançados está a elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 55% e a taxa líquida para 40% da população de 18 a 24 anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias, até o final da vigência deste Plano.



PRINCIPAIS PROBLEMAS

Infraestrutura

Carência de infraestrutura para suportar a expansão da universidade no processo de interiorização.

Contratação

Limites à contratação de técnicos e professores impostos pelo plano de carreira atual e pelo limite de 75% do orçamento.

Aprovação de lei orgânica

Uma lei orgânica definiria a autonomia da Universidade e garantiria o percentual de repasse mínimo.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Ensino de Graduação	Ampliar, com padrões de qualidade superior e pertinência, as oportunidades de qualificação acadêmica e profissional da comunidade catarinense.
Pós-Graduação	Consolidar e expandir o ensino de pós-graduação, com excelência, integrado ao ensino de graduação, que desenvolva a cientificidade, o senso crítico e a criatividade nos acadêmicos, pelo exercício da atividade investigativa e de intervenção junto às organizações e à sociedade.
Pesquisa	Fomentar as atividades de pesquisa científica, tecnológica, cultural e artística, visando à inovação e ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, tendo em vista a sua relevância, e promover a sua divulgação e a aplicação dos seus resultados.
Extensão	Estabelecer uma relação dinâmica e positiva de reciprocidade entre a comunidade e a Universidade, articulando o conhecimento científico e artístico-cultural com as demandas do entorno social.
Educação a Distância	Oportunizar o acesso à educação de qualidade mediante a modalidade de ensino a distância.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMA	OBJETIVO DO PROGRAMA	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
630 - Gestão do Ensino Superior	Possibilitar a gestão e o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa, Extensão, Ciência e Tecnologia e Administração do Ensino Superior no estado de Santa Catarina.	1.089.601.828	253.161.057	1.342.762.885

4.7 EIXO 5 - QUALIDADE AMBIENTAL

Elemento transversal em todas as políticas de governo, a dimensão ambiental orienta as escolhas para que o desenvolvimento se dê com justiça social, integrando as ações de forma a superar as situações de ameaça aos ecossistemas e reafirmar o objetivo do Governo estadual de promover o desenvolvimento econômico e social com respeito ao meio ambiente.

O crescimento econômico e a expansão urbana têm impactos ambientais que colocam em risco um processo sustentável de desenvolvimento. Através da atividade econômica, exploram-se recursos naturais e emitem-se elementos poluentes, o que exige medidas de racionalização do uso dos recursos naturais não renováveis e de proteção do ambiente, promovendo a sua valorização. A expansão urbana difusa e desordenada desperdiça solos, desvitaliza os centros das cidades e cria necessidades de comutação geradoras de congestionamentos e de externalidades negativas, nomeadamente as ambientais.

A ação do Governo do Estado na área de preservação ambiental objetiva reduzir o desperdício no consumo de recursos naturais (notadamente água e energia) e a geração de resíduos (de lixo e gases de efeito estufa), bem como no estímulo a boas práticas ambientais através da gestão do governo e na implementação das políticas públicas. Estas ações vão contribuir para a melhoria da competitividade do setor produtivo e desonerar o Estado, especialmente o sistema de saúde. Neste sentido, a agenda para os próximos 4 anos concilia métodos de proteção ambiental, justiça social, eficiência econômica e geração de emprego e renda.

Qualidade ambiental é um conjunto de propriedades e características do ambiente, generalizada ou local, uma vez que afeta tanto o ser humano como outros organismos desse ambiente. Refere-se a características que dizem respeito tanto ao ambiente natural como ao ambiente construído, como a qualidade do ar e qualidade da água ou do nível geral de poluição, características essas que podem ser prejudiciais ao ser humano, direta ou indiretamente.

MACRO-OBJETIVO

- Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos

ÁREAS DE RESULTADO



GESTÃO AMBIENTAL



CONTROLE DE DESASTRES

Prevenir desastres e mitigar impactos



SANEAMENTO BÁSICO

Universalizar os serviços de saneamento básico

4.7.1 GESTÃO AMBIENTAL**ÁREA DE RESULTADO**

O conceito de gestão ambiental diz respeito à administração, pelo governo, do uso dos recursos ambientais, por meio de ações ou medidas econômicas, investimentos e providências institucionais e jurídicas, com a finalidade de manter ou recuperar a qualidade do meio ambiente, assegurar a produtividade dos recursos e o desenvolvimento social.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
- Fundação do Meio Ambiente
- Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos
- Fundo Estadual de Saneamento
- Fundo de Água e Esgoto
- Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas
- Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais

Participação social

- Conselho Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina - Consema/SC
- Conselho Estadual de Combate à Pirataria de Santa Catarina - Cecop/SC
- Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Santa Catarina - Ciea/SC
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Cerh
- Fórum Estadual Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e dos Empreendedores Individuais do Estado de Santa Catarina
- Fórum Catarinense de Mudanças Climáticas Globais - FCMCG

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Missão	Promover o desenvolvimento econômico sustentável em Santa Catarina por meio da definição, coordenação e implementação de políticas públicas alinhadas ao contexto do microempreendedor, da ciência e tecnologia e do meio ambiente.
Visão de futuro	Ser referência na elaboração de políticas públicas estaduais com ênfase no desenvolvimento econômico sustentável, compreendendo: recursos hídricos, meio ambiente, mudanças climáticas, pagamento de serviços ambientais e saneamento.
Valores	Compromisso, Servir à Sociedade, Inovação, Transformação, Responsabilidade Social, Transparência e Publicidade.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

Missão	Proteger o meio ambiente e melhorar a qualidade ambiental. Implementar políticas públicas de meio ambiente, no âmbito da competência estadual, nos termos das Constituições da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina.
Visão de futuro	Ser referência nacional em matéria de meio ambiente. Ter credibilidade e ser reconhecida pela sociedade como um órgão desburocratizado, célere, moderno, inovador, tecnológico, organizado, acessível, transparente, responsável, efetivo, imparcial, de conduta ética e fonte de excelência em matéria de meio ambiente, tecnologia da informação e administração.
Valores	Desburocratização, Celeridade, Modernidade, Inovação, Organização, Acessibilidade e Transparência, Responsabilidade Socioambiental, Efetividade, Imparcialidade, Ética e Excelência.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Aumentar a eficiência dos órgãos reguladores ambientais e fortalecer os instrumentos de planejamento e da gestão ambiental.
- Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- Desenvolver metodologias e instrumentalização para o gerenciamento dos recursos hídricos e controle da poluição industrial.
- Desenvolver instrumentos de planejamento e gestão ambiental em apoio ao desenvolvimento sustentável.
- Aperfeiçoar o sistema de licenciamento ambiental.

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Recursos Hídricos	Quantidade de usuários outorgados para o uso de recursos hídricos (%)	2015	30,0	70,0
	Comitês existentes x Comitês atuantes (%)	2014	80,0	100,0
Mudanças Climáticas	Hectares conservados (ha)	2014	0	1.000
Gestão Ambiental	Tempo médio para a obtenção de licenças ambientais	2014		

Quadro de servidores da Fundação do Meio Ambiente

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
352	0	87	439

DIAGNÓSTICO SANTA CATARINA – GESTÃO AMBIENTAL

Uma política ambiental de Estado deve promover o desenvolvimento econômico e social com equilíbrio ambiental. Não pode, portanto, restringir-se apenas ao fortalecimento dos órgãos ambientais ou de setores como a agricultura e o meio ambiente. Deve integrar políticas de Ciência e Tecnologia, de Infraestrutura, de Educação e a própria gestão pública como estratégia única, transversal e com o envolvimento e compromisso da sociedade.

A educação ambiental junto às escolas, à comunidade e ao setor produtivo deve buscar uma nova consciência e atitude para com os problemas locais. Além desta integração, faz-se necessário implantar uma política que esteja presente dentro de todo o governo, nas secretarias e empresas estatais, onde toda a ação pública seja pautada por princípios de sustentabilidade.

Esforços serão feitos para elaborar projetos para prevenir, reduzir ou eliminar a poluição das águas e a deterioração das matas e do solo. Entre os esforços a serem contemplados inclui-se reduzir o impacto ambiental adverso da atividade agrícola; controlar a destruição de florestas via o incentivo ao exercício legítimo de atividades geradoras de renda; combater mudanças climáticas através de um sistema de metas para estabilizar as concentrações de gás que contribuem para o efeito estufa.

A complexidade dos sistemas hídricos no estado de Santa Catarina que apresenta alternâncias entre excessos e deficiências hídricas. A escassez de água tem sido um dos principais constrangimentos para as atividades produtivas. As recorrentes inundações que sofrem várias regiões do nosso território têm produzido um enorme impacto sobre a produção e, sobretudo, para a população de Santa Catarina.

Nesta área de resultado é necessário um sistema integrado de gestão de recursos hídricos para desenvolver a gestão da informação; a pesquisa sobre a água; atividades de manejo da terra, assim como a promoção de ações destinadas a estabelecer mecanismos de coordenação e cooperação institucional no âmbito de uma gestão integrada dos recursos hídricos.

PRINCIPAIS PROBLEMAS**Uso inadequado da água**

Excesso de captação, desperdício e contaminação da água.

Conflitos entre usuários de água nas Bacias Hidrográficas de SC

Em cada Bacia Hidrográfica existem diversos usuários e os Comitês de Bacias possuem a atribuição de gerenciar esses usuários de modo a evitar conflitos entre eles.

Falta de acesso quanto à formalização e apoio técnico e financeiro de entidades do terceiro setor de baixa renda

Muitas entidades atuam de maneira informal não possuindo capacidade de endividamento, dificultando o acesso à crédito.

Desequilíbrio no uso de recursos naturais

Dificuldade em se manter provisão de serviços ambientais como provisão de água, biodiversidade, regulação do clima e redução dos riscos de desastres naturais.

Falta de crédito acessível para o microempreendedor individual

Inexistência de crédito para este porte de empresa que viabilize o capital de giro sem descapitalização, com altas taxas de juros.

Crime Ambiental

Danos ou prejuízos causados aos elementos que compõem o ambiente: flora, fauna, recursos naturais e o patrimônio cultural.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Recursos Hídricos	Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de regulação e gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.
	Controlar os Recursos Hídricos do Estado para amenizar conflitos ou uso irregular da água, através da Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, com vistas a disponibilizar quantidade e qualidade deste recurso para a sociedade.
	Resolver conflitos de usuários de recursos hídricos através dos Comitês de Bacias.
Desenvolvimento Econômico Sustentável	Revitalizar a economia catarinense através do Programa Economia Verde Solidária que visa apoiar técnica e financeiramente entidades do terceiro setor de baixa renda.
	Injetar recursos financeiros a juro zero e fornecer orientação técnica à Base da Economia Catarinense, ação vinculada ao Programa de Revitalização da Economia Catarinense.
	SC + Energia.
Ciência, Tecnologia e Inovação	Polos de Inovação.
Saneamento e Meio Ambiente	Educação Ambiental + Resíduos Sólidos + Recursos Minerais.
Mudanças Climáticas	Conservar áreas naturais estratégicas no Estado de SC.
Gestão Ambiental Estratégica	Apoiar o estudo, desenvolvimento e execução de programas e projetos que visem à conservação, a recuperação e melhoria da qualidade ambiental.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	Garantir a sustentabilidade dos diversos ecossistemas em sua integração para o desenvolvimento sustentado. Melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.	20.350.623	23.393.731	43.744.354



PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
348 - Gestão Ambiental Estratégica	Realizar a gestão estratégica dos recursos naturais de Santa Catarina unindo a preservação ambiental com as demandas de crescimento econômico do Estado. Elaborar, a partir de dados sobre características ambientais de cada região e da identificação das principais fontes emissoras de poluição, orientações sobre como fomentar a geração de trabalho e renda local mantendo o equilíbrio dos ecossistemas.	32.107.000	3.200.000	35.307.000
350 - Gestão dos Recursos Hídricos	Administrar as águas catarinenses para que todos os usuários possam utilizá-la com qualidade e quantidade satisfatórias para atendimento aos vários usos. Preservar e conservar a água. Gerir de forma efetiva o direito aos recursos hídricos que compatibilize os múltiplos interesses dos usuários de água. Atuar preventiva e efetivamente no controle de cheias e de vazão de águas no Estado.	78.484.996	131.200.000	209.684.996



4.7.2 CONTROLE DE DESASTRES

ÁREA DE RESULTADO

A atuação da defesa civil tem o objetivo de minorar o efeito dos desastres e compreender ações de prevenção, de preparação para emergências e desastres, de resposta aos desastres e de reconstrução, e se dá de forma multissetorial e nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal - com ampla participação da comunidade.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado da Defesa Civil
- Fundo Estadual da Defesa Civil

Participação social

- Conselho Estadual de Defesa Civil

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL

Missão	Coordenar e articular ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, evitando ou mitigando desastres, com o propósito de proteger a vida e o patrimônio do cidadão catarinense estabelecendo uma sociedade mais resiliente.
Visão de futuro	Ser uma instituição de excelência na emissão de alertas, articulação e coordenação de ações de proteção e defesa civil.
Valores	Assertividade, Eficiência, Eficácia, Confiabilidade, Comprometimento, Cooperação, Coordenação, Disponibilidade, Ética, Impessoalidade, Inovação e Proatividade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Ampliar e aperfeiçoar a rede de monitoramento de eventos extremos climáticos. Desenvolver sistemas tecnológicos integrados para a prevenção e controle de enchentes.
- Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública.
- Prevenir e dar resposta aos danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos.

INDICADORES E METAS

TEMA	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
	A definir			

Quadro de servidores da Secretaria de Estado da Defesa Civil

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
40	0	1	41



PRINCIPAIS PROBLEMAS

Ausência de Manual de Operação, Manutenção e Inspeção das Barragens

Falta elaborar o Manual de Operação, Manutenção e Inspeção - OMI das barragens Norte (José Boiteux), Oeste (Taió) e Sul (Ituporanga), conforme disposto no item 6.1 do Manual de Segurança e inspeção de Barragens, editado pelo Ministério da Integração Nacional - MI.

Ausência de Regularização das Áreas das Barragens Norte, Oeste e Sul

Falta regularizar a propriedade das Barragens Norte (José Boiteux), Oeste (Taió) e Sul (Ituporanga) em favor do estado de Santa Catarina ou a administração destas pela Secretaria de Estado da Defesa Civil.

Ausência do Plano de Segurança das Barragens Norte, Oeste e Sul

Falta elaborar o Plano de Segurança das Barragens Norte (José Boiteux), Oeste (Taió) e Sul.

Ausência de Relatório de Segurança das Barragens

Falta elaborar periodicamente os Relatórios de Segurança Regular das Barragens Norte (José Boiteux), Oeste (Taió) e Sul (Ituporanga), conforme dispõe o art. 9º, parag. 1º e 17, VIII, da Lei nº 12.334/2010, c/c o item 6 do Manual de Segurança e Inspeção de Barragens, editado pelo Ministério da Integração Nacional.

Carência na Manutenção das barragens Norte, Oeste e Sul

Ausência de ações de manutenção contidas nos relatórios de inspeção de segurança das barragens, previstas no art. 9º parag. 3º, da Lei nº 12.334/10.

COMPDECs desestruturadas

Ausência de planos de contingência municipais, com base no art. 66-A, IV, da Lei Complementar (estadual) nº 381/07.

Falta de apoio aos municípios catarinenses incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos na elaboração dos documentos constantes do art. 3º-A, parag. 2º. I, II, III, V, da Lei nº 12.340/2010, em atendimento ao disposto no parág. 3º do art. 3º-A da Lei nº 12.340/10, alterada pela Lei nº 12.608/12.

Rede de monitoramento e alerta desestruturada (insuficiente)

Falta elaborar e executar o plano de ações para ampliar e modernizar a rede de monitoramento e alerta do Estado, em articulação com a SDS, EPAGRI e outras instituições pertinentes, baseado no diagnóstico de redes de estações hidrometeorológicas do Estado.

Falta definir cronograma, as ações e responsabilidades da Proposta do Sistema de Monitoramento e Alerta e implementá-la, estabelecendo e formalizando as parcerias necessárias à sua execução.

Ausência de cobertura da totalidade do território catarinense com radares meteorológicos, próprios ou de terceiros, que propiciem imagens que permitam estimar quantitativamente as precipitações, possibilitando a previsão de curtíssimo prazo.

Falta planejar, instalar e garantir a operação da rede de estações hidrológicas e meteorológicas evitando a redundância de comunicação.

Falta apoio financeiro para a manutenção de estações hidrológicas e meteorológicas da rede estadual de monitoramento e alerta mantidas pela EPAGRI, com o objetivo de que todas possuam programa de manutenção preventiva.

Programa de Produtos Perigosos desestruturado

Falta intensificar ações de coordenação das fiscalizações do transporte de produtos perigosos.

Baixa aplicação de recursos em ações preventivas em defesa civil

Falta estudos e pesquisas sobre riscos e desastres, com vistas a prevenir e minimizar os efeitos dos desastres naturais hidrológicos nas regiões norte e sul catarinenses, em atendimento ao disposto no art. 66-A, II, da Lei Complementar (estadual) nº 381/2007.

Baixa execução orçamentária das obras preventivas de alta complexidade

Falta intensificar as ações estruturais de defesa civil contidas no estudo técnico da Secretaria de Estado da Defesa Civil realizado nas cidades consideradas prioritárias pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal.

Falta intensificar as ações de defesa civil previstas no Pacto por Santa Catarina dentro do cronograma apresentado.



Falta elaborar e implementar planos, programas e projetos para prevenção e minimização de desastres naturais hidrológicos nas regiões Norte e Sul catarinenses, em atendimento ao disposto no art. 66-A, III, da Lei Complementar estadual nº 381/07.

Ausência de planos, sistemas, estudos e projetos em defesa civil

Falta instituir o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil, em atendimento ao disposto no art. 7º, III e parágrafo único, da Lei nº 12608/2012.

Falta elaborar o Plano de Contingência Estadual, de forma a atender o art. 66-A, III e IV, da Lei Complementar (estadual) nº 381/07.

Falta elaborar os Planos Diretores de Prevenção de Bacias Hidrográficas em articulação com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Falta elaborar estudo técnico apontando as ações estruturais de defesa civil a serem realizadas nas cidades consideradas prioritárias pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal, mas não abrangidas pelas ações do Pacto por Santa Catarina.

Falta instituir e implementar um protocolo unificado de monitoramento e alerta entre SDC, SDS e EPAGRI.

Ainda não definida a escala de criticidades, incluindo as respectivas responsabilidades e ações para cada tipo de evento adverso, entre SDC, SDS e EPAGRI.

Agentes de defesa civil com baixo nível de capacitação

Falta intensificar a capacitação de agentes públicos de outros órgãos em gestão de risco e desastres, operação das ferramentas para emissão de alerta, gerenciamento dos planos de contingência, planos de ação emergencial e gestão integrada do Grupo de Ações Coordenadas em Defesa Civil.

Dificuldades na Execução das Ações de Socorro e Assistência Humanitária em Defesa Civil

Recebimento de informação inconsistente sobre danos e prejuízos logo após a ocorrência do evento, devido à necessidade de alcançar índices mínimos (IN1/2012) para homologar a Situação de Emergência - SE ou Estado de Calamidade Pública - ECP e o município ser atendido com Itens de Assistência Humanitária -IAH.

Dificuldades na Execução das Ações de Reabilitação e Recuperação em Defesa Civil

Desconhecimento por parte dos municípios dos múltiplos modelos de documentos específicos para solicitar cada tipo de ação, tanto estadual quanto federal.

Estrutura funcional insuficiente

A Secretaria não dispõe de quadro de cargos e salários, na verdade, há duas servidoras efetivas, mas que estão cedidas para outros órgãos.

Falta de implementação de um plano de capacitação dos servidores

Devido à insuficiência de profissionais não há possibilidade de implementar um plano de capacitação.

Baixa remuneração dos servidores

Faixa remuneratória abaixo da média dos demais servidores.

Estrutura tecnológica e de TI insuficientes

Equipamentos obsoletos que necessitam ser substituídos a fim de tornar o trabalho mais eficiente.

**ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO**

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Gestão de Recursos Hídricos	Reformar, manter e conservar as barragens.
Prevenção e Preparação para Desastres	Criar e estruturar as Unidades de Proteção e Defesa Civil.
	Ampliar, modernizar e conservar a rede de monitoramento e alerta.
	Apoiar a Gestão de Produtos Perigosos.
	Promover ações preventivas em Defesa Civil.
Resposta aos Desastres e Recuperação	Promover ações de Socorro e Assistência Humanitária.
	Promover ações de Reabilitação e Recuperação em Defesa Civil.
Gestão de Riscos e Redução de Desastres	Contratar consultorias, estudos e projetos em Defesa Civil.
	Promover a Educação Continuada em Proteção e Defesa Civil.
	Adquirir, atualizar e manter os Sistemas de Inteligência em Proteção e Defesa Civil.
Gestão Administrativa	Construir, ampliar e reformar prédios e instalações de Proteção e Defesa Civil.
	Administrar e manter os serviços administrativos gerais.
	Preservar e modernizar os serviços de tecnologia da informação e comunicação.
	Capacitar profissionalmente os agentes públicos.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
730 - Prevenção e Preparação para Desastres	Prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos. Prevenir e/ou minimizar os efeitos de desastres, através da análise de risco, de implementação de medidas estruturais e não estruturais, como o sistema de monitoramento alerta e alarme. Otimizar as ações preventivas.	534.274.766	37.000.000	571.274.766
731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	Identificar e analisar os riscos. Adotar medidas não estruturas com implantação de planos preventivos de proteção e defesa civil. Informar e capacitar o público para prevenção e autodefesa.	13.100.000	33.560.000	46.660.000
735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	Coordenar e apoiar ações de salvamento, assistência e reabilitação de cidades catarinenses, vítimas da ação de eventos adversos, com danos superiores à sua capacidade local de resposta. Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, nos casos de situação de emergência e estado de calamidade.	12.000.000	76.450.000	88.450.000

4.7.3 SANEAMENTO BÁSICO**ÁREA DE RESULTADO**

Saneamento básico é o conjunto de medidas que visam preservar ou modificar as condições do meio ambiente, com finalidade de prevenir doenças e promover a saúde. O Sistema de Saneamento Básico de um município ou região é fundamental para a salubridade ambiental e para a qualidade de vida da população, estando estreitamente relacionada com esta.

A política estadual de saneamento tem como objetivos garantir a universalidade do abastecimento de água a toda a população do Estado: coletar e tratar os esgotos de maneira a eliminar os focos de degradação ambiental e sanitária nas aglomerações urbanas, especialmente nas áreas de proteção a mananciais; controlar as inundações urbanas e eliminar os depósitos precários de lixo, com ênfase nas áreas de maior vulnerabilidade social. As ações serão articuladas com os municípios para promover a modernização tecnológica e gerencial dos serviços, seu planejamento e regulação independente da prestação.

UNIDADE EXECUTORA

- Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S/A

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A

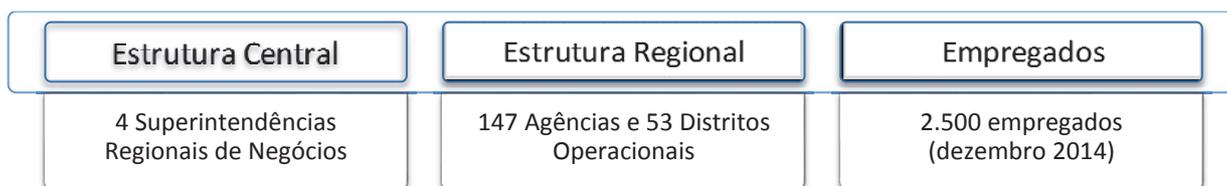
Missão	Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.
Visão de futuro	
Valores	

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Ampliar e melhorar os sistemas de abastecimento de água visando a segurança e qualidade nos serviços.
- Ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos.

INDICADORES E METAS

TEMAS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
Esgoto	Taxa de cobertura das redes de esgoto	2014	22	37,0
Abastecimento de água	Taxa de cobertura da rede de abastecimento de água	2014	98,5	100,0
Lixo	Taxa de cobertura da coleta de resíduos sólidos domiciliares em relação à população urbana	2014	89,6	95,0

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CASAN

**ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Sistemas de Abastecimento de Água	Localidades Atendidas	Ligações
248 Sistemas	198 Sedes Municipais, 47 Distritos e 75 Vilas	750.565 ligações e 1.059.274 economias

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Sistemas de Esgotamento Sanitário	Municípios Atendidos	Ligações
35 Sistemas	16 municípios atendidos	71.022 ligações e 204.771 economias

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
360 - Abastecimento de Água	Ampliar e melhorar o sistema de abastecimento de água visando a segurança e qualidade nos serviços.	22.988.000	636.224.948	659.212.948
365 - Esgoto Sanitário	Ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos.	0	910.564.455	910.564.455
370 - Modernização da CASAN	Programas de Apoio para modernização da Companhia e suporte aos projetos de saneamento.	0	572.756.206	572.756.206

4.8 EIXO 6 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Ampliar a capacidade em ofertar mais e melhores serviços à sociedade catarinense e promover o desenvolvimento do Estado.

Ter um corpo de servidores públicos habilitados e motivados à prestação de melhores serviços à sociedade, incluindo gestores profissionais e competentes, e um modelo de gestão que privilegie as relações Governo – Estado – Sociedade, com mais transparência por parte das organizações públicas e maior envolvimento da sociedade na formulação e monitoramento das políticas públicas.

A eficiência na gestão pública e a qualidade do gasto público não representam objetivos em si, mas premissas para uma gestão moderna e responsável. Mediante o aperfeiçoamento da gestão e melhor eficiência no gasto, o governo estadual poderá alocar mais recursos para os investimentos sociais e para a infraestrutura, o que permitirá melhorar a qualidade de vida das pessoas e a competitividade da economia catarinense. A diretriz básica nessa área consistirá em consolidar uma mudança cultural na gestão do Estado catarinense, deslocando o foco dos meios para os resultados.

O PPA se constituirá num instrumento de controle e informação ao cidadão sobre as decisões do Governo, de promoção e de transparência nas ações e de acompanhamento do atendimento às prioridades e demandas dos diferentes segmentos da sociedade, nas diferentes regiões do Estado. A redução de custos da máquina governamental e o monitoramento e controle de indicadores de eficiência, de eficácia e de efetividade serão fundamentais para avaliar e aperfeiçoar o desempenho do setor público.

Com respeito à melhoria e modernização das organizações do Estado, deve-se buscar o aumento da eficácia, eficiência e efetividade governamentais, resultando em mais e melhores serviços públicos com menos e menores custos. Nesse sentido, serão aperfeiçoados e ampliados os esforços para a implementação de mecanismos que permitam avaliar e responsabilizar os serviços, ações e programas do Estado por seus resultados. Destaca-se que todos os órgãos e entidades públicas terão um importante papel como agentes impulsionadores de modernas práticas de gestão para elevar os resultados da Administração Pública em benefício do bem-estar dos cidadãos

MACRO-OBJETIVO

- Ampliar a capacidade do setor público em ofertar mais e melhores serviços à sociedade catarinense

ÁREAS DE RESULTADO



PLANEJAMENTO

Promover o planejamento integrado das ações de governo e aperfeiçoar a gestão pública



GESTÃO FISCAL

Buscar a excelência na política fiscal e o maior bem-estar da população



GESTÃO DE PESSOAS



GESTÃO PREVIDENCIÁRIA



COMUNICAÇÃO

Fomentar o acesso da população a essas informações



4.8.1 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ÁREA DE RESULTADO

O planejamento governamental corresponde ao processo de escolha de meios e objetivos para resolver problemas socialmente identificados em determinado contexto. Por meio dessa ferramenta pretende-se evitar que as intervenções do Estado na sociedade sejam determinadas por circunstâncias fortuitas ou externas, mas sim, que sejam fruto de decisões previamente estabelecidas.

Para viabilizar o planejamento, o Estado utiliza instrumentos dispostos em lei. A Constituição Federal estabelece que o planejamento do setor público brasileiro deva ser consolidado a partir de três instrumentos: o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei de Orçamento Anual - LOA. Estas três leis estabelecem o planejamento de médio e curto prazo do setor público.

Quanto ao planejamento de longo prazo, o estado de Santa Catarina elaborou o Plano Catarinense de Desenvolvimento (PCD) tendo como objetivo a reintrodução na Administração Pública Estadual do processo de planejamento de longo prazo. A primeira e única edição retrata o período de 2006-2015, a partir de uma visão de futuro estabelecida para um horizonte de 10 anos.

Atualmente, a Secretaria de Estado do Planejamento está trabalhando no desenvolvimento de proposta de metodologia a ser utilizada na construção de um plano de desenvolvimento de longo prazo para o Estado, com horizonte temporal em 2030.

A partir das diretrizes de longo prazo expressas no Plano Catarinense de Desenvolvimento - PCD, o Plano Plurianual - PPA é o instrumento normatizador do planejamento da administração pública de médio prazo, traduzindo o escopo de atuação do Estado para um período de quatro anos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece quais programas e ações do PPA serão prioridade, bem como as regras para a elaboração do orçamento e as metas fiscais (projeção da receitas e despesas totais) para os próximos três anos. O projeto de lei de diretrizes orçamentárias é anual, e deve ser enviado à Assembleia Legislativa pelo Poder Executivo, até o dia 15 de abril de cada ano.

Na sequência, há a necessidade de se especificar os recursos que irão financiar cada ação e as respectivas despesas. Esta especificação é elaborada por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), que tem por função básica detalhar os valores (receitas e despesas) definidos para o conjunto de programas e ações do PPA. Essa lei deve ser elaborada pelo Poder Executivo e encaminhada ao Poder Legislativo para aprovação até o dia 30 de setembro de cada ano.

É de grande importância fortalecer o processo de planejamento governamental nesta conjuntura de grandes transformações e expectativas, decorrentes de fatores de diversas dimensões, que influenciam acentuadamente as forças motrizes que induzem ao desenvolvimento estadual.

Por isso, constitui-se prioridade a reestruturação do processo de planejamento governamental e dos instrumentos institucionais capazes de dar respostas rápidas e eficientes aos desafios que se apresentam, tanto para o governo como para as empresas e pessoas, para construir um Estado mais forte e coeso.

PLANO PLURIANUAL (PPA) E ORÇAMENTO ANUAL

O Plano Plurianual é o instrumento legítimo para viabilizar a execução das diretrizes e estratégias propostas pelo Governo. É papel do Governo do Estado criar as condições de sinergia entre os diversos atores sociais, fundamentando-se numa diretriz política de planejamento e formulada a partir de uma aliança que congregue os distintos grupos atuantes nessas diferentes dimensões, cujo objetivo é instituir um pacto e um projeto articulado para o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 se constitui como uma oportunidade de formalizar uma estratégia de desenvolvimento sustentável, capaz de enfrentar os grandes desafios impostos e de aproveitar as grandes oportunidades disponíveis.

UNIDADE EXECUTORA

Planejamento de curto e médio prazo

- Secretaria de Estado da Fazenda

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Qualificar os Planos Plurianuais (PPAs) através de uma maior convergência entre o documento estadual e o federal, e estes, com os municipais, e construir uma agenda para articular as ações das 3 esferas de governo.
- Articular as políticas e os programas públicos das diferentes áreas de atuação e nas diferentes regiões, buscando as complementariedades e potencializando a ação governamental.
- Assegurar que o monitoramento e a avaliação sejam instrumentos utilizados pela Administração Pública Estadual como ferramentas gerenciais para a melhoria da qualidade das ações, para a tomada de decisão e para a alocação dos recursos no Plano e nos Orçamentos anuais.
- Aprimorar o processo de elaboração e acompanhamento orçamentário com vistas à regionalização do Orçamento do Estado.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Reestruturação do Processo de Planejamento	Aprimorar a função de planejamento do Estado, contribuindo para incrementar o nível de integração dos processos do PPA, da LDO e LOA. Qualificar a formulação e a elaboração de programas e aperfeiçoar o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas. Prever a revisão anual do PPA no sentido de incorporar o conhecimento mais atualizado sobre a realidade socioeconômica de Santa Catarina para avaliar a necessidade de adequação dos programas e ações.
Planejamento e Orçamento por Resultado	Melhorar a eficiência e a efetividade das despesas públicas através do uso sistemático de informações de resultado para relacionar o financiamento das entidades do setor público conforme o desempenho alcançado.
Regionalização do Planejamento e Orçamento	Avançar no controle e na transparência sobre a distribuição espacial dos recursos públicos, e contribuir para reforçar a ótica de resultados nos processos decisórios sobre a alocação desses recursos e o monitoramento de seus impactos.
Monitoramento e Avaliação dos Projetos e do Plano Plurianual	Assegurar que o monitoramento e a avaliação sejam instrumentos utilizados pela Administração Pública Estadual, como ferramentas gerenciais para a melhoria da qualidade das ações, para a tomada de decisão e para a alocação dos recursos no Plano e nos Orçamentos anuais.

PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO**UNIDADE EXECUTORA**

- Secretaria de Estado do Planejamento

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Missão	Coordenar os processos de planejamento e de gestão de informações estratégicas em apoio às políticas e programas de desenvolvimento territorial equilibrado.
Visão de futuro	Ser referência nos processos de planejamento e de gestão de informações para a promoção do desenvolvimento territorial equilibrado.
Valores	Comprometimento, Ética, Profissionalismo, Transparência, Valorização Profissional, Melhoria Contínua, Inovação, Sustentabilidade e Proatividade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Fortalecer a estrutura descentralizada em seu papel de planejamento do desenvolvimento territorial e de aumento da participação social.
- Prospectar oportunidades e desafios para o desenvolvimento do Estado num horizonte de longo prazo.
- Coordenar a elaboração de um plano de desenvolvimento de longo prazo para Santa Catarina - definir um conjunto de ações e projetos estruturantes, tanto públicos quanto privados, necessários para conduzir Santa Catarina a patamares mais elevados de desenvolvimento.
- Coletar, tratar e divulgar informações de natureza social, econômica e ambiental.

Quadro de servidores da Secretaria de Estado do Planejamento

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
66	0	22	88

PRINCIPAIS PROBLEMAS**Ausência de política estadual de desenvolvimento regional**

Inexistência de política estadual de desenvolvimento regional que fomente ações setoriais específicas para este fim.

Ausência de clareza nas orientações estratégicas de governo

Orientações estratégicas de governo para a função de planejamento não estão suficientemente claras.

Fragilidade da SPG como núcleo central de informações estratégicas

A SPG não está consolidada como núcleo central e de referência na produção e disponibilização de informações estatísticas, geográficas e cartográficas, no âmbito da Administração Pública Estadual.

Carência de políticas organizacionais bem definidas

Não há atribuição direta para que a SPG atue junto aos órgãos sobre o tema.

Fragilidade da SPG como núcleo central de planejamento estratégico

A SPG não está consolidada como núcleo central e de referência na coordenação do processo de planejamento estratégico, no âmbito da Administração Pública Estadual.



Dificuldade para implantação de programas de planejamento territorial

Tanto costeiro quanto interior e sua compatibilização com os planos diretores municipais através da definição de um marco regulatório.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Desenvolvimento Territorial / Regional	Coordenar o processo de construção e implementação da política estadual de desenvolvimento regional.
	Coordenar a construção de normas que regulamentem a implantação de programas de planejamento territorial.
Planejamento	Construir, de forma participativa, o novo “Plano Estratégico de Desenvolvimento Estadual”.
Informações Estratégicas	Consolidar a SPG como núcleo central de referência na produção e disponibilização de informações estratégicas.
Gestão	Estabelecer/propor, de forma clara, políticas organizacionais para atuação da SPG como órgão sistêmico de gestão.
Planejamento	Consolidar a SPG como núcleo central e referência na coordenação do processo de planejamento estratégico.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	Promover e realizar estudos e projetos de apoio ao planejamento da ação governamental e difundir informações estratégicas.	38.800.000	1.500.000	40.300.000
825 - Formação de Gestores Públicos	Desenvolver Cursos (Ciclo Longo) e Cursos (Ciclo Curto), capacitar servidores e funcionários públicos dos diversos Órgãos / Entes Públicos nas diversas esferas, com vistas ao Resultado, à Cidadania e à prestação de serviços com eficiência à Sociedade Catarinense.	991.000	5.173.350	6.164.350
208 - Planejamento Estratégico e Gestão de Informações	Coordenar o processo de planejamento governamental por meio da gestão de informações estratégicas.	16.801.145	0	16.801.145
209 - Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais	Promover a articulação e a integração dos planos e dos programas de desenvolvimento em âmbito federal, estadual e municipal com ênfase na diminuição das desigualdades regionais.	5.620.000	0	5.620.000

4.8.2 COMUNICAÇÃO**ÁREA DE RESULTADO**

Dinamizar a comunicação conferindo seu caráter estratégico e permitindo ao governo a capacidade de intercambiar conhecimento, dialogar com a sociedade e prestar contas ao cidadão.

UNIDADE EXECUTORA

- Secretaria de Estado da Comunicação

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO

Missão	Prestar informação útil à população, coordenando serviços de imprensa, relações públicas, comunicação e informações das atividades governamentais.
Visão de futuro	Ser reconhecida pela capacidade de agregar valor com as soluções que propõe.
Valores	Amor à profissão, Aprimoramento, Transparência e Respeito ao indivíduo.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Dar publicidade aos atos do Governo, fomentando o acesso da população às informações.
- Integrar as ações de comunicação dos Órgãos do Governo Estadual.
- Adotar ferramentas tecnológicas de comunicação para buscar maior eficiência e efetividade.

Quadro de servidores da Secretaria de Estado da Comunicação

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
65	0	0	65

PRINCIPAIS PROBLEMAS**Política de comunicação**

Falta definir uma política de comunicação que atenda às necessidades de informação dos cidadãos, transmitindo e construindo a reputação do Governo e do Estado.

Orçamento

Falta construir solução técnica que otimize o orçamento, qualifique o gasto público e gere valor às ações de Governo.

Orientação estratégica

Falta otimizar recursos para prestar informações úteis e de qualidade, com atenção voltada para o público a que se destina.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Comunicação integrada	Envolver mais eixos da comunicação: publicidade, imprensa, digital e mobilização social devem convergir para um mesmo propósito, potencializando os efeitos da mensagem e atingindo o maior número de cidadãos.
Comunicação digital	Avançar na comunicação dentro do mundo digital.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMA	OBJETIVO DO PROGRAMA	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
810 - Comunicação do Poder Executivo	Fazer prevalecer o direito do cidadão de ser informado e o dever do homem público de informar.	337.328.200	10.877.313	348.205.513

4.8.3 GESTÃO FISCAL**ÁREA DE RESULTADO**

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnam riscos e se corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

UNIDADE EXECUTORA

- Secretaria de Estado da Fazenda

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Missão	Promover políticas tributárias justas; planejar, arrecadar e controlar a aplicação dos recursos públicos, visando o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.
Visão de futuro	Ser reconhecida nacionalmente pela excelência na gestão pública e fazendária.
Valores	Ética, Respeito, Justiça e Honestidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Gerir as finanças públicas com eficiência, perseguindo a ampliação da capacidade de investimento por meio da ênfase na redução das despesas e aumento das receitas.
- Aprimorar a qualidade da arrecadação, promovendo uma política tributária equitativa e justa.
- Qualificar o gasto público de Santa Catarina.

Quadro de servidores da Secretaria de Estado do Fazenda

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
1.098	0	1.276	2.374

PRINCIPAIS PROBLEMAS

Diminuição da Arrecadação de Tributos.

Despesas de pessoal x RCL.

Qualidade do gasto público.

Déficit previdenciário.

Instalações físicas inadequadas e fragmentadas.

Precariedade na gestão de indicadores de desempenho institucional.

Baixo grau de convergência dos objetivos fazendários.

As diversas áreas de atuação da SEF estão desalinhadas com relação aos objetivos estratégicos da SEF.

Inexistência de política de mobilidade funcional.



ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Dívida Estadual	Enfrentar o desafio de equacionar a dívida do Estado com a União, cujo estoque é corrigido pelo IGP-DI mais 6% ao ano, variação normalmente superior às receitas do Estado. Buscar alternativas para a redução da carga da dívida sobre o Estado.
Eficiência e Justiça Tributária	Ampliar as receitas disponíveis, combatendo a fraude, a sonegação e a elisão fiscal. Continuar se equipando com tecnologia moderna para que seja eficiente na detecção de fraudes lesivas ao fisco. Atuar perante a União e aos demais Estados em prol da reforma tributária a fim de combater a guerra fiscal e reaver a parcela perdida de tributos por brechas legais.
Equilíbrio Fiscal e Transparência	Manter o equilíbrio orçamentário alcançado e avançar no equilíbrio das contas patrimoniais do Estado, especialmente a melhora do perfil da dívida. Avançar nos sistemas de execução e controle orçamentário incluindo a criação de um sistema de custos públicos e na transparência e inteligibilidade das contas públicas para o cidadão. Continuar combatendo a fraude e a sonegação fiscal e buscando fontes de receitas alternativas, além de trabalhar junto a outras esferas governamentais no equacionamento da guerra fiscal.
Sustentabilidade da Receita Pública	Aumentar receitas.
Equilíbrio dos Gastos Públicos	Otimizar e qualificar os gastos (investimentos, despesas e custos).
	Fortalecer o Sistema de Controle Interno nos órgãos e entidades do Estado.
	Manter a Sustentabilidade Financeira.
Modernização da Gestão Fazendária	Aprimorar os processos.
	Aperfeiçoar os sistemas de informação e conhecimento.
	Aumentar a produtividade dos servidores.
	Aprimorar as competências dos servidores.
	Adequar a estrutura física.
Fortalecimento da Imagem Institucional	Fortalecer a imagem institucional.
	Melhorar a satisfação da sociedade e dos cidadãos-usuários.
	Melhorar a interinstitucionalidade.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
830 - Modernização da Administração Fazendária	Modernizar a administração pública visando aumentar a eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados à sociedade catarinense.	58.948.237	0	58.948.237
990 - Encargos Especiais	Prover recursos para os pagamentos dos encargos especiais, tais como dívidas.	10.081.961.375	0	10.081.961.375

4.8.4 GESTÃO DE PESSOAS

ÁREA DE RESULTADO

Em conjunto com a mudança de vários processos da administração pública, das inovações trazidas pela Tecnologia da Informação e Comunicação e da redefinição das tarefas do Estado, deve-se focar as pessoas que trabalham no governo do Estado. A política a ser implantada repensará o perfil da força de trabalho, tratará de adequá-la aos novos desafios, à nova configuração da macroestrutura do governo e aos novos processos de trabalho.

**UNIDADE EXECUTORA**

- Secretaria de Estado da Administração

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Missão	Definir e gerir as políticas administrativas de gestão de pessoas, saúde e segurança do servidor, patrimônio, documentação, materiais e serviços, ouvidoria e tecnologia da informação e comunicação, para dar suporte aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, objetivando a excelência dos serviços prestados à sociedade.
Visão de futuro	Ser referência nacional de excelência em políticas administrativas.
Valores	Ética, Respeito, Integridade, Honestidade e Solidariedade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

- Aperfeiçoar práticas e políticas de gestão de pessoas, visando a valorização e capacitação dos servidores públicos, além de remuneração adequada, associada à entrega de resultados para a sociedade.

INDICADORES E METAS

TEMA	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		META
		DATA	ÍNDICE	2019
	Satisfação dos servidores com as políticas de recursos humanos do governo			

Quadro de servidores da Secretaria de Estado da Administração

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
587	0	413	1.000

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	ESTRATÉGIAS
Gestão de Pessoas	Garantir um quadro funcional adequado com pessoas competentes, qualificadas e satisfeitas.
Gestão de Governança Eletrônica e Tecnologia de Informação e Comunicação	Aprimorar as condições tecnológicas dos sistemas de TIC buscando a integração entre os sistemas informatizados.
Saúde Ocupacional	Aprimorar a qualidade de vida dos servidores.
Novos Valores	Dar oportunidade e auxiliar na formação de novos profissionais.
Pensões Especiais	
Ouvidoria	
Gestão de Materiais e Serviços	Garantir a qualidade e eficiência nos processos de aquisição de materiais e serviços.

**RELAÇÃO DE PROGRAMAS**

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
850 - Gestão de Pessoas	Modernizar os instrumentos de gestão na área de Recursos Humanos, bem como valorizar o servidor através de capacitação permanente, dotando os órgãos de quadro efetivo, necessário e suficiente para permitir o atendimento à sociedade com profissionais qualificados, comprometidos e motivados, reconhecidos por meio de remuneração adequada, entre outras medidas de valorização.	25.153.871.431	531.275.215	25.685.146.646
855 - Saúde Ocupacional	Realizar ações de normatização, coordenação, supervisão, regulação, controle e fiscalização de atividades em saúde ocupacional, entre elas: encontros e fóruns de saúde ocupacional; fornecimento de assessorios em ergonomia; aquisição de equipamentos eletrônicos; ações de marketing; capacitação da Gerência de Saúde Ocupacional; workshop Programa Transforma/Redes Humanas.	6.759.168	9.102.346	15.861.514

4.8.5 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

ÁREA DE RESULTADO

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) é a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina, ou seja, é o responsável pela administração dos benefícios previdenciários dos servidores públicos do Estado e seus dependentes. O IPREV é uma autarquia, vinculada à Secretaria de Estado da Administração, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa, operacional e financeira.

UNIDADES EXECUTORAS

- Secretaria de Estado da Fazenda
- Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina
- Fundo Previdenciário
- Fundo Financeiro

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Missão	Promover a excelência na gestão de bens e recursos previdenciários, bem como na prestação de serviços aos segurados, visando à concessão, pagamento e manutenção dos benefícios previdenciários.
Visão de futuro	Ser reconhecido pela excelência no atendimento aos segurados e pela obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina.
Valores	Caráter contributivo, Solidário, Eficiente, Transparência, Preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, Proibição de concessão de benefícios sem a correspondente fonte de custeio e Autonomia administrativa e financeira.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

- Proporcionar o pagamento de aposentadorias, pensões e demais auxílios previdenciários, com segurança, para os atuais e futuros beneficiários.

RECURSOS HUMANOS

Quadro de servidores do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina

ATIVOS	ACTs	INATIVOS	TOTAL
260	0	184	444

PRINCIPAIS PROBLEMAS

Sistema Previdenciário não informatizado

Falta prover o Iprev de Sistema Informatizado próprio para gestão previdenciária.

Reestruturação Interna

Falta readaptar a organização do Iprev às necessidades previdenciárias atuais.

Reestruturação das Agências

Falta redimensionar o quantitativo de agências e suas atribuições previdenciárias.

**Comunicação e divulgação interna e externa**

Falta melhorar o sistema de comunicação e divulgação interna e externa do Iprev.

Capacitação de servidores do instituto

Falta implantar um sistema adequado e contínuo para capacitação e aprimoramento dos servidores do Iprev.

Reforma de imóveis visando preservação do patrimônio e aumento da receita previdenciária

Falta de reformas de imóveis do Fundo Previdenciário (RPPS), em caráter de urgência.

ESTRATÉGIAS DE MÉDIO PRAZO

TEMAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Qualidade no atendimento	Melhorar a qualidade de atendimento interno e externo visando atingir a excelência.
Comunicação / Divulgação	Adequar e melhorar o sistema de comunicação interna e externa para aproximar servidores e os órgãos do Estado.
Capacitação	Criar um programa voltado para capacitação contínua dos servidores do Iprev.
Reestruturação das Agências	Readequar a quantidade de agências, seus objetivos e áreas de atuação previdenciária.
Reestruturação interna	Readaptar a organização do Iprev às suas necessidades atuais.
Informatização	Informatizar todos os processos das atividades meio e finalísticas.

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
860 - Gestão Previdenciária	Proporcionar o pagamento de aposentadorias, pensões e demais auxílios previdenciários, com segurança, para os atuais e futuros beneficiários.	17.635.539.000	10.117.048.418	27.752.587.418
870 - Pensões Especiais	Pagamento de pensões especiais em conformidade com a legislação específica para as diversas modalidades.	253.781.961	0	253.781.961



5 CAPÍTULO III - OS DEMAIS PODERES

5.1 LEGISLATIVO

5.1.1 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
820 - Comunicação do Poder Legislativo	Informar o cidadão a respeito das atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo.	241.195.441	0	241.195.441
920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	Gerir administrativa e financeiramente o Poder Legislativo do Estado.	2.696.405.260	0	2.696.405.260
925 - Modernização do Processo Legislativo	Modernizar, aperfeiçoar e agilizar os serviços do Poder Legislativo.	382.172.330	0	382.172.330

5.1.2 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMA	OBJETIVO DO PROGRAMA	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	Gerir administrativa e financeiramente o Tribunal de Contas do Estado.	1.194.438.000	0	1.194.438.000

5.2 JUDICIÁRIO

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMAS	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	Gerir administrativa e financeiramente o Poder Judiciário do Estado.	8.860.272.600	560.291.695	9.420.564.295
931 - Infraestrutura do Judiciário	Adequar os prédios próprios em todos os fóruns.	381.262	304.108.305	304.489.567

5.3 MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Missão	Promover a efetivação dos direitos da sociedade, visando fortalecer a democracia, a cidadania e o desenvolvimento sustentável.
Visão de futuro	Ser uma instituição próxima ao cidadão e que produza resultados úteis na defesa da democracia, na promoção da justiça e na proteção dos direitos fundamentais.
Valores	
	DESCRIÇÃO
Ética	Conjunto de princípios morais que devem ser respeitados no exercício das funções
Efetividade	Capacidade de produzir resultados relevantes e de atingir suas metas
Independência	Liberdade no exercício de suas funções, devendo prestar contas à Constituição, às Leis e a sua Consciência
Justiça	Princípio básico que mantém a ordem social através da preservação dos direitos em sua forma legal
Transparência	Garantia de acesso às informações referentes aos atos praticados, com abrangência, relevância, qualidade e confiabilidade

PÚBLICOS DE INTERESSE

São pessoas ou grupos que impactam e são impactados pelas atividades de uma organização.

PÚBLICO INTERNO	PÚBLICO EXTERNO
São pessoas ou grupos internos a organização	São pessoas ou grupos externos a organização
<ul style="list-style-type: none">Membros, Servidores e Colaboradores	<ul style="list-style-type: none">Sociedade Civil/ CidadãoConselho Nacional do Ministério Público (CNMP)Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)Governo e Secretarias do Estado de Santa CatarinaTribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE)Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC)Poderes Executivo e Legislativo MunicipalPolícias Federal, Civil e Militar de Santa Catarina e Guardas MunicipaisImprensa - Meios de comunicaçãoAssociações, Conselhos, Fundações, Federações e Organizações não Governamentais (ONGs)UniversidadesPrestadores de Serviço e outros

ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

A finalidade desta etapa é analisar, de forma integrada, os ambientes externo e interno da Instituição, visando identificar as principais oportunidades e ameaças, assim como as principais forças e fraquezas.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
São fenômenos ou condições, internos à Instituição, capazes de auxiliar substancialmente o seu desempenho.	São fenômenos ou condições, internos à Instituição, capazes de dificultar substancialmente o seu desempenho.
<ul style="list-style-type: none">Atendimento ao público (proximidade com o cidadão)Ações do MPRelacionamento com os stakeholdersComunicação (divulgação das ações do MPSC)Democratização e proximidade da Administração Superior com os membros e servidoresCaracterísticas institucionais (garantias e prerrogativas constitucionais)Contínua melhoria da estrutura físicaInformação e conhecimento (canais de comunicação e aperfeiçoamento tecnológico)Qualificação e envolvimento dos membros e servidores.Clima organizacionalValorização, carreira e benefícios	<ul style="list-style-type: none">Atendimento ao público (padronização dos atendimentos)Marketing e comunicação com a sociedadeProatividade nas ações do Ministério PúblicoControle da atuação extrajudicialEspaço físicoDeficiências na segurança institucionalDeficiências no SIGSegurança da informaçãoProcesso de escolha do Procurador-Geral de JustiçaSustentabilidadeSecretarias das Promotorias de Justiça

PONTOS FORTES São fenômenos ou condições, internos à Instituição, capazes de auxiliar substancialmente o seu desempenho.	PONTOS FRACOS São fenômenos ou condições, internos à Instituição, capazes de dificultar substancialmente o seu desempenho.
<ul style="list-style-type: none">• Renovação dos gestores e servidores• Gestão de pessoas• Participação no planejamento estratégico• Gestão institucional• Estrutura administrativa e operacional do MPSC	
OPORTUNIDADES São situações externas, atuais ou potenciais que, se adequadamente aproveitadas, podem contribuir, em grau relevante, para o bom desempenho da Instituição.	AMEAÇAS São situações externas, atuais ou potenciais que, se não forem neutralizadas ou minimizadas, podem prejudicar, em grau relevante, o desempenho da Instituição.
<ul style="list-style-type: none">• Fortalecimento das parcerias com outras instituições (CNMP, TJSC, Governos Estadual e Municipais, TCE, ALESC, Universidades, ONGs, etc)• Aprimoramento de mecanismos de prevenção de litígios• Informar à sociedade sobre temas jurídicos. Imprensa como canal de divulgação e diálogo com a sociedade. Aproveitamento das mídias sociais para aperfeiçoamento de relacionamento do MP com o cidadão. Espaço das mídias sociais para a interlocução com a sociedade. Possibilidade de incrementar a relação com a imprensa• Aproximação com o cidadão• Ampliar a atuação preventiva• Confiança da sociedade na atuação do MPSC• Integração dos bancos de dados (para diagnósticos e tomada de decisões)	<ul style="list-style-type: none">• Dificuldade de acesso do cidadão ao MPSC• Divulgação, pela imprensa, de informações tendenciosas sobre a Instituição ou sobre seus membros, servidores ou colaboradores e que podem prejudicar a sua imagem• Ocupação por outros órgãos/instituições de espaços confiados ao MP

PRINCIPAIS PROBLEMAS

Índice de Criminalidade

Implantar nova sistemática de atuação na área criminal, com foco na segurança pública e no controle externo da atividade policial, especialmente por meio da obtenção de dados sobre a atividade repressiva das Polícias Civil, Militar, Guardas Municipais e de outras fontes alimentadoras, o que permitirá a geração de conhecimento sobre a efetiva demanda criminal, mormente por intermédio da análise técnica dos dados e a consequente adoção de iniciativas por Promotorias Regionais a serem criadas, as quais poderão interferir nas estratégias estatais geridas pelos órgãos de segurança pública.

Moralidade Administrativa

Instituir Grupo Especial de Atuação na área da moralidade administrativa para atuar nos procedimentos de maior complexidade, especialmente aqueles decorrentes da atuação dos GAECOs, ou nas hipóteses de demanda reprimida, abrangendo a instrução, a formalização de termos de ajustamento de condutas, a propositura de ações judiciais, a promoção de arquivamentos e a expedição de recomendações.

Combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

Promover a criação e instalação do Laboratório de Tecnologia no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (LAB/LD), dotando-o de estrutura adequada com os mais modernos equipamentos de hardware e software e equipe de pessoal multidisciplinar devidamente capacitada para a realização de consistentes análises de informações em investigações financeiras.

Garantia dos Direitos Fundamentais e Cidadania

Dar prioridade às ações relacionadas à defesa da saúde, a partir de estratégias comuns de enfrentamento às grandes questões relacionadas ao Sistema Único de Saúde apontadas pelo Grupo de Trabalho especializado em saúde pública a ser composto por Membros com atuação na área da cidadania.

Infância e Juventude

Instrumentalizar, subsidiar e estimular as Promotorias de Justiça, inclusive por meio de servidores com atuação interdisciplinar, visando à melhoria da qualidade de ensino; fiscalização de ações que possibilitem a educação inclusiva; cobrança e estruturação das redes de atenção psicossocial e dos núcleos de apoio à saúde da família; cobrança de medidas voltadas à implantação

de centros especializados de reabilitação; Sensibilização dos Municípios sobre a necessidade de criação dos serviços de atendimento socioeducativo em meio aberto; instar os Municípios a criarem programas de acolhimento; combater à evasão escolar; solução dos problemas relacionados à falta de vagas em centros de internação de adolescentes.

GRANDES ESCOLHAS – TEMAS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES E METAS

TEMAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		
			DATA	ÍNDICE	2019
Impacto Social <u>Direitos Humanos e Terceiro Setor</u>	1 – Garantir o acesso aos direitos fundamentais e a sua efetividade	Índice de cumprimento das estratégias do CDH	2014	56,54%	100%
Impacto Social <u>Consumidor</u>	2 – Promover a proteção dos direitos coletivos dos consumidores	Índice de cumprimento das estratégias do CCO	2014	99,23%	100%
Impacto Social <u>Controle de Constitucionalidade</u>	3 – Promover a defesa da constitucionalidade em face de leis e atos normativos municipais e estaduais	Índice de cumprimento das estratégias do CECCON	2014	100%	100%
Impacto Social <u>Criminal</u>	4 – Qualificar a atuação do Ministério Público no enfrentamento da criminalidade	Índice de cumprimento das estratégias do CCR	2014	84,11%	100%
Impacto Social <u>Infância e Juventude</u>	5 – Promover e defender os direitos e garantias infantojuvenis	Índice de cumprimento das estratégias do CIJ	2014	99,85%	100%
Impacto Social <u>Meio Ambiente</u>	6 – Assegurar a defesa e proteção do meio ambiente urbano e rural e o desenvolvimento sustentável	Índice de cumprimento das estratégias do CME	2014	56,91%	100%
Impacto Social <u>Moralidade Administrativa</u>	7 – Combater a corrupção e defender com eficiência o patrimônio público e a moralidade administrativa	Índice de cumprimento das estratégias do CMA	2014	95,02%	100%
Impacto Social <u>Ordem Tributária</u>	8 – Prevenir e reprimir a sonegação fiscal nos âmbitos estadual e municipal	Índice de cumprimento das estratégias do COT	2014	98,5%	100%
Institucional	9 – Assegurar o pleno exercício das atribuições, prerrogativas e garantias	Índice de satisfação em relação às atribuições, prerrogativas e garantias	ND	ND	90%
Institucional	10 – Aumentar a credibilidade	Índice de incremento da satisfação da sociedade com a atuação do MPSC	2012	29,38%	–
Institucional	11 – Aumentar a efetividade e a proatividade	Índice de incremento da efetividade	ND	ND	–
<i>Stakeholders</i>	12 – Melhorar as relações com os <i>stakeholders</i>	Índice de incremento de diálogos com os <i>stakeholders</i>	2015 (projeção)	300	4%
Processos Internos	13 – Aprimorar a avaliação de resultados	Índice de resultados judiciais e extrajudiciais	2014	87,5%	97%
Processos Internos	14 – Consolidar teses institucionais	Índice de teses institucionais consolidadas	2014	88,89%	100%
Processos Internos	15 – Otimizar e potencializar a atuação das Promotorias de Justiça	Índice de redução dos procedimentos de 1º grau aguardando movimentação em gabinete	2014	4,48%	5%
Processos Internos	16 – Tornar os processos de gestão mais efetivos	Índice de processos de gestão	2015	70%	100%
Organização, Pessoas e Aprendizagem	17 – Melhorar a estrutura física e a segurança	Índice de Procuradorias e Promotorias de Justiça com espaços físicos adequados	jul/2015	69%	80%
Organização, Pessoas e Aprendizagem	18 – Melhorar o desempenho dos sistemas de informação	Índice de disponibilidade de serviços de TI	2014	99,44%	99,70%



TEMAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES / UNIDADES DE MEDIDA	REFERÊNCIA		
			DATA	ÍNDICE	2019
Organização, Pessoas e Aprendizagem	19 – Ter pessoal qualificado e em número suficiente	Índice médio de ocupação dos cargos de membros e servidores do MPSC	2014	88%	100%
Organização, Pessoas e Aprendizagem	20 – Assegurar recursos orçamentários e otimizar sua alocação	Índice de eficiência orçamentária	2014	94%	100%

RELAÇÃO DE PROGRAMAS

PROGRAMA	OBJETIVOS DOS PROGRAMAS	TESOURO DO ESTADO	OUTRAS FONTES	TOTAL
910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	Gerir administrativa e financeiramente o Ministério Público do Estado.	664.133.656	176.232.706	840.366.362
915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	Permitir o suporte operacional para a administração superior, de apoio e de execução do Ministério Público de Santa Catarina.	2.065.512.198	24.902.737	2.090.414.935

6 CAPÍTULO IV – O FINANCIAMENTO DO PPA

6.1 PREVISÃO DE FONTES DE FINANCIAMENTO DO PPA 2016-2019

A previsão de aplicação de recursos de todas as fontes do PPA para o período dos próximos quatro anos é de R\$ 136.778 milhões de reais.

O PPA 2016-2019 será financiado com recursos do Tesouro do Estado, das empresas estatais, de empréstimos com organismos nacionais e internacionais e com recursos de outras fontes.

Dessa forma, pretende-se que os programas e ações a serem implementados pelo setor público indique o caminho para o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista o envolvimento cada vez maior da sociedade organizada no diagnóstico e na definição de uma agenda estratégica de ações.

O Governo, ao incorporar no seu planejamento os principais pontos que embasaram a construção de estratégias transformadoras da realidade, fruto dos esforços já empreendidos pela sociedade nos diversos fóruns de discussão sobre o futuro do Estado, evidencia a sua disposição de buscar ao máximo a sinergia e a complementariedade das ações públicas e privadas e de incentivar a participação, em parceria, do investimento privado e dos setores da sociedade organizada no financiamento do desenvolvimento.

RECURSOS DO TESOURO DO ESTADO

Fonte	Valor (em milhões R\$)
0.1.00 - Recursos Ordinários	79.833
0.1.11 - Taxas da Segurança Pública	3.138
0.1.20 - Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	1.056
0.1.21 - Cota-Parte Contribuição Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	234
0.1.24 - Convênio - Programas de Educação	441
0.1.28 - Outros Convênios, Ajustes e Acordos Administrativos	446
0.1.31 - Recursos do FUNDEB - Transferências da União	10.664
0.1.61 - Receitas Diversas-FUNDOSOCIAL	1.924
0.1.62 - Receitas Diversas-SEITEC	631
Outras fontes do Tesouro do Estado	4.752
Total	103.119

EMPRÉSTIMOS COM ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Além das fontes orçamentárias de financiamento, a proposta de Plano Plurianual contempla também os recursos a serem mobilizados mediante empréstimos com organismos nacionais e internacionais.

Especificação	Valor (em milhões de R\$)
Organismos Nacionais	3.022
Organismos Internacionais	729
Total	3.751



INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

Não menos relevante é a projeção de aplicação de recursos para o período por parte das empresas públicas estatais, em apoio às estratégias e programas governamentais e contribuindo para o alcance das metas propostas. Estima-se que esse montante total deva atingir cerca de R\$ 7,64 bilhões de reais.

Previsão de investimentos das empresas públicas estatais para o período 2016-2019.

Empresa	Investimento (em milhões de R\$)
Celesc – Distribuição S.A.	1.908
Badesc	1.342
Casan S.A.	2.110
Celesc – Geração S.A.	1.799
SC PAR S.A.	76
Ciasc S.A.	40
SCGÁS S.A.	198
Codesc S.A.	10
SCPAR Porto de Imbituba S.A.	140
Total de Investimentos das Empresas Estatais	7.623

OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Além das fontes orçamentárias de financiamento, a proposta de Plano Plurianual contempla os recursos a serem aplicados pelas empresas estatais e adicionalmente identifica os recursos a serem mobilizados mediante empréstimos com organismos nacionais e internacionais.

Fonte	Valor (em milhões de R\$)
0.2.23 - Convênio - Sistema Único de Saúde	3.012
0.2.28 - Outros Convênios, Ajustes e Acordos Administrativos	835
0.2.40 - Recursos de Serviços	3.921
0.2.50 - Contribuição Previdenciária	9.764
0.2.69 - Outros Recursos Primários	1.957
Outros de outras fontes	2.796
Total	22.285

7 CAPÍTULO V – O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 O PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPA

Tão importantes quanto as etapas de planejamento e programação orçamentária para o sistema de planejamento e orçamento, são as etapas de monitoramento e avaliação, que também estão sob a coordenação da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC), conforme determina a Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011.

Não podemos esquecer que o orçamento público surgiu com a finalidade principal de ser um instrumento de controle. Observa-se ainda que a função de controle, monitoramento e avaliação, tradicionalmente percebida como parte da gestão financeira, é vista cada vez mais como mecanismo para a melhoria do desempenho do setor público, assim resultando na melhoria dos bens e serviços ofertados à sociedade.

A obrigatoriedade de monitorar e avaliar o PPA assenta-se na observância das disposições legais e na necessidade de verificação dos princípios norteadores de uma orçamentação baseada no desempenho. Em síntese, a premissa encerra-se na gestão por programas, orientada para resultados com foco no cidadão, transparência e responsabilização.

BASE LEGAL

A Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989, em consonância com a Constituição Federal de 1988, traz em seu art. 62 a obrigatoriedade de monitorar e avaliar o Plano Plurianual – PPA, conforme segue abaixo:

Art. 62 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

Além desses instrumentos, destaca-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, art. 4º, determina que a avaliação de resultados dos programas governamentais contidos no Plano Plurianual - PPA, financiados com recursos orçamentários, deve levar em conta os dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O processo de monitoramento e avaliação sofreu, ao longo dos anos, aperfeiçoamentos para se adequar às necessidades gerenciais do Estado, como também às necessidades da própria sociedade no que se refere a transparência da ação governamental. Sendo assim, o atual processo de monitoramento e avaliação do PPA foi instituído por meio da Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011, que aprovou o PPA 2012-2015. Posteriormente, o processo foi regulamentado por meio do Decreto nº 1.324, de 21 de dezembro de 2012, passando a vigorar também para o PPA 2016-2019 para todos os órgãos do Poder Executivo do Estado, conforme segue:

Art. 1º Fica instituído o processo de acompanhamento físico e financeiro e de avaliação do Plano Plurianual (PPA).

(...)

Art. 3º Os órgãos do Poder Executivo, abrangendo seus fundos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, pertencentes aos orçamentos fiscais da Seguridade Social e de investimento, responsáveis por programas e subações, devem manter atualizadas no módulo de acompanhamento físico e financeiro do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), durante cada exercício financeiro, as informações referentes à execução física e financeira das subações sob sua responsabilidade, na forma estabelecida pelo órgão central do Sistema Administrativo de Planejamento e Orçamento.

AMPLITUDE DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A avaliação Anual do Plano Plurianual - PPA constitui-se em um importante instrumento gerencial para o aperfeiçoamento da elaboração e gestão dos programas integrantes do Plano e dos Orçamentos anuais.

Neste sentido, o processo de avaliação visa, conforme determina o Decreto nº 1.324, de 21 de dezembro de 2012.

Art. 2º O processo de acompanhamento físico e financeiro e de avaliação do PPA tem por finalidade gerar informações que permitam:

I – divulgar informações de interesse público referentes aos resultados alcançados pela ação governamental;

II – acompanhar e avaliar os produtos e os resultados alcançados pela ação governamental;

III – qualificar os processos de elaboração e revisão do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA);

IV – corrigir desvios de execução e melhorar a alocação dos recursos públicos; e

V – subsidiar a elaboração do Relatório de Prestação de Contas do Estado, encaminhado anualmente à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Parágrafo único. O processo de acompanhamento físico e financeiro e de avaliação do PPA tem como diretriz contribuir para o aprimoramento da gestão pública, da responsabilização, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos programas governamentais e do exercício do controle social.

Sob esse enfoque, o processo de monitoramento e avaliação do plano resume-se no seguinte conceito:

O acompanhamento físico e financeiro do PPA é a etapa do processo que tem como objetivo geral monitorar a execução física e financeira do objeto de execução, identificando possíveis desvios na execução das subações, diagnosticando suas causas e propondo ajustes operacionais com vistas à adequação entre o que está em execução e o planejado.

Para tanto, o processo de acompanhamento físico e financeiro e de avaliação do PPA constitui-se em duas macroetapas:

- I – acompanhamento: monitoramento sistemático da execução das metas física e financeira da subação constante do PPA e da LOA; e
- II – avaliação: mensuração dos resultados obtidos por meio da execução dos programas e subações constantes no PPA.

Essas etapas são operacionalizadas por meio de uma figura não orçamentária denominada de Objeto de Execução. Para melhor esclarecer, conceitua-se Objeto de Execução como um instrumento de programação do produto da subação do qual resulta um bem ou serviço destinado a um público-alvo, ofertado à sociedade ou ao próprio Estado. Tendo em vista a dimensão do processo de monitoramento e avaliação, foi desenvolvido o Módulo de Acompanhamento Físico e Financeiro que compõe o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

SISTEMÁTICA DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A sistemática de avaliação do PPA é atribuída à Diretoria de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda. A sistemática de avaliação dos programas governamentais é seguida pelos seguintes passos:

- Planejamento do processo de avaliação
- Execução da Avaliação
- Análise de Resultados
- Divulgação dos Resultados

Essas fases são avaliadas em etapas sucessivas e, embora possuam características específicas e sejam desenvolvidas por instâncias distintas (gerentes, órgãos setoriais e órgão central), são complementares e interdependentes. Neste sentido, segue a proposta de avaliação do Plano Plurianual – PPA.

Sistemática de Avaliação do PPA

Especificação	Avaliação do programa	Avaliação setorial	Avaliação do plano
Objetivo	Avaliar o desempenho de cada programa do PPA	Avaliar se os programas do PPA têm contribuído para os objetivos setoriais estratégicos	Avaliar o desempenho do PPA, do ponto de vista dos eixos de desenvolvimento, da gestão e dos objetivos estratégicos
Principal responsável	Gerente do Programa	Setorial (órgão setorial e órgãos vinculados, dentro de um sistema, sendo responsável pela coordenação das ações na sua esfera de atuação).	SEF/DIOR
Forma de coleta das informações	Questionário com perguntas de múltipla escolha e descritivas	Questionário com perguntas de múltipla escolha e descritivas	Informações de fontes secundárias e dados do módulo de avaliação
Principais variáveis analisadas	Resultado, concepção e implementação	Resultado, concepção e gestão	Indicadores de resultados sociais, econômicos e ambientais, dados agregados das avaliações dos programas e da avaliação setorial
Utilização dos resultados	Relatório de Avaliação do Programa e insumo para as avaliações setoriais e do Plano	Relatório de Avaliação do Setor e insumo para a avaliação do Plano	Relatório Final de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019

Fonte: Adaptação da Experiência de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal no Brasil



AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A responsabilidade pela fase de avaliação do programa recai, fundamentalmente, sobre os **gerentes** responsáveis pela gestão e pela implementação de cada um dos programas do PPA. Trata-se de avaliação **qualitativa e quantitativa**, baseada em um modelo padronizado, de caráter abrangente, desenvolvido para ser aplicado a todo tipo de programa.

Os Indicadores são o Termômetro dos Programas

Os programas dispõem de indicadores que evidenciam os resultados.

Os resultados dos programas são aferidos a partir do uso de indicadores e servem para medir a evolução do problema enfrentado em cada programa.

AVALIAÇÃO SETORIAL

A avaliação setorial tem como objetivo verificar se o conjunto de programas sob a responsabilidade de cada órgão do Estado tem avançado no sentido de obter resultados coerentes com os objetivos, as prioridades e as políticas setoriais. Procura-se, também, identificar se a concepção desses programas é adequada para enfrentar os problemas que os órgãos se propõem atacar, bem como se a sua forma de gestão encontra-se adequadamente adaptada ao modelo gerencial a que se propõe adotar no PPA.

AVALIAÇÃO DO PLANO

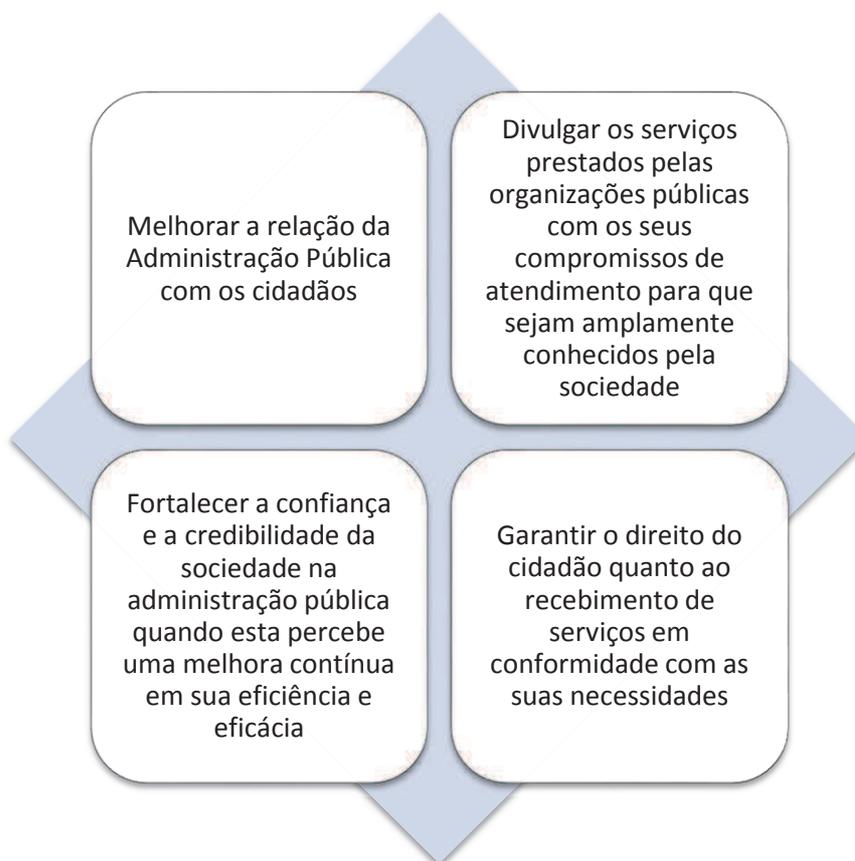
A última sistemática de avaliação, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda tem como foco o desempenho do Plano Plurianual como um todo, medido sob o ponto de vista dos eixos de desenvolvimento, dos objetivos estratégicos e do processo de gestão.

8 CAPÍTULO VI - CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços é um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

- Ao implementar a Carta de Serviços as organizações públicas estarão ajustando a atuação do setor público às expectativas dos cidadãos

8.1 FINALIDADE DA CARTA DE SERVIÇOS



8.2 BENEFÍCIOS DA CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

PARA O CIDADÃO - Conhecer os serviços e seus respectivos requisitos, antes de procurar a organização, é um dos benefícios que o cidadão obtém com a divulgação da Carta de Serviços. A organização deve evidenciar como pode ser útil ao cidadão e como facilitar a sua vida, indicando a forma que ele será tratado e como pode emitir sugestões para a melhoria dos serviços ou enviar reclamações.

PARA A ORGANIZAÇÃO - Com a prática da elaboração da Carta de Serviços, a organização legitima a sua imagem perante à sociedade e restabelece a confiança dos cidadãos por meio de uma gestão transparente.

PARA A SOCIEDADE - Maior credibilidade em relação à Administração Pública Estadual. Maior visibilidade dos serviços públicos.

8.3 PÚBLICO-ALVO DA CARTA DE SERVIÇOS

Cidadãos que demandam e utilizam os serviços ou produtos das organizações públicas.

QUEM DEVE IMPLANTAR A CARTA DE SERVIÇOS



Todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Estadual que prestam serviços diretamente ao cidadão.

8.4 PRINCIPAIS SERVIÇOS

CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
15001 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - DPE			
DPE0001	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo da Capital, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), possessória, execução fiscal (IPTU), execução penal, infância e juventude, família, saúde, educação, recurso na área criminal.	Cidadãos	Presencial
DPE0002	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo da Araranguá, nas áreas criminal, violência doméstica, execução penal, infância e juventude, família e saúde.	Cidadãos	Presencial
DPE0003	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo da Brusque, nas áreas criminal, família, infância e juventude e saúde.	Cidadãos	Presencial
DPE0004	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Blumenau, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância e juventude, família e execução penal.	Cidadãos	Presencial
DPE0005	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Caçador, nas áreas criminal e infância e juventude.	Cidadãos	Presencial
DPE0006	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Campos Novos, nas áreas criminal e infância e juventude e saúde.	Cidadãos	Presencial
DPE0007	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo da Chapecó, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância e juventude, família, saúde, educação, moradia, execução penal e registros públicos.	Cidadãos	Presencial
DPE0008	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Concórdia, nas áreas criminal e infância e juventude e saúde.	Cidadãos	Presencial
DPE0009	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Criciúma, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância e juventude, família e execução penal, moradia e educação.	Cidadãos	Presencial
DPE0010	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Curitiba, nas áreas criminal, infância e juventude e família.	Cidadãos	Presencial
DPE0011	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Itajaí, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância e juventude, família e execução penal, saúde, moradia e educação.	Cidadãos	Presencial
DPE0012	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Jaraguá do Sul, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância e juventude, família e saúde.	Cidadãos	Presencial
DPE0013	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Joaçaba, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância e juventude, moradia e saúde.	Cidadãos	Presencial
DPE0014	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Joinville, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância e juventude, educação, família, saúde, moradia, execução penal.	Cidadãos	Presencial
DPE0015	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Lages, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância e juventude, família e execução penal e saúde.	Cidadãos	Presencial
DPE0016	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Mafrá, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância e juventude.	Cidadãos	Presencial
DPE0017	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Maravilha, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância e juventude.	Cidadãos	Presencial
DPE0018	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Palhoça, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância, juventude e família.	Cidadãos	Presencial
DPE0019	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Rio do Sul, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância e juventude, família e saúde.	Cidadãos	Presencial
DPE0020	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de São José, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância e juventude e execução penal.	Cidadãos	Presencial



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
DPE0021	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de São Lourenço do Oeste, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), execução penal, direito de família, infância e juventude e saúde.	Cidadãos	Presencial
DPE0022	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de São Miguel do Oeste, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), execução penal, infância e juventude e saúde.		Presencial
DPE0023	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Tubarão, nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), execução penal e saúde.	Cidadãos	Presencial
DPE0024	Acesso à justiça gratuita ao hipossuficiente, no núcleo de Xanxerê nas áreas criminal (inclusive violência doméstica), infância e juventude e saúde.	Cidadãos	Presencial
16000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP			
SSP001	Coleta de informações, análise criminal, estatística, geoprocessamento e operações de inteligência e contra-inteligência	Servidor Público	E-mail
SSP002	Acompanhamento da execução de obras e melhorias estruturais em sedes e unidades da segurança pública	Servidor Público	Comunicação Interna, Ofício
SSP003	Administração financeira e contábil	Servidor Público	Comunicação Interna, Ofício
SSP004	Análise de denúncias publicadas na mídia	Externo	Telefone, presencial
SSP005	Apoio ao fomento e ao desenvolvimento dos CONSEG's, desenvolvimento de estratégias para aproximação entre sociedade civil e instituições da SSP, disseminação da filosofia de Polícia Comunitária, acompanhamento de projetos e programas de prevenção ao crime e à violência.	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SSP006	Atendimento ao público - Secretário Adjunto da Segurança	Cidadãos	E-mail, Presencial, Telefone
SSP007	Atendimento ao público - Secretário da Segurança	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
SSP008	Atendimento aos cidadãos - Denúncias, reclamações e elogios	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SSP009	Atendimento aos cidadãos - Pedidos de informação e solicitações	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SSP010	Capacitação, formação e qualificação dos servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública	Servidor Público	Comunicação Interna, Ofício
SSP011	Compras de materiais, equipamentos e serviços para a Segurança Pública	Servidor Público	E-mail, Comunicação Interna, Ofício
SSP012	Comunicação Institucional da Segurança Pública	Externo	E-mail, Telefone
SSP013	Consultoria jurídica da Segurança Pública	Servidor Público	Comunicação Interna, Ofício
SSP014	Controle disciplinar da Segurança Pública	Externo	E-mail, Presencial, Correspondência
SSP015	Cópia de Processos Licitatórios	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SSP016	Disponibilização de Editais de Licitação	Empresas - Fornecedores	Internet, E-mail, Telefone, presencial, Correspondência
SSP017	Gestão de Pessoas da Segurança Pública	Externo	E-mail, Telefone, Presencial
SSP018	Gestão do Complexo Administrativo	Servidor Público	E-mail
SSP019	Integração dos órgãos da Secretaria de Estado da Segurança Pública	Servidor Público	E-mail, Telefone
SSP020	Integração, supervisão, coordenação e normatização das atividades relacionadas ao atendimento de emergências da Segurança Pública	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SSP021	Planejamento, coordenação e análise de projetos e de atividades voltadas e desenvolvidas pela SSP	Servidor Público	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SSP022	Programação, organização, coordenação, execução, controle e avaliação do orçamento do fundo da SSP	Servidor Público	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SSP023	Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica	Servidor Público	E-mail, Telefone
16002 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - CBM			
CBM0001	Atendimento de urgência e emergência	Cidadãos - Empresas	Telefone
CBM0002	Vistoria de habite-se	Cidadãos - Empresas	Internet, Presencial
CBM0003	Vistoria de funcionamento	Cidadãos - Empresas	Internet, Presencial
CBM0004	Vistoria de funcionamento - imóveis baixa complexidade	Cidadãos - Empresas	Internet, Presencial



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
CBM0005	Aprovação de projeto preventivo contra incêndio	Cidadãos - Empresas	Internet, Presencial
CBM0006	Perícia de incêndio	Cidadãos - Empresas	Telefone, Presencial
CBM0007	Normatização de sistemas de segurança contra incêndio	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Presencial
CBM0008	Palestras	Cidadãos - Empresas	E-mail, Presencial
CBM0009	Cursos ao cidadão	Cidadãos - Empresas	Internet, Presencial
CBM0010	Socorro e ajuda humanitária	Cidadãos - Empresas	Telefone, solicitação Defesa Civil
CBM0011	Salvamento aquático	Cidadãos	Telefone, Presencial
CBM0012	Certidão de ocorrência	Cidadãos - Empresas	Presencial
16004 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN			
DET2001	Autorização de Cursos Especializados para condutores de veículos	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
DET2501	Controle da frequência funcional dos técnicos administrativos e policiais	Colaboradores	E-mail, Telefone, Presencial
DET2502	Controle de férias e licenças dos técnicos administrativos, policiais e tercerizados	Colaboradores	E-mail, Telefone, Presencial
DET0001	Emissão de CNH	Cidadãos	Presencial
DET0601	Registro inicial 1º emplacamento	Cidadãos - Empresas	Presencial
DET0602	Licenciamento anual	Cidadãos - Empresas	Presencial
DET0603	Transferência de Propriedade de veículo	Cidadãos - Empresas	Presencial
DET0604	Segunda via do crv ou do cla	Cidadãos - Empresas	Presencial
DET0605	Alteração de característica do veículo	Cidadãos - Empresas	Presencial
DET0606	Remarcação de chassi	Cidadãos - Empresas	Presencial
DET0607	Registro de veículo de coleção	Cidadãos - Empresas	Presencial
DET0608	Baixa de circulação de veículo	Cidadãos - Empresas	Presencial
DET0609	Comunicação de venda	Cidadãos - Empresas	Presencial
DET0610	Placa de experiência	Empresas	Correspondência
DET1201	Atendimento JARI / Penalidades	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
DET1801	Atendimento Renainf	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
DET1901	Defesa de Autuação	Cidadãos - Empresas	Presencial, Correspondência
DET1902	Solicitação Cópia de Defesa de Autuação/Parecer	Cidadãos - Empresas	Presencial
DET2101	Leilão de veículos apreendidos e retirados de circulação em todo o estado	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
DET2201	Requerimento para Inclusão de Diretor/Instrutor	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2202	Requerimento para Curso de Reciclagem	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2203	Requerimento para Inclusão de Veículos	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2204	Requerimento para Mudança de Endereço CFC	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2205	Carteira de Instrutor, Examinador, Diretor Geral e Diretor de Ensino	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2206	Requerimento para inclusão de preposto	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2207	Requerimento para inclusão de contínuo	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2208	Requerimento para mudança de endereço de Despachante	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2209	Formulário para mudança de endereço de Centro de Avaliação de Condutores	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2210	Planilha para Psicólogos - Continuação da planilha para Psicólogos	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2211	Planilha para Médicos - Continuação da planilha para Médicos	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2212	Serviços de Marcação, Gravação, Remarcação e Regravação de Chassi e Motor	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2213	Requerimento para inclusão/exclusão de Lacrador	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2214	Requerimento para mudança de endereço fábrica - matriz	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência
DET2215	Requerimento para solicitação de lacre	Cidadãos - Empresas	Internet, Correspondência



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
DET2216	Portaria nº 096/10 (credenciamento de Leiloeiro Oficial Detran)	Cidadãos	Internet, Correspondência
DET2304	Baixa de taxas vistorias ECVS outras UFCS	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail
DET2305	Baixa de taxas licenciantos	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail
DET2306	Gerar débito com pagamento provisório	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail
DET2307	Gerar débitos exercício do ano do veículo	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail
DET2308	Isentar débitos de veículos oficiais do Estado	Órgãos Públicos	Internet, E-mail
DET2309	Conceder acessos a usuários dos sistema DETRANNET	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail
DET2310	Alterar, excluir, incluir modificações de acessos DETRANNET	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone
DET2311	Resetar senhas dos operadores DETRANNET	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail
DET2312	Atendimento telefônico	Cidadãos - Empresas	Telefone
DET2313	Cadastramento da máquina	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento, Presencial
DET2314	Liberação da máquina	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento, Presencial
DET2315	Acesso ao sistema	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento
DET2316	Liberação de acesso	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento, Presencial
DET2317	Recadastro de máquina	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento, Presencial
DET2318	Recebimento de documento	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento, Presencial
DET2319	Instalação de VPN	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento, Presencial
DET2320	Instalação de programas	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento, Presencial
DET2503	Administração do serviço de terceirização	Colaboradores	E-mail, Presencial
DET2504	Certificação digital de notas fiscais para pagamento de serviço de terceirização	Colaboradores	Presencial
DET2601	Instauração e instrução de Sindicâncias	Colaboradores	Presencial
DET2602	Instauração e instrução de Processos Administrativos	Fornecedores	Presencial
DET2603	Inspeção em ente credenciado	Fornecedores	Presencial
DET2604	Realização de correições nas unidades do Departamento Estadual de Trânsito	Órgãos Públicos	Presencial
DET2605	Dar conhecimento às autoridades competentes das infrações apuradas	Empresas - Órgãos Públicos	Correspondência
DET2606	Apurar denúncias atribuídas a servidores ou funcionários do Detran/SC	Colaboradores	Presencial
DET2607	Apurar denúncias atribuídas a credenciados do Detran/SC	Fornecedores	E-mail, Presencial, Correspondência
DET2608	Fiscalizar as aulas teóricas ministradas pelos Centro de Formação de Condutores através do sistema iBio	Fornecedores	Internet, E-mail, Telefone
DET2609	Aplicação de penalidades de Sindicância	Colaboradores	Correspondência
DET2610	Acompanhar e notificar penalidades de Processo Administrativo	Fornecedores	Presencial, Correspondência
DET2611	Propor medidas preventivas destinadas a assegurar a regularidade dos serviços do Detran/SC	Órgãos Públicos	Correspondência
DET2701	Reserva de Placas Automotivas	Cidadãos - Empresas	E-mail
DET2702	Pagamento de Diárias	Colaboradores	Presencial



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
DET2703	Atendimento ao Diretor do Detran/SC	Colaboradores	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento, Presencial
DET2704	Atendimentos às Ciretrans do Estado	Colaboradores	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
DET2705	Vistoria para credenciamento	Empresas - Fornecedores	Presencial
DET2706	Recebimento de Correspondências Interestaduais	Colaboradores	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
DET2707	Arquivamento de documentos	Órgãos Públicos	Presencial
DET2708	Sistema SGPe	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, Presencial
DET2709	Sistema Intranet	Colaboradores	Internet, Presencial
DET2710	Expedição de Documentos	Cidadãos - Empresas	E-mail, Presencial, Correspondência
DET2711	Acesso Sistema Detranet	Colaboradores	Internet, Presencial
DET2712	Auxílio na expedição de CNH	Cidadãos - Empresas	Presencial
DET2713	Atendimento ao público	Cidadãos - Empresas	Presencial
DET2714	Atendimento aos servidores	Colaboradores	Presencial
DET2715	Atendimento telefônico	Cidadãos - Empresas	Telefone
DET2716	Agendamento de reuniões do Gabinete	Cidadãos - Empresas	Presencial
DET2717	Atendimento aos credenciados do Detran	Empresas	E-mail, Presencial
DET2718	Atendimento à imprensa	Cidadãos - Empresas	Telefone
DET2810	Ouvidoria	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
DET2811	Estatística	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial
DET5901	Informação	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento, Presencial
CETRAN01	Recurso de multa - 2ª instância	Cidadãos	Presencial, Correspondência
CETRAN02	Junta Médica e/ou Psicológica	Cidadãos	Presencial, Correspondência
DET2301	Configuração VPN	Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento
DET2302	Atendimento usuários internos e externos	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento
16005 - POLÍCIA CIVIL - PC			
PC0011	Alvará para espetáculo pirotécnico	Empresas	Presencial
PC0001	Boletim de Ocorrência	Cidadãos	Presencial
PC0002	Boletim de Ocorrência Eletrônica	Cidadãos	Internet
PC0003	Disque-Denúncia	Cidadãos	Telefone
PC0004	Atestado de Antecedentes	Cidadãos	Presencial
PC0005	Alvará Anual de Licença	Empresas	Presencial
PC0006	Alvará Anual de Autorização	Empresas	Presencial
PC0007	Licença Mensal	Empresas	Presencial
PC0008	Licença Diária	Empresas	Presencial
pc0009	Carteira de Blaster	Cidadãos	Presencial
PC0010	Alvará de Funcionamento de Comércio Varejista de Combustível	Empresas	Presencial
PC0012	Alvará para empresas que transportam produtos controlados	Empresas	Presencial
PC0013	Autorização para aquisição de colete balístico	Cidadãos - Empresas	Presencial
PC0014	Alvará para empresas que empreguem explosivos	Empresas	Presencial
PC0015	Alvará para comércio ou depósito de gás	Empresas	Presencial
PC0016	Alvará para comércio de fogos	Empresas	Presencial



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
PC0017	Certidão de Regularidade para Empresa de Segurança Privada	Empresas	Presencial
PC0018	Ouvidoria da Polícia Civil	Cidadãos	Internet
16006 - POLÍCIA MILITAR - PM			
PM0001	Atendimento de Ocorrência Policial e de Preservação da Ordem Pública	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Central de Atendimento (190), Presencial
PM0002	Policimento Preventivo	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0003	Policimento de Rondas Programadas	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0004	Atividade de Polícia Comunitária (Conseg)	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0005	Policimento e gestão de segurança em eventos desportivos, shows, festas públicas e particulares	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0006	Disponibilização de Boletins de Ocorrência	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Internet, Presencial
PM0007	Emissão de Certidão de Ocorrência Policial	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0008	Retificação de Boletim de Ocorrência Policial	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0009	Fiscalização de Ordem Pública em Estabelecimentos Comerciais	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Central de Atendimento (190), Presencial
PM0010	Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD)	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	E-mail, Presencial
PM0011	Denúncia	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Disque Denúncia(0800-48-1717), Internet
PM0012	Vistoria preventiva de ordem pública em locais de eventos, estabelecimentos e atividades	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0013	Vistoria preventiva de ordem pública em praças desportivas (Laudo de Ordem Pública)	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0014	Vistoria anual para competições desportivas em estádios de futebol (Laudo de Segurança)	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
PM0015	Restituição de veículos retidos por infração de trânsito	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0016	Restituição de bens apreendidos em Termos Circunstanciados	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0017	Restituição de objetos encontrados sem envolvimento criminal	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0018	Serviço de Procura de Desaparecidos (SOS Desaparecidos)	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Telefone, Internet
PM0019	Mediação de Conflitos	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Central de Atendimento (190), Presencial
PM0020	Vistoria Preventiva Residencial	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0021	Vistoria Preventiva Comercial	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0022	Atendimento preventivo pós-crime residencial	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Central de Atendimento (190), Presencial
PM0023	Atendimento preventivo pós-crime comercial	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Central de Atendimento (190), Presencial
PM0024	Palestras sobre Segurança Pública, Drogas, Trânsito e Meio Ambiente	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	E-mail, Presencial
PM0025	Disponibilização de Imagens de Vídeo Monitoramento urbano	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0026	Fiscalização de Ambulantes	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Central de Atendimento (190), Presencial
PM0027	Ouvidoria	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Internet, Telefone



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
PM0028	Registro de Prática Irregular cometida por Policial Militar (Corregedoria)	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Internet, Telefone
PM0029	Fiscalização através do Medidor de Velocidade em Rodovias Estaduais	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Presencial
PM0030	Fiscalização de peso e dimensões em rodovias estaduais	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Presencial, Correspondência
PM0031	Fiscalização no Transporte de Produtos Perigosos em Rodovias Estaduais	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Presencial, Correspondência
PM0032	Escolta de Segurança de Autoridades e de Comboios	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Presencial
PM0033	Elaborar Estatísticas das Ocorrências em Rodovias Estaduais	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
PM0034	Palestras de Trânsito	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Presencial
PM0035	Leilão de Veículos Retidos nos Pátios do DEINFRA	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Internet, Presencial, Correspondência
PM0036	Faro de Entorpecentes	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0037	Apresentação de Adestramento Canino	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
PM0038	Equoterapia	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
PM0039	Trabalho Comunitário	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
PM0040	Atendimento de Net Denúncia	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Central de Atendimento (0800-48-1717)
PM0041	Atendimento de Requisições de Órgãos Públicos, Institutos e Fundações	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Correspondência
PM0042	Programa Protetor Ambiental	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
PM0043	Palestra de Educação Ambiental	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
PM0044	Visita à Trilha Ecológica do Rio Vermelho	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
PM0045	Atividade de Educação Ambiental - Participação em Feiras	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
16008 - INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA - IGP			
IGP0002	Emissão da carteira de identidade – outras localidades	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
IGP0003	Emissão de carteiras funcionais de servidores do estado de SC	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
IGP0004	Retrato falado - Identificação facial	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência, Malote
IGP0005	Pesquisa de antecedentes	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Correspondência
IGP0006	Pesquisa e confronto impressões digitais	Órgãos Públicos	E-mail, Correspondência
IGP0007	Pesquisa de latentes no sistema afis e confronto de impressões digitais	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Correspondência, Malote
IGP0008	Certidão de prontuário	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
IGP0009	Laudo de Lesão Corporal	Órgãos Públicos	E-mail, Presencial, Correspondência
IGP001	Emissão Carteira de Identidade - Sede	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
IGP0010	Laudo Cadavérico	Cidadãos e Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
IGP0011	Laudo de Crime Sexual	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
IGP0012	Laudo Clínico de Embriaguez	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
IGP0013	Parecer Médico-Legal	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
IGP0014	Exame de Fonética Forense	Órgãos Públicos	Telefone, Presencial, Correspondência
IGP0015	Exames em dispositivos de armazenamento computacional e em celulares	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
IGP0016	Exames em armas e munição	Órgãos Públicos	Presencial, Correspondência, Malote
IGP0017	Exame de Papiloscopia Forense	Órgãos Públicos	Presencial, Correspondência, Malote
IGP0018	Exame documentoscópico	Órgãos Públicos	Presencial, Correspondência, Malote
IGP0019	Exame em local de crime contra a vida	Órgãos Públicos	Telefone, Presencial, Correspondência
IGP0020	Exames de Contabilidade Forense	Órgãos Públicos	Presencial, Correspondência, Malote
IGP0021	Exame em veículo automotor	Órgãos Públicos	Presencial, Correspondência, Malote
IGP0022	Exame em local de crime contra o patrimônio	Órgãos Públicos	Telefone, Presencial, Correspondência
IGP0023	Exame de Engenharia Legal	Órgãos Públicos	Telefone, Presencial, Correspondência
IGP0024	Análise de vestígios biológicos	Órgãos Públicos	Presencial, Correspondência, Malote
IGP0025	Identificação de Venenos e outras substâncias em Alimentos e afins	Cidadãos - Empresas	Presencial, Correspondência, Malote
IGP0026	Identificação de Substâncias Inflamáveis	Órgãos Públicos	Presencial, Correspondência, Malote
IGP0027	Análise Toxicológica	Órgãos Públicos	Presencial, Correspondência, Malote
IGP0028	Identificação Humana por DNA	Órgãos Públicos	Presencial, Correspondência, Malote
IGP0029	Identificação de Drogas Psicotrópicas	Órgãos Públicos	Presencial, Correspondência, Malote
18001 - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SPG			
SPG01	Painel SC	Cidadãos e Órgãos Públicos	Internet, E-mail
SPG02	Mensagem do governador à Assembléia Legislativa	Cidadãos e Órgãos Públicos	Internet, Presencial
SPG-03	Organizações sociais	Cidadãos e Órgãos Públicos	Internet, Presencial
SPG04	Base Cartográfica de Santa Catarina	Cidadãos e Órgãos Públicos	Internet, Telefone, Presencial
SPG05	Base de Dados Estatísticos	Cidadãos e Órgãos Públicos	Internet, Telefone, Presencial
SPG06	Gerenciamento Costeiro	Cidadãos e Órgãos Públicos	Internet, Telefone, Presencial
23001 - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE - SOL			
SOL0001	Incentivo aos projetos cadastrados nos segmentos do Turismo, Cultura e Esporte do SEITEC	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
SOL0002	Orientações para a entrega da prestação de contas dos projetos pagos via SEITEC	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail
SOL0003	Cadastro de prestadores de serviços turísticos no sistema Cadastur do Ministério do Turismo	Cidadãos - Empresas	Presencial, E-mail, Telefone e Correspondência
SOL0004	Entrada do processo de classificação no Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem - SBClass e emissão de certificado de classificação	Cidadãos - Empresas	Internet e Correspondência
23021 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTES - FESPORTE			
FES0001	Jogos Escolares Paradesportivos SC - PARAJESC	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
FES0002	Jogos Escolares SC - JESC 15 a 17 anos	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
FES0003	Jogos Escolares SC - JESC - 12 a 14 anos	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
FES0004	Moleque Bom de Bola - 12 a 15 anos	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
FES0005	Dança Catarina	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone
FES0006	Jogos Abertos Paraesportivos SC - PARAJASC	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
FES0007	Jogos Abertos da Terceira Idade de Santa Catarina - JASTI	Cidadãos e Órgãos Públicos	Telefone, Presencial
23022 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA - FCC			
FCC003	Organização e logística de eventos	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
FCC014	Sistema Estadual de Museus	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
FCC015	Administração de casa de espetáculo	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência, Site
FCC016	Disponibilização e administração de casa de espetáculo	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência, Site
FCC017	Disponibilização de espaço físico de caráter museal destinado a contribuir com a disseminação e o fortalecimento das artes visuais em Santa Catarina	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
FCC018	Serviços museológicos relativos a som e imagem	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência, Site
FCC021	Disponibilização de espaço físico para exposição e comercialização do artesanato catarinense	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência, Site
FCC024	Serviços bibliotecários	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência, Site
FCC025	Espaço expositivo museal destinado a contribuir para guarda e disseminação do patrimônio naval brasileiro	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
FCC026	Espaços de cultura e estímulo a manifestações culturais	Cidadãos - Empresas	Internet, Telefone, Presencial, Correspondência, Site
FCC027	Oficinas de Arte	Cidadãos	Presencial
FCC028	Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
FCC029	Escolinha de Arte	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência, Site
FCC030	TAC 7:30	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência, Site
FCC031	CIC 8:30-Grandes Encontros	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência, Site
23023 - SANTA CATARINA TURISMO S/A - SANTUR			
TUR0001	Pesquisas e Estudos Turísticos	Cidadãos - Empresas - Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
TUR0002	Participação em Eventos	Empresas - Órgãos Públicos	E-mail, Telefone
TUR0003	Visita técnica de familiarização - FAMTOUR/FAMPRESS	Empresas - Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Correspondência
TUR0004	Informações Turísticas de Santa Catarina	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento, Presencial
26001 - SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO - SST			
SST0001	Acolhimento Institucional	Cidadãos	Presencial
	Intermediação de Mão de Obra	Cidadãos - Empresas	Internet, Telefone, Presencial
SST0002	Apoio Financeiro	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
	Seguro-Desemprego	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
SST0003	Qualificação	Cidadãos - Empresas	Internet, Presencial
SST0004	Ações preventivas e proativas de acompanhamento	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
	Artesanato e Economia Solidária	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
SST0005	Informação e Análise do Mercado de Trabalho	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone
	Planos de Apoio	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Presencial, Correspondência



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
SST0006	Monitoramento e Avaliação	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SST0007	Planos de Educação Permanente	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SST0008	Assessoria financeira, material e estrutural da Comissão Intergestores Bipartite - CIB	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SST0009	Assessoria financeira, material e estrutural do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SST001	Acompanhamento das Obras de Equipamentos de Assistência Social	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
SST0010	Assessoria financeira, material e estrutural do Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SST002	Regularização Fundiária - Programa Lar Legal	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial
SST003	Apoio Técnico	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SST01	Campanha de divulgação das ações de defesa e atendimento das crianças e adolescentes.	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Correspondência, Mídia Televisiva e Rádio
	Cofinanciamento de projetos que visem a garantia de direitos da criança e adolescente.	Cidadãos - Empresas	Internet
SST02	Implantação e implementação do SIPIA/SINASE no estado de Santa Catarina	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
SST03	Capacitação dos atores da política da criança e adolescente.	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
SST04	Apoio técnico-financeiro para desenvolvimento de programas de política da criança e do adolescente	Cidadãos - Empresas	Internet
26022 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - COHAB			
COHAB0001	Produção de moradias urbanas	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
COHAB0002	Produção de moradias rurais	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
COHAB0003	Projetos Técnicos Gratuitos	Cidadãos	Internet
COHAB0004	Reforma e Ampliação de Moradias Urbanas e Rurais	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
COHAB0005	Contratação de Financiamento Habitacional	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
COHAB0006	Emissão de cópia de contratos	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
COHAB0007	Transferência de imóvel financiado pela COHAB/SC	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
COHAB0008	Acionamento de seguro por morte ou invalidez permanente de mutuários da COHAB/SC	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
COHAB0009	Acionamento de seguro por danos físicos ao imóvel financiado pela COHAB/SC	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
COHAB0010	Emissão de 2ª via de carnês e boletos	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
COHAB0011	Negociação de atraso no financiamento	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
COHAB0012	Quitação de financiamento do imóvel	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
COHAB0013	Emissão de termo de quitação de financiamento do imóvel	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
27021 - FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA			
FATMA0001	Licenciamento de atividades e empreendimentos submetidos a estudo de impacto ambiental	Cidadãos - Empresas	Internet, Telefone, Presencial
FATMA0002	Licenciamento de atividades e empreendimentos submetidos a estudo ambiental simplificado de porte	Cidadãos - Empresas	Internet, Telefone, Presencial
FATMA0003	Licenciamento de atividades e empreendimentos de geração de energia acima de 1,0 mw	Cidadãos - Empresas	Internet, Telefone, Presencial
FATMA0004	Licenciamento para autorização de corte de vegetação para área superior a 50 ha	Cidadãos - Empresas	Internet, Telefone, Presencial
FATMA0005	Auxílio às coordenadorias do meio ambiente	Órgãos Públicos	Internet, Telefone, Presencial
FATMA0006	Elaboração de instruções normativas para subsidiar os processos de licenciamento	Órgãos Públicos	Internet, Telefone, Presencial
FATMA0007	Análise de termos de referência de estudos de impacto ambiental	Cidadãos - Empresas	Internet, Telefone, Presencial
FATMA0008	Orientação técnica para empreendimentos de grande porte	Cidadãos - Empresas	Internet, Telefone, Presencial



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
FATMA0009	Fiscalização Ambiental	Cidadãos - Empresas	Telefone, Central de Atendimento (Ex: 0800 e 0300), Presencial
FATMA0010	Auto de Infração Ambiental - AIA	Cidadãos - Empresas	Presencial
FATMA0011	Relatório de Fiscalização	Cidadãos - Empresas	Presencial
FATMA0012	Municipalização	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial
FATMA0013	Capacitação/Treinamento para agentes fiscais	Órgãos Públicos	Presencial
FATMA0014	Operações Especiais de Fiscalização	Cidadãos - Empresas	E-mail, Presencial
FATMA0015	Atendimento ao público	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial
FATMA0016	Atendimento às regionais ou municípios conveniados	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
FATMA0017	Monitoramento de balneabilidade	Cidadãos	Internet, Presencial, Placas Indicativas
FATMA0018	Auxílio à criação de Unidades de Conservação	Cidadãos - Empresas	Telefone, Presencial
FATMA0019	Gestão de Unidades de Conservação	Cidadãos	Presencial
FATMA0020	Pesquisa em Unidades de Conservação	Órgãos Públicos	Presencial
fatma0021	Monitoramento de Fauna em Unidades de Conservação Estaduais	Órgãos Públicos	Presencial
fatma0022	Autorização para captura de imagens e pesquisa em Unidades de Conservação Estaduais	Cidadãos - Empresas	Telefone, Presencial
fatma0023	Visitação em Unidades de Conservação Estaduais	Cidadãos	Internet, Presencial
fatma0024	Avaliação de impactos de empreendimentos sobre Unidades de Conservação Estaduais	Empresas - Órgãos Públicos	Presencial
fatma0025	Destinação de recursos de compensação ambiental a Unidades de Conservação	Órgãos Públicos	Presencial, Processo Administrativo
fatma0026	Fornecimento de dados vetoriais sobre Unidades de Conservação Estaduais e uso do solo	Cidadãos - Empresas	Presencial
fatma0027	Declaração de inclusão fundiária em Unidades de Conservação Estaduais	Cidadãos - Empresas	Telefone, Presencial
fatma0028	Indenização de propriedades englobadas por Unidades de Conservação Estaduais	Cidadãos - Empresas	Presencial, Processo Administrativo
fatma0029	Apoio à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural	Cidadãos - Empresas	Presencial
fatma0030	Autorização para manejo de fauna em vida livre	Cidadãos - Empresas	Telefone, Presencial
fatma0031	Autorização para criação de fauna em cativeiro	Cidadãos - Empresas	Presencial, Processo Administrativo
fatma0032	Orientação a criadores amadoristas de fauna passeriforme (SISPASS)	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
fatma0033	Vistorias em empreendimentos de fauna	Empresas	Presencial
fatma0034	Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS	Cidadãos	Presencial
FATMA0035	Autorização para resgate e monitoramento de fauna para estudos de licenciamento ambiental	Empresas	Presencial, Processo Administrativo
fatma0036	Autorização para torneios de canto de pássaros	Cidadãos	E-mail, Presencial
fatma0037	Pagamento por Serviços Ambientais (Créditos de Conservação)	Cidadãos - Empresas	Telefone, Presencial
fatma0038	Cadastro de áreas para pagamento de Créditos de Conservação	Cidadãos - Empresas	Telefone, Presencial
fatma0039	Formação de corredores ecológicos através da implantação de práticas agrícolas conservacionistas	Cidadãos	Telefone, Presencial
fatma0040	Educação Ambiental em ônibus itinerante ("Eco-ônibus"), escolas, feiras e eventos	Cidadãos	Presencial
fatma0041	Publicações na área de conservação e educação ambiental	Cidadãos	Presencial
fatma0042	Acreditação de laboratórios de análise	Empresas	Telefone, Presencial
fatma0043	Análises laboratoriais de uso interno (fiscalização)	Órgãos Públicos	Presencial
fatma0044	Análise de restrições ambientais em processos de usucapião	Cidadãos - Órgãos Públicos	Presencial
fatma0045	Cadastro Ambiental Rural - CAR	Cidadãos	Presencial
fatma0046	Manutenção de listas de interesse ambiental: espécies ameaçadas de extinção, espécies endêmicas	Cidadãos - Empresas	Telefone
fatma0047	Elaboração de propostas de normas técnicas e legislação na área ambiental	Empresas - Órgãos Públicos	Telefone, Presencial
fatma0048	Orientação em ações de erradicação de espécies exóticas invasoras	Cidadãos - Empresas	Telefone, Presencial
FATMA0049	Atendimento às demandas judiciais	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
FATMA0050	Atendimento às demandas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público	Órgãos Públicos	Internet, Telefone, Presencial



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
27023 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC			
JUCESC0001	Autenticação de livros mercantis	Empresas	Presencial
JUCESC0002	Certidão	Cidadãos - Empresas - Instituições	Internet, Presencial
JUCESC0003	Concessão de matrícula de leiloeiro público oficial	Cidadãos	Presencial
JUCESC0004	Registro e arquivamento de atos mercantis e atividades afins	Cidadãos - Empresas	Presencial
JUCESC0005	Matrícula de tradutores públicos/agentes auxiliares do comércio	Cidadãos	Presencial
JUCESC0006	Autenticação de livro contábil digital	Empresas	Internet
JUCESC0007	Serviço de atendimento ao usuário	Cidadãos - Empresas - Instituições	Internet, Telefone
JUCESC0008	Matrícula de administradores de armazéns gerais, trapicheiros/agentes auxiliares do comércio	Empresas	Presencial
27024 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FAPESC			
FAPESC0001	Fomentar a pesquisa e a inovação	Pesquisadores	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Plataforma FAPESC
27025 - INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA - IMETRO			
IMETRO001	Verificação em instrumentos de medição inicial e eventual	Empresas	Telefone
IMETRO003	Fiscalização de produtos certificados/regulamentados	Empresas	Internet
IMETRO004	Fiscalização de serviços regulamentados	Empresas	Internet
IMETRO005	Fiscalização de instrumento de medição e produtos pré-medidos	Empresas	Internet
IMETRO006	Cadastro de empresas para selagem em cronotacógrafos	Empresas	Internet
IMETRO007	Dívida ativa	Empresas	Telefone
IMETRO008	Atendimento a denúncias, reclamações ou críticas	Empresas	E-mail
IMETRO009	Atendimento às solicitações de informações, sugestões e elogios pela ouvidoria	Empresas	E-mail
IMETRO002	Verificação periódica em instrumentos de medição	Empresas	Internet
27026 - CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC			
CIA0001	Desenvolvimento de Sistemas	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0002	Manutenção de sistemas	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0003	Consultoria de TIC	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0004	Logradouro	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0005	Elaboração e gestão de projetos	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0006	Consultoria em planejamento e implementação de projetos de BI	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0007	Extruturação de dados para ambiente de tomada de decisão (OLAP)	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0008	Consultoria e construção de dashboards aderentes a gestão de informação	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0009	Desenvolvimento de portais georreferenciados	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0010	Consultoria em soluções de inovação governamental e com o cidadão	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0011	Orçamentos para implementação de redes ópticas	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0012	Execução de projetos de infraestrutura de redes ópticas	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0013	Administração e manutenção de redes de fibras ópticas	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0014	Consultoria para execução de projetos em ambiente de TIC	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0015	Serviços de provimento à internet	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0016	Consultoria de redes de computadores	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0017	Elaboração de projetos para possibilitar conectividade de rede de dados	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0018	Elaboração de redes virtuais	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0019	Manutenção e administração de infraestrutura física e lógica de redes para conexão à internet	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0020	Manutenção e administração física e lógica de redes de dados	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0021	Elaboração de projeto lógico de redes de dados	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0022	Consultoria, suporte e treinamento em segurança de rede e internet	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0023	Provimento de soluções para acesso webcache e proxy	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0024	Suporte antivírus corporativo	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0025	Resposta a tratamento de incidência de segurança	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0026	Monitoramento de rede, servidores e ativos de informática	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0027	Consultoria e implementação em soluções wireless	Fornecedores	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0028	Elaboração de orçamentos de soluções de segurança	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0030	Administração e monitoramento de banco de dados	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
CIA0031	Backup de banco de dados	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0032	Ajustes de performance de banco de dados	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0033	Consultoria e suporte a servidores Windows Server	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0034	Consultoria e suporte de servidores Linux	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0035	Administração de servidores Windows, Linux e AIX	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0036	Suporte, administração e monitoramento de servidores z/OS	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0037	Consultoria, planejamento e implantação de solução Microsoft Active Directory	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0038	Verticalização de servidores	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0039	Gestão de ambientes virtualizados	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0040	Configuração de segurança de sistemas operacionais Windows e Linux	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0041	Configuração de segurança de servidores e aplicativos Web	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0042	Conversão de servidores físicos em servidores virtuais	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0043	Suporte e implantação do Google Apps	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0044	Suporte e soluções de mensageria	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0045	Administração de equipamentos de armazenamento	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0046	Instalação e configuração de servidores físicos	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0047	Suporte a aplicativos em servidores Windows e Linux	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0048	Administração de servidores Web e de aplicação	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0049	Administração de repositório de programas fonte	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0050	Gerenciamento e monitoramento de servidores físicos, virtuais e outros	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0051	Gerenciamento e monitoração de serviços em servidores com Zabbix	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0052	Especificação técnica para equipamentos servidores	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0053	Administração do domínio sc.gov.br	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0054	Elaboração de arquitetura de sistemas	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0055	Gestão da nuvem privada do CIASC/Governo de SC	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0056	Administração e gerenciamento de acessos VPN	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0057	Monitoramento e controle servidores de produção da Rede de Governo; impressão; backup; storage	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0058	Monitoramento do Backbone da rede e servidores do Data Center	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0059	Administração de itens de hardware e software dos serviços em produção	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0060	Administração de Banco de Dados	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0061	Colocation	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0062	Impressão de documentos	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0063	Backup & Restore	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0064	Automação de rotinas de baixa e média plataforma	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0065	Guarda de microfilme	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
CIA0029	Hospedagem, instalação, configuração e dimensionamento de banco de dados	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
41002 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE			
PGE00001	Informação e orientação sobre dívida ativa	Cidadãos - Empresas	Telefone, Presencial
PGE00002	Informação e orientação sobre protesto de dívida ativa	Cidadãos - Empresas	Telefone, Presencial
PGE00003	Consultoria jurídica	Órgãos Públicos	Encaminhamento de Requerimento
PGE00004	Serviço de protocolo	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
PGE00005	Recepção	Cidadãos - Empresas	Telefone, Presencial
PGE00006	Estágio - programa novos valores	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
PGE00007	Estágio - programa adimplência geral	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
41003 - SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL - SAN			
SAN00001	Coordenação e Articulação de Ações do Governo junto ao Governo Federal	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
41004 - SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - SAI			
SAI00001	Promoção do relacionamento do Poder Executivo com autoridades e organismos de países estrangeiros	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
SAI00002	Orientação e coordenação das atividades de representação dos interesses administrativos do Estado e, quando solicitado, dos Municípios e da sociedade catarinense perante as representações diplomáticas	Cidadãos - Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
SAI00003	Orientação e coordenação dos órgãos da Administração Estadual nas ações internacionais, em especial na firmatura de protocolos, convênios e contratos internacionais	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
SAI00004	Orientação e coordenação da elaboração de projetos do setor público estadual e municipal junto a organismos internacionais	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
SAI00005	Desenvolvimento das atividades de relacionamento com o Corpo Consular	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
SAI00006	Articulação das ações de governo relativas à integração internacional, especialmente com o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
SAI00007	Acompanhamento das políticas e diretrizes do Governo Federal para assuntos de comércio exterior, bem como as atividades dos demais Estados da Federação quanto às políticas de incentivos ao investimento estrangeiro	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
SAI00008	Execução das atividades, no âmbito da economia internacional, visando à atração de investimentos estrangeiros, à implantação de novas empresas e à promoção de negócios	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial
SAI00009	Planejamento e execução das atividades de inteligência competitiva e comercial, na busca de dados, informações e conhecimentos indispensáveis às ações de promoção das exportações catarinenses e de atração de investimentos estrangeiros	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial
SAI0010	Organização e coordenação, em articulação com a Secretaria Executiva da Casa Militar, a agenda internacional de missões, recepções e eventos internacionais	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
41005 - SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO			
Secom001	Campanha publicitária	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
Secom002	Elaboração e registro de marcas, logotipos e identidades visuais	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
Secom003	Consultoria Técnica	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
Secom004	Criação de sites	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
Secom005	Promoção	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
Secom006	Cobertura jornalística	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
Secom007	Divulgação de notícias	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
Secom008	Produção de conteúdo	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
Secom009	Assessoria de imprensa	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
Secom010	Compras	Colaboradores	Telefone, Presencial
Secom011	Contratos	Fornecedores	Telefone, Presencial
Secom012	Redes	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
41023 - SC PARTICIPAÇÕES E PARCERIAS S/A - SCPAR			
SCPAR001	Apoio e incentivo à implantação e expansão de empresas no território catarinense	Empresas - Órgãos Públicos	E-mail, Presencial
SCPAR002	Gestão de empreendimentos estratégicos para o desenvolvimento da economia catarinense	Empresas - Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
SCPAR003	Coordenação, implementação e apoio ao programa de parcerias público-privadas do estado de Santa Catarina	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial
SCPAR004	Estruturação de projetos e programas estratégicos para a geração de investimentos no território catarinense	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial
SCPAR005	Estruturação e programas estratégicos para a geração de investimentos no território catarinense	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial
41025 - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A - CASAN			
CASAN001	Viabilidade de água	Cidadãos - Empresas	Presencial
CASAN003	Viabilidade de esgoto	Cidadãos - Empresas	Presencial
CASAN005	Ligação nova	Cidadãos - Empresas	Presencial
CASAN007	Análise de água	Cidadãos - Empresas	Presencial
CASAN008	Aferição de hidrômetro	Cidadãos - Empresas	Presencial
CASAN009	Tarifa especial	Cidadãos - Empresas	Presencial
CASAN011	Corte/Suspensão no fornecimento de água	Cidadãos - Empresas	Presencial
CASAN012	Religação de água cortada no cavalete	Cidadãos - Empresas	Presencial
CASAN013	Religação de água cortada no ramal	Cidadãos - Empresas	Presencial
CASAN014	Falta de água	Cidadãos - Empresas	Internet, Central de Atendimento (Ex: 0800 e 0300)



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
CASAN015	Vazamento de água no cavalete	Cidadãos - Empresas	Internet, Central de Atendimento (Ex: 0800 e 0300)
CASAN016	Vazamento de esgoto	Cidadãos - Empresas	Internet, Central de Atendimento (Ex: 0800 e 0300)
CASAN017	Vazamento de água na rua	Cidadãos - Empresas	Internet, Central de Atendimento (Ex: 0800 e 0300)
CASAN018	Levantamento/rebaixamento de redes	Cidadãos - Empresas	Presencial
CASAN019	Deslocamento de ramal/cavalete	Cidadãos - Empresas	Internet, Central de Atendimento (Ex: 0800 e 0300)
CASAN020	Interligação de redes	Empresas	Presencial
CASAN021	Água suja/descarga no cavalete	Cidadãos - Empresas	Internet, Central de Atendimento (Ex: 0800 e 0300)
CASAN022	Recomposição de pavimento	Cidadãos - Empresas	Internet, Central de Atendimento (Ex: 0800 e 0300)
CASAN023	Redimensionamento de ramal/cavalete	Cidadãos - Empresas	Presencial
CASAN024	Fornecimento de caminhão pipa	Cidadãos - Empresas	Internet, Central de Atendimento (Ex: 0800 e 0300)
CASAN025	Verificação de pressão	Cidadãos - Empresas	Internet, Central de Atendimento (Ex: 0800 e 0300)
CASAN026	Fiscalização de vazamento oculto	Cidadãos - Empresas	Presencial
41026 - SPCAR PORTO DE IMBITUBA S.A. - SPCAR PORTO			
PORIM001	INFRAMAR	Empresas e Fornecedores	Presencial
PORIM002	INFRATER	Empresas e Fornecedores	Presencial
PORIM003	Armazenagem	Empresas e Fornecedores	Presencial
PORIM004	Arrendamento	Empresas e Fornecedores	Presencial
PORIM005	Serviços acessórios ligados à atividade portuária	Empresas e Fornecedores	Presencial
43001 - PROCURADORIA GERAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - MPTC			
MPTC0001	Espaço fale conosco	(vazio)	E-mail
MPTC0002	Consulta de processos online	(vazio)	Internet
MPTC0003	Prestação de contas	(vazio)	Internet
MPTC0004	Remuneração e dados funcionais dos servidores	(vazio)	Internet
MPTC0005	Acesso ao Diário Oficial Eletrônico do TCE/SC e Diário Oficial do Estado/SC	(vazio)	Internet
MPTC0006	Espaço intranet	Colaboradores	Internet
MPTC0007	Atendimento Presencial	(vazio)	Presencial
MPTC0008	Recepção de documentos	(vazio)	Presencial
MPTC0009	Consulta - estrutura funcional do mptc	(vazio)	Internet
MPTC0010	Recepção, distribuição e expedição de processos	Órgãos Públicos	Presencial
MPTC0011	Consulta - missão institucional	(vazio)	Internet
MPTC0012	Acesso - ouvidoria geral do estado de sc	(vazio)	Internet
44001 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA - SAR			
SAR00001	Certidão para fins de escrituração de posse	Cidadãos - Produtor rural	E-mail, Telefone, Presencial
SAR00002	Programa de inclusão digital – Beija-Flor	Produtor rural	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
SAR00003	Comunidade rural e pesqueira do estado de Santa Catarina	Produtor rural	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
SAR00004	Indenizações em emergências e ações sanitárias	Produtor rural	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
SAR00005	Programa Terra Boa	Produtor rural	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
SAR00006	Programa Santa Catarina Rural - SC Rural	Produtor rural	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SAR00007	Recuperação ambiental nos corredores ecológicos chapecó e timbó	Produtor rural	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
44022 - COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIDASC			
CIDASC0001	Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produtor Rural - Empresas	Presencial



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
CIDASC0002	Capacitação de produtores rurais e usuários em classificação vegetal	Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0003	Selo de Conformidade CIDASC - SCC	Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0004	Cadastro de Agrotóxicos	Produtor Rural - Empresas	Internet
CIDASC0005	Fiscalização de Sementes e Mudanças	Produtor Rural - Empresas	Internet, Presencial
CIDASC0006	Fiscalização de Agrotóxicos	Empresas	Presencial
CIDASC0007	Inspeção de Produtos de Origem Animal	Empresas	Presencial
CIDASC0008	Obtenção do Serviço de Inspeção Estadual - SIE	Empresas	Presencial
CIDASC0009	Cadastro de frigorífico para novilho precoce	Empresas	Presencial
CIDASC0010	Exame de Anemia Infecciosa Equina	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0011	Exame de Brucelose AAT	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0012	Triagem de Exame de Raiva	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0013	Sanidade dos Caprinos e Ovinos	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0014	Sanidade dos Animais Aquáticos	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0015	Sanidade Equídea	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0018	Vigilância Sanitária Animal e Trânsito	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Internet, Presencial
CIDASC0019	Vigilância Epidemiológica	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0020	Vigilância para Febre Aftosa e Síndromes Vesiculares	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Telefone, Presencial
CIDASC0021	Controle da Raiva e Vigilância para Encefalopatias Transmissíveis	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0022	Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Bovinas	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0023	Rastreabilidade Bovina e Bubalina	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0024	Sanidade Suídea	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0025	Sanidade Avícola	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0026	Consultas Defesa Sanitária Vegetal	Produtor Rural - Empresas	Internet, Presencial
CIDASC0027	Cadastro de Permissão de Trânsito Vegetal - PTV	Produtor Rural - Empresas	Internet, Presencial
CIDASC0028	Cadastro de Novos Usuários de Permissão de Trânsito Vegetal - PTV	Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0029	Defesa Sanitária Vegetal	Cidadão - Produtor Rural - Empresas	Presencial
CIDASC0030	Movimentação de Granéis Sólidos	Empresas	Presencial
CIDASC0031	Armazenagem de Granéis Sólidos	Empresas	Presencial

44023 - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
Epagri0001	Assistência Técnica e Extensão Rural e Pecuária para o desenvolvimento sustentável do meio rural e marinho em Santa Catarina- ATER	Produtor rural	Presencial
Epagri0002	Execução de políticas públicas de crédito rural e demais programas de fomento federais, estaduais e municipais do meio agropecuário e pesqueiro	Produtor rural	Presencial
Epagri0003	Viabilização do acesso e execução dos programas de crédito fundiário para a agricultura familiar	Produtor rural	Presencial
Epagri0004	Apoio ao desenvolvimento territorial rural e pesqueiro	Órgãos Públicos	Presencial
Epagri0005	Análise de Solo e Fertilizantes	Cidadão - Produtor rural - Empresas	Presencial
Epagri0006	Análise de Água	Cidadão - Produtor rural - Empresas	Presencial
Epagri0007	Análise bromatológica de alimentos para animais	Cidadão - Produtor rural - Empresas	Presencial
Epagri0008	Análise de tecido vegetal	Cidadão - Produtor rural - Empresas	Presencial
Epagri0009	Avaliação da eficácia agrônômica de agrotóxicos e afins	Cidadão - Produtor rural - Empresas	Presencial
Epagri0010	Disponibilização de material técnico	Cidadão - Produtor rural - Empresas	E-mail
Epagri0011	Disponibilização de programas de rádio e TV	Cidadão - Produtor rural - Empresas	E-mail
Epagri0012	Informações de preços, safras e mercado agropecuário	Cidadão - Produtor rural - Empresas	E-mail
Epagri0013	Previsão de tempo, análise do clima e condições do mar	Cidadão - Produtor rural - Empresas	Internet
Epagri0014	Monitoramento hidrológico	Cidadão - Produtor rural - Empresas	Internet
Epagri0015	Laudo meteorológico	Cidadão - Produtor rural - Empresas	Internet
Epagri0016	Mapas Digitais	Cidadão - Produtor rural - Empresas	Internet
45000 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SED			
SED0001	Alimentação Escolar	Órgãos Públicos	Presencial
SED0002	Transporte Escolar	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
SED0003	Processo Seletivo ACT	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SED0004	Concurso Público de Ingresso	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone
SED0006	Folha de Pagamento	Colaboradores	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SED0007	Dados Estatísticos	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone
SED0008	Processo de Pessoal	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Correspondência
SED0009	Subsídios de defesa e cumprimento de Decisão Judicial	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone
SED0010	Aposentadoria	Colaboradores	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
SED0011	Certidão de Tempo de Contribuição/Declaração de Tempo de Contribuição	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SED0012	Averbação de tempo de serviço	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SED0013	Licença Prêmio	Colaboradores	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SED0014	Abono e Gratificação de Permanência	Colaboradores	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SED0015	Revisão de Proventos	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SED0016	Formação Continuada	Colaboradores	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
SED0017	Afastamento Pós-Graduação	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SED0018	Progresso Funcional do Quadro do Magistério Público Estadual	Colaboradores	Internet, E-mail, Telefone, Correspondência



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
SED0019	Habilitação Profissional - Carteira do Professor	Colaboradores	Internet, E-mail, Telefone
SED0020	Estágio Probatório	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Correspondência
SED0021	Digitalização de Documentos do Órgão Central da SED e Unidades Escolares	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SED0022	Professor On-Line	Colaboradores	Internet
SED0023	Estudante On-Line	Cidadãos	Internet
SED0024	Prover informações aos professores conectados à rede de governo	Órgãos Públicos	Internet
SED0025	Intranet	Colaboradores	Internet
SED0026	Coordenação de Telefonia Móvel	Colaboradores	Presencial
SED0027	CONEXÃO INTERNET – GESAC /MC (Governo eletrônico, serviço de atendimento ao cidadão)	Órgãos Públicos	Telefone
SED0028	CONEXÃO INTERNET- PBLE(Programa Banda Larga na Escola MEC)	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone
SED0029	Disseminar o uso das TDIC na prática pedagógica das escolas públicas estaduais	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone
SED0030	Programa Novos Valores	Empresas	Telefone, Presencial
SED0031	Curso de Magistério	Cidadãos	E-mail, Presencial
SED0032	Material escolar para o estudante da rede pública estadual	Órgãos Públicos	E-mail, Presencial
SED0033	Pró-Universidade	Cidadãos	E-mail, Presencial
SED0034	Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às violências na escola	Cidadãos	Presencial
SED0035	Atendimento Pedagógico Domiciliar	Cidadãos	Presencial
SED0036	Programa Aviso por Infrequência de Alunos/APOIA online	Cidadãos	Internet
SED0037	Educação Básica nas Casas Familiares Rurais	Cidadãos	Presencial
SED0038	Cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes ao Ensino Médio	Cidadãos	Presencial
SED0039	Educação Básica nas Escolas do Campo	Cidadãos	Presencial
SED0040	Educação Básica nas Escolas Indígenas	Cidadãos	Presencial
SED0041	Educação Básica na modalidade EJA	Cidadãos	Presencial
SED0042	Ensino Fundamental de 9 (nove) anos	Cidadãos	Presencial
SED0043	Ensino Médio Inovador	Cidadãos	Presencial
SED0044	Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Cidadãos	Presencial
SED0045	Ensino Médio Regular	Cidadãos	Presencial
SED0046	Ação Relação Escola-Comunidade (Escola Aberta)	Cidadãos	Presencial
SED0047	Programa Escolas Interculturais de Fronteira	Cidadãos	Presencial
SED0048	Formação continuada para profissionais da educação	Órgãos Públicos	Presencial
SED0049	Professor Intérprete de Libras	Órgãos Públicos	Presencial
SED0050	Programa Nacional do Livro Didático/PNLD	Órgãos Públicos	Internet
SED0051	Programa Mais Cultura nas Escolas	Colaboradores	Presencial
SED0052	Programa Mais Educação	Cidadãos	Presencial
SED0053	Mobiliário Escolar	Órgãos Públicos	E-mail
SED0054	Programa Dinheiro Direto Na Escola - PDDE e suas ações	Órgãos Públicos	Internet
SED0055	Programa Estadual de Novas Oportunidades de Aprendizagem/PENOA	Cidadãos	Presencial
SED0056	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC	Colaboradores	Presencial
SED0057	PRONATEC	Cidadãos	Presencial
SED0058	Serviço de Atendimento Educacional Especializado/SAEDE	Empresas	Presencial
SED0059	Segundo professor de turma	Órgãos Públicos	Presencial
SED0060	Segundo professor de turma bilíngue	Órgãos Públicos	Presencial
SED0061	Vigilância orgânica e eletrônica para as escolas da rede estadual de ensino	Órgãos Públicos	E-mail
SED0062	Programa Brasil Profissionalizado	Cidadãos	Presencial
SED0063	Livro na Escola	Cidadãos	Presencial
SED0064	Sistema de Gestão Escolar	Cidadãos	Telefone, Presencial
SED0065	Atendimento Escolar Hospitalar/AEH	Cidadãos - Empresas	Presencial
SED0066	Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina - UNIEDU	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SED0067	Regularidade de funcionamento dos IES pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino	Cidadãos	Presencial



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
SED0068	Certificação Escolar de Exames Nacionais	Cidadãos e Órgãos Públicos	E-mail, Presencial, Correspondência, Nas Gerências de Educação
SED0069	Escolas Desativadas/Extintas	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SED0070	Certificação de equivalência de estudos	Cidadãos	Presencial, Presencial nas Gerências de Educação
SED0071	Supervisão da Educação Básica e Profissional	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SED0072	Regularidade de estudos	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SED0073	Formação para implementação de políticas de Educação Básica e Superior	Cidadãos - Empresas	Internet, Presencial
SED0074	Disseminação de dados, informações, indicadores e estudos educacionais	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Publicação de Estudos Educacionais
SED0075	Censo Escolar	Cidadãos e Órgãos Públicos	Internet
SED0076	Acompanhamento dos Contratos em Andamento de Obras e de Manutenção Escolar	Cidadãos - Empresas	Internet
SED0077	Cartão Escolar - CPESC	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
45021 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - FCEE			
FCEE00018	Avaliação diagnóstica para fins de encaminhamento	Externo - Diversos	Presencial
FCEE00016	Produção do livro acessível	Externo - Diversos	E-mail, Correspondência
FCEE00001	Capacitação de recursos humanos extensivo	Externo - Diversos	Internet, Presencial
FCEE00011	Atendimento às pessoas com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, deficiência, condutas típicas e altas habilidades/superdotação, em suas unidades, para produzir e difundir conhecimento na área da educação especial	Cidadãos	Presencial
FCEE00012	Acompanhamento dos usuários da FCEE na comunidade	Cidadãos	Telefone
FCEE00014	Educação Profissional	Cidadãos	Presencial
FCEE00015	Serviço de Reabilitação Visual e Adaptação de Prótese Ocular	Cidadãos	Presencial
FCEE00019	Prescrição de meios auxiliares de locomoção	Cidadãos	Presencial
FCEE00002	Capacitação de recursos humanos nuclear	Colaboradores	Internet, Presencial
FCEE00020	Pesquisa e produção de equipamentos e acessórios adaptados	Servidor Público	Presencial
FCEE00021	Biblioteca	Colaboradores	Internet, Presencial
FCEE00022	Análise técnico-pedagógica para enturmação	Empresas	E-mail
FCEE00023	Análise Técnica de Processos quanto ao serviço de "Atendimento em Classe"	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone
FCEE00024	Central de Interpretação de LIBRAS	Externo - Diversos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
FCEE00025	Desenvolvimento da prática esportiva	Cidadãos	Presencial
FCEE00003	Assessorias em educação especial	Externo - Diversos	Presencial
FCEE00004	Análise Técnica de Processos quanto à Implantação de Serviço de Atendimento Educacional Especializado – SAEDE e Inclusão de Alunos neste serviço	Órgãos Públicos	Correspondência
FCEE00005	Estágio Curricular Obrigatório	Externo - Diversos	Presencial
FCEE00006	Visita Técnica	Cidadãos	Presencial
FCEE00007	Certificação de Eventos	Externo - Diversos	Internet, Presencial
FCEE00008	Alojamento	Cidadãos	Presencial
FCEE00009	Projetos de extensão	Cidadãos	Presencial
FCEE00010	Desenvolvimento de estudos e pesquisas	Externo - Diversos	Presencial
FCEE00013	Encaminhamento ao Mercado de Trabalho	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
FCEE00017	Emissão de laudo de elegibilidade para concessão de benefícios às pessoas com deficiência	Cidadãos	Presencial
45022 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC			



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
UDESC001	Cursos de graduação	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
UDESC002	Disciplina isolada nos cursos de graduação	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
UDESC003	Reconhecimento de diplomas	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
UDESC004	Revalidação de diplomas	Cidadãos	Internet, E-mail, Presencial, Correspondência
UDESC005	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Arte no Campo (2013-2015)	Cidadãos	Presencial
UDESC006	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização em Controladoria e Finanças	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
UDESC007	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC008	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização em Engenharia de Software	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
UDESC009	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Informática Aplicada	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC010	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Artes Visuais	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC011	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC012	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em nível de Doutorado em Administração	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC013	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em nível de Mestrado Acadêmico em Administração	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC014	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em nível de Mestrado Profissional em Administração	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC015	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Animal	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC016	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Computação Aplicada	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC017	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em nível de Mestrado em Ciências Ambientais	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC018	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência e Engenharia de Materiais	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC019	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Design	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC020	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Civil	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC021	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino de Ciências, Matemática e Tecnologias	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC023	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Elétrica	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC024	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Mecânica	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC025	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Fisioterapia	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC026	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em História	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC027	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão da Informação	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC028	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em nível de Mestrado Acadêmico em Música	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
UDESC029	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Engenharia Florestal	Cidadãos	E-mail, Telefone
UDESC030	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC031	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Produção Vegetal	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC032	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência do Solo	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC033	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Teatro	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC034	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Zootecnia	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC035	Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em nível de Mestrado Profissional em Artes	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC036	Ensaio tecnológicos na área de materiais de construção civil	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
UDESC037	Ensaio Geotécnicos e de Pavimentação	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
UDESC038	Pesquisa na área de tecnologia de plasma	Empresas	Telefone, Presencial, Correspondência
UDESC039	Fabricação e caracterização de sensores em fibras ópticas	Cidadãos - Empresas	E-mail
UDESC040	Produção de materiais didáticos para química, física e matemática	Órgãos Públicos	E-mail



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
UDESC041	Avaliação e tratamento para pacientes com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC).	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
UDESC042	Avaliações Físicas e Medidas antropométricas e composição corporal	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
UDESC043	Estudos de Cidades	Cidadãos - Empresas	E-mail, Presencial
UDESC044	Jogos Eletrônicos Ativos e Musculação na Saúde de Adolescentes	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC045	Exercício Físico no Tratamento do Câncer de Mama	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC046	Atividade física no tratamento da síndrome da fibromialgia.	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial
UDESC047	Atividades Aquáticas para a Comunidade	Cidadãos	Presencial
UDESC048	Atividades aquáticas para promoção da saúde de crianças com sobrepeso e obesidade	Cidadãos	Presencial
UDESC049	Esportes de Contato	Cidadãos	Presencial
UDESC050	Fisioterapia desportiva	Cidadãos	Presencial
UDESC051	Ginástica Rítmica	Cidadãos	Presencial
UDESC052	Natação e Hidroginástica para a Terceira Idade	Cidadãos	Presencial
UDESC053	Prevenção e tratamento das disfunções do assoalho pélvico: do desconforto à satisfação	Cidadãos	Presencial
UDESC054	Programa de Extensão Ritmo e Movimento	Cidadãos	Presencial
UDESC056	Reabilitação e integração	Cidadãos	Presencial
UDESC057	Reabilitação Neurofuncional	Cidadãos	Presencial
UDESC058	Reabilitação no pós-câncer ginecológico	Cidadãos	Presencial
UDESC059	Sáude das mulheres na Guarda Municipal de Florianópolis	Cidadãos	Presencial
UDESC060	Treinamento de equilíbrio e prevenção de quedas	Cidadãos	Presencial
UDESC061	Manifestações da arte	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
UDESC062	Flauta doce	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial
UDESC063	Curso de Inglês – Nível Básico e Intermediário	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
UDESC064	Consulta local ao acervo bibliográfico	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
UDESC065	Empréstimo domiciliar	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
UDESC066	Consulta bibliográfica de acervo	Cidadãos - Empresas	Presencial
UDESC067	Escritório de Direitos Autorais - EDA	Cidadãos - Empresas	Presencial, Correspondência
UDESC068	Publicação de Livros	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
UDESC069	Divulgação dos indicadores de qualidade Institucionais, dos cursos de Graduação e Pós-graduação da UDESC	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
UDESC070	Eventos	Cidadãos - Empresas	Presencial
UDESC071	Visitação	Cidadãos - Empresas	Presencial
UDESC072	Fanpages da Udesc no Facebook	Cidadãos	Internet
UDESC073	Programa Estudante Convênio de Graduação	Estudantes de Ensino Médio, Técnico e Superior de SC	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
UDESC074	Programa Idioma Sem Fronteiras	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
UDESC075	Programa Mobilidade Acadêmica Internacional	Órgãos Públicos	Internet, Presencial
UDESC076	Programa Mobilidade Acadêmica Internacional Livre	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Presencial
UDESC077	Programa Mobilidade Acadêmica Nacional	Órgãos Públicos	Presencial
UDESC078	Divulgação das decisões dos Conselhos Superiores da UDESC	Cidadãos	Internet
UDESC079	Análise de processos	Órgãos Públicos	Presencial
UDESC080	Programa Ciência sem Fronteiras	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
UDESC081	Informativo "UDESC para todos"	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail
UDESC082	Ouvidoria	Cidadãos	Internet, Telefone, Presencial, Correspondência
UDESC083	Perfis da UDESC no Twitter	Cidadãos	Internet
UDESC084	Rádio UDESC FM	Cidadãos - Empresas	Internet, Aparelho de rádio
UDESC085	Site oficial da UDESC	Cidadãos	Internet
UDESC086	Coral	Cidadãos	Presencial
47000 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEA			
SED0005	Movimentação de servidores	Colaboradores	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
47022 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPREV			
IPREV0003	Emissão e retificação de certidão de tempo de contribuição - CTC	Servidor Público	Presencial
IPREV0005	Auxílio reclusão	Dependente de Associado	Presencial
IPREV0006	Concessão de benefício de pensão	Dependente de Associado	Presencial
IPREV0001	Concessão do benefício de aposentadoria	Servidor Público	Presencial
IPREV0002	Recadastramento de pensionista	Beneficiários	Presencial
IPREV0004	Averbação de tempo de serviço	Servidor Público	Presencial
52030 - FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO - ENA			
ENA00001	Cursos Ciclo Curto - Abertos	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
ENA00002	Cursos Ciclo Curto - Fechados	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
ENA00003	Cursos Ciclo Longo	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
53025 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA - DEINFRA			
DEIN-FRA0001	Autorização para ocupação da faixa de domínio	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
DEIN-FRA0002	Análise e Liberação de Eventos nas Rodovias Estaduais	Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
DEIN-FRA0003	Retificação de BOAT (Boletim de Acidente de Trânsito)	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
DEIN-FRA0004	Autorização Especial de Trânsito – AET	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
DEIN-FRA0005	Recursos de Infrações de Trânsito	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
DEIN-FRA0006	Construção e Fiscalização de Obras de Infraestrutura	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
DEIN-FRA0007	Declaração Positiva ou Negativa de Denominação de Rodovia	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
DEIN-FRA0008	Relação de Denominação de Trechos de Rodovias Estaduais	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail
DEIN-FRA0009	Mapa Rodoviário do Estado de Santa Catarina	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
DEIN-FRA0010	Volume de Tráfego das Rodovias Estaduais	Cidadãos - Empresas	E-mail
DEIN-FRA0011	Elaboração de projetos para obras hidráulicas	Órgãos Públicos	Presencial
DEIN-FRA0012	Elaboração de projetos para obras de edificações	Órgãos Públicos	Presencial
DEIN-FRA0013	Fiscalização de Obras Hidráulicas ou de Edificações	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
DEIN-FRA0014	Orçamento de Obras de Edificações Públicas	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
DEIN-FRA0015	Elaboração, análise, normatização e fiscalização de projetos complementares para obras de edificações	Órgãos Públicos	Presencial
DEIN-FRA0016	Gestão Ambiental de Obras de Infraestrutura	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
DEIN-FRA0017	Acompanhamento do Licenciamento Ambiental de obras de Infraestrutura	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
DEIN-FRA0018	Elaboração de Projetos para Obras Rodoviárias	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
DEIN-FRA0019	Orçamento de Obras Rodoviárias	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial
54001 - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA - SJC			
DEASE001	Centro de atendimento socioeducativo - CASE	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
DEASE002	Plantão de atendimento inicial	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
DEASE003	Centro de atendimento socioeducativo provisório - CASEP	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
DEASE004	Casa de semiliberdade - CSL	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
SJC0001	Atendimento aos consumidores	Cidadãos - Empresas	Telefone, Presencial
	Coordenação e articulação de ações de governo	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento, Presencial
SJC0002	Diretoria de inteligência e informação	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone, Central de Atendimento, Presencial
	Jurídico/ audiência	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Presencial
SJC0003	Cartório	Cidadãos - Empresas	Telefone, Presencial
	Escola Estadual De Defesa Do Consumidor	Cidadãos e Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
SJC0007	Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
SJC0008	Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
	Plantão de atendimento inicial - PAI	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
SJC0010	Casa de semiliberdade	Cidadãos	E-mail, Telefone, Presencial
55001 - SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SDC			
SDC0001	Homologação Estadual de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Correspondência, Sistema Integrados de Informações sobre Desastres (S2ID)
SDC0002	Coordenação das operações de socorro e assistência aos afetados por desastres	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Correspondência
SDC0003	Fornecimento de Itens de Assistência Humanitária	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Correspondência
SDC0004	Realização de ações de reabilitação e/ou recuperação das áreas afetadas por desastres	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Correspondência
SDC0005	Assessoria para encaminhamento de ações de reabilitação e/ou recuperação à União	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Correspondência
SDC006	Defesa Civil na Escola	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone
SDC007	Planejamento para o enfrentamento e prevenção de desastres	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone
SDC008	Eventos de Capacitação	Órgãos Públicos	Internet, E-mail, Telefone
SDC009	Disponibilização de imagens e dados da rede de monitoramento	Órgãos Públicos	Internet
SDC010	Emissão de boletins de avisos e alertas de desastres e da previsão do tempo voltada para a DC	Cidadãos - Empresas	Internet, E-mail, Telefone
SDC011	Prevenção no transporte de produtos perigosos	Cidadãos - Empresas	E-mail, Telefone, Correspondência
SDC012	Realização de ações preventivas de baixa complexidade	Órgãos Públicos	Correspondência
92021 - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - APSFS			
APSFS0001	Controle de Acesso de Pessoas	Fornecedores	Internet, E-mail, Presencial
APSFS0002	Cadastro de Empresas e Funcionários (emissão de crachá)	Empresas e Fornecedores	Internet, E-mail, Presencial
APSFS0003	Autorização de Entrada de Veículos	Empresas e Fornecedores	Internet
APSFS0004	Liberação de Importação	Empresas e Fornecedores	Presencial
APSFS0005	Presença de Exportação	Empresas e Fornecedores	E-mail, Presencial
APSFS0006	Certidão de Descarga Granel	Empresas e Fornecedores	Presencial
APSFS0007	Liberação para Embarque	Empresas e Fornecedores	Presencial
APSFS0008	Armazenagem de Importação de Carga Geral	Empresas e Fornecedores	Presencial
APSFS0009	Emissão de crachá	Empresas e Fornecedores	E-mail, Presencial
APSFS0010	Emissão de fatura de certidões de descarga	Empresas e Fornecedores	Presencial
APSFS0011	Armazenagem de Importação de Containers	Empresas e Fornecedores	E-mail, Presencial
APSFS0012	Cancelamento de Embarque de Exportação	Empresas e Fornecedores	Presencial
APSFS0013	Pesagem	Empresas e Fornecedores	Internet, Presencial
APSFS0014	Controle e expedição de cargas	Empresas e Fornecedores	Presencial
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEF			
SEF0008	Agentes arrecadadores/Instituições financeiras/Credenciamento	Empresas	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEA			
SEA003	Alienação de imóveis públicos do Estado	Cidadãos	E-mail, Telefone
SEA098	Declaração de não ocupar cargo ou emprego público	Cidadãos	Presencial
SEA001	Organização de processos licitatórios centralizados	Cidadão - Órgãos Públicos	E-mail, Telefone



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
SEA115	Pensão de excepcionais	Cidadãos	Presencial
SEA116	Pensão egressos Hospital Santa Tereza	Cidadãos	Presencial
SEA117	Pensão epidermólise bolhosa	Cidadãos	Presencial
SEA094	Auxílio funeral	Esposo/Esposa de Servidor Falecido	Presencial
SEA119	Inscrição no Programa de Estágio Novos Valores	Estudantes ee Ensino Médio, Técnico e Superior de SC	Presencial
SEA005	Análise de processos de usucapião	Cidadãos	Site, SGPE, Telefone
SEA009	Leilão	Cidadãos	E-mail, Telefone
SEA010	Arquivo Público - Pesquisa Presencial	Cidadãos	Presencial
SEA011	Arquivo Público - Pesquisa a Distância	Cidadãos	E-mail, Telefone, Carta
SEA012	Arquivo Público - Emissão de Certidão, Transcrição e Autenticação de Documentos	Cidadãos	E-mail, Presencial, Telefone
SEA013	Arquivo Público - Exposições Itinerantes	Cidadãos	Presencial
SEA015	Programa Cem Cópias Sem Custo	Cidadãos	Internet, E-mail, Telefone, Presencial, Correspondência
SEA043	Adesão ao SC Saúde	Cidadãos	Presencial
SEA044	Exclusão do SC Saúde	Cidadãos	Presencial
SEA045	Atendimento ao Segurado Ouvidoria	Cidadãos	Internet
SEA050	Ouvidoria	Cidadãos	Telefone, Presencial, Site, carta
SEA051	Lei de Acesso à Informação (LAI)	Cidadãos	Telefone, Presencial, Site, Carta
SEA014	Arquivo público - Monitoramento às Visitas Técnicas	Instituição	Presencial
SEA072	Telefonia Móvel - Contas	Órgãos Públicos	Telefone, E-mail e Presencial
SEA083	Sistema Integrado de Licitações	Cidadão - Órgãos Públicos – Empresas	E-mail, internet, Telefone, Presencial
SEA084	Cadastro de Fornecedores	Cidadão - Órgãos Públicos – Empresas	E-mail, internet, Telefone, Presencial
SEA085	Portal de Compras	Cidadão - Órgãos Públicos – Empresas	E-mail, internet, Telefone, Presencial
SEA019	Avaliação Pericial/ Exame Pericial para Admissão	Servidor Público	Agendamento
SEA020	Avaliação Médico Pericial/ Licença para Tratamento de Saúde	Servidor Público	Agendamento/ Prontuário
SEA021	Avaliação Pericial / Licença e Procedimentos Decorrentes de Acidente no Trabalho ou Doença Profissional	Servidor Público	Agendamento/ Prontuário
SEA022	Avaliação Pericial/ Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família	Servidor Público	Agendamento/ Prontuário
SEA023	Avaliação Pericial/ Licença à Gestante	Servidor Público	Agendamento/ Prontuário
SEA024	Avaliação Pericial/ Readaptação Funcional	Servidor Público	Processo/Agendamento/Prontuário
SEA025	Avaliação Pericial/ Remoção	Servidor Público	Processo/agendamento/Prontuário
SEA026	Avaliação Pericial/ Aposentadoria por Invalidez	Servidor Público	Agendamento/ Prontuário
SEA027	Avaliação Pericial/Isenção de Imposto de Renda	Servidor Público	Processo/Agendamento/Prontuário
SEA028	Avaliação Pericial/ Isenção de Contribuição Previdenciária	Servidor Público	Processo/Agendamento/Prontuário
SEA029	Avaliação Pericial/ Reversão de Aposentadoria	Servidor Público	Processo/Agendamento/Prontuário
SEA030	Avaliação Pericial/ Integralização de Proventos	Servidor Público	Processo/Agendamento/Prontuário
SEA031	Avaliação Pericial/ Salário Triplo	Servidor Público	Processo/Agendamento/Prontuário
SEA032	Avaliação Pericial/ Inscrição junto ao Iprev / Pensão Previdenciária	Servidor Público	Processo/Agendamento/Prontuário
SEA033	Avaliação Pericial/ Inscrição junto ao Plano de Saúde	Servidor Público	Processo/Agendamento/Prontuário
SEA034	Avaliação Pericial/ Exame Pericial por Perícia Médica	Servidor Público	Processo/Agendamento/Prontuário



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
SEA035	Avaliação Pericial/ Quitação de Imóvel Financiado	Servidor Público	Processo/Prontuário
SEA036	Avaliação Pericial/ Revisão de Aposentadoria	Servidor Público	Processo/Agendamento/Prontuário
SEA037	Avaliação Pericial/ Auxílio Doença RGPS	Servidor Público	Agendamento/ Prontuário
SEA038	Avaliação Pericial/ Precatórios	Servidor Público	Agendamento/ Prontuário
SEA039	Avaliação Pericial/ Salário Maternidade	Servidor Público	Agendamento/ Prontuário
SEA040	Avaliação Pericial/ Perícia Móvel	Servidor Público	Visita Domiciliar ou Institucional
SEA041	Auditoria dos benefícios e afastamentos avaliados pela Diretoria de Saúde do Servidor	Cidadão - Servidor Público	Processo; Prontuário-Pericial
SEA042	Informação de dados estatísticos de benefícios e afastamentos avaliados pela Diretoria de Saúde do Servidor	Cidadão - Servidor Público	Processo; E-mail.
SEA016	Laudo Técnico de Condições Ambientais - Adicional de Insalubridade e/ou Risco de Vida (Periculosidade)	Servidor Público	Processo
SEA017	Laudo Técnico de Condições Ambientais - Condições Especiais (Previdenciário)	Servidor Público	Processo
SEA018	Perícia de avaliação ambiental - Riscos físicos e ergonômicos	Servidor Público	Processo
SEA114	Orientações aos setoriais	GEPEs ou Equivalentes	Portal do Servidor, Telefone, E-mail, Presencial
SEA046	Requerimento de Reembolso	Colaboradores do Órgão	Presencial
SEA047	Solicitação de Negativa de Procedimento	Colaboradores do Órgão	Presencial
SEA048	Declaração Negativa de Débitos	Colaboradores do Órgão	E-mail
SEA049	Guia de Depósito Bancário	Colaboradores do Órgão	E-mail
SEA071	Telefonia Móvel - Aparelhos	Colaboradores do Órgão	Telefone, E-mail e Presencial
SEA073	Telefonia Móvel - Suporte Técnico	Colaboradores do Órgão	Telefone, E-mail e Presencial
SEA002	Gerenciamento de veículos e equipamentos	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone
SEA004	Controle de Locação de Imóveis	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Site
SEA006	Cessão, Concessão ou Doação de Imóveis	Órgãos Públicos	Site, SGPe, Telefone
SEA007	Baixa de Bens Móveis Inservíveis por Doação	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone
SEA008	Baixa de bens móveis inservíveis	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone, Presencial
SEA052	Sistema de Demandas	Órgãos Públicos	Telefone, E-mail e Presencial
SEA053	Sistema de Gestão de Protocolos e Processos Eletrônicos - SGP-e: Cadastro	Órgãos Públicos	E-mail ou Formulário Eletrônico.
SEA054	Sistema de Gestão de Protocolos e Processos Eletrônicos - SGP-e: Suporte Técnico	Órgãos Públicos	Telefone, E-mail e Presencial
SEA055	Sistema de Gestão de Protocolos e Processos Eletrônicos - SGP-e: Treinamento Presencial	Órgãos Públicos	Presencial
SEA057	Sistema de Gestão de Protocolos e Processos Eletrônicos - SGP-e: Modelo de Documentos	Órgãos Públicos	Telefone, E-mail e Presencial
SEA058	Sistema de Gestão de Protocolos e Processos Eletrônicos - SGP-e: Auditoria	Órgãos Públicos	E-mail ou Ofício
SEA059	Sistema de Gestão de Protocolos e Processos Eletrônicos - SGP-e: Elaboração de Processos	Órgãos Públicos	Telefone, E-mail e Presencial
SEA060	Sistema de Gestão de Protocolos e Processos Eletrônicos - SGP-e: Assinaturas digitais	Órgãos Públicos	E-mail ou Ofício
SEA061	Sistema de Gestão de Protocolos e Processos Eletrônicos - SGP-e: Novas Funcionalidades	Órgãos Públicos	E-mail ou Ofício
SEA062	Telefonia Fixa - Mudança de Endereço	Órgãos Públicos	E-mail
SEA063	Telefonia Fixa - Novos Links	Órgãos Públicos	E-mail
SEA064	Telefonia Fixa - Acompanhamento da implantação	Órgãos Públicos	Telefone, E-mail ou por Status Report Fornecido pela Equipe
SEA065	Telefonia Fixa - Aumento de velocidade	Órgãos Públicos	E-mail
SEA066	Telefonia Fixa - Cancelamento de links	Órgãos Públicos	E-mail
SEA067	Telefonia Fixa - Cadastro	Órgãos Públicos	E-mail, Telefone
SEA068	Telefonia Fixa - Reposição de equipamentos	Órgãos Públicos	E-mail
SEA069	Telefonia Fixa - Reposicionamento de equipamentos	Órgãos Públicos	E-mail



CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	PÚBLICO-ALVO	CANAL(IS) DE ATENDIMENTO:
SEA070	Telefonia Fixa - Acompanhamento de OS	Órgãos Públicos	E-mail
SEA074	Telefonia Móvel - Troca de Titularidade	Órgãos Públicos	E-mail ou Ofício
SEA075	Telefonia Móvel - Treinamento	Órgãos Públicos	Presencial
SEA076	Telefonia Móvel - Garantia	Órgãos Públicos	E-mail ou Ofício
SEA077	Telefonia Móvel - Liberação de Serviços	Órgãos Públicos	E-mail ou Ofício
SEA078	Telefonia Móvel - Cadastro de Responsáveis	Órgãos Públicos	E-mail ou Ofício
SEA079	Telefonia Móvel - Consulta da Conta Consolidada	Órgãos Públicos	Telefone, E-mail e Presencialmente
SEA080	Telefonia Móvel - Troca de Perfil	Órgãos Públicos	Telefone, E-mail e Presencialmente
SEA081	Telefonia Móvel - Troca de Linha	Órgãos Públicos	E-mail ou Ofício
SEA082	Telefonia Móvel - Chip Novo	Órgãos Públicos	E-mail ou Ofício
SEA118	Permuta de servidores (*SED)	Professores	Internet, Presencial
SEA056	Sistema de Gestão de Protocolos e Processos Eletrônicos - SGP-e: Suporte externo	Cidadãos	E-mail, Telefone
SEA086	Abono permanência	Servidor Público	Presencial
SEA087	Adicional de pós-graduação	Servidor Público	Presencial
SEA088	Adicional vintenário	Servidor Público	Presencial
SEA089	Afastamento temporário para frequentar curso de pós-graduação	Servidor Público	Presencial
SEA090	Afastamento Aguardar Concessão da Aposentadoria	Servidor Público	Presencial
SEA091	Afastamento de servidor do País	Servidor Público	Presencial
SEA092	Afastamento para exerc mandato eletivo	Servidor Público	Presencial
SEA093	Ajuda de custo	Servidor Público	Presencial
SEA095	Comprovante de rendimentos	Servidor Público	Portal do Servidor
SEA096	Contra cheque	Servidor Público	Internet, Portal do Servidor
SEA097	Currículo Habilidades Talentos	Servidor Público	Presencial
SEA099	Férias (alteração, suspensão e interrupção)	Servidor Público	Presencial
SEA100	Dependente (inclusão/alteração)	Servidor Público	Presencial
SEA101	Insalubridade/penosidade	Servidor Público	Presencial
SEA103	Licença Especial para Adoção de Menor	Servidor Público	Presencial
SEA104	Licença especial sindical	Servidor Público	Presencial
SEA105	Licença luto	Servidor Público	Presencial
SEA106	Licença núpcias	Servidor Público	Presencial
SEA107	Licença para Concorrer a Cargo Eletivo	Servidor Público	Presencial
SEA108	Licença para o Serviço Militar Obrigatório	Servidor Público	Presencial
SEA109	Licença para Tratar de Assuntos Particulares	Servidor Público	Presencial
SEA110	Licença Paternidade	Servidor Público	Presencial
SEA111	Licença por Mudança de Domicílio	Servidor Público	Presencial
SEA112	Licença Prêmio (usufruto)	Servidor Público	Presencial
SEA113	Movimentação Interna	Servidor Público	Presencial
SEA120	Progresso funcional (revisão)	Servidor Público	Presencial
SEA121	Risco de vida	Servidor Público	Presencial
SEA122	Salário família	Servidor Público	Presencial
SEA123	Senha para utilização do portal do servidor	Servidor Público	Presencial
SEA124	Triênio (revisão)	Servidor Público	Presencial
SEA125	Vale Transporte	Servidor Público	Presencial
SEA126	Adicional/gratificação de permanência	Servidor Público	Presencial
SEA127	Horário especial de trabalho - servidor estudante	Servidor Público	Presencial
SEA128	Revisão de situação funcional (servidor ativo)	Servidor Público	Presencial
SEA129	Revisão de enquadramento	Servidor Público	Presencial
SEA130	Remoção	Servidor Público	Presencial
SEA131	Exoneração (cargo efetivo)	Servidor Público	Presencial
SEA132	Alteração de carga horária	Servidor Público	Presencial
SEA102	Isenção de Contribuição Previdenciária Junto ao RGPS	Servidor Público	Presencial